VICTOR EMANUEL VILELA BARBUY

IDEIAS JURÍDICAS DE JOSÉ DE ALENCAR

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Titular Ignacio Maria Poveda Velasco, do Departamento de Direito Civil – Área de História do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Versão corrigida em 08 de agosto de 2014. A versão original, em formato eletrônico (PDF), encontra-se disponível na CPG da Unidade.

**SÃO PAULO,
Janeiro de 2014**

*À memória daqueles que já partiram e que,
em vida, como José de Alencar, amaram a Nação Brasileira e
lutaram por um Brasil Maior...*

RESUMO.

No presente trabalho, analisaremos as ideias jurídicas de José de Alencar (1829-1877), procurando demonstrar que este não foi somente um dos mais proeminentes vultos das letras pátrias e um dos mais destacados publicistas, políticos e oradores do Brasil de seu tempo, mas também um importante jurista. Embora o jurisconsulto José de Alencar seja inegavelmente menor do que o literato e mesmo que o homem de Estado, não deixa ele de ter sua relevância, merecendo, pois, ser mais conhecido e reconhecido do que tem sido. Em nossa exposição de suas ideias em diversos campos do Direito, nos concentramos mais naquelas que reputamos mais importantes social, política e historicamente, particularmente naquelas referentes à relação entre a Lei Natural e a Lei Positiva, à Constituição Imperial, ao Poder Moderador, à representação política, à abolição da escravatura, à codificação civil e à propriedade.

Palavras-chave: José de Alencar. Império do Brasil. Segundo Reinado. Lei Natural. Lei Positiva. Constituição Imperial Brasileira. Representação política. Abolição da escravatura. Codificação civil. Propriedade.

ABSTRACT.

In this work we will analyse the juridical ideas of José de Alencar (1829-1877), seeking to demonstrate that he was not only one of the most prominent figures of the Brazilian literature and one of the most distinguished journalists, political writers, politicians and orators of the Brazil of his time but also an important jurist. Although the jurisconsult José de Alencar is unquestionably smaller in importance than the writer and even the man of State he does not lack relevance, thus deserving to be more known and recognised. In our exposition of his ideas in different fields of law we will concentrate more on those that we consider more

important socially, politically and historically, particularly on the ones which refer to the relation between Natural Law and Positive Law, the Imperial Constitution, the Moderator Power, the political representation, the abolition of slavery, the civil codification and the property.

Keywords: José de Alencar. Brazilian Empire. Second Reign. Natural Law. Positive Law. Brazilian Imperial Constitution. Political representation. Abolition of slavery. Civil codification. Property.

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO I: ESBOÇO BIOGRÁFICO DE JOSÉ DE ALENCAR.....	21
CAPÍTULO II: JOSÉ DE ALENCAR E A FILOSOFIA DO DIREITO.....	62
CAPÍTULO III: O DIREITO POLÍTICO NA OBRA DE ALENCAR.....	124
CAPÍTULO IV: JOSÉ DE ALENCAR, O CIVILISTA.....	197
IV.1 José de Alencar e a escravidão.....	197
IV.2 José de Alencar e a codificação civil.....	232
IV.3 A propriedade no pensamento alencarino.....	250
CAPÍTULO V. JOSÉ DE ALENCAR E O DIREITO PENAL.....	255
CONCLUSÃO.....	261
BIBLIOGRAFIA.....	263
Fontes impressas.....	299
Fontes manuscritas.....	300

INTRODUÇÃO.

Na presente dissertação, procederemos à análise das ideias jurídicas de José de Alencar (1829-1877). Este, embora muito mais célebre e estudado como jornalista, teatrólogo, cronista, poeta, polemista, político e, principalmente, como romancista, ainda que, mesmo nestas facetas, devesse ser, em nosso sentir, mais estudado do que tem sido, foi também um assinalado jurisconsulto,¹ embora poucos sequer o saibam, merecendo, destarte, enquanto jurista, maior atenção do que aquela que lhe tem sido dada. Neste sentido, sustentou Fran Martins que, “como advogado e jurisconsulto, Alencar não se limitou a ostentar um título ou ocupar uma função”, havendo dado “seguras demonstrações de conhecimentos de direito”, sendo, por isso, de se lamentar que “não se tenham ainda os estudiosos detido sobre essa faceta do seu espírito”.²

O desconhecimento a respeito da figura jurídica de Alencar é tão grande, com efeito, que ocorre, não poucas vezes, que, como aduziu Josué Montello, ao falarmos de José de Alencar, o jurista, acabamos por dar “a impressão de aludir a outro José de Alencar, que não se confundiria com o romancista de *O Guarani*”, não sabendo muitos que, “em verdade, a pena que escreveu *Iracema*, cantando os verdes mares bravios de sua terra natal, escreveu também *A Propriedade* e os *Esboços Jurídicos*, que lhe confirmaram a grandeza”.³

---

¹ Na presente dissertação tomamos o termo jurisconsulto como sinônimo de jurista, compreendendo ambos como significando o homem versado na Ciência do Direito e das Leis [Cf. Francisco Júlio de Caldas AULETE, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*, 5ª edição (2ª edição brasileira em 5 volumes), volume III, Rio de Janeiro, Editôra Delta S. A., 1970, p. 2068].

² *José de Alencar, jurista*, in José de ALENCAR, *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960, p. 22.

³ *Alencar e o primeiro HC preventivo*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI114789,51045Jose+de+Alencar+e+o+primeiro+HC+preventivo>. Acesso em 05 de julho de 2012. Trabalho originariamente publicado na *Revista Cultura*, do Rio de Janeiro, na edição de outubro de 1967.

Neste mesmo diapasão, Afrânio Peixoto, em conferência lida por Fernando de Magalhães na Academia Brasileira de Letras a 1º de maio de 1929, observou que, como jurisconsulto, seria Alencar “havido entre os nossos Lafaietes ou Rui Barbosas, se no Brasil se permitissem, ao menos, as acumulações... de nomeada”, sendo os opúsculos e obras jurídicas de Alencar, segundo Peixoto, “escritos com perfeição, cheios de idéias, que tiveram o aplauso do tempo”. Tais escritos são, ainda no entender de Afrânio Peixoto, absolutamente “indispensáveis para se compreender, senão [sic] a altura, a profundidade de seu espírito, tão grande na ciência como na arte”.⁴

No mesmo sentido, afirmou Pedro Calmon, em sua *História do Ministério da Justiça*, que o “esplendor do romance” de José de Alencar lhe ofuscou o “renome efêmero de homem de Estado e homem de leis”, como o Visconde Chateaubriand, Benjamin Constant ou Lamartine, “cuja ação política o tempo limitou enquanto o estilo e a ficção desafiavam as épocas”. Perguntem, prosseguiu Calmon, pelo autor dos opúsculos *Uma these constitucional* (1867) e *Questão de habeas-corpus* (1868) e de obras como *O systema representativo* (1868), *Esboços juridicos* (1883) e *A propriedade* (1883), ou pelo jurisconsulto que, na qualidade de Consultor dos Negócios da Justiça, deu pareceres sobre assuntos dos mais variados ramos da Ciência Jurídica, e responderão com o romancista de *O guarani* e de *As minas de prata*, o poeta em prosa de *Iracema*, o dramaturgo de *O demônio familiar*, o panfletário das *Cartas de Erasmo*.⁵

No ano de 1883, o livreiro-editor B. L. Garnier publicou duas obras jurídicas póstumas de Alencar, a saber, *A propriedade* ⁶ e *Esboços juridicos*,⁷ a primeira delas com prefácio do Conselheiro Antônio Joaquim Ribas, se constituindo, hoje, na mais célebre obra jurídica de Alencar, ao lado de *O systema representativo*, e havendo sido reeditada, em 2004, em edição fac-similar, pelo Senado Federal e pelo Superior Tribunal de

---

⁴ José de Alencar, in José de ALENCAR, *Guerra dos Mascates: Crônica dos tempos coloniais*, Prefácio de Afrânio Peixoto, Ilustrações de Santa Rosa, Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, volume XIV, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 22.

⁵ *História do Ministério da Justiça*, Rio de Janeiro, Publicação do Ministério da Justiça, 1972, p. 191.

⁶ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883.

⁷ *Esboços juridicos*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883.

Justiça, com prefácio do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.⁸

Além destas três obras, bem como do *Relatorio* que apresentou enquanto Ministro de Estado dos Negócios da Justiça, em 1869,⁹ e dos pareceres que deu enquanto Consultor dos Negócios da Justiça,¹⁰ redigiu Alencar os há pouco mencionados opúsculos *Uma these constitucional* (1867)¹¹ e *Questão de Habeas-Corpus* (1868),¹² bem como a obra *Questões forenses*, ainda inédita. O primeiro de tais opúsculos aborda o exame da tese sugerida por um projeto do Visconde de São Vicente ao Senado, no sentido de permitir que a Princesa Isabel e o Conde D'Eu, Príncipe Consorte, tomassem assento no Conselho de Estado, com base no direito constitucional que tinha o Príncipe Imperial de tomar, aos dezoito anos de idade, assento no referido Conselho. Alencar procurou demonstrar, em tal trabalho, que a disposição constitucional era clara no sentido de que aquele direito só era concedido aos descendentes do monarca do sexo masculino, recordando que, em 1841, também não fora permitido à Princesa Januária, irmã do soberano, tomar assento no Conselho de Estado, e, com relação à segunda proposta, demonstrou que ela ia contra diversos dispositivos da Constituição Imperial. Quanto ao segundo trabalho, se constitui no pedido de *habeas-corpus* preventivo, o primeiro da História do Brasil, por ele feito junto ao Supremo Tribunal de Justiça em defesa de seu sogro, Thomas Cochrane, que, em 1837, em Guaratinguetá, na Província de São Paulo, teria sofrido uma emboscada da parte de inimigos seus, reagindo ao injusto ataque, juntamente com o amigo que o acompanhava e que acabou matando, em legítima defesa, um dos atacantes, sendo, em virtude disto, molestado, mais de trinta anos depois, pela Justiça.

No prefácio à primeira edição de *A propriedade*, que é, no sentir de

---

⁸ *A propriedade*, 2ª edição, Edição fac-similar, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial; Superior Tribunal de Justiça, 2004.

⁹ *Relatorio do Ministerio da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869.

¹⁰ *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960.

¹¹ *Uma these constitucional: A Princeza Imperial e o Principe Consorte no Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Livraria Popular, 1867.

¹² *Questão de Habeas-Corpus*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1868.

Arthur Motta, a obra jurídica em que Alencar “exprime com mais eloquência a sua erudição”,¹³ o Conselheiro Ribas, após observar que “o Conselheiro José Martiniano de Alencar é, por certo, um dos nomes que, na litteratura patria, gozam de mais larga e mais merecida popularidade”, ponderou que este foi, “além de grande litterato”, um “distinctissimo Jurisconsulto”, havendo dado “da sua illustração juridica sobejas provas (...) como advogado, como Consultor, e como Ministro de Estado dos negocios da Justiça”.¹⁴

No mesmo sentido, Djacir Menezes, na conferência *O jurista José de Alencar*, pronunciada em reunião do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, e transcrita na revista *Carta Mensal*, afirmou que o autor de *A propriedade* “poder-se-ia medir, sobranceiramente, com o melhores juristas do cenário nacional” do Segundo Reinado, excetuando-se tão somente “a dimensão invulgar de um Teixeira de Freitas”. Considerando os reparos que fizera, na referida palestra, às ideias jurídicas alencarinas como derivados “da visão que se retrojeta da atualidade”, por ele mesmo qualificada de “erro habitual de ver o passado com os olhos do presente, repassando a ideologia de ontem à luz de apreciações e conquistas científicas de hoje”, aduziu Djacir Menezes que tais “reparos” em nada “minguam o valor da personalidade autêntica e a linha moral do homem público cuja integridade de escritor sobreleva riosamente todas as demais qualidades” e cujo “maior exemplo irradiaria de sua límpida nobreza moral”.¹⁵

Oliveira Lima, por seu turno, ao se referir a José de Alencar, em *Formação da nacionalidade brasileira*, disse que o autor das *Cartas ao Imperador*, sob o pseudônimo de Erasmo, foi “um escritor de primeira ordem”, o “mais ilustre dos nossos prosadores”, que introduziu o

---

¹³ *José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Briguiet & C.IA – Editores, 1921, p. 243.

¹⁴ *Prefação*, in José de ALENCAR, *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, pp. V-VI.

¹⁵ *O jurista José de Alencar*, in *Carta Mensal*, volume 40, número 476, Rio de Janeiro, novembro de 1994, pp. 22-23. Cumpre sublinhar que, anos antes de proferir tal conferência, transcrita entre as páginas 13 e 23 da mencionada revista, já publicara Djacir Menezes, no *Suplemento Cultural* do jornal *O Estado de S. Paulo*, da capital paulista, um estudo a respeito da figura jurídica de Alencar (*José de Alencar, o jurista*, in *Suplemento Cultural de O Estado de S. Paulo*, 11/12/1977, pp. 10-12).

indianismo no romance nacional e se constituiu em “pintor idealista de uma sociedade em elaboração como toda sociedade cultivada, porém oferecendo uma galeria bem pessoal de tipos, alguns deles já destinados a desaparecer”, e foi, ademais, um “espírito jurídico”, que “dava aos seus admiráveis tratados de direito civil e de direito público os acentos do literato, e revestia seus argumentos de filósofo com as flores de um estilo ao mesmo tempo gracioso e vibrante”.¹⁶

Também Clóvis Beviláqua não poupou elogios ao jurisconsulto José de Alencar. Este célebre jurista pátrio, autor do Código Civil de 1916 e filho da mesma província que o autor de *Iracema*, em conferência proferida no Centro Cearense, no Rio de Janeiro, por ocasião do centenário de nascimento do autor de *O guarani*, salientou que este produziu “obras jurídicas de incontestável merecimento, como *O systema representativo*, *A Propriedade*, *Esboços jurídicos*, onde há riqueza de idéias e se afirmam princípios filosóficos”.¹⁷

Cumprasse assinalar, porém, que os princípios filosóficos de Alencar eram muito distintos daqueles de Beviláqua, sendo este materialista e adepto do denominado positivismo jurídico, ao passo que José de Alencar, profundamente influenciado pelas ideias do chamado espiritualismo eclético, sempre levantou o espiritualismo e, por conseguinte, a luta contra o materialismo, como uma de suas principais bandeiras, e, a despeito de ter alguns pontos de contato com a denominada Escola Histórica, foi sempre um defensor do Direito Natural, tendo uma concepção deste que mesclava elementos do Direito Natural dito “iluminista”, sobretudo kantiano, com elementos do Direito Natural tradicional, ou clássico, tais como a sociabilidade natural do homem, segundo ele “social porque é homem”,¹⁸ sendo “social”, assim como “racional”, por Deus o haver assim criado,¹⁹ e a origem divina da Lei,

---

¹⁶ *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Top Books; São Paulo, Publifolha, 2000, p. 209.

¹⁷ *Conferência do Sr. Clóvis Beviláqua*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano XX, nº 89, Rio de Janeiro, maio de 1929, p. 67.

¹⁸ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 81.

¹⁹ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 152. Contudo, à página 198 da mesma obra, José de Alencar caiu em contradição com o que afirmara, ao sustentar, com base em preleção do filósofo alemão Immanuel Kant, a tese de que o homem teria tido um “estado natural” associal, que, segundo ele, as

que, em seu entender, “Deus criou para reger o homem”.²⁰

Com efeito, considera o escritor e jurisconsulto patricio a existência de uma “lei divina”, que corresponderia ao “verdadeiro systema a que o Creador submetteu todas as cousas”,²¹ concepção esta que, a nós outros, parece muito próxima daquela de Santo Tomás de Aquino, para quem há uma Lei Eterna, que vem a ser a razão da divina sabedoria enquanto dirige o Universo, regendo todos os atos e movimentos,²² havendo sido denominada por Santo Agostinho “a Razão suprema de tudo”.^{23 24}

Havendo feito referência à Escola Histórica e ao Direito Natural, reputamos oportuno assinalar que as ideias daquela, se realmente são incompatíveis com o Direito Natural “iluminista”, ou racionalista, dos séculos XVII e XVIII, não o são com relação ao Direito Natural

nações ainda viveriam.

²⁰ Idem, p. 128.

²¹ Idem, p. 129.

²² *Suma Teológica*, 1ª parte da 2ª parte, Questão 93, Artigo 1º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, Organização de Rovílio Costa e Luís Alberto de Boni, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 1750. Obra originalmente publicada em latim.

²³ *O livre-arbítrio*, Capítulo 6, 15, Tradução, organização, introdução e notas de Nair Assis Oliveira, rev. de Honório Dalbosco, São Paulo, Paulus, 1995, p. 41. Obra originalmente publicada em latim.

²⁴ Cumpre sublinhar que, da Lei Eterna, correspondente à “lei divina” de que nos falou Alencar, derivam, segundo o Doutor Angélico, todas as demais leis, a saber: a Lei Natural, que é a “participação da lei eterna pela criatura racional”, à qual pertence “o lume da razão natural, pelo qual discernimos o bem e o mal” e que “não é senão a impressão em nós do lume divino” (*Suma Teológica*, 1ª parte da 2ª parte, Questão 91, Artigo 2º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, Organização de Rovílio Costa e Luís Alberto de Boni, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 1738); a Lei Humana Positiva, ou, simplesmente, Lei Humana, que é a ordenação da razão para o Bem Comum, promulgada por aquele que tem o encargo da comunidade (Idem, 1ª parte da 2ª parte, Questão 90, Artigo 4º, Solução, p. 1736), e, por fim, a Lei Divina, que, por seu caráter positivo, bem podemos denominar Lei Divina Positiva, e que não se confunde com a também divina Lei Eterna, sendo aquela que o próprio Deus promulga por meio de uma intervenção direta na História. Dividida em Lei Antiga, ou Lei de Moisés, e Lei Nova, Lei do Evangelho, ou Lei de Cristo (Idem, 1ª parte da 2ª parte, questão 91, artigo 5º, Solução, p. 1742-1743), esta última lei se faz necessária, em primeiro lugar, por ser o ente humano ordenado “ao fim da beatitude eterna, excedente à capacidade natural das suas faculdades”, donde ser mister que, “além da lei natural e humana, seja também dirigido ao seu fim por uma lei imposta por Deus”; em segundo lugar, em virtude de ser incerto o juízo humano, sobretudo no que diz respeito às coisas contingentes e particulares, para poder, sem dúvida nenhuma, “saber o que deve fazer e o que deve evitar”, daí precisando dirigir “os seus actos próprios pela lei estabelecida por Deus, que sabe não poder errar”; em terceiro lugar, por não poder a Lei Humana coibir e ordenar os atos internos da pessoa humana, sendo mister que, para isto, sobrevenha a Lei Divina Positiva, e, por fim, porque, como aduziu Santo Agostinho, a Lei Humana não tem o poder de punir ou de proibir a totalidade das malfetorias, uma vez que, caso desejasse eliminar todos os males, “haveria consequentemente de impedir muitos bens, impedindo assim a utilidade do bem comum, necessário ao comércio humano”, de sorte que, “a fim de nenhum mal poder ficar sem ser proibido e permanecer impune, é necessário sobrevir a lei divina, que proíbe todos os pecados” (Idem, 1ª parte da 2ª parte, Questão 91, Artigo 3º, p. 1741).

tradicional, ou clássico, fazendo nossas, pois, as palavras de Alexandre Corrêa, quando este sustenta que as ideias da Escola Histórica, particularmente sob a forma que lhe imprimiu o Conde Joseph de Maistre, “são admissíveis, como complemento à verdadeira teoria do Direito Natural”,²⁵ o mesmo sendo possível dizer com relação à maior parte das ideias expedidas por Edmund Burke, autor, aliás, algumas vezes citado por Alencar, que o admirava, em suas célebres *Reflexões sobre a Revolução em França*,²⁶ publicadas, pela primeira vez, em 1790.

Do mesmo modo, havendo feito referência ao espiritualismo eclético, chamado por alguns ecletismo, ou escola eclética, a despeito de seu criador e mais importante expoente, o filósofo francês Victor Cousin, ter proclamado, em sua principal obra, intitulada *Du Vrai, du Beau et du Bien (Do Verdadeiro, do Belo e do Bem)*, que o “ecletismo é uma das mais importantes e úteis aplicações da filosofia que nós professamos, mas não é o seu princípio”, afirmando em seguida que “nossa verdadeira doutrina, nossa verdadeira bandeira é o espiritualismo”,²⁷ faz-se mister salientar que tal corrente filosófica foi uma espécie de “filosofia oficial” do Império do Brasil durante o Segundo Reinado, assim como o foi da França durante a Monarquia liberal-constitucional de Luís Filipe, iniciada com a revolução de julho de 1830 e terminada com a revolução de fevereiro de 1848, após a qual teve início a chamada Segunda República Francesa (1848-1852). Com efeito, foi o espiritualismo eclético, como observou Antonio Paim, a primeira corrente filosófica rigorosamente estruturada no Brasil²⁸ e que logrou a adesão da ampla maioria da

²⁵ *Há um Direito Natural? Qual o seu conteúdo?* (1914), in *Ensaio políticos e filosóficos*, São Paulo, Editora Convívio, EDUSP, 1984, p. 42.

²⁶ *Reflexões sobre a Revolução em França*, Tradução de Renato Assumpção Faria, Denis de Souza Pinto e Carmem Lidia, Brasília, UNB, 1982.

²⁷ *Du Vrai, du Beau et du Bien*, 5ª edição, Paris, Didier, Libraire-Éditeur, 1856, p. VII. Tradução nossa.

²⁸ Cumpre salientar, contudo, que, a despeito de haver sido a primeira corrente filosófica rigorosamente estruturada no Brasil, não foi o ecletismo a primeira corrente filosófica presente no País, onde, quando de sua chegada, já estavam presentes outras correntes filosóficas, a exemplo do tomismo, do sensualismo, ou sensismo, de Condillac, e do idealismo kantiano, sem mencionar o pensamento dito “iluminista”, particularmente pelas obras dos franceses Montesquieu, Voltaire e Diderot, do franco-suíço Rousseau e do português Luiz António Verney, assim como as ideias dos chamados ideólogos franceses, a exemplo de Destutt de Tracy e Cabanis. Trazido pelos jesuítas no século XVI, o tomismo fora a primeira corrente filosófica a marcar sua presença no Brasil (Fernando Arruda CAMPOS, *Tomismo no Brasil*, São Paulo, Paulus, 1998, pp. 23-25), aqui prevalecendo, com efeito, por todo o assim chamado período colonial, como salientou Miguel Reale, “a Filosofia escolástica nos moldes da corrente dos conimbricenses que, com Pedro

intelectualidade do País, mantendo uma situação de absoluto domínio no pensamento brasileiro entre as décadas de 1840 e 1880,²⁹ dando, assim, como assinalou Eduardo Kugelmas, “o tom” da “atmosfera ideológica e cultural do Segundo Reinado”.³⁰ Araripe Júnior a classificou, em seu *Perfil literário de José de Alencar*, como “um teísmo harmônico e sem ruído”.³¹

Isto posto, cumpre sublinhar que ao espiritualismo eclético está intimamente ligado o chamado liberalismo doutrinário, que, bastante próximo do chamado liberalismo moderado inglês, floresceu na França dos albos do século 19, sendo fortemente influenciado pelo pensamento de Benjamin Constant e tendo entre seus principais expoentes as figuras

---

da Fonseca e seus companheiros, deram tão grande lustre ao pensamento português do século XVI” (*Momentos olvidados do pensamento brasileiro*, in *Filosofia em São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959, p. 16), centúria de ouro do pensamento lusitano, na qual também brilharam, no Reino de Portugal, dentre outras, as luzes do pensamento de D. Jerónimo Osório, o chamado “Cícero português”, último bispo de Silves e primeiro bispo do Faro, reputado por Francisco Elías de Tejada não apenas “o máximo pensador político dos povos hispânicos”, [*La Tradición portuguesa: los orígenes (1140-1521)*, Madrid: Fundación Francisco Elías de Tejada y Erasmo Pèrcopo y Editorial ACTAS, s.l., 1999, p. 17] como também “o supremo pensador hispânico, português e castelhano, de todos os séculos” (Idem, p. 37). Também exerceram influência sobre o pensamento brasileiro do dito período colonial outros vultos da chamada Segunda Escolástica, ou Escolástica Tardia, que, por ter seu grande centro de irradiação na Península Hispânica, também denominada ibérica, bem pode ser denominada Escolástica Hispânica, a exemplo do castelhano Francisco Suárez, o dito “Doutor Exímio”, que, inclusive, se doutorou na Universidade de Évora, lecionou por vários anos na Universidade de Coimbra e faleceu em Lisboa, e do português João de Santo Tomás, o chamado “Doutor Profundo”, professor em Alcalá de Henares, reputado por Jacques Maritain o maior dos comentadores de Santo Tomás de Aquino (*Carta-Prefácio*, in João AMEAL, *São Tomaz de Aquino – Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*, 3ª edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1947, p. VII). Sobre a presença, no Brasil, das ideias das supracitadas correntes de pensamento, antes da chegada do espiritualismo eclético, consulte-se: Antonio PAIM, *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*, 2ª edição, São Paulo, Convívio, 1985; especificamente sobre o tomismo, a supracitada obra de Fernando Arruda Campos; sobre o idealismo kantiano, Miguel REALE, *A doutrina de Kant no Brasil*, in *Revista da Faculdade de Direito*, volume XLII, São Paulo, 1947, pp. 51-96; Idem, *A doutrina de Kant no Brasil* (Estudo apresentado na II Semana Internacional de Filosofia, realizada em Petrópolis pela Sociedade Brasileira dos Filósofos Católicos), in Adolpho CRIPPA (Coordenador), *As idéias filosóficas no Brasil*, volume 1 (séculos XVIII e XIX), São Paulo, Convívio, 1978, pp. 225-238; sobre a chamada ideologia, Idem, *Avelar Brotero ou a ideologia sob as Arcadas*, in *Horizontes do Direito e da História*, 1ª edição, São Paulo, Saraiva, 1956, pp. 195-224. Sobre a obra de Luiz Antônio Verney: Luís Cabral de MONCADA, *Um “iluminista” português do século XVIII – Luiz Antônio Verney*, São Paulo, Livraria Acadêmica Saraiva & CIA – Editores, 1941. Sobre D. Jerónimo Osório: Francisco ELÍAS DE TEJADA, Francisco, *Las doctrinas políticas de Jeronimo Osorio*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1945. Sobre João de Santo Tomás: José Pinharanda GOMES, *João de Santo Tomás na filosofia do século XVII*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1985.

²⁹ *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*, 2ª edição (revista e ampliada), São Paulo, Convívio, 1985, p. 40.

³⁰ *Pimenta Bueno, o jurista da coroa*, in José Antônio Pimenta BUENO, Marquês de São Vicente, Marquês de São Vicente, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, São Paulo, Editora 34, 2002, p. 43.

³¹ *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha; Perfil literário de José de Alencar*, Organização, atualização ortográfica e notas por Otacílio Colares, Introdução crítica de Pedro Paulo Montenegro, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, p. 144.

de Royer-Collard, Guizot, Camille Jordan, Charles Rémusat e do próprio Victor Cousin, dentre outros, influenciando, ainda, a obra de Alexis de Tocqueville. Teve, ademais, como adeptos, fora da França, figuras como aquelas dos espanhóis Cánovas del Castillo e, em certa fase de sua vida, Juan Donoso Cortés, conforme fez ver Luis Diez del Corral em sua já clássica obra sobre esta corrente de pensamento,³² bem como, segundo Ubiratan Borges de Macedo, brasileiros como Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai),³³ autor do *Ensaio sobre o Direito Administrativo*,³⁴ José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente),³⁵ autor do *Direito Público Brasileiro*,³⁶ Justiniano José da Rocha,³⁷ autor de *Acção, reacção, transacção*,³⁸ e o próprio José de Alencar, a despeito de este haver criticado duramente os doutrinários franceses em geral por conta de sua defesa do voto censitário.³⁹

Aos supracitados autores brasileiros podemos acrescentar, ainda, dentre outros, os nomes de Bernardo Pereira de Vasconcelos,⁴⁰ principal

³² *El liberalismo doctrinario*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1945.

³³ Sobre o Visconde do Uruguai: José Murilo de CARVALHO, *Entre a Autoridade e a Liberdade*, in Paulino José Soares de SOUSA, Visconde do Uruguai, *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 11-47; José Antonio Soares de SOUSA, *A vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944; Sébastien Auguste SISSON (Organizador), *Galeria dos brasileiros ilustres*, volume 1, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1999, pp. 49-54.

³⁴ *Ensaio sobre o Direito Administrativo com referencia ao Estado e instituições peculiares do Brasil*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1862.

³⁵ Sobre Pimenta Bueno: Vitorino Prata Castelo BRANCO, *Um esteio da liberdade na Corte do Segundo Império: a vida e a obra de José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*, São Paulo, Sugestões Literárias, 1973; Manoel Gonçalves FERREIRA FILHO, *Pimenta Bueno, o constitucionalista do Império*, in *Revista da Faculdade de Direito*, 72(2), São Paulo, 1977, pp. 123-131; Eduardo KUGELMAS, *Pimenta Bueno, o jurista da coroa*, in José Antonio Pimenta BUENO, Marquês de SÃO VICENTE, *Marquês de São Vicente*, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 19-49; Miguel REALE, *Pimenta Bueno, o consolidador constitucional do Império*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Editora Siciliano, 1994, pp. 45-50; Idem, *Pimenta Bueno, o esquecido*, in *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, nº 34, Rio de Janeiro, 1979, pp. 85-94.

³⁶ *Direito Público Brasileiro, e analyse da Constituição do Imperio*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1857.

³⁷ Sobre Justiniano José da Rocha: Elmano CARDIM, *Justiniano José da Rocha*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964; Raimundo MAGALHÃES JUNIOR, *Três panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, pp. 127-159.

³⁸ *Acção, reacção, transacção: duas palavras acerca da actualidade política do Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1855.

³⁹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 478.

⁴⁰ Sobre Bernardo Pereira de Vasconcelos: José Murilo de CARVALHO, *Introdução*, in Bernardo Pereira de VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Organização de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 1999, pp. 9-34; Octávio Tarquínio de SOUSA, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988; Alfredo VALADÃO, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 207, Rio de Janeiro, abril-junho de 1950, pp. 159-191; Salomão de VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, s/e, 1953.

fundador do Partido Conservador e um dos mais influentes políticos e estadistas do Império,⁴¹ e, em certa medida, de Braz Florentino Henriques de Souza,⁴² que, por defender o modelo liberal parlamentar de Monarquia do Império, em seu clássico tratado sobre o Poder Moderador, de 1862, não pode ser considerado um defensor da Monarquia Tradicional,⁴³ ou tradicionalista político, por mais que cite Donoso Cortés, Joseph de Maistre, Ventura di Raulica ou Balmes, sendo, em nosso sentir, um eclético que fundiu ideias do tomismo e do tradicionalismo político a ideias do liberalismo doutrinário.

Não por acaso, todos os autores brasileiros citados nos dois

---

⁴¹ Cumpre enfatizar que Vasconcelos foi, ainda, o jurista responsável pelo Código Criminal de 1830, que, inspirado nas ideias de Jeremy Bentham, foi o primeiro Código Criminal autônomo da chamada América Latina, influenciando o Código espanhol de 1848, assim como a legislação penal de diversos países sul-americanos (Cf. Miguel REALE, *Cem anos de Ciência do Direito no Brasil*, in *Horizontes do Direito e da História*, 3ª edição, revista e aumentada, 3ª tiragem, São Paulo, Saraiva, 2010, p. 185).

⁴² Sobre Braz Florentino Henriques de Souza: Clovis BEVILAQUA, *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2ª edição, Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), Conselho Federal de Cultura, 1977, pp. 318-324; Alexandre José Barbosa LIMA SOBRINHO, *Introdução*, in Braz Florentino Henriques de SOUZA, *Do Poder Moderador: ensaio de Direito Constitucional*, 2ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978, pp. 3-18; Augusto Victorino Alves Sacramento BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, primeiro volume, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883, pp. 426-427.

⁴³ Sobre a Monarquia Tradicional: Francisco ELÍAS de Tejada, *La Monarquía Tradicional*, Madrid, Ediciones Rialp, 1954; Rafael GAMBRA, *La Monarquía social y representativa en el pensamiento tracional*, Madrid, Ediciones Rialp, 1954; António SARDINHA, *A Teoria das Cortes Gerais* (introdução às *Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Cortes Gerais*, do segundo Visconde de Santarém), 2ª edição, Lisboa, qp, 1975; José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, pp. 361-362. Muitas vezes confundida com a Monarquia Absolutista, a Monarquia Tradicional, também denominada Orgânica, Temperada ou Limitada pelas Ordens, se distingue daquela por não adotar a teoria do direito divino dos reis, por nela estar o poder real concretamente limitado pelas regras encontradas nos usos, costumes, estatutos e instituições do reino, sendo respeitada a autonomia e a intangibilidade dos corpos intermediários, e por nela o rei reinar e governar e a Sociedade, representada nas Cortes, se autoadministrar, ao passo que a Monarquia Absolutista adota a teoria do direito divino dos reis e nela o poder real se sobrepõe aos usos, costumes, estatutos e instituições do reino, enquanto o soberano não apenas reina e governa mas também administra. A Monarquia Tradicional corresponde, em última análise, ao regime misto de que nos falou Santo Tomás de Aquino, que assim o sintetizou na *Suma Teológica*: “A respeito da boa constituição dos chefes de uma cidade ou nação, duas cousas devemos considerar. Uma, que todos tenham parte no governo; assim se conserva a paz do povo e todos amam e guardam um tal governo, como diz Aristóteles. A outra é relativa à espécie do regime ou à constituição dos governos. E tendo estes diversas espécies, como diz o Filósofo, as principais são as seguintes. A monarquia, onde o chefe único governa segundo o exige a virtude; a aristocracia, i. é, o governo dos melhores, na qual alguns poucos governam segundo também o exige a virtude. Ora, o governo melhor constituído, de qualquer cidade ou reino, é aquele onde há um só chefe, que governa segundo a exigência da virtude e é o superior de todos. E, dependentes dele, há outros que governam, também conforme a mesma exigência. Contudo esse governo pertence a todos, quer por poderem os chefes ser escolhidos dentre todos, quer também por serem eleitos por todos. Por onde, essa forma de governo é a melhor, quando combinada: monarquia, por ser só um o chefe; aristocracia, por muitos governarem conforme o exige a virtude; democracia i. é, governo do povo, por, deste, poderem ser eleitos os chefes e ao mesmo pertencer à eleição deles”. (*Suma Teológica*. 1ª parte da 2ª parte, Questão 105, Artigo 1º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, Organização e direção de Rovílio Costa e Luís Alberto de Boni, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980, p.1902).

parágrafos anteriores pertenceram ao Partido Conservador, cujos estadistas não foram apenas os grandes responsáveis pela manutenção da ordem, do desenvolvimento e da integridade do Império, como também escreveram as principais obras políticas do Brasil Imperial, sendo chamados, com justiça, por João Camillo de Oliveira Torres, “os construtores do Império”,⁴⁴ tese, aliás, mais tarde corroborada por Ilmar Rohloff de Mattos, que, partindo de perspectiva totalmente diversa, concluiu, na obra *O tempo saquarema*, que os conservadores, ou “saquaremas”, foram os verdadeiros construtores do Estado Imperial Brasileiro.⁴⁵

Isto posto, vale ressaltar que José de Alencar pode, em nosso sentir, ser considerado um liberal doutrinário, segundo a classificação de Ubiratan Borges de Macedo, que cunhou a ideia de uma escola doutrinária brasileira, análoga à francesa, a que considerou pertencerem todos os principais vultos do liberalismo moderado do Segundo Reinado, em regra pertencentes ao Partido Conservador.⁴⁶ A despeito disto, defendia ele algumas posições contrárias àquelas predominantes na escola doutrinária, sendo a mais flagrante delas o sufrágio universal, de que se fez, em *O systema representativo*, um dos mais ardorosos defensores no Brasil de seu tempo. Justamente por tal motivo, condenou duramente os doutrinários franceses, que, em sua opinião, defendiam o censo por quererem “a liberdade do cimo e não da base, do povo”.⁴⁷ Podemos, assim, afirmar que o autor de *O guarani* e das *Cartas de Erasmo* foi, como político e doutrinador do Direito Político, um liberal doutrinário, ainda que evidentemente não aceitasse tal qualificação, ou, melhor dizendo, que foi, como a maior parte dos principais vultos do Partido Conservador, um liberal moderado, enquanto filosoficamente foi um espiritualista eclético, como, aliás, a maioria dos intelectuais brasileiros de seu tempo.

---

⁴⁴ *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

⁴⁵ *O tempo saquarema*, 5ª edição, São Paulo, Editora Hucitec, 2004.

⁴⁶ Como assinalou João Camillo de Oliveira Torres, os conservadores brasileiros eram liberais, aceitando, com efeito, “os princípios gerais e os grandes dogmas da fé liberal” (*Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, p. 190).

⁴⁷ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 478.

Não concordarmos com muitas das posições de José de Alencar, muitas delas, em nosso sentir, um tanto utópicas, correspondendo ao “idealismo utópico” de que nos fala Oliveira Vianna,⁴⁸ o que já foi notado, aliás, por autores como Tristão Alencar Araripe Júnior⁴⁹ e Arthur Motta,⁵⁰ a despeito dele próprio, que se reputava um realista, haver mesmo criticado duramente os “utopistas que afagam um ou outro pensamento bonito, bebido no último livro folheado”.⁵¹ Apesar disto, buscaremos demonstrar, em nossa dissertação, que foi o autor de *A propriedade*, inegavelmente, um respeitável jurista, “atento cultor”, como fez salientar Agenor Ribeiro, tanto do Direito Público quanto do Direito Privado,⁵² além de haver sido, acrescentamos nós, um igualmente atento cultor da Filosofia do Direito, em seu tempo predominantemente denominada Direito Natural.

No primeiro capítulo da presente dissertação, apresentaremos um esboço biográfico do Conselheiro José de Alencar.

No segundo capítulo, por sua vez, abordaremos a presença da Filosofia do Direito na obra de José de Alencar, analisando

---

⁴⁸ Como prelecionou Oliveira Vianna, o idealismo utópico não é senão o idealismo que não leva em consideração os dados da experiência (*O idealismo da Constituição*, 2ª edição, aumentada, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 12), podendo ser definido como “todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir” (Idem, p. 10). A esta forma de idealismo, o autor de *Instituições políticas brasileiras* opôs o idealismo orgânico, que é, segundo ele, o idealismo que se forma tão somente de realidade, se apoia tão somente na experiência e se orienta tão somente pela observação do povo e do meio (Idem, pp. 12-13).

⁴⁹ Tristão Alencar Araripe Júnior tratou, em seu *Perfil literário de José de Alencar*, da influência das ideias políticas inglesas sobre o pensamento de José de Alencar, que, oriundo de uma tradição totalmente diversa daquela britânica e “aprimorado só na ideologia francesa”, jamais teria realmente compreendido e que, ademais, o teriam impedido de ver “a verdadeira causa dos males que minavam o progresso do país” (*Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha; Perfil literário de José de Alencar*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, p. 200). Este era, aliás, um problema geral no Brasil do século 19, onde mesmo os espíritos mais realistas se deixavam seduzir por ideias e instituições estrangeiras, mesmo que proclamassem que, como aduziu Eduardo Prado, as sociedades devem ser regidas por leis emanadas de sua estirpe, de sua História, de seu caráter, de seu desenvolvimento orgânico (*A illusão americana*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Civilização Brasileira S.A., 1933, p. 60).

⁵⁰ Ao tratar, por exemplo, do sufrágio universal, sustentado por José de Alencar nas páginas de *O sistema representativo*, afirmou Arthur Motta que este tem um “caracter utopista”, caráter este que vemos também noutras ideias defendidas pelo publicista cearense, posto que, em seu entender, redundaria este em um “circulo vicioso”, uma vez que “os potentados, os detentores do poder e da machina eleitoral, bem como os argentarios e os individuos revestidos de real influencia, congregam os irresponsaveis, submettem os fracos e ignorantes, dominam a massa anonyma e mais facilmente conseguem o seu designio” [*José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Brigueit & C.IA – Editores, 1921, p. 239].

⁵¹ Carta de Erasmo ao Imperador número VI, de 25 de dezembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 65.

⁵² *José de Alencar – o jurista*, in *Revista da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas*, Ano XVII, número 9, Rio de Janeiro, 2002, p. 35.

particularmente suas concepções acerca da Lei Natural e da Lei Positiva, com base sobretudo nos livros póstumos *Esboços jurídicos* e *A propriedade*.

No terceiro capítulo, por sua vez, cuidaremos do Direito Político na obra alencarina, abordando, particularmente, suas ideias sobre o Poder Moderador, a Constituição Imperial de 25 de março de 1824 e a representação política. Cumpre sublinhar que as ideias de José de Alencar no campo do Direito Político têm sido, entre suas ideias jurídicas, as mais valorizadas e que é inegável o fato de que seu livro *O systema representativo*, publicado em 1868, dele faz um dos mais importantes doutrinadores do Direito Político brasileiro do século 19, e, certamente, o mais original de tais autores, assim como o mais liberal no que toca à questão da representação política, havendo sido, com efeito, o primeiro autor a defender, no Império do Brasil, uma reforma política que pretendia garantir a representação das minorias políticas, assim como a pugnar, nestas plagas, pela implantação do sufrágio universal. Isto posto, faz-se mister sublinhar que não tomamos o termo Direito Político como sinônimo de Direito Público, entendendo que tem este uma extensão maior, nem tampouco como Direito do Estado ou Direito Constitucional, compreendendo que estes têm, ao contrário, uma extensão menor do que o Direito Político, que engloba também diversas matérias versadas na Teoria do Estado, na Filosofia Política e na Sociologia Política, e podemos definir como o Direito da Nação enquanto sociedade política, ou civil, autônoma, organizada no Estado,⁵³ seu instrumento, ou, como diria Enrique Gil Robles, “o Direito público, quando e enquanto concerne à existência e prosperidade nacional ”;⁵⁴ ou, ainda, segundo Francisco Elías de Tejada, como o “ramo do direito que tem por objeto o estudo descritivo, a fundamentação filosófica e a crítica axiológica das normas que regulam as formas políticas de ordenação humana”.⁵⁵

---

⁵³ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 181.

⁵⁴ *Tratado de Derecho Político según los principios de la Filosofía y el Derecho Cristianos*, tomo I, 3ª edição, Madrid, Afrodísio Aguado, S.A. Editores-Librerías, 1961, p. 23. Tradução nossa.

⁵⁵ Verbete *Derecho Político*, in VV.AA., *Nueva Enciclopedia Jurídica*, Barcelona, Francisco Seix, 1950, p. 875. Tradução nossa.

No quarto capítulo desta dissertação, por seu turno, analisaremos as ideias de José de Alencar com relação ao Direito Civil.

Na primeira parte de tal capítulo, trataremos de suas polêmicas posições a respeito da escravidão, que, sustentadas no Parlamento e em *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*,⁵⁶ lhe valeram a pecha de defensor de tal instituição, ainda que nelas não haja, como frisou José Murilo de Carvalho, “qualquer defesa da justiça e da moralidade da escravidão em si”.⁵⁷

Em seguida, cuidaremos da posição crítica de José de Alencar com relação ao *Esboço* de Código Civil de Teixeira de Freitas, por ele duramente criticado, tanto no *Relatorio* que, na qualidade de Ministro de Estado dos Negócios da Justiça, apresentou à Assembleia Geral Legislativa em 1869,⁵⁸ quanto em seus *Esboços Juridicos*. No referido *Relatorio*, Alencar declarou rescindido o contrato firmado, alguns anos antes, por aquele Ministério, com Teixeira de Freitas, para a elaboração do novo Código Civil, por não haver o jurista baiano apresentado o projeto de Código Civil dentro do prazo antes estabelecido,⁵⁹ e, sob influência de ideais semelhantes àqueles defendidos pela Escola Histórica, criticou o referido *Esboço* por este não espelhar, em sua opinião, os costumes e tradições do Brasil,⁶⁰ posição esta que, aliás, é bastante diversa daquela da maioria dos autores que trataram de Teixeira de Freitas, os quais o têm visto, ao contrário, como um exemplo de fidelidade às tradições jurídicas luso-brasileiras,⁶¹ embora, em geral,

---

⁵⁶ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868. Tais cartas foram republicadas, recentemente, sob o título de *Cartas a favor da escravidão*, dado por seu organizador, Tâmis Parron (José de ALENCAR, *Cartas a favor da escravidão*, Organização e introdução de Tâmis Parron, São Paulo, Hedra, 2008).

⁵⁷ *Apresentação*, in José de ALENCAR, *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. XXVII.

⁵⁸ *Relatorio do Ministerio da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869.

⁵⁹ *Idem*, p. 115.

⁶⁰ *Idem*, pp. 116-117.

⁶¹ Dentre os diversos autores que viram Teixeira de Freitas como um defensor da preservação das tradições luso-brasileiras no Direito Privado pátrio podemos citar, dentre outros: José Carlos Moreira ALVES, *O papel de Teixeira de Freitas na formação do Direito Brasileiro*, in *Revista Brasileira de Direito Comparado*, nº 34, 1º semestre de 2008, Rio de Janeiro, Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, 2010, pp. 143-144; Guilherme Braga da CRUZ, *Formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro*, Braga, Editorial SCIENTIA & ARS Editorial, s/d, pp. 30-31; Estevan Lo Ré POUSADA, *A obra de Augusto Teixeira de Freitas e a conformação de um Direito Civil tipicamente brasileiro – sua genialidade compreendida como conciliação entre inovação sistemática e acuidade histórica*, in *Revista da Faculdade de*

justifiquem suas posições neste sentido com base na *Consolidação das Leis Civis* e não no *Esboço*. Ainda nesta segunda parte do capítulo, cuidaremos do incompleto esboço de Código Civil de José de Alencar, que consta de sua obra *Esboços jurídicos*.

Por fim, na terceira parte do capítulo, cuidaremos da visão de Alencar a respeito do direito de propriedade, tomando como base, antes de tudo, sua obra *A propriedade*, publicada, como vimos, em 1883, e na qual o jurisconsulto patricio, que ali tomou o termo propriedade em seu mais amplo sentido, como direito dos bens,⁶² buscou, como observou o Conselheiro Antônio Joaquim Ribas, determinar os pontos de divergência entre o Direito Positivo e o Direito Natural, ou, como diria ele, “racional”, e determinar as alterações por que aquele teria que passar para se harmonizar com este.⁶³

Por derradeiro, no quinto e derradeiro capítulo, o mais breve de todos, trataremos de algumas das ideias de Alencar acerca do Direito Penal.

Direito, volume 102, São Paulo, 2007, pp. 89-98; Idem, *Preservação da tradição jurídica luso-brasileira: Teixeira de Freitas e a introdução à consolidação das leis civis* (Dissertação de mestrado defendida em 05 de abril de 2006 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo); José Pedro Galvão de SOUSA, *Raízes históricas da crise política brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1965, pp. 93-94; Idem, *Perspectivas históricas e sociológicas do Direito Brasileiro*, São Paulo, Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1961, pp. 19-20.

⁶² Cf. Antônio Joaquim RIBAS, *Prefação*, in José de ALENCAR, *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. VI.

⁶³ Idem, p. XVI.

CAPÍTULO I. ESBOÇO BIOGRÁFICO DE JOSÉ DE ALENCAR.

Romancista, jornalista, poeta, crítico literário, dramaturgo, cronista, orador, político, advogado e jurisconsulto, José Martiniano de Alencar⁶⁴ nasceu no Alagadiço Novo, na então Vila Nova de Messejana da América, também conhecida como Vila de Nossa Senhora da Conceição de Messejana, ou, simplesmente, Messejana, então Município e hoje bairro de Fortaleza, na Província do Ceará, a 1º de maio de 1829. Era filho primogênito do Padre José Martiniano de Alencar e de D. Ana Josefina de Alencar, prima deste. O Padre Alencar desempenhara, ao lado da mãe, D. Bárbara de Alencar, e do irmão, Tristão de Alencar, papel relevante na chamada Revolução Pernambucana de 1817, de que fora o principal líder no Crato, no sertão do Ceará, e depois, mais precisamente em 1822, representara a província natal junto às Cortes de Lisboa, e, no ano seguinte,

---

⁶⁴ Sobre a vida e a obra de José de Alencar: Tristão Alencar ARARIPE JÚNIOR, *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha*; *Perfil literário de José de Alencar*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, pp. 125-238 (texto originalmente publicado na *Revista Brasileira*, segundo anno, tomo VII, Rio de Janeiro, janeiro a março de 1881, pp. 40-58; 111-122; 204-219; 252-266; 445-456, e tomo VIII, Rio de Janeiro, abril a junho de 1881, pp. 64-78; 127-137; 397-408); Augusto Victorino Alves Sacramento BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Quinto volume, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, pp. 74-81; Hernâni DONATO, *José de Alencar*, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d; Múcio LEÃO, *José de Alencar: ensaio bio-bibliográfico*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1955; Raimundo MAGALHÃES JÚNIOR, *José de Alencar e sua época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), 1977; Raimundo de MENEZES, *José de Alencar: literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977; Arthur MOTTA, *José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Brigueit & C.IA – Editores, 1921; Idem, *José Martiniano de Alencar (Perfis acadêmicos, cadeira nº 23)*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 146, Rio de Janeiro, fevereiro de 1934, pp. 149-182; Osvaldo ORICO, *José de Alencar, Patriarca do romance brasileiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977; Antonio Edmilson Martins RODRIGUES, *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001; Alarico SILVEIRA, *Enciclopédia Brasileira*, tomo I, Rio de Janeiro, INL, 1958, pp. 317-319; Guilherme STUDART (Barão de Studart), *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*, volume segundo, Fortaleza: Typo-Litographia a Vapor, 1913, pp. 158-167; VV.AA., *Alencar 100 anos depois*, Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1977; VV.AA., *Centenário de José de Alencar*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, anno XX, volume XXX, nº 89, Rio de Janeiro, maio de 1929; Luís VIANA FILHO, *A vida de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979.

junto à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, dissolvida por D. Pedro I. Um dos principais líderes do Partido Liberal, tornar-se-ia Senador do Império em 1832 e governaria a Província do Ceará entre 1834 e 1837. Em 1840, criaria, no Rio de Janeiro, a Sociedade Protetora da Maioridade do Imperador D. Pedro II, mais conhecida por Clube da Maioridade, graças a cujo trabalho foi o Príncipe Herdeiro coroado Imperador do Brasil naquele mesmo ano.

Havendo passado os primeiros anos da infância na Terra de Sol banhada pelos “verdes mares bravios” por ele posteriormente imortalizados no poema em prosa *Iracema*,⁶⁵ cuja primeira edição data de 1865, José de Alencar deixou a terra natal, se mudando, com a família, para o Rio de Janeiro, quando o pai, havendo deixado a Presidência da Província do Ceará, voltou à Corte Imperial para reassumir sua cadeira no Senado. Jamais esqueceu, o então futuro autor de *As minas de prata*, a viagem que fez, por terra, do Ceará até a Bahia, onde tomaria o pacote com destino à Capital do Império, percorrendo não apenas os vastos e áridos sertões por ele mais tarde retratados no romance *O sertanejo* e que seriam, posteriormente, tema de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha,⁶⁶ e de *Terra de Sol*, de Gustavo Barroso,⁶⁷ mas também diversas matas verdejantes. Seria, ademais, segundo ele próprio, nesta viagem que nasceria a inspiração inicial do romance *O guarani*, escrito quase vinte anos mais tarde.⁶⁸

Entre 1840 e 1843, Alencar estudou no Colégio de Instrução Elementar, situado na Rua do Lavradio e dirigido por Januário Martins Ferreira, mestre rigoroso na disciplina e extremamente devotado à causa do ensino, a cuja memória sempre tributou o escritor a maior veneração e que

---

⁶⁵ *Iracema: lenda do Ceará*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia de Vianna & Filhos, 1865.

⁶⁶ *Os Sertões: campanha de Canudos*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert, 1902.

⁶⁷ *Terra de Sol: natureza e costumes do Norte*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Benjamin de Aguiar - Editor, 1912.

⁶⁸ “Se nalguma hora de pachorra, me dispusesse a refazer a cansada jornada dos quarenta e quatro anos, já completos, os curiosos de anedotas literárias saberiam, além de muitas outras coisas mínimas, como a inspiração do Guarani, por mim escrito aos 27 anos, caiu na imaginação da criança de nove, ao atravessar as matas e sertões do norte em jornada do Ceará à Bahia” (*Como e porque sou romancista*, Campinas, SP, Pontes, 1990, p. 12). Autobiografia intelectual e literária de Alencar, a obra *Como e porque sou romancista* foi escrita, na forma de carta, em 1873, e publicada em 1893, pela Typographia Leuzinger, do Rio de Janeiro.

foi, depois do pai, o primeiro homem que lhe incutiu respeito e em quem acatou o “símbolo da autoridade”.⁶⁹

Em 1843, Alencar veio para São Paulo, onde iniciou o curso preparatório para ingresso na Academia de Ciências Jurídicas e Sociais do Largo de São Francisco, aqui se instalando em uma “república” situada na esquina das ruas de São Bento e da Quitanda.

Era, então, São Paulo uma cidade pequena, pacata, fria, garoenta e nebulosa, cujas estreitas ruas de casas baixas, com alguns solares senhoriais assobradados, além de várias igrejas e alguns conventos, se situavam entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, que desciam pelas chácaras que cercavam a diminuta urbe, praticamente a mesma que o poeta Castro Alves, ali chegado em 1868, para estudar na Academia do Largo de São Francisco, descreveria, em carta a Augusto Álvares Guimarães, como a “bela cidade das névoas e das mantilhas”, o “solo que casa Heidelberg com a Andaluzia”,⁷⁰ e que, no célebre poema *Versos de um viajante*, chamaria a “Rosa de Espanha no hiberna Friul”.⁷¹ Era então São Paulo a cidade das rótulas e das mantilhas, dos ponchos e das capas espanholas, cujas “velhas casas” apresentavam, na expressão do próprio José de Alencar, no romance inacabado *O pajem negro*, o “aspecto sombrio e refohudo” que distinguia as “antigas cidades da Andaluzia”,⁷² e em que parecia ainda se respirar, no dizer de Bernardo Guimarães, “a aura tradicional dos tempos de Amador Bueno”.⁷³

Em 1845, José de Alencar se matriculou no primeiro ano do curso de Direito da Academia de São Paulo, onde estudaria a partir do ano seguinte. Spencer Vampré, em suas *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, consigna, dentre os matriculados no primeiro ano, em 1845, José Martiniano de Alencar, “o immortal autor de *Iracema*, que por tantos annos

⁶⁹ *Como e porque sou romancista*, Campinas, SP, Pontes, 1990, p. 15.

⁷⁰ Carta a Augusto Álvares Guimarães, de 08 de abril de 1868, in Norlândio Meirelles de ALMEIDA, *São Paulo de Castro Alves*, Guarulhos, SP, SOGE, 1997, pp. 143-144. O trecho aqui citado se encontra à página 143.

⁷¹ *Espumas flutuantes*, Edição do 120º aniversário da morte do autor, 2ª edição fac-similar da edição príncipe, com dedicatória do autor a José de Alencar e depoimentos manuscritos de Ronald de Carvalho e Afrânio Peixoto, São Paulo, Edições GRD, 1991, p. 94.

⁷² *O pajem negro*, in *Obra completa*, volume III, Romance histórico, lendas indianistas, romance regionalista e fragmentos, 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda., 1958, p. 1275.

⁷³ *Rosaura, a enjeitada*. 1º volume, São Paulo, Coleção Saraiva, s/d, p. 4.

empunhou indisputavelmente o sceptro do romance, e da critica, no Brasil”, ao lado de Antonio Augusto César de Azevedo, “um dos maiores tribunos judiciários de S. Paulo”, Francisco Justino Gonçalves de Andrade, posteriormente lente de nomeada, Joaquim Felício dos Santos, “jurisconsulto, precursor do Código Civil”, e Bernardo da Silva Guimarães, o célebre autor de *A escrava Isaura*, “poeta, historiador e romancista, que é uma das glórias mais modestas e mais puras das nossas letras”.⁷⁴

O fato de maior relevância para a Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo durante o tempo em que José de Alencar ali estudou foi a visita de D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina às Arcadas, por ocasião da primeira viagem destes a São Paulo. Com efeito, em 03 de março de 1846, foram os Imperantes à Faculdade, sendo recebidos à porta pelos lentes e saudados por orquestra. Proferiu um discurso de saudação o diretor interino das Arcadas, Dr. José Maria de Avelar Brotero, e foram recitados versos pelo Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior e por alguns acadêmicos. Concluída a reunião, os soberanos visitaram o edifício e a biblioteca. Alguns dias mais tarde, após haver conhecido as cidades de Sorocaba, Porto Feliz, Itu, Campinas e Jundiaí, o Imperador, de regresso à Capital da Província, onde permaneceu por vários dias, voltou à Academia, onde assistiu à defesa das teses apresentadas pelos bacharéis Francisco Carlos de Araújo e Eduardo Olímpio Machado.⁷⁵

Em setembro de 1847, Alencar fundou, com alguns colegas da Academia, a revista *Ensaios Litterarios*⁷⁶, de que foi o redator principal, cujo subtítulo era *Jornal de uma Associação de Academicos* e que era publicada na “Typographia do Governo” da Província de São Paulo. Ali publicou, dentre outros trabalhos, alguns dos quais não assinados, artigo intitulado *Sobre a vida de D. Antonio Filipe Camarão*⁷⁷, que já revela o

---

⁷⁴ *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, volume I, São Paulo, Livraria Acadêmica/Saraiva & C.IA – Editores, 1924, p. 356.

⁷⁵ Sobre a visita do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina à cidade de São Paulo e à Faculdade de Direito de São Paulo: Raimundo de MENEZES, *Histórias da História de São Paulo*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1954, pp. 218-220.

⁷⁶ Sobre os *Ensaios Litterarios*: Affonso Antônio de FREITAS, *A imprensa periodica de São Paulo*, in *Revista do Instituto Historico e Geografico de São Paulo*, volume XIX, 1914, São Paulo, Typographia do “Diario Official”, 1915, pp. 411-412.

⁷⁷ *Sobre a vida de D. Antonio Filipe Camarão*, in *Ensaios Litterarios*, São Paulo, maio de 1849, pp. 8-12.

nacionalismo que caracterizaria toda a obra literária, política e jurídica do autor de *Ubirajara*, e um ensaio sob o título de *O estylo na Litteratura Brasileira*.⁷⁸ Também colaboraram em *Ensaio Litterarios*, dentre outros, Leonel de Alencar (irmão mais novo de José de Alencar, depois diplomata e Barão de Alencar), Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, João Guilherme de Aguiar Whitaker (que viria a ser magistrado e Deputado Provincial por São Paulo) e os mais tarde conselheiros João Almeida Pereira Filho e Antônio Joaquim Ribas. Este último, que prefaciaria a obra *A propriedade*, de José de Alencar, editada em 1883 por Garnier, publicou em *Ensaio Litterarios* um fragmento de sua inédita *História dos paulistas*.

Na pequena e brumosa cidade de São Paulo, “burgo de estudantes”, no dizer de Ernani Silva Bruno,⁷⁹ tendo em vista a importância dos acadêmicos das Arcadas na vida paulistana de então, Alencar, que, bastante reservado, permaneceu sempre afastado do bulício estudantil, se dedicou mais às leituras literárias e, como sublinhou Artur Motta, também históricas e filosóficas,⁸⁰ do que aos estudos jurídicos, pouco se ocupando das Pandectas, como assinalou Araripe Júnior.⁸¹ Foi, contudo, um bom aluno, ainda que não tão brilhante quanto o fora no Colégio de Instrução Elementar, onde logo se destacara como o primeiro aluno da classe. Não procurando se sobressair entre os colegas, apenas os poucos mais íntimos, ainda segundo Araripe Júnior, “conheciam a vastidão da inteligência que se aninhava em corpo tão frágil”.⁸²

Foi em São Paulo, ademais, que Alencar leu a maior parte da obra de Balzac e de Chateaubriand, bem como da obra até então publicada por Victor Hugo, Alexandre Dumas e Alfred de Vigny, sem falar no romance *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, que, como anotou Wilson

---

⁷⁸ *O estylo na Litteratura Brasileira*, in *Ensaio Litterarios*, São Paulo, agosto de 1850.

⁷⁹ *História e tradições da cidade de São Paulo*, Prefácio de Gilberto Freyre. Bicos de pena de Clóvis Graciano, 3ª edição, volume II, *Burgo de estudantes* (1828-1872), São Paulo, Editora Hucitec, Prefeitura do Município de São Paulo; Secretaria Municipal de Cultura, 1984.

⁸⁰ *José Martiniano de Alencar (Perfis acadêmicos, cadeira nº 23)*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 146, Rio de Janeiro, fevereiro de 1934, p. 151.

⁸¹ *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luízinha; Perfil literário de José de Alencar*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, p. 134.

⁸² *Idem*, loc. cit.

Martins,⁸³ muito influenciou os dois primeiros romances escritos pelo autor cearense, a saber, *A viuvinha* e *Cinco minutos*, ambos aparecidos inicialmente sob a forma de folhetins, no *Diário do Rio de Janeiro*, o segundo em dezembro de 1856 e o primeiro a partir de 21 de abril do ano seguinte. Foi ainda em São Paulo, pela convivência nesta terra onde, no dizer do autor de *Contos brasileiros* e de *Luizinha*, eram tão vivas as tradições no que respeita aos primeiros exploradores e conquistadores do Brasil, que se aguçou em Alencar “o apetite das coisas pátrias”.⁸⁴

Isto posto, cumpre ressaltar que Alencar nutria, até o fim da vida, profunda admiração por São Paulo, que, em sua visão nacionalista romântica, considerava a “terra sagrada da liberdade”, onde, às margens do “legendário ribeiro” do Ipiranga, “o fundador do império proclamou a independência”, iniciando, naquele “sítio que foi berço da pátria brasileira”, a “grande obra da redenção nacional”.⁸⁵ Do mesmo modo, o autor de *O pajem negro* e de *A neta do Anhanguera* viu, assim como Saint-Hilaire, os bandeirantes paulistas como uma “raça de gigantes”,⁸⁶ expressão mais tarde adotada por Alfredo Ellis Junior no célebre ensaio que leva tal nome,⁸⁷ ou, nas suas próprias palavras, como a “formidável raça paulista”, cujos “prodígios”, “heroísmos sublimes e façanhas estupendas” foram muito superiores àqueles tão exaltados “cometimentos dessa raça norte-americana dos *ianques*”, que, em seu sentir, ficava “muito longe dessa primitiva raça paulista”. Produto do cruzamento dos filhos de Portugal e Espanha com os índios de Pindorama, tal estirpe era, no entendimento de Alencar, a estirpe dos “intrépidos bandeirantes que exploraram todo o sertão do Brasil até os Andes”, que, por “indomável arrojo”, “conquistaram

⁸³ *História da Inteligência Brasileira*, volume III (1855-1877), São Paulo, Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977, pp. 60-61.

⁸⁴ *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha*; *Perfil literário de José de Alencar*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, pp. 137-138.

⁸⁵ *O pajem negro*, in *Obra completa*, 1ª edição, volume III, Romance histórico, lendas indianistas, romance regionalista e fragmentos, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda., 1958, p. 1263.

⁸⁶ *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*, Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes, 1ª edição, São Paulo, Livraria Martins, 1940, p. 33. A primeira edição da *Viagem à Província de São Paulo*, juntamente com a *Viagem à Província de Santa Catarina*, se deu, sob o título de *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, em dois tomos, por Arthus Bertrand, Libraire-Éditeur, de Paris, em 1851.

⁸⁷ *Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista*, 1ª edição, São Paulo, Editora Hélios Limitada, 1926.

o deserto, quando não tinham nem a gente precisa para povoá-lo”,⁸⁸ e cujo “espírito empreendedor” estava presente nos seus descendentes, “os paulistas modernos”, que o aplicavam à indústria.⁸⁹ Por esta razão se notava, segundo observaria ele em discurso proferido na Câmara Geral do Império a 09 de agosto de 1870, “nos últimos tempos um aumento tão considerável” na “renda” de São Paulo e “aquela Província começa a atrair uma imigração já importante, e que há de crescer logo que forem realizadas as estradas [de ferro] que estão em projetos”.⁹⁰

Em fins do ano de 1847, o Senador Alencar, muito doente, resolveu deixar a Corte e seguir para o Ceará com o intuito de tentar recuperar a abalada saúde. Embarcando a 14 de setembro no vapor S. Salvador, com destino à terra natal, passou algum tempo no sítio do Alagadiço Novo, em Messejana, onde o filho primogênito, após concluir os exames do segundo ano na Faculdade de Direito de São Paulo, foi assisti-lo, movido pelo afeto filial e pela vontade de rever as paisagens da infância, os queridos sítios em que viera ao Mundo e em que principiara a descobri-lo, encontrando o genitor já bem melhor de saúde, graças aos bons ares da terra em que nascera.

Findas as férias na província natal, que duraram dois meses, José de Alencar seguiu, na escuna a vela *Laura*, para Olinda, em cuja Faculdade de Direito se matriculou a 02 de maio de 1848. Na véspera deste dia, o Senador Alencar, restabelecido, chegava à Corte a bordo vapor S. Sebastião.

Em Olinda, onde fez o terceiro ano de faculdade, Alencar se pôs a ler, na vetusta biblioteca do Mosteiro de São Bento, os cronistas do período colonial, que exerceriam profunda influência sobre seus romances e suas novelas históricas, como podemos ver claramente, por exemplo, em *As minas de prata* (1862-1865), mais importante obra literária a retratar o bandeirismo baiano, do qual, aliás, foi lídimo representante seu

---

⁸⁸ *O pajem negro*, in *Obra completa*, 1ª edição, volume III, Romance histórico, lendas indianistas, romance regionalista e fragmentos, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda., 1958, p. 1277.

⁸⁹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 253.

⁹⁰ Idem, loc. cit.

antepassado Leonel Pereira de Alencar, alentejano chegado ao Brasil entre 1650 e 1680 e que, juntamente com os irmãos Alexandre e João Francisco, associado ao poderoso clã bandeirante dos Garcia D'Ávila, com sede na célebre Casa da Torre, na cidade do Salvador, percorreu os sertões em diversas bandeiras, inclusive ao lado de sertanistas da estirpe de um Domingos Jorge Velho e de um Afonso Domingos Sertão, o primeiro natural de São Paulo do Campo de Piratininga e o segundo nascido em Portugal.

Concluído o terceiro ano do curso de Direito em Olinda, Alencar regressou à Corte, onde se tornou sócio de um gabinete de leitura que então havia na Rua da Alfândega e que possuía considerável coleção dos melhores romances e novelas até então dados à estampa em França e na Bélgica. Fascinado pelos mares, leu os romances marítimos de Walter Scott, de Fenimore Cooper e do Capitão Marryat, além do que lhe faltava de Balzac e Dumas e o que encontrou de Arlincourt, Frédéric Soulié, Eugène Sue e outros mais. Foi por essa época, ademais, que terminou o primeiro romance, *Os contrabandistas*, iniciado em São Paulo e do qual nada restou além da capa e de algumas páginas, havendo as demais sido destruídas poucos anos mais tarde por um hóspede da chácara do Senador Alencar, na Rua do Maruí, que todas as noites, quando desejava pitar, arrancava uma folha dos manuscritos do jovem, a torcendo a modo de um pavio e a acendendo na vela.

Retornando a São Paulo em 1849, aqui passou a residir em uma “república” na Rua da Palha, onde, em 1850, o estudante Francisco de Paula Ferreira de Rezende, posteriormente Deputado Provincial em Minas Gerais e, depois, Ministro do Supremo Tribunal Federal, que ali também passara a residir, o via todos os dias “passar para a aula, quase sempre só e sempre muito sério”, aparentando ser um rapaz “extremamente estudioso”, que “jamais se via metido em partidas de prazer” e que nas “próprias rodas ou reuniões acadêmicas muito pouco aparecia”.⁹¹

Havendo-se bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1850, Alencar logo depois retornou à Corte, onde principiou a trabalhar

---

⁹¹ *Minhas recordações*, 2ª edição, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1987, p. 265.

como praticante no conceituado escritório de advocacia do Dr. Caetano Alberto Soares, no qual permaneceu por quatro anos.

Nascido em Porto da Cruz, na ilha da Madeira, em 1790, o Dr. Caetano Alberto Soares fora ordenado presbítero secular e se formara em Direito na Universidade de Coimbra. Por algum tempo, exercera o sacerdócio na Madeira, ao mesmo tempo em que lecionava latim e praticava a advocacia. Em 1826, fora eleito deputado às Cortes portuguesas. Liberal, fora adversário de El-Rei D. Miguel I, que, aclamado monarca de Portugal e Algarves pelas Cortes a 23 de junho de 1828, era antiliberal, opondo as liberdades concretas do povo português à liberdade abstrata do liberalismo, e defendia a Monarquia Tradicional,⁹² sendo, ademais, o rei legítimo segundo as Cortes de Lamego⁹³ e as Cortes da Restauração, ou, em uma palavra, segundo as Leis Fundamentais do Reino.⁹⁴

---

⁹² Havendo afirmado que El-Rei Dom Miguel I era um adepto da Monarquia Tradicional, reputamos oportuno enfatizar que é esta a posição de autores como Henrique Barrilaro Ruas (*D. Miguel I e o problema da Constituição Histórica*, in *A Liberdade e o Rei*, Lisboa, qp, 1971, p. 166), Mário Saraiva (*Reparos a um livro*, in *Impressões e memória*, Lisboa, Universitária Editora, 1998) e António Sardinha [*A Teoria das Cortes Gerais* (introdução às *Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Cortes Gerais*, do segundo Visconde de Santarém), 2ª edição, Lisboa, qp, 1975, pp. 124-125; *Idem, Processo dum rei*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1937, pp. 61-67], para os quais, como para nós, a Monarquia Tradicional não pode ser confundida com a Monarquia absolutista. Cabe salientar, aliás, que António Ribeiro Saraiva, agente diplomático de D. Miguel em Londres e um dos principais vultos do chamado movimento miguelista, também ressaltou, e por diversas vezes, o caráter antiabsolutista do denominado miguelismo, como podemos ver, por exemplo, no *memorandum* da conferência que teve com Lord Grey, Primeiro-Ministro Britânico, em 1833 (*Memorandum d'une conférence de A. R. Saraiva avec Lord Grey, le 20 decembre, 1833, sur le meilleur moyen de pacifier le Portugal, d'y mettre fin a la guerre civile, d'y retablir un vrai gouvernement constitutionnel. En outre Un projet pour assurer la pacification du Portugal, adressé quelque temps après, Aux portugais de tous les partis; suivi de Une lettre a S. A. M. le prince d'Esterhazy*, Londres, Simpkins, 1847, p. 27), e no opúsculo *Eu não sou hum rebelde*, escrito em francês e publicado em Paris em 1828 e em Portugal, em tradução de “Hum amigo do Throno, e do Altar”, ainda no mesmo ano. Neste opúsculo, indagou ele se “Quem defende as Leis, os direitos, as liberdades, e a Constituição de sua pátria, defende acaso o poder despótico?”, logo após demonstrar que os realistas legitimistas, ou miguelistas, o faziam, ao contrário dos liberais, ou pedristas, perguntando, em seguida: “Quaes são pois os Absolutistas, nós, ou os partidistas do Senhor D. Pedro?” (*Eu não sou hum rebelde ou A questão de Portugal em toda a sua simplicidade: offerecida aos políticos imparciaes e aos homens de boa fe’ por Antonio Ribeiro Saraiva, emigrado portuguez*, Tradução de “Hum amigo do Throno, e do Altar”, Lisboa, Nova Impressão Silviana, 1828, p. 23). Faz-se mister sublinhar, contudo, que a rejeição do absolutismo não representou unanimidade entre os autores miguelistas, uma vez que José da Gama e Castro, que foi físico-mor de El-Rei D. Miguel, dedicou todo um capítulo de seu célebre livro *O Novo Príncipe*, assinado com o pseudônimo de ***, à defesa desta forma de governo (*O Novo Príncipe ou O Espirito dos Governos Monarchicos*, Segunda edição, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1841, pp. 88-101).

⁹³ Julgamos necessário sublinhar que, como anotou o historiador português João Ameal, se as atas das Cortes de Lamego, inseridas por António Brandão na *Monarchia Lusitana*, são apócrifas, isto não prova que as referidas Cortes se não tenham efetuado, persistindo, a tal respeito, diversas dúvidas, e, ademais, na década de 1820, todos acreditavam na existência das Cortes e na autenticidade de suas atas (*História de Portugal: das origens até 1940*, 3ª edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1949, pp. 546-547).

⁹⁴ Cumpre salientar que era El-Rei D. Miguel o soberano legítimo de Portugal e Algarves em virtude de ser seu irmão Pedro um príncipe estrangeiro, que guerreara contra Portugal e impusera a esta nação, em 1826,

Temendo ser perseguido pelos partidários de El-Rei D. Miguel, que eram, aliás, muito numerosos, sendo este soberano, segundo Oliveira Martins, aquele que, ao lado de D. Sebastião I, o povo português mais amou,⁹⁵ Caetano Alberto Soares emigrara para o Brasil, após breve passagem por Londres, se fixando no Rio de Janeiro, onde, tendo abandonado o sacerdócio, passara a se dedicar tão somente à advocacia, logo se firmando como um dos mais renomados causídicos da Corte e se tornando mesmo o advogado da Casa Imperial.

Havendo adotado a cidadania brasileira, era Comendador da Ordem da Rosa e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e fora, em 1843, um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, mais conhecido como Instituto dos Advogados Brasileiros, cuja presidência ocuparia entre 1852 e 1857. Ao lado de José Clemente Pereira, de Nabuco de Araújo e dos barões de Penedo e de Mauá, integraria a comissão elaboradora do Regulamento, ou Decreto Imperial, nº 737, de 25 de novembro daquele ano de 1850, cujo objetivo seria a determinação da ordem do juízo e a regulamentação de matérias no processo comercial. Afetado pela cegueira não se sabe ao certo em qual ano, deixaria pequena obra escrita.⁹⁶ Faleceria no Rio de Janeiro aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 1867.

No convívio do Dr. Caetano Alberto Soares, “decano de sua classe no foro da Corte”, na expressão de Magalhães Júnior,⁹⁷ se inciou o então futuro autor de *A propriedade* nos estudos mais sérios do Direito, como

---

uma Carta que pretendia, no dizer do próprio D. Miguel, “mudar as Instituições da Monarchia, e alterar as Leis Fundamentais dela, os seus usos, e as liberdades dos Portugueses, sem o consentimento das Cortes reunidas nos Tres Estados” (*Manifesto de Sua Magestade Fidelissima, o Senhor Dom Miguel Primeiro, rei de Portugal e dos Algarves e seus domínios*, Lisboa, Imprensa Regia, 1832, pp. 11-12).

⁹⁵ *Portugal contemporâneo*, 3ª edição, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, 1895, pp. 361-362.

⁹⁶ De tal obra, podemos destacar, além do livro de poesias *Meu primeiro dedilhar da lira*, de 1846, uma *Memoria para melhorar a sorte dos nossos escravos*, de 1847, uma *Memoria* lida no Instituto dos Advogados Brasileiros e divulgada em 1848, *Regulamento para a execução da lei das terras e Regulamentos commerciaes*, ambos publicados em 1850, além de *Do casamento como contrato civil e Pareceres sobre o Anteprojeto do Codigo Civil do Imperio elaborado pelo Bacharel Augusto Teixeira de Freitas*, vindos à luz em 1865.

⁹⁷ *José de Alencar e sua época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, p. 40.

sublinhou Raimundo de Menezes,⁹⁸ ali fazendo, segundo escreveu Magalhães Júnior, “um excelente aprendizado jurídico.”⁹⁹

Em 1851, ainda praticante no escritório do Dr. Caetano Alberto Soares, estreou José de Alencar no jornalismo e, ao mesmo tempo, na crítica literária da Corte, com um estudo, publicado no *Correio Mercantil*, sobre as *Poesias* de Augusto Emílio Zaluar, poeta, escritor e jornalista português que, em 1856, naturalizar-se-ia brasileiro e que seria mais conhecido pela *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)*, vindo à luz em 1863,¹⁰⁰ e pelo romance *O Dr. Benignus*, que, publicado, em folhetins, no jornal *O Globo*, em 1875, pode bem ser considerado a primeira obra romanesca de ficção científica escrita no Brasil.

Três anos mais tarde, mais precisamente em agosto de 1854, o jornalista, advogado, poeta e Deputado Geral do Império pelo Partido Liberal, além de futuro diplomata e Senador, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, de quem Alencar se fizera amigo em São Paulo, em cuja Academia de Direito se bacharelara aquele em 1845, convidou o futuro romancista de *O tronco do ipê* para trabalhar na redação do *Correio Mercantil*, órgão liberal, para o qual já chamara Manuel Antônio de Almeida, de quem publicara, em fascículos, no suplemento *Pacotilha*, entre 1852 e 1853, o romance *Memórias de um sargento de milícias*, e no qual Machado de Assis trabalharia, na condição de simples revisor, de 1858 a 1860.

Assim, Alencar deixou o escritório do Dr. Caetano Alberto Soares, mas não a profissão de advogado, permanecendo na advocacia até o fim da vida, ainda que não fosse esta sua real vocação, o que, contudo, como fez salientar Luís Viana Filho, não o impediu de se afirmar, reiteradamente, “com a tenacidade que sempre o acompanhou”, pelos conhecimentos no campo jurídico.¹⁰¹ Destarte, segundo enfatizou Arthur Motta, a “verdadeira

⁹⁸ *José de Alencar: literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 63.

⁹⁹ *José de Alencar e sua época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, p. 41.

¹⁰⁰ *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975. Livro publicado originalmente em 1863, pelo editor B. L. Garnier, do Rio de Janeiro, havendo sido impresso em Paris, na tipografia de Ad. Lainé e de J. Havard.

¹⁰¹ *A vida de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 47.

profissão” de Alencar, “que almejou pelo preparo inicial do seu espírito, a que lhe garantiu os meios de subsistência foi a do jurisconsulto”, sendo esta, ademais, a sua “carreira preferida”,¹⁰² uma vez que, a despeito de jamais haver desprezado a Literatura, nunca fez dela uma profissão, o que seria, aliás, absolutamente impossível em seu tempo, de sorte que podemos dizer que a Literatura foi a sua vocação por excelência, a sua “inclinação, sem que tivesse sido sua profissão, embora nella brilhasse, com mais intenso fulgor o seu talento robusto”.¹⁰³

No *Correio Mercantil*, jornal de que era proprietário Joaquim Francisco de Alves Branco Muniz Barreto, sogro de Francisco Otaviano, José de Alencar foi encarregado da seção *O Foro*, onde, além de analisar a jurisprudência e o movimento dos tribunais, o jovem bacharel, sob o pseudônimo de *Al*, publicou uma série de artigos a respeito do projeto de reforma da lei hipotecária (Projeto de Lei nº 124, de 1854), da autoria de José Thomaz Nabuco de Araújo, e, assinando como J. de Alencar, comentou, na subseção intitulada *Bibliographia Juridica*, diversas obras de Direito, a exemplo do *Compendio de theoria e pratica do Processo Civil para uso das faculdades de Direito do Imperio*, do processualista pernambuco Francisco de Paula Baptista, de 1855.¹⁰⁴

Foi, contudo, nos folhetins intitulados *Ao correr da pena*, os quais ocupavam o lugar de honra do referido jornal e que seriam reunidos em livro por José Maria Vaz Pinto Coelho, em 1874, que Alencar, neles passando em revista, com todo o seu brilhantismo estilístico, os acontecimentos da Corte Imperial, realmente se destacou, não tardando que se visse naquele “jovem estreante”, na frase de Machado de Assis, “um mestre do futuro”.¹⁰⁵ Naqueles folhetins, que fizeram de Alencar o mais destacado vulto da crônica jornalística carioca daquele tempo e que se configuram, no dizer de Brito Broca, em “documento vivo de uma época”,

¹⁰² *José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Briguiet & C.IA – Editores, 1921, p. 337.

¹⁰³ *Idem*, loc. cit.

¹⁰⁴ *Compendio de theoria e pratica do Processo Civil para uso das faculdades de Direito do Imperio*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1855.

¹⁰⁵ *José de Alencar: “O guarani”*, in *Obra completa*, volume III, Quinta edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, p. 923. Texto originalmente publicado em 1887, como prefácio a uma edição de *O guarani* de que saíram tão somente os primeiros fascículos.

em que já se prenunciava o “ficcionista romântico” futuro,¹⁰⁶ tratou ele das mais variadas coisas que ocorriam na Corte Imperial naqueles meados da década de 1850, bem como de assuntos que nela então se debatiam. Cuidou, com efeito, dos finos e requintados bailes do Cassino Fluminense ao memorável panegírico de São Pedro de Alcântara, proferido por Frei Francisco de Monte Alverne na Capela Imperial de Nossa Senhora da Glória do Outeiro aos dezenove de outubro de 1854, após quase dezoito anos afastado dos púlpitos em virtude da cegueira que o afetara; da primeira corrida de cavalos do Jockey Club Fluminense à procissão de São Jorge; dos bailes de máscaras à Guerra da Crimeia; das representações teatrais no Ginásio Dramático e no Teatro São Pedro de Alcântara e das apresentações líricas neste último teatro e no Teatro Lírico Fluminense à colonização; do aniversário da Imperatriz Teresa Cristina às sociedades em comandita; do luxo da aristocrática Rua do Ouvidor ao calor dos debates na Câmara e no Senado; dos partidos políticos à nova e florescente cidade serrana de Petrópolis e à também serrana povoação de Teresina, então recém-surgida e depois denominada Teresópolis.

Em fins de 1854 e no primeiro semestre de 1855, Alencar se revelou, nos folhetins *Ao correr da pena*, na frase de Brito Broca, um “comentarista arguto”, sobretudo, na crítica das sociedades comanditárias, que então criavam uma artificial situação de prosperidade econômica, iniciativa de caráter liberal posteriormente combatida pelo conservador Torres Homem no Ministério da Fazenda.¹⁰⁷ Nesta crítica, Alencar demonstrou ter uma visão bastante contrária ao liberalismo econômico e análoga àquela dos chamados cristãos sociais, ou católicos sociais europeus, e de seus precursores, uns e outros representantes das “reações cristãs” ao liberalismo, ou “*reações antiliberais* de índole cristã” de que nos falou Soares Martínez.¹⁰⁸ Tais reações, antecedendo a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, sobre quem exerceriam profunda influência, se

---

¹⁰⁶ *José de Alencar – folhetinista*, in José de ALENCAR, *Obra completa*, 1ª edição, volume IV, Romance histórico, lendas indianistas, romance regionalista e fragmentos, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda., 1960, p. 634.

¹⁰⁷ Idem, loc. cit.

¹⁰⁸ *Economia Política*, 8ª edição revista, Coimbra, Livraria Almedina, 1998, p. 280. Grifos em itálico no original.

havia iniciado com Joseph de Maistre, Louis de Bonald, Antoine de Rivarol, Chateaubriand, o Abade Barruel, Frédéric Ozanam, Villeneuve-Bargemon, Luigi Taparelli D’Azeglio, Jaime Balmes e Donoso Cortés, prosseguiram com Von Ketteler, bispo de Mogúncia, o Barão Von Vogelsang e outros e teriam, a partir da década de 1870, o Marquês de La Tour-Du-Pin e o Conde Albert de Mun entre seus mais notáveis apóstolos. Diversamente, porém, destes autores, Alencar jamais deixou de se considerar um liberal, entendendo, porém, o liberalismo econômico de maneira muito diversa daquela dos principais teóricos deste sistema econômico, atacando a “tyrannia da propriedade”,¹⁰⁹ a “absurda organização da propriedade”,¹¹⁰ tão característica do liberalismo, justamente em nome daquilo que considerava ele ser o verdadeiro liberalismo.¹¹¹

Destarte, no folhetim do dia 21 de janeiro de 1855, Alencar, havendo tratado dos fatos heroicos da história da cidade do Rio de Janeiro, assim escreveu:

Hoje não aparecem mais desses fatos brilhantes de coragem e heroísmo. A época mudou: aos feitos de armas sucederam as conquistas da civilização e da indústria. O comércio se desenvolve; o espírito de empresa, servindo-se dos grandes capitais e das pequenas fortunas, promove o engrandecimento do país, e prepara um futuro cheio de riqueza e de prosperidade.

Ide à Praça. Vereis que agitação, que atividade espantosa preside às transações mercantis, às operações de crédito, e sobretudo às negociações sobre os fundos de diversas empresas. Todo o mundo quer ações de companhias; quem as tem vende-as, quem não as tem compra-as. As cotações variam a cada momento, e sempre apresentando uma nova alta no preço.

Não se conversa mais sobre outra coisa. Os agiotas farejam a criação de uma companhia; os especuladores estudam profundamente a idéia de alguma empresa gigantesca. Enfim, hoje já não se pensa em casamento rico, nem em sinecuras; assinam-se ações, vendem-se antes das prestações e ganha-se dinheiro por ter tido o trabalho de escrever o seu nome.

Este espírito da empresa e esta atividade comercial prometem sem dúvida alguma grandes resultados para o país; porém é necessário que o governo saiba dirigi-lo e aplica-lo convenientemente; do contrário, em vez de benefícios, teremos de sofrer males incalculáveis.

É preciso não conceder autorização para incorporação de companhias que não revertam em bem do país, que não tenham todas as condições de bom êxito. Não procedendo desta maneira, se falseará o espírito da lei e a natureza das sociedades anônimas, e se perderá indubitavelmente o concurso deste poderoso elemento de riqueza e de engrandecimento.

Companhias que, como algumas que já existem, não forem criadas no pensamento de uma necessidade pública, ou de uma grande vantagem do país, não só esgotarão os capitais que podem servir para outras obras de maior

¹⁰⁹ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 16.

¹¹⁰ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 179.

¹¹¹ *Idem*, loc. cit.

alcance, como desacreditarão o espírito de empresa, desde que, como é natural, os seus lucros não corresponderem às esperanças do comércio.

Cumpra também - já falamos em companhias - que o governo trate de examinar se algumas empresas privilegiadas que existem nesta corte, principalmente sobre navegação do costeiro, têm satisfeito as condições de sua incorporação. Fala-se em tantos abusos, em tantas negligências, que é provável haver um fundo de verdade nas exagerações que costumam envolver certas censuras.

E sobre isto me parece que é tempo de quebrar-se esse círculo de ferro do exclusivismo e do monopólio, que tanto mal começa a fazer à nossa navegação de costeiro. O privilégio é um agente aproveitável nos países novos; mas convém que seja empregado com muita reserva, e unicamente no período em que a indústria que se quer proteger ainda não tem o desenvolvimento necessário.¹¹²

Alguns dias mais tarde, mais precisamente aos 4 de março de 1855, Alencar retomou o assunto, ainda no *Correio Mercantil*:

Nada hoje se faz senão por *companhia*. A iluminação a gás, as estradas, os açougues, o asseio público, a construção de ruas, tudo é promovido por este poderoso espírito de associação que agita atualmente a praça do Rio de Janeiro.

Se encontrardes por aí algum sujeitinho de chapéu rapado, de laço de gravata à bandida, roendo as unhas, ou coçando a ponta da orelha, não penseis que é um poeta ou um romancista à cata de uma rima ou de um desfecho para seu último romance. Nada! o tempo destas bagatelas já passou. Podeis apostar que o tal sujeitinho ruma o projeto de uma empresa gigantesca, e calcula na ponta dos dedos o ganho provável de uma companhia qualquer.

E assim tudo o mais. Vê-se hoje pelos salões, pelas ruas a cada canto, certos indivíduos a segredarem, a trocarem palavras ininteligíveis e a falar à *mezza voce* uma linguagem incompreensível, cabalística. Um homem pouco experiente tomá-los-ia por carbonários ou membros de alguma sociedade invisível de alguma confraria secreta. Qual! são finórios que farejam a criação de uma companhia, e que tratam de se arranjar para não ficarem sós, isto é, sem dinheiro.

Até a nova empresa lírica, que se criou nesta corte há coisa de dois meses, assentou de organizar uma companhia para a construção de um novo teatro apropriado à cantoria, e conta-nos que já pediu ao governo a competente autorização.

Com a facilidade que há atualmente em conceder-se semelhante favor, parece-nos que o governo não deixará de autorizar a incorporação de uma companhia para fim tão útil e tão vantajoso para esta corte.

Somente lembraríamos a necessidade de exigirem-se para a construção do edifício condições de grandeza e capacidade proporcional à população desta corte. O Teatro lírico que possuímos presentemente não pode durar muito; e, se outro não o substituir, breve teremos de nos vermos reduzidos ao acanhado salão de S. Pedro de Alcântara.¹¹³

Logo em seguida, o então futuro autor de *O systema representativo* ponderou que, assim como no caso do teatro lírico, “podia o governo aproveitar em muitos outros objetos de serviço público o espírito de empresa e associação que tão rapidamente se desenvolveu no nosso comércio”, se indagando o motivo pelo qual, “em vez de esperar que os

¹¹² *Ao correr da pena*, São Paulo, Instituto de Divulgação Cultural, s/d, pp. 121-122. Texto originalmente publicado, como vimos, na edição de 21 de janeiro de 1855 do jornal *Correio Mercantil* (nº 21, Rio de Janeiro, p. 1).

¹¹³ *Idem*, pp. 134-135. Texto originalmente publicado, como observamos, na edição de 04 de março de 1855 do *Correio Mercantil* (nº 62, Rio de Janeiro, p. 1).

interesses individuais especulem sobre a utilidade pública, não promove ele mesmo a criação das companhias que entender convenientes para o país?”.¹¹⁴ Neste passo, Alencar se mostrou, como assinalou Magalhães Júnior, “um precursor, em teoria, das empresas estatais”.¹¹⁵ Ainda nesta crônica, o folhetinista criticou a progressiva carestia dos gêneros alimentícios, resultado da especulação, sustentando a necessidade de interferência do governo no sentido de controlar os preços, afirmando que “os ministros, os grandes, os ricos”, não se davam conta de tal carestia, mas que a sentia o pobre, “o pobre que, no meio de toda essa agitação monetária, de todo esse jogo de capitais avultados, vê as grandes fortunas crescerem e formarem-se, absorvendo os seus pequenos recursos, e elevando o preço dos gêneros de primeira necessidade a uma taxa quase fabulosa”. E, pouco adiante, manifestou preocupação no sentido de que tal carestia poderia levar, em alguns anos, à miséria e à penúria, sustentando ser necessário, enquanto “o país engrandece, prevenirmos a formação dessa classe de proletários, dessa pobreza, que é a chaga e ao mesmo tempo a vergonha das sociedades européias”.¹¹⁶

A 03 de julho de 1855, os jornais diários da Corte, incluindo o *Correio Mercantil*,¹¹⁷ publicaram a relação nominal das pessoas a quem tinham sido distribuídas ações da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, as convidando a realizar, até os onze dias daquele mês, no Banco Rural e Hipotecário, a primeira entrada, na razão de 10% do valor nominal, ou vinte mil-réis, por cada ação. A publicação, que trazia, na lista de subscritores, nomes de juristas, funcionários públicos de altos cargos, deputados e senadores do Império e titulares da nobreza, a exemplo do então Barão e futuro Visconde de Mauá e do Visconde do Rio Bonito, fora realizada por uma comissão formada por cinco elevadas personalidades do mundo financeiro imperial, a saber, João Pereira Larrigue do Faro, que não é senão o supramencionado Visconde do Rio Bonito, banqueiro que chegou à Vice-Presidência do Banco do Brasil, Caetano Furquim de

---

¹¹⁴ Idem, p. 135.

¹¹⁵ *José de Alencar e sua época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, p. 53.

¹¹⁶ *Ao correr da pena*, São Paulo, Instituto de Divulgação Cultural, s/d, pp. 135-136.

¹¹⁷ *Correio Mercantil*, nº 182, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1855, p. 1.

Almeida, José Carlos Mayrink, João Batista da Fonseca e Militão Máximo de Sousa. Consoante fez salientar Magalhães Júnior, nada tinha tal chamada de afrontoso, mas Alencar nela viu um verdadeiro “escândalo”, vendo todas as pessoas que constavam daquela lista como devedores relapsos ou como quem houvesse desrespeitado compromissos assumidos.¹¹⁸ Assim, se referindo à “lista que publicaram na terça-feira os jornais diários da corte”, escreveu o folhetinista:

É uma espécie de cadastro, de registro, de *livro negro* da polícia, no qual se acham escritas as *ações* de cada um, por conseguinte o seu talento, a sua virtude, a sua consideração na sociedade.

As moças lá vão procurar os nomes dos noivos; os negociantes indagar se os seus devedores merecem a continuação do crédito; os amigos saber o grau de amizade que devem despendar mutuamente.

Os curiosos divertem-se com as comparações, e os parasitas estudam os nomes daqueles a quem devem tirar o chapéu ou fazer simplesmente um cumprimento de proteção.

E assim são as coisas deste mundo.

Dantes os homens tinham as suas ações na alma e no coração; agora tem-nas no bolso ou na carteira. Por isso naquele tempo se premiavam, ao passo que atualmente se compram.

Outrora eram escritas em feitos brilhantes nas páginas da história, ou da crônica gloriosa de um país; hoje são escritas num pedaço de papel dado por uma comissão de cinco membros.

Aquelas ações do tempo antigo eram avaliadas pela consciência, espécie de cadinho que já caiu em desuso; as de hoje são cotadas na praça e apreciadas conforme o juro e interesses que prometem.¹¹⁹

Consoante anotou Magalhães Júnior, teria ido o então jovem cronista cearense mais além, nesta acerba crítica, que abrangia todos os indivíduos convidados a saldar a primeira cota das ações da aludida companhia, caso não houvesse sido podada parte de sua crônica, com a qual não concordara Francisco Otaviano, e que, em virtude disto, foi substituída por duas linhas de pontos. Ainda de acordo com o autor de *José de Alencar e sua época*, deve o cronista ter recebido aviso prévio a respeito do corte, ao qual se submeteu, no momento, porém apresentando sua demissão daquele jornal, cujo motivo explicou na parte final daquele folhetim, que também sofreu cortes, à sua revelia, sendo suprimida justamente a parte em que Alencar apresentou as razões de sua saída daquele jornal,¹²⁰ havendo permanecido apenas a parte em que o escritor se despediu de sua “boa pena de folhetinista”:

¹¹⁸ *José de Alencar e sua época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, p. 57.

¹¹⁹ *Ao correr da pena*, São Paulo, Instituto de Divulgação Cultural, s/d, p. 230. Texto originalmente publicado na edição do *Correio Mercantil* de 8 de julho de 1855 (nº 187, Rio de Janeiro, p. 1).

¹²⁰ *José de Alencar e sua época*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, p. 57.

E agora, vem minha boa pena de folhetinista, minha amiga de tantos dias, companheira inseparável dos meus prazeres, confidente de meus segredos, de minhas mágoas, dos meus prazeres.

Vem! Quero dizer-te *adeus*! Vamos separarmo-nos, e talvez para sempre!

Tenho saudade desses dias em que brincava comigo sorrindo-me, coqueteando, desfolhando as flores da imaginação, e levando-me por estes espaços infintos da fantasia.

Oh! tenho muita saudade! Sempre me lembrarei dessas nossas conversas íntimas ao canto de uma mesa, com os olhos nos ponteiros do relógio, aproveitando as últimas claridades do crepúsculo para recordar ainda algum fato esquecido.

Mas é necessário. Faço-te este sacrifício, bem que me pese, bem que o levem a mal os meus melhores amigos.

Os outros te esquecerão, mas eu me lembrarei sempre de ti: basta isto para consolar-te.¹²¹

Alencar, inconformado com os cortes na parte final de sua crônica, enviou uma carta à redação do *Correio Mercantil*, que foi publicada naquele periódico, nela ressaltando que compreendia a revista semanal de uma folha como independente desta, não tendo, pois, “solidariedade com o pensamento geral da redação”, especialmente quando o autor tomava a responsabilidade de assinar seus artigos, como ele fazia. Consoante salientou o escritor, contudo, a redação do *Correio Mercantil* era de opinião contrária, de modo que, como escreveu ele, não “sendo conveniente que eu continuasse ‘a hostilizar os seus amigos’, resolvi acabar com o *Correr da Pena*, para não comprometê-lo gravemente”.¹²²

Após deixar o *Correio Mercantil*, Alencar, depois de brevíssimo período de retorno à advocacia, passou a trabalhar no *Jornal do Commercio*, onde publicaria alguns artigos, um deles sobre Monte Alverne, logo, porém, se transferindo para o *Diario do Rio de Janeiro*, mais antigo jornal diário da Corte, do qual não se tornou apenas folhetinista, mas sim diretor-gerente e redator-chefe, permanecendo entre outubro de 1855 e julho de 1858 naquele diário, ao qual, como sublinhou Araripe Júnior, deu “incontestável realce”.¹²³

No *Diario do Rio de Janeiro*, jornal tradicional e ainda grande, a despeito de decadente, Alencar se notabilizou, em 1856, como crítico

¹²¹ *Ao correr da pena*, São Paulo, Instituto de Divulgação Cultural, s/d, p. 233.

¹²² A referida carta de Alencar, publicada no *Correio Mercantil* (nº 188, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1855, p. 1), se encontra transcrita na obra de Magalhães Júnior, *José de Alencar e sua época* (2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), 1977), às páginas 59 e 60, estando o trecho aqui citado à página 59.

¹²³ *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha; Perfil literário de José de Alencar*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, p. 170.

literário, pelas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, em que atacou duramente a obra poética *A confederação dos Tamoios*, do poeta, filósofo e diplomata Gonçalves de Magalhães, introdutor do Romantismo no Brasil e então futuro Barão e, depois, Visconde do Araguaia, publicada naquele ano, em rica edição custeada pelo Imperador Dom Pedro II. Assinadas sob o pseudônimo de “Ig”, tomado a Iguaçu, heroína daquele poema épico, as ferinas cartas provocaram viva polêmica de que participou o próprio Imperador, em defesa de Gonçalves de Magalhães, sob o pseudônimo de “Outro amigo do poeta”, e foram reunidas, naquele mesmo ano, em volume publicado pela tipografia do *Diario do Rio de Janeiro*.¹²⁴ Ainda no *Diario do Rio de Janeiro*, Alencar, revelando, na expressão de Raimundo de Menezes, “fecundidade fora do comum”,¹²⁵ publicou, também, dentre outros trabalhos, além dos últimos folhetins da série *Ao correr da pena*,¹²⁶ as novelas *Cinco minutos e A viuvinha*, o romance *O guarani*, as biografias de Eusébio de Queirós e de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná,¹²⁷ e inúmeros artigos de fundo sobre os mais variados assuntos, da administração pública à economia política, da jurisprudência aos debates da Câmara e do Senado.

Manifestando, naquelas “notáveis colunas do *Diário* daquele tempo”,¹²⁸ na expressão de Arthur Motta, “o seu espírito combativo, as suas qualidades de polemista leal e cortês, os predicados de um jornalista consumado e a erudição de um publicista de renome”, assim como “as qualidades de político, demonstrando coragem, ardor em suas convicções, extraordinária fecundidade intelectual, visão rigorosa e justa, e amplo descortino”, o autor de *O guarani* teve, ainda no dizer deste estudioso da vida e da obra alencarina, por meio da vitória alcançada no jornalismo, em prol das causas conservadoras e, particularmente, das magnas questões de

¹²⁴ *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*, Rio de Janeiro, Empreza Typographia Nacional do Diario, 1856.

¹²⁵ *José de Alencar: literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 83.

¹²⁶ Tal coluna foi por ele retomada, no *Diario do Rio de Janeiro*, a 07 de outubro de 1855 e encerrada definitivamente aos vinte e cinco dias do mês seguinte.

¹²⁷ Esta última biografia foi impressa também em folheto, na Typographia do *Diario* (*O Marquez de Paraná: traços biographicos*, Rio de Janeiro, Empreza Typographia Nacional do Diario, 1856), e reproduzida, em 1957, no volume 236 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

¹²⁸ Cf. Tristão Alencar ARARIPE JÚNIOR, *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha; Perfil literário de José de Alencar*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, p. 170.

vital interesse para o Império, a garantia do êxito para se fazer político, transferindo o “posto de combatente” do jornal para a tribuna parlamentar.¹²⁹

O romance *O guarani*, originalmente não assinado e publicado na forma de folhetins, entre os meses de fevereiro e abril de 1857, e, ainda naquele ano, em fascículos, pela tipografia do *Diario*, alcançou enorme êxito. Consoante evocou o Visconde de Taunay, em suas *Reminiscencias*:

Em 1857, (...) publicou [José de Alencar] *O Guarany* em folhetim no *Diario do Rio de Janeiro*, e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às exclusivas preocupações do comércio e da bolsa, entusiasmo particularmente acentuado nos circulos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade, então muito mais sujeita ao simples influxo da litteratura (...). (...) o Rio de Janeiro em peso, para assim dizer, lia *O Guarany* e seguia comovido e enlevado os amores tão puros e discretos de Cecy e Pery e com estremecida sympathia acompanhava, no meio de perigos e ardis dos bugres selvagens, a sorte vária e periclitante dos principais personagens do cativante romance (...), (...) cujo estylo é tão caloroso, opulento, sempre terso, sem desfalecimento e como perfumado pelas flôres exóticas das nossas virgens e luxuriantes florestas.

Quando a São Paulo chegava o correio, com muitos dias de intervallos então, reuniam-se muitos estudantes n’uma *republica* em que houvesse qualquer feliz assignante do *Diario do Rio*, para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por electrico frémito, a leitura feita em voz alta por algum d’elles, que tivesse órgão mais forte. E o jornal era depois disputado com impaciencia e, pelas ruas, se viam agrupamentos em torno dos fumegantes lampiões da iluminação publica de outrora - ainda ouvintes a cercarem, ávidos de qualquer improvisado leitor.¹³⁰

O nacionalismo, que caracteriza toda a obra alencarina, tanto literária e jornalística como política e jurídica, está presente de forma bastante clara em *O guarani*, chamado por Wilson Martins o “romance da nacionalidade”,¹³¹ já se mostrando o escritor patricio, em tal trabalho, o criador, na expressão de Arthur Motta, do “romance nacional em toda a sua amplitude”,¹³² ou, como diria Agrippino Grieco, do “romance total do Brasil”.¹³³ Nesta obra romanesca, José de Alencar, em cujos escritos pulsam, na frase de Gladstone Chaves de Melo, “o espírito, a alma

¹²⁹ José Martiniano de Alencar (*Perfis acadêmicos, cadeira nº 23*), in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 146, Rio de Janeiro, fevereiro de 1934, pp. 154-155.

¹³⁰ *Reminiscencias*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves & C., 1908, pp. 86-87.

¹³¹ *História da Inteligência Brasileira*, volume III (1855-1877), São Paulo, Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 60.

¹³² José de Alencar (*o escriptor e o político*): sua vida e sua obra, Rio de Janeiro, F. Briguier & C.IA – Editores, 1921, p. 283.

¹³³ Alencar, in José de ALENCAR, *O gaúcho*, Coleção Obras de ficção de José de Alencar, volume IX, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 11.

brasileira, o coração do Brasil”,¹³⁴ abriu, no dizer do autor da *História da Inteligência Brasileira*, “uma fase irreversível do romance nacional”, assim como a comédia *O demônio familiar*, também de Alencar, abriu, no mesmo ano, uma nova fase do teatro nacional, tornando “obsoleto o teatro anterior”.¹³⁵

Isto posto, cumpre assinalar que o nacionalismo de Alencar, a que fizemos referência, jamais foi xenófobo, correspondendo ao nacionalismo a que o Conde de Afonso Celso, aliás, profundo admirador do autor de *Ubirajara*, definiu, em prefácio à primeira edição da *Filosofia do Direito* de Jônatas Serrano, como “o esforço inteligente e bem orientado para que se mantenha a coesão nacional, mediante o culto da língua, das tradições, dos traços característicos da Pátria, combatendo a imitação servil dos costumes de outras gentes”.¹³⁶ É neste espírito, pois, que devemos compreender a obra de Alencar, que foi, no dizer de Plínio Salgado, um “grande e genial escritor patricio que concorreu notavelmente para a formação da consciência do nosso País” e em cuja pena se encontrou mesmo condensada a alma nacional,¹³⁷ e cuja “missão exclusiva e pertinaz” foi, segundo Arthur Motta, “a de estabelecer o espírito de nacionalidade entre nós, sob os auspícios de um nativismo sadio, sem ódios ou antipatias pelos estrangeiros, num labor incessante de verdadeiro patriota”.¹³⁸ Daí haver afirmado Machado de Assis que “nenhum outro escritor teve em mais alto grau a alma brasileira” do que o autor de *Iracema*.¹³⁹

Ainda naquele ano de 1857, Alencar estreou, com grande êxito, como teatrólogo, divulgando as comédias *O Rio de Janeiro (Verso e reverso)*, *O demônio familiar* e *O crédito*, levadas à cena naquele mesmo ano, no Teatro do Ginásio Dramático, as duas primeiras, sobretudo, com grande sucesso,

¹³⁴ Para servir de prefácio, in José de ALENCAR, *Senhora: Perfil de mulher*, Coleção Obras de ficção de José de Alencar, volume XV, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 46.

¹³⁵ Wilson MARTINS, *História da Inteligência Brasileira*, volume III (1855-1877), São Paulo, Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 78.

¹³⁶ *Filosofia do Direito: novo epítome do assunto – a ética é a base e a substância do Direito*, in Jônatas SERRANO, *Filosofia do Direito*, 3ª edição, Rio de Janeiro, F. Briguier & Cia. – Editores, 1942, p. 8.

¹³⁷ *Nosso Brasil*, 4ª edição (em verdade 5ª), São Paulo, Voz do Oeste, Secretaria de Estado da Cultura, 1981, p. 103.

¹³⁸ *José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Briguier & C.IA – Editores, 1921, p. 284.

¹³⁹ *Páginas recolhidas*, Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre, W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 283.

logo passando a gozar de larga e merecida fama como teatrólogo. No ano imediato, faria representar a comédia *As asas de um anjo*, inspirada em *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho, autor que, assim como Molière, influenciou poderosamente toda a sua obra teatral. A peça seria proibida pela polícia após a terceira representação, por motivos que jamais foram devidamente esclarecidos. Em 1860, mais precisamente em março, mesmo mês em que faleceu o velho Senador José Martiniano de Alencar, subiria à cena, também no Teatro do Ginásio Dramático, o drama *Mãe*, considerado por Machado de Assis “um acabado perfeito” e “uma agradável surpresa para os descrentes da arte nacional”.¹⁴⁰ A 14 de dezembro de tal ano, seria levada à cena, no Teatro de São Pedro de Alcântara, a comédia lírica *A noite de São João*, considerada a primeira ópera brasileira, com letra de Alencar e música do Maestro Elias Lobo, regida pelo Maestro Carlos Gomes, o mesmo que, anos mais tarde, comporia a célebre ópera *Il Guarany*, inspirada no romance homônimo de José de Alencar, e que subiria à cena pela primeira vez em Milão, no Teatro alla Scala, aos 19 de março de 1870, e, no Brasil, aos 02 de dezembro do mesmo ano, data do aniversário do Imperador, no Teatro Lírico Fluminense. Em 1875, subiria à cena, no Teatro São Luís, a última peça de Alencar, que, sob o título de *O jesuíta*, seria um fracasso de bilheteria, ao contrário das anteriores.

Em junho de 1858, Alencar, decepcionado, segundo Raimundo de Menezes, com o que ocorrera com a comédia *As asas de um anjo*, abandonou o *Diário do Rio de Janeiro*, retornando à banca de advocacia do Dr. Caetano Alberto Soares. Ainda de acordo com o autor de *José de Alencar: literato e político*, parecendo saturado de literatura e de jornalismo, se retirou o autor de *O guarani*, temporariamente, do jornal e do teatro, passando a se preocupar exclusivamente dos trabalhos forenses, aos quais se dedicava com vivo entusiasmo, possuindo, ademais, grande clientela.¹⁴¹

Também em 1858 foi publicado, no Rio de Janeiro, pelo editor francês Sébastien Auguste Sisson, o primeiro volume da *Galleria dos*

¹⁴⁰ *A crítica teatral: José de Alencar: Mãe*, in *Obra completa*, volume III, Quinta edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, p. 840.

¹⁴¹ *José de Alencar: literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 144.

brasileiros illustres, contendo, dentre outros perfis, aquele do Senador José Martiniano de Alencar, escrito pelo filho de mesmo nome.¹⁴² Na *Advertência* de Sisson, no início do referido livro, afirmou este que não renunciara à publicação de certa obra com o título *Os contemporâneos do Brasil* e escrita por José de Alencar, esperando “dar brevemente à luz, em formato de oitavo e em mais de um volume, a história dos brasileiros que têm ilustrado a sua terra”. Tais biografias, segundo Sisson, “severamente escritas”, fariam “conhecer o seu autor por uma nova face: a de historiador, título que eclipsará aqueles que já têm como jornalista e romancista”.¹⁴³ Infelizmente, porém, tal obra jamais foi publicada e se perdeu, de modo que os únicos trabalhos históricos de José de Alencar que hoje podemos ler são, além da breve biografia do pai a que acabamos de nos referir, o já aqui mencionado perfil biográfico do Marquês do Paraná, traçado em uma pequena série de artigos publicados no *Diario do Rio de Janeiro* em 1856 e no mesmo ano reunida em opúsculo;¹⁴⁴ o ensaio biográfico sobre Eusébio de Queirós, igualmente já aqui aludido e dado à estampa no mesmo jornal; A *Constituinte perante a História*, série de artigos publicada em 1863 no *Jornal do Commercio* em resposta ao opúsculo de igual título do Conselheiro Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello,¹⁴⁵ e, por fim, a biografia do Marquês, futuro Duque, de Caxias, de 1867.¹⁴⁶

A 05 de fevereiro de 1859, Nabuco de Araújo, que se tornara Ministro da Justiça em fins do ano anterior, contratando pouco depois de empossado um projeto de Código Civil com o Jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas (Decreto nº 2.318, de 22 de dezembro de 1858), subscreveu o Decreto nº 2.350, reformando a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, que passou a ser dividida em seis seções, sendo uma delas a Seção Central, dirigida pelo Diretor-Geral, e as demais as seções de Justiça e Estatística, Negócios e Benefícios Eclesiásticos, Polícia, Prisões e

¹⁴² José Martiniano de Alencar, in Sébastien Auguste SISSON (Organizador e editor), *Galeria dos brasileiros ilustres*, volume 1, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1999, pp. 249-255.

¹⁴³ *Advertência*, in *Galeria dos brasileiros ilustres*, volume 1, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1999, p. 13.

¹⁴⁴ *O Marquez do Paraná: traços biographicos*, Rio de Janeiro, Empreza Typographia Nacional do Diario, 1856. Tal trabalho foi, como já aqui observamos, transcrito em 1957 na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (volume 236, julho-setembro, pp. 253-274).

¹⁴⁵ Tais artigos foram transcritos na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (volume 64).

¹⁴⁶ *O Marquez de Caxias*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1867.

Força Pública, Orçamento e Arquivo. Além de tais seções foram criadas, pelo referido decreto, duas Consultorias Jurídicas.

Reconhecendo o valor e a capacidade de Alencar enquanto cultor do Direito, Nabuco de Araújo o nomeou Diretor da Seção de Justiça e Estatística da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, cargo que ocupou até setembro de 1860. Mais tarde, foi nomeado Consultor dos Negócios da Justiça, recebendo, assim, ainda jovem, o título de Conselheiro. Exerceu tal cargo até a sua extinção, em 1868, emitindo pareceres sobre variados assuntos, que revelam considerável conhecimento jurídico. Muitos de tais pareceres, que constituem, na expressão de Agenor Ribeiro, “peças de admirável clareza e precisão jurídica”,¹⁴⁷ foram publicados, em 1960, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores e pelo Arquivo Nacional, com *Introdução* de Fran Martins e *Notas* deste professor e de Luís Cruz de Vasconcelos, as do primeiro sobre matéria cível e as do último sobre a parte penal.¹⁴⁸ Ainda em 1859, Alencar, que, como observou Fran Martins, tinha “perfeito conhecimento” do Direito Comercial,¹⁴⁹ o que podemos, ademais, constatar pelos seus pareceres sobre assuntos relativos a esse ramo da Ciência Jurídica, foi também nomeado Professor de Direito Mercantil do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, onde permaneceu até o ano seguinte.

No mês de janeiro daquele ano de 1859, Alencar publicara, no *Jornal do Commercio*, uma série de artigos a respeito do sistema representativo, se posicionando contra o princípio majoritário nas democracias representativas e afirmando o direito das chamadas minorias à representação, pela adoção da denominada fórmula proporcional, ideias de que trataria mais detidamente na obra *O systema representativo*, dada à estampa em 1868,¹⁵⁰ e que, por coincidência, seriam tratadas de forma análoga, naquele mesmo ano de 1859, por Thomas Hare, em *A treatise on*

---

¹⁴⁷ José de Alencar – o jurista, in *Revista da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas*, Ano XVII, nº 9, Rio de Janeiro, 2002, p. 33.

¹⁴⁸ *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960.

¹⁴⁹ José de Alencar, jurista, in *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960, p. 40.

¹⁵⁰ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868.

the election of representatives, parliamentary and municipal,¹⁵¹ e por John Stuart Mill, em *Thoughts on parliamentary reform*,¹⁵² obra de que reproduziria trechos em *Considerations on representative government*,¹⁵³ de 1861.

O systema representativo é inegavelmente uma obra de fôlego, considerada por Wanderley Guilherme dos Santos um “livro muito mais complexo”, assim como mais “metafísico”, do que as *Considerations on representative government*, de Stuart Mill.¹⁵⁴ Tal obra faz, ainda segundo Wanderley Guilherme dos Santos, ao lado de outros trabalhos alencarinos, como o projeto de *Reforma eleitoral*, de 1874, e as *Cartas de Erasmo*, o autor de *O guarani* surgir “como um dos mais sofisticados teóricos da democracia, escrevendo no século XIX”.¹⁵⁵ Ainda que possamos não concordar com inúmeras das teorias expedidas por Alencar em tal obra, produto das ideias liberais altamente utópicas em voga no século 19, não podemos deixar de reconhecer que há muito de válido neste livro, que, segundo Josué Montello, “é obra de um estadista”, em que se conciliam “o jurista e o político, voltados para a ação pública na ordem superior dos interesses do Estado”. Ainda de acordo com o escritor maranhense, “muitas das meditações que ali se acham, não obstante o tempo transcorrido após a sua redação, continuam válidas – sem esquecer os reparos de natureza histórica, recolhidos pelo autor na experiência direta da realidade brasileira”.¹⁵⁶

Em 1861, José de Alencar foi eleito, na Província do Ceará, Deputado Geral do Império pelo Partido Conservador, agremiação política a que devotou boa parte de sua vida e de suas energias. Na Câmara, a despeito de uma estreia de pouquíssimo brilho oratório, logo se tornou,

---

¹⁵¹ *A treatise on the election of representatives, parliamentary and municipal*, London, Longman, Brown, Green, Longmans, & Roberts, 1859.

¹⁵² *Thoughts on parliamentary reform*, London, John W. Parker and Son, West Strand, 1859.

¹⁵³ *Considerations on representative government*, London, Parker, Son, and Bourn, West Strand, 1861.

¹⁵⁴ *A teoria da democracia proporcional de José de Alencar*, in Idem (Organizador), *Dois escritos democráticos de José de Alencar: O sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1991, p. 14.

¹⁵⁵ Idem, p. 50.

¹⁵⁶ *Alencar e o primeiro HC preventivo*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI114789,51045Jose+de+Alencar+e+o+primeiro+HC+preventivo>. Acesso em 05 de julho de 2012.

como salientou Raimundo de Menezes, “um dos oradores mais respeitados”, sendo seus discursos ouvidos com grande atenção e aplaudidos com entusiasmo.¹⁵⁷ Um dos mais destacados vultos do Partido Conservador na Câmara Geral do Império, Alencar nela representaria sua província natal nas legislaturas de 1861-1863, 1869-1872, 1872-1875 e 1876-1877.

Ainda em 1861, mais precisamente aos dois dias do mês de agosto, o nosso então jovem Deputado pela Província do Ceará pelo Partido Conservador, como relator da 2ª Comissão de Orçamento, proferiu um discurso no qual propôs a criação, no Império do Brasil, de um Tribunal de Contas, tendo, assim, como salientou Deolindo Amorim, seu nome incluído no rol dos “precursores do Tribunal de Contas”, já antes dele preconizado por Felisberto Caldeira Brant de Oliveira Horta, então futuro Marquês de Barbacena, em 1826; por Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1830, e, em 1840, pelo então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco.¹⁵⁸

No mesmo discurso, Alencar, criticando as condições financeiras e administrativas brasileiras, tratou de diversos outros assuntos, incluindo a organização da magistratura, a deficiência do sistema de fiscalização, a Economia e a necessidade de descentralização administrativa e de fortalecimento dos municípios, proclamando a necessidade de “uma nova organização municipal no sentido de ampla descentralização administrativa”, louvando o “espírito de independência”, assim como o “zelo e o amor pelo bem público” que, em seu entender, haviam caracterizado as câmaras municipais da América Portuguesa durante os chamados “tempos coloniais”.¹⁵⁹

A defesa da descentralização administrativa foi, com efeito, um dos principais pilares do pensamento político do Conselheiro José de Alencar, que a considerava um complemento da Democracia, por ele definida como o “governo da Nação pela Nação”,¹⁶⁰ pois, em seu sentir, não bastava que a Nação se governasse, sendo mister que a Província, o Município e a

---

¹⁵⁷ *José de Alencar: literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 167.

¹⁵⁸ *José de Alencar e o Tribunal de Contas*, in *Digesto Económico*, nº 56, Ano V, São Paulo, julho de 1949, p. 100.

¹⁵⁹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 342.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 85.

Paróquia também se governassem, “na esfera que lhes é própria.”¹⁶¹ Outros pontos cardeais do pensamento político do escritor de Messejana são a sustentação da Democracia, do Nacionalismo, da Monarquia, da Constituição Imperial de 25 de Março de 1824, do denominado Poder Moderador, da representação das minorias e da agricultura como alicerce da ordem e do desenvolvimento nacional, partindo da máxima de Sir Edmund Burke segundo a qual “a base mais sólida e firme de um bom governo é o solo”.¹⁶²

No ano de 1862, Alencar deu à estampa, por conta própria, sob o pseudônimo de G.M., o romance *Lucíola*, primeiro da famosa série de perfis de mulher, composta também pelos romances *Diva*, publicado em 1863, e *Senhora*, que, editado em 1875, é, sem sombra de dúvida, o melhor e mais célebre daquela trilogia e uma das mais importantes obras romanescas saídas da inspirada pena alencarina.

Também em 1862, foi publicado, pela Typographia do *Diario do Rio de Janeiro*, na coleção intitulada Bibliotheca Brasileira e fundada por Quintino Bocaiúva, o primeiro volume de *As minas de prata*, que, como frisou Araripe Júnior, “foram a obra de mais tomo composta por José de Alencar, e em que, segundo parece, derramou mais amor paterno”, sendo, ademais, “sem contestação, uma obra-prima”.¹⁶³ Sob o subtítulo de “continuação do Guarany”, *As minas de prata*, cuja edição completa seria realizada pelo livreiro-editor Garnier, em seis volumes, entre 1865 e 1866, é até hoje a mais importante obra literária a retratar a sociedade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos no século XVII, bem como, conforme já aqui dissemos, o bandeirismo baiano.

Em princípios do ano de 1864, Alencar, com a saúde visivelmente abalada, já sofrendo, com efeito, os males da doença pulmonar que iria matá-lo treze anos mais tarde, abandonou, temporariamente, a redação do romance *As minas de prata*, se recolhendo ao Hotel Bennet, nas bucólicas

---

¹⁶¹ Idem, p. 55.

¹⁶² Apud José de ALENCAR, *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 340.

¹⁶³ *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha; Perfil literário de José de Alencar*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, p. 170, p. 181.

encostas da Tijuca. Ali logo se fez amigo do Dr. Thomas Cochrane, abastado capitalista e médico homeopata de origem escocesa nascido em Madrastra, na Índia, primo do célebre almirante de mesmo nome e esposo de D. Helena Augusta Velasco Nogueira da Gama, mineira de Vila Rica de Ouro Preto, descendente de ilustres reinóis e paulistas. Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa; autor de importante tratado de medicina homeopática, intitulado *Medicina Domestica Homoeopathica ou Guia da Arte de Curar Homoeopaticamente*, do qual saíram seis edições, a primeira delas em 1849; fundador da Academia Homeopática do Rio de Janeiro, da Casa de Saúde Homeopática e do Socorro para os Pretos (hospital para os escravos) e criador da Companhia de Carris de Ferro da Cidade à Boa Vista, na Tijuca, que, inaugurada em 1859, foi a primeira linha de bondes do Rio de Janeiro, o Dr. Thomas Cochrane costumava passar os verões, acompanhado da família, na Tijuca, onde, mais precisamente à Gávea Pequena, possuía aprazível chácara a que chamava de “Castelo” e que posteriormente ficou conhecida como Parque Cochrane.

Na luxuosa mansão do Dr. Cochrane, no alto da montanha hoje chamada Morro do Cochrane, onde, mais tarde, escreveria, como observou Aroldo de Azevedo, os romances *Sonhos d’ouro*, *O sertanejo* e *O tronco do ipê*,¹⁶⁴ e onde, ademais, como ressaltou Gastão Cruls, receberia, em 1868, a visita do poeta Castro Alves,¹⁶⁵ que muito o admirava, Alencar foi apresentado à formosa filha primogênita do Dr. Cochrane, Georgiana Augusta, com quem se casou, após breve noivado, a 20 de junho daquele ano de 1864. Georgiana Augusta daria ao escritor os filhos Augusto, Clarice, Ceci, Elisa e Mário Cochrane de Alencar.¹⁶⁶

Em maio de 1865, foi dado à estampa o romance *Iracema*, mais belo e célebre poema em prosa da Literatura Nacional, que, segundo escreveu Machado de Assis a 23 de janeiro do ano seguinte, no *Diário do Rio de Janeiro*, era um “modelo para o cultivo da poesia americana” (hoje mais

¹⁶⁴ *Cochranes do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, p. 87.

¹⁶⁵ *Aparência do Rio de Janeiro*, 1ª edição, volume II, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1949, p. 375.

¹⁶⁶ Sobre Mário de Alencar: Flávia AMPARO, *Mário de Alencar* (Série essencial – cadeira 21, ocupante 2), Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2011; Afrânio PEIXOTO, *Mário de Alencar*, in *Revista Brasileira*, fase VII, ano XIII, número 53, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, outubro-novembro-dezembro de 2007, pp. 345-354.

conhecida como indianista), sendo mister salientar que o então futuro autor de *Dom Casmurro* e de *Memórias póstumas de Brás Cubas* previu, no referido artigo, que *Iracema* havia de viver, posto que tinha “em si as forças que resistem ao tempo, e dão plena confiança do futuro”, futuro este que, no dizer de Machado, chamá-la-ia “obra-prima”.¹⁶⁷

Ainda em 1865, mais precisamente a 17 de novembro, Alencar, preocupado com a situação do Império, publicou, sob o pseudônimo, logo desvendado, de Erasmo, tomado ao célebre humanista neerlandês Desiderius Erasmus, mais conhecido como Erasmo de Roterdã, a primeira carta da primeira série das denominadas *Cartas de Erasmo*, composta de dez folhetos, com o título geral de *Ao Imperador, Cartas de Erasmo*, sendo publicada a última carta em 24 de janeiro de 1866. Em seguida, deu início à publicação da segunda série, intitulada *Ao Povo, Cartas Políticas de Erasmo*, e composta de nove cartas, das quais a última, a única datada, é de 06 de agosto de 1866. Quase um ano mais tarde, mais precisamente a 24 de junho de 1867, deu início à terceira série, chamada *Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo* e composta de sete cartas, datando a derradeira de 15 de março de 1868.

Consoante salientou José Murilo de Carvalho, organizador e prefaciador da edição de uma seleção das *Cartas de Erasmo*, promovida pela Academia Brasileira de Letras em 2009, as cartas abertas eram meio comum de participação no debate público no Brasil oitocentista, sobretudo durante o Segundo Reinado.¹⁶⁸ Com efeito, podemos evocar, por exemplo, a *Carta aos senhores eleitores da Provincia de Minas Gerais* (1828), de Bernardo Pereira de Vasconcelos,¹⁶⁹ e as *Cartas do Solitário* (1862), de Tavares Bastos,¹⁷⁰ sem mencionar as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*, do próprio Alencar, a que já aqui nos referimos.

O principal motivo de Alencar haver tomado o nome de Erasmo para com ele assinar suas *Cartas* talvez tenha sido o fato de o autor de *O elogio*

¹⁶⁷ José de Alencar: “*Iracema*”, in *Obra completa*, Organizada por Afrânio Coutinho, volume III, Quinta edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, p. 852.

¹⁶⁸ *Apresentação*, in José de ALENCAR, *Cartas de Erasmo*, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. X.

¹⁶⁹ *Carta aos senhores eleitores da Provincia de Minas Geraes*, São João D’El Rey, Typographia do Astro de Minas, 1828.

¹⁷⁰ *Cartas do Solitário*, 3ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

da loucura haver publicado, no ano de 1516, uma obra intitulada *Institutio principis christiani*, ou *A educação de um príncipe cristão*.¹⁷¹ Tal livro foi escrito, conforme acentuou José Murilo de Carvalho, três anos depois de *O príncipe*, de Maquiavel,¹⁷² mas publicado antes da mais famosa obra daquele autor florentino,¹⁷³ se inserindo, como esta, no avultado rol de obras que aconselham os governantes a como exercer o poder, rol este que inclui obras como os *Preceitos políticos* de Plutarco;¹⁷⁴ *Do governo dos príncipes ao Rei de Cipro*, ou *Do Reino*, de Santo Tomás de Aquino;¹⁷⁵ o *Livro da virtuosa benfeitoria*, do Infante Dom Pedro, Duque de Coimbra e irmão de El-Rei Dom Duarte I de Portugal;¹⁷⁶ o *Leal Conselheiro*, do próprio Dom Duarte;¹⁷⁷ *Da instituição real e sua disciplina*, de Dom Jerónimo Osório, o chamado “Cícero português”, último Bispo de Silves e primeiro Bispo do Faro,¹⁷⁸ e o *Abecedário real e régia instituição de príncipes lusitanos*, de Frei João dos Prazeres.¹⁷⁹ Ao adotar o pseudônimo de Erasmo, Alencar poderia, segundo José Murilo de Carvalho, estar sugerindo que buscava educar o príncipe brasileiro, isto é, o Imperador Dom Pedro II, fazendo com que ele ouvisse o clamor do seu povo.¹⁸⁰

Oliveira Lima provavelmente achava, porém, que, em vez de assinar suas *Cartas* como Erasmo, deveria Alencar havê-lo feito com o pseudônimo

---

¹⁷¹ *A educação de um príncipe cristão*, in VV.AA., *Conselhos aos governantes*, Brasília, Senado Federal, 2000, pp. 267-426.

¹⁷² A primeira edição de *O príncipe* (*Il principe*) data de 1532, sendo uma obra póstuma, uma vez que Nicolau Maquiavel (Niccolò Machiavelli) falecera em 1527.

¹⁷³ José Murilo de CARVALHO, *Apresentação*, in José de ALENCAR, *Cartas de Erasmo*, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. XI.

¹⁷⁴ *Conselhos aos políticos para bem governar*, seguido de *A um dirigente sem educação*, Tradução portuguesa de P. E. A., Lisboa, Publicações Europa-América, 2009. Obra originalmente escrita em grego em data incerta entre fins do século I e princípios do século II da Era Cristã.

¹⁷⁵ *Do governo dos príncipes ao Rei de Cipro*, Tradução de Arlindo Veiga dos Santos, 3ª edição, in Arlindo Veiga dos SANTOS (Organizador), *Filosofia Política de Santo Tomás de Aquino*, São Paulo, José Bushatsky, Editor, 1955, pp. 21-185. Obra originalmente escrita em latim, iniciada por Santo Tomás de Aquino entre 1265 e 1267 e concluída anos mais tarde por Ptolomeu de Lucca.

¹⁷⁶ Infante Dom PEDRO e Frei João VERBA, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994. Obra concluída por volta de 1418 com a colaboração de Frei João Verba, confessor de Dom Pedro.

¹⁷⁷ *Leal Conselheiro*, Lisboa, Bertrand, 1942. Obra compilada por volta de 1438, pelo próprio Dom Duarte, que reuniu apontamentos por ele escritos ao longo da vida, juntamente com textos de outros autores, como Santo Tomás de Aquino e Cícero.

¹⁷⁸ *Da instituição real e sua disciplina*, Tradução de António Jotta da Cruz Figueiredo, Lisboa, Pro Domo, 1944. Obra originalmente escrita em latim e neste idioma pela primeira vez publicada em Lisboa no ano de 1572.

¹⁷⁹ *Abecedário real e régia instituição de príncipes lusitanos*, Lisboa, Edições Gama, 1943. Obra originalmente publicada em 1692.

¹⁸⁰ *Apresentação*, in José de ALENCAR, *Cartas de Erasmo*, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. XI.

de Joseph de Maistre, tendo se referido ao polemista de *As Cartas de Erasmo*, com efeito, como “êsse José de Maistre”.¹⁸¹ Cremos, contudo, que tal comparação não é muito válida, pois, a despeito de ardentemente monárquico como o pensador savoiano, embaixador do Reino da Sardenha na corte russa e autor de *Considerações sobre a França* (1796) e *Serões de São Petersburgo* (1821), defendia Alencar a Monarquia Constitucional e parlamentar, ao passo que o contrarrevolucionário De Maistre pugnava pela restauração do chamado Antigo Regime.

Mais inválida, todavia, é a afirmação do autor de *Formação histórica da nacionalidade brasileira* no sentido de que Alencar, em seu sentir, assim como no nosso, um dos “mais notáveis publicistas” do Império, do mesmo modo que o “mais célebre dos escritores da plêiade romântica brasileira”, após ter apelado, nas *Cartas* de que ora tratamos, à “suprema autoridade do trono”, de que exaltou “a excelência e o poder, para corrigir a confusão dos partidos e a anarquia das idéias”, teria se revelado “menos ardentemente monarquista” depois de não ser nomeado Senador pelo Imperador Dom Pedro II em 1870.¹⁸² Em verdade, porém, o literato, jurista, político e publicista cearense jamais esmoreceu em suas convicções monárquicas, assim como em sua defesa do denominado Poder Moderador, o qual distinguia do “poder pessoal”, que condenava.

Com efeito, após o mencionado incidente com o Imperador, o escritor de Messejana, que já era desde pelo menos 1867¹⁸³ o “monarquista que não gostava do rei” de que nos falou Rachel de Queiroz,¹⁸⁴ declarou ainda diversas vezes sua condição de monárquico, como na sessão da Câmara Geral do Império de 02 de junho de 1875, em que, pouco depois de afirmar que “as Nações têm uma marcha providencial; hão de cumprir seu destino, embora na sua carreira manifestem vacilações”,¹⁸⁵ sustentou que,

¹⁸¹ *O Império brasileiro (1821-1889)*, 3ª edição, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, p. 387.

¹⁸² Idem, loc. cit.

¹⁸³ Em 1867, nas *Novas cartas políticas de Erasmo*, José de Alencar atacou duramente o Imperador Dom Pedro II pelo modo que este conduzia a Guerra do Paraguai e por seu apoio à abolição direta da escravatura, claro na “Fala do Trono” daquele ano. Ainda no mesmo ano, publicou, anonimamente, os opúsculos *O juízo de Deus – Visão de Job* e *A Corte do Leão*, panfletos satíricos em que a figura do monarca brasileiro foi violentamente ridicularizada.

¹⁸⁴ *Alencar e a tentação política*, in José de ALENCAR, *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, página não numerada.

¹⁸⁵ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 516-517.

“combatendo o vício das instituições, a sua decadência e as causas que concorrem para o seu desprestígio”, não abalara, contudo, a “convicção profunda” de que era a Monarquia “uma instituição tradicional no Brasil (*muitos apoiados*)”, assim como uma “instituição de raça (*muitos apoiados*)”, devendo, pois, ser preservada. “O Brasil”, segundo ele, “nasceu sob a forma monárquica”, sendo “dever de todos os brasileiros manter esta forma em sua pureza e integridade (*muitos apoiados*)”¹⁸⁶ e, por fim, em seu entender, “a forma de Governo que melhor realiza o perfeito ideal da liberdade é justamente a Monarquia Constitucional Representativa”. Em uma palavra, permaneceu Alencar inteiramente fiel à Monarquia, se proclamando, “monarquista de cabeça e coração”.¹⁸⁷ Mais tarde, mais precisamente durante a sessão da Câmara dos Deputados de 07 de maio de 1877, novamente proclamou suas profundas convicções monárquicas o Deputado Geral pela Província do Ceará: “Sou monarquista sincero e quase escuso repeti-lo (*apoiado*); entendo que a Monarquia é, não

---

¹⁸⁶ Idem, p. 517.

¹⁸⁷ Idem, p. 518. As palavras de Alencar que acabamos de citar foram proferidas em uma das diversas discussões que teve o Deputado cearense com Gaspar Silveira Martins, então Deputado Geral do Império pela Província do Rio Grande do Sul pelo Partido Liberal. O político rio-grandense, na ocasião, em seus violentos apartes a José de Alencar, não apenas sustentou que o povo brasileiro pertencia à “raça espanhola”, que, segundo ele, “dá-se tanto com a República como com a Monarquia”, e que “a forma de Governo é secundária”, como também afirmou que o Sr. Martinho Campos, Deputado pela Província de Minas Gerais, deveria esmorecer em seu zelo monárquico e que a Monarquia era a causa dos problemas nacionais, salientando que, em sua opinião, “se a liberdade é [como ele entendia] incompatível com a Monarquia, pereça a Monarquia e mantenha-se a liberdade” (In José de ALENCAR, *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 517-518). Mais tarde, quatro anos antes do golpe de Estado de 15 de novembro, havendo criticado a Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro, Silveira Martins, então Senador do Império, disse que o Brasil logo estaria “libertado” do regime monárquico. “Monarquista por fora e republicano por dentro”, segundo a *Gazeta da Tarde*, era ele, por esse tempo, um dos muitos políticos, em regra maçons, que, na frase de Heitor Lyra, só transigiam “com a Monarquia enquanto vivesse o Imperador”, a quem o político gaúcho, aliás, “tributava pessoalmente um grande respeito” [*História de D. Pedro II (1825-1891)*, volume III (*Declínio*), 2ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1977, p. 103]. Depois da implantação da República e, mais precisamente, da dissolução do Congresso por Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, porém, se encontrou ele com Dom Pedro II e a Princesa Isabel na França, tentando em vão conseguir o apoio de ambos a um movimento armado cujo objetivo seria a restauração da Monarquia no Brasil e mesmo a vinda do Imperador (Idem, p. 161), ou, após a recusa deste, da então herdeira do trono, para liderar pessoalmente tal movimento (Cf. José Murilo de CARVALHO, *D. Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 236). É interessante evocar, por fim, o fato de que Silveira Martins foi, em última análise, o responsável pela instauração do regime republicano no País, posto que Deodoro havia apenas derrubado o Gabinete Ouro Preto, relutando em assinar a proclamação da República, até o momento em que soube que o Senador rio-grandense, seu desafeto, fora escolhido por Dom Pedro II para chefiar o novo Gabinete [Heitor LYRA, *História de D. Pedro II (1825-1891)*, volume III (*Declínio*), cit., p. 104; Hermes VIEIRA, *Princesa Isabel, uma vida de luzes e sombras*, 2ª edição, São Paulo, Edições GRD, 1989, p. 191]. Foi a escolha, “verdadeiramente desastrosa”, de Silveira Martins para Ministro do Império, pois, como escreveu Heitor Lyra, “a gota d’água que fez transbordar o copo já cheio” [*História de D. Pedro II (1825-1891)*, volume III (*Declínio*), cit., pp. 102 e 104], provocando a deposição do monarca e a proclamação da República.

só uma necessidade para este País, como uma questão de honra e de pundonor nacional (*apoiados*)”.¹⁸⁸

De todas as *Cartas de Erasmo* pode ser dito aquilo que disse o Visconde de Taunay a respeito da primeira série de tais cartas, dirigidas, conforme afirmamos, ao Imperador, isto é, que, naquelas cartas, que “tanta impressão causaram no espirito publico, vai nos contar José de Alencar em sua phrase vibrante, talvez pomposa demais, com intonação quasi biblica, um tanto á maneira de Lammenais, qual a causa da agitação e dos receios”¹⁸⁹ que então viviam e tinham os brasileiros. Nestas cartas, Alencar tratou dos grandes problemas em discussão naquele momento, como o Poder Moderador, os partidos políticos, a crise financeira, a Guerra do Paraguai e a escravidão. Com relação a este último tema tentou ele, como bem sintetizou Arthur Motta, provar que era impossível exterminar subitamente aquela “praga que nos infestava”, analisando as consequências econômicas e financeiras que adviriam para o Império, caso fosse ela abolida, e analisando, ademais, a difícil sorte que teria aquela estirpe oprimida diante de uma súbita liberdade,¹⁹⁰ jamais defendendo, pois, a escravidão em si, donde não aprovamos o título que às *Cartas de Erasmo* sobre o problema da emancipação dos escravos deu Tâmis Parron, que é o de *Cartas a favor da escravidão*.¹⁹¹ Com efeito, em discurso proferido na Câmara a 14 de maio de 1870, deixou claro o autor das *Cartas de Erasmo* que desejava, como, segundo ele, todos os brasileiros, ver o País livre da instituição escravista, havendo, porém, grande distância entre isto e a “idéia de promover a abolição, em uma época recente, por meio de medidas diretas e legislativas”.¹⁹²

O Imperador não seguiu o conselho de *Erasmo*, no sentido de, se valendo das prerrogativas do Poder Moderador, convocar, para a “cruzada santa”, cujo pendão levantara aquele que lhe dirigia a palavra, “todos os homens honestos”, congregando-os ao redor de seu trono a fim de que,

¹⁸⁸ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 54.

¹⁸⁹ *Reminiscencias*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves & C., 1908, p. 99.

¹⁹⁰ *José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Brigueit & C.IA – Editores, 1921, p. 188.

¹⁹¹ *Cartas a favor da escravidão*, São Paulo, Hedra, 2008.

¹⁹² *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 186-187.

“sobre as ruínas dos antigos partidos desbaratados pelo egoísmo”, se elevasse “o grande partido da lei e da moralidade”.¹⁹³ Por outro lado, teria o soberano insinuado ao Visconde de Itaboraí que aproveitasse Alencar naquele que seria o Gabinete de 16 de julho de 1868, como reconhecimento do valor dessas “cartas vibrantes de patriotismo, com o cunho de franqueza e lealdade que definiram o caracter de José de Alencar”.¹⁹⁴

Assim, José de Alencar se tornou Ministro da Justiça do Gabinete empossado a 16 de Julho de 1868. No ano imediato, publicou *Relatorio* em que analisou os problemas da Justiça no Império, apresentando sugestões objetivas para tais problemas, quanto à organização judiciária, à administração da Justiça e à legislação civil, criminal e comercial, e, no qual, ademais, afirmou que estava rescindido o contrato assinado, anos antes, por aquele Ministério, com Teixeira de Freitas, por não haver o jurisconsulto baiano apresentado o projeto de Código Civil no dia 30 de junho de 1864, prazo suplementar que se lhe fora marcado pela décima cláusula do referido contrato, salientando que não julgava oportuna a revalidação daquele contrato por importar em ônus para o Tesouro. Muito embora reconhecendo a vasta cultura jurídica do autor do *Esboço*, Alencar, talvez em parte inspirado, como sustentou Cláudio De Cicco, pelas ideias da Escola Histórica alemã,¹⁹⁵ atacou, no referido *Relatorio*, o projeto de Teixeira de Freitas, por tal projeto, em seu entender, não refletir os nossos costumes e tradições.¹⁹⁶

Alencar, cuja primordial preocupação, enquanto Ministro da Justiça, foi a tentativa de empreender uma reforma judiciária, sustentando, antes de tudo, a necessidade de separação das funções judiciárias daquelas policiais, assinou, a quinze de setembro de 1869, histórica lei proibindo a venda de escravos sob prego, bem como sua exposição pública. Antes disso, mais precisamente a 04 de julho daquele ano de 1869, fundara ele, com o irmão

---

¹⁹³ Carta de Erasmo ao Imperador número 1, de 17 de novembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 14.

¹⁹⁴ Cf. Arthur MOTTA, *José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Briguiet & C.IA – Editores, 1921, p. 189.

¹⁹⁵ *Direito: Tradição e Modernidade*, São Paulo, Ícone, 1993, pp. 90-98.

¹⁹⁶ *Relatorio do Ministerio da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869, pp. 116-117.

Leonel de Alencar, o jornal *Dezeseis*¹⁹⁷ *de Julho*, com o subtítulo de “folha política e litteraria”.

O *Dezeseis de Julho* visava exprimir na imprensa o pensamento realizado no governo por aquele Gabinete, lídimo representante dos ideais do Partido Conservador, e defendê-lo, bem como o Ministério da Justiça, dos ataques de seus adversários liberais, salientando, porém, que compreendia a política como sendo apenas um “meio”, cujo “fim” seria “a prosperidade da nação, o bem estar da sociedade”, ou, noutras palavras, o Bem Comum. Proclamando-se “órgão da idéa conservadora”, afirmava o *Dezeseis de Julho* que buscava o “desenvolvimento das liberdades constitucionaes”, com a promoção das “reformas necessarias, para melhor garantia dessas liberdades”, e que “o progresso moral e material do paiz” seria “objecto constante de estudo e attenção” de sua parte. Defendia particularmente a agricultura nacional, de cuja “seiva” se alimentava e vivia também o nosso comércio e que era a “base de nossa futura grandeza”, representado, “em política”, “o elemento essencialmente conservador”, “o solo ao qual se prendem as tradições nacionaes”, e colocava como “sua primeira e mais ardente aspiração” a “instrucção publica”, assim como a “educação moral e religiosa da familia”, proclamando que “nenhum cabedal mais precioso adquire uma nação, do que o homem culto, e sobretudo o homem honesto”.¹⁹⁸

O *Dezeseis de Julho* se tornou diário a partir de 1º de novembro daquele ano e, exatamente um mês mais tarde, reconhecido como órgão já não apenas da “idéa conservadora”, mas do próprio Partido Conservador, teve o subtítulo mudado para o de “Órgão Conservador”.

A 09 de janeiro de 1870, Alencar, que fora novamente eleito Deputado Geral do Império e se candidatara a Senador do Império pelo Ceará no ano anterior, deixou o Ministério da Justiça. Candidato mais votado de sua província natal para o cargo de Senador foi, ainda assim, preterido por D. Pedro II, que, por Carta Imperial datada de 27 de abril de 1870, nomeou senadores pelo Ceará o Desembargador Honorário Domingos

¹⁹⁷ “Dezeseis” e não “dezesseis” era como então se escrevia.

¹⁹⁸ Editorial do *Dezeseis de Julho* (não assinado), anno I, nº 14, Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1869, p. 1.

José Nogueira Jaguaribe, primo de Alencar, e o Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, respectivamente, o segundo e o quinto mais votados daquelas eleições. Na mesma época, o ex-Ministro dos Negócios da Justiça passou a fazer aberta e renhida oposição tanto ao Gabinete de 16 de Julho quanto ao próprio Imperador, a quem acusava de exercer “poder pessoal”, que, em seu entender, não se confundia com o Poder Moderador, do qual seguia sendo um defensor. Destarte, assinalou, em texto estampado a 1º de maio de 1870 na primeira página do *Dezeseis de Julho*, que, “embora contrariado pela corôa em uma aspiração legítima”, que não era senão aquela de se tornar Senador do Império, não modificava ele suas opiniões a respeito da “indole” e da “natureza do poder moderador”, continuando, pois, “a sustentar os principios da escola conservadora”.¹⁹⁹

Pouco depois, mais precisamente a 02 de julho do mesmo ano, saiu o último número do *Dezesseis de Julho*, em cuja primeira página o autor das *Cartas de Erasmo* anunciou sua decisão de se retirar, “ao menos temporariamente, da imprensa diaria” e de buscar colocar a serviço da causa a que se dedicara “meios mais largos e efficazes”, posto que a propaganda feita em uma folha de reduzida circulação, tal como o *Dezeseis de Julho*, segundo ele, não o satisfazia, “além de consumir um cabedal de tempo” que melhor poderia ser aproveitado.²⁰⁰

Ainda em 1870, Alencar, ressaltando, como sempre fazia, suas profundas convicções monárquicas, publicou, em folhetins, no jornal republicano *A Republica*, da Corte, o romance regionalista *Til*, ambientado no interior da Província de São Paulo. No mesmo ano foram também dados à estampa o romance *A pata da gazela*, o romance regionalista *O gaúcho*, ambientado nas coxilhas da Província do Rio Grande do Sul, e os dois volumes da “crônica colonial” intitulada *Guerra dos Mascates*. Já no ano imediato seria publicado o romance regionalista *O tronco do ipê*, retratando a vida na região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense.

Em 1872, por seu turno, o escritor daria à estampa o romance *Sonhos d'ouro*, que se passa quase inteiro nas matas da Tijuca, e cujo prefácio,

¹⁹⁹ Editorial do *Dezeseis de Julho* (assinado), anno II, nº 95, Rio de Janeiro, 1º de maio de 1870, p. 1.

²⁰⁰ Idem, Editorial do *Dezeseis de Julho* (assinado), anno II, nº 144, Rio de Janeiro, 02 de julho de 1870, p. 1.

intitulado *Benção paterna*, é fundamental para a compreensão não apenas do sentido da obra literária do autor patricio e da visão que tinha da Literatura Nacional, por ele reputada a “alma da Pátria”,²⁰¹ senão para a compreensão de toda a cosmovisão alencarina. Em 1873, sob o título de *Alfarrábios*, viriam à luz mais dois volumes de “crônicas coloniais”, enquanto em 1874 seria editado o romance indianista *Ubirajara*; em 1875, conforme já aqui mencionado, a obra romanesca *Senhora*, derradeiro dos “perfis de mulher” saídos da pena alencarina, e, em 1876, o romance regionalista *O sertanejo*, que, ambientado nos sertões de seu pátrio Ceará, se constituiria na derradeira obra literária integralmente publicada, em vida, pelo autor.

A 28 de maio de 1873, José de Alencar se posicionou, na Câmara Geral do Império, a respeito da denominada “questão religiosa”, “questão em verdade sumamente grave”, que então começava “a agitar profundamente o País”,²⁰² afirmando não ser tal questão a luta que se ia travando “entre o jesuitismo e a maçonaria”, que via como duas “reliquias do passado”, cada qual, porém, com sua importância histórica, que, segundo ele, não podia ser desrespeitada.²⁰³

---

²⁰¹ *Benção paterna*, in *Sonhos d'ouro: romance brasileiro*, Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, volume XII, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 34.

²⁰² *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 373-374.

²⁰³ Idem, p. 375. A maçonaria, em seu entendimento, unindo nobres e plebeus, preludiara a “democracia moderna”, por ele louvada, e fora “nossa primeira escola da liberdade”, onde se tinham fomentado “os primeiros movimentos de independência das colônias portuguesas”, havendo D. Pedro, Duque de Bragança e Príncipe Regente do então Reino do Brasil, jurado proclamar, na sede do Grande Oriente do Brasil, “a Independência do Brasil, muito antes proclamá-la nos Campos do Ipiranga” (Idem, loc. cit.). A Companhia de Jesus, por seu turno, tivera, em sua opinião, seu nome tornado “odioso por uma injustiça da posteridade”, sendo “uma das mais gloriosas instituições que têm existido, a que a humanidade deve não só mais serviços, como mais admiração”. Considerava o fundador de tal instituição, Santo Inácio de Loyola, “cavaleiro andante que se transformou em paladino da Igreja”, o “formidável adversário que se levantou contra Lutero”, sustentando “a luta com a reforma” e reabilitando “a Igreja Romana” (Idem, pp. 377-378). Ademais, fazia suas as palavras do historiador e político britânico Thomas Macaulay, no sentido de que a Companhia de Jesus se constituiu em exemplo de “veemência”, “habilidade”, “disciplina”, “indomável coragem”, “abnegação”, “esquecimento dos mais caros interesses [pessoais]” e de “dedicação absoluta” que se repetiam, por muitas gerações, nos “anais da Europa”, nela se havendo concentrado “a substância do espírito católico”, sendo a sua história “a história da grande reação católica”, assim como “um dos períodos mais gloriosos da Igreja Romana” (Apud José de ALENCAR, *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 378). E, por fim, entendia que “os jesuítas pugnaram sempre pela liberdade dos índios e lutaram tenazmente contra a escravidão da raça indígena”, do mesmo modo que reputava que a obra educativa dos jesuítas havia preparado o caminho para o surgimento da “democracia”, da “verdadeira e legítima democracia” (*Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 379).

Ademais, no referido discurso sobre a chamada questão religiosa, Alencar, colocando a Nação acima da Religião, proclamou que “a Igreja é uma instituição nacional, como outras que são essenciais ao fim social”,²⁰⁴ e defendeu, contra a opinião de muitos dos membros do Partido Liberal, a manutenção, no País, da união entre a Igreja e o Estado, condenando, pois, o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, a que denominou o “*ateísmo nacional*”.²⁰⁵ “Caso se tratasse de votar uma Constituição”, aduziu ele, “eu sustentaria a necessidade de inscrever, como um de seus princípios fundamentais, a religião do Estado, instituição nacional indispensável à felicidade do povo”.²⁰⁶ E, afirmando que “a religião é a base de toda a moral social”, de modo que “nenhum Estado pode prescindir deste elemento de ordem, deste fundamento de toda a justiça humana”,²⁰⁷ sustentou ser necessário, a fim de assegurar “a prosperidade e engrandecimento do País, o estreitamento, o fortalecimento da união da Igreja com o Estado”,²⁰⁸ cumprindo, segundo ele, “que todos nós católicos, todos nós que defendemos a religião de nossos pais e devemos ter a nobre ambição de transmiti-la para nossos filhos, façamos uma propaganda, uma cruzada para reabilitar a religião católica no nosso País”. Devia ser incutido, porém, em seu entender, na “Igreja nacional um espírito mais conforme com a civilização moderna”,²⁰⁹ isto é, um espírito mais liberal, como o dele, aliás, pois se ufanava de ser liberal não “de nome”, posto que não filiado ao Partido Liberal, mas sim “na doutrina”, cuidando ser adepto de um “liberalismo muito adiantado”.²¹⁰

Ainda no discurso em apreço, José de Alencar, demonstrando profunda coragem, dado o imenso poder que tinha então, no Brasil, a maçonaria, não apenas sustentou que tal instituição era anacrônica, como também afirmou que as sociedades maçônicas são “sociedades secretas que não devem existir em um País constitucional, onde o cidadão vive no pleno domínio da publicidade”, defendendo que “a maçonaria, tal como tem

---

²⁰⁴ Idem, p. 387.

²⁰⁵ Idem, p. 385. Grifo em itálico no original.

²⁰⁶ Idem, p. 387.

²⁰⁷ Idem, p. 389.

²⁰⁸ Idem, p. 390.

²⁰⁹ Idem, pp. 390-391.

²¹⁰ Idem, p. 383.

existido”, não poderia continuar, sendo mister que perdesse seu “caráter de sociedade secreta”, abrindo “o seu templo à publicidade”, pondo termo a “seus mistérios anacrônicos” e funcionando “perante a opinião”.²¹¹ O fechamento da maçonaria deveria ser feito com fulcro no Código Criminal de 1830, que, nos artigos 282 a 284, tratava, com efeito, das sociedades secretas, que só seriam permitidas caso tivessem licença da autoridade, que as poderia dispersar quando ameaçassem a ordem pública, e também com base no artigo 2º da Lei de 22 de agosto de 1860, que dispunha no sentido de que nenhuma associação de qualquer natureza poderia existir sem que seus estatutos fossem aprovados e sua existência permitida pela autoridade.²¹²

Ao sustentar que a então extremamente poderosa maçonaria deveria ser fechada, Alencar fez, em nossa opinião, mais do que nunca, jus à comparação que dele fez a Dom Quixote e a Dom Vital seu admirador Gilberto Freyre, que, vale ressaltar, via o “quixotismo” como algo positivo, tanto que se referia ao historiador e diplomata Oliveira Lima, um de seus grandes mestres, como o “Don Quixote gordo”.²¹³ Com efeito, o autor de *Casa grande e senzala* e de *Ordem e progresso*, que admirava profundamente a obra literária do autor de *Iracema*, sobretudo por aquilo que reputava ser seu “romantismo socialmente crítico”,²¹⁴ no qual se conciliariam “modernismo” e “tradicionalismo”²¹⁵ e muitas vezes se faria presente romântica filosofia de “revolta do indivíduo contra as instituições e convenções burguesas”,²¹⁶ se referiu a Alencar como

---

²¹¹ Idem, pp. 376-377.

²¹² Idem, p. 376.

²¹³ Oliveira Lima, *Don Quixote gordo*, in *Perfil de Euclides e outros perfis*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944, pp. 67-87.

²¹⁴ José de Alencar, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1952, p. 13

²¹⁵ Idem, p. 30.

²¹⁶ Idem, p. 19. Cumpre assinalar que, em nosso sentir, ao falar em “instituições e convenções burguesas”, compreendia Gilberto Freyre a burguesia não como uma classe, mas sim como um estado de espírito, uma atitude em face da vida e do Mundo, uma mentalidade presente não apenas na chamada classe burguesa, mas em todas as classes componentes da Sociedade e caracterizada, antes de tudo, pelo materialismo e pela busca constante de riquezas materiais e de prazeres. Concordaria o autor pernambucano, assim, com críticos do “espírito burguês” como Tristão de ATHAYDE (Alceu Amoroso Lima) [*Problema da burguezia*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1932; “Catholicismo burguez”, in *A Ordem*, nº 62 (nova série), Rio de Janeiro, abril de 1935, pp. 257-266], Nikolai BÉRDIAEFF (*De l'esprit bourgeois*, Tradução francesa de Elisabeth Bellençon, Paris, Delachaux et Niestlé S. A, 1949), Léon BLOY (*L'Invendable*, Paris, Mercure de France, 1919; *Exégèse des lieux-communs*, Paris, Mercure de France, 1926), Rubén CALDERÓN BOUCHET (*El espíritu del capitalismo*, 1ª edição, Buenos Aires, Nueva Hispanidad, 2008), Plínio SALGADO (*Espírito da*

(...) homem superiormente lúcido que na política do Império sofreu traições dos apagados e vis, sem ter deixado de ser, além de lúcido, independente nas suas atividades e quixotesco nos seus rompantes.

Um Dom Quixote cearense, com uma cabeça que lembrava a de um frade rebelde, de Dom Vital, colada como por engano a um corpo de menino doente, de adolescente franzino, de estudante romântico. E não é à toa ou por pitoresco que, a propósito de Alencar, lembramos Dom Vital: homens do mesmo ânimo, brasileiros da mesma região, românticos da mesma espécie (...).²¹⁷

Em 1874, Alencar publicou, no jornal *O Globo*, sob o título de *O nosso cancionero*, uma série de interessantes artigos sobre o cancionero dos sertões do Ceará, sendo por tais artigos, segundo Câmara Cascudo, que “pela primeira vez a gesta do gado, a tradição dos vaqueiros, os cantigos locais exaltando os animais valorosos, touros e marruás invencíveis, fizeram aparição na capital do Império”.²¹⁸ Isto posto, cumpre assinalar que Câmara Cascudo reconheceu no autor de *O sertanejo* “um dos informadores máximos do Folclore”,²¹⁹ cuja informação para os estudos do Folclore Nacional é “de indiscutível autenticidade”²²⁰ e cujo amor, “pelo espírito da tradição, aos elementos formadores de sua própria mentalidade, os clássicos usos e costumes”, lhe deram “a intuição de prolongar sobre a criação individual do escritor o clima natural do Folclore e da Etnografia, envolvente, impalpável, sempre vivo, influenciador e complexo”.²²¹

No ano de 1876, havendo sofrido as primeiras hemoptises e buscando melhorar de saúde, viajou Alencar para a Europa, em companhia da família, visitando Paris, Londres e Lisboa, mas logo regressando à Pátria, decepcionado com o que vira no velho continente, diverso do que ele imaginava, e cheio de saudades do Brasil e do Rio de Janeiro. Ainda neste ano, deu início à publicação de um novo jornal, intitulado *O protesto*, do

---

burguesia, 1ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1951), Max SCHELER (*Vom Umsturz der Werte*, Bern, Francke, 1955. Obra originalmente publicada em 1919) e Werner SOMBART (*El burguês: contribución a la historia moral e intelectual del hombre economico moderno*, tradução castelhana de Víctor Bernardo, Buenos Aires, Oresme, 1953). Concordaria do mesmo modo, com Octavio de FARIA [*O retrato da morte (Tragédia Burguesa-IX)*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1961, p. 7], cuja obra, “não só literária como metaliterária”, reputava, aliás, a “obra, na história da cultura brasileira, mais importante, mais significativa, mais perdurável” (Gilberto FREYRE, Pronunciamento na reunião do Conselho Federal de Cultura em homenagem aos 70 anos de Octavio de Faria. Disponível em: http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_cientificos/homenagem_70_anos.html. Acesso em 07 de outubro de 2013).

²¹⁷ Idem, p. 13.

²¹⁸ *O Folclore na obra de José de Alencar*, in José de ALENCAR, *Lucíola: um perfil de mulher/ Diva: perfil de mulher*, Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, volume IV, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 14.

²¹⁹ Idem, loc. cit.

²²⁰ Idem, p. 16.

²²¹ Idem, loc. cit.

qual saíram apenas cinco números, entre dezembro de 1876 e março de 1877, sendo encerrado por conta do agravamento da doença pulmonar de que sofria o renomado escritor e deputado.

Caindo gravemente enfermo a 11 de dezembro de 1877, quando tratava da impressão de seu poema *Os filhos de Tupã*, faleceu no dia imediato aquele que foi, na opinião de Capistrano de Abreu, o “Primeiro vulto da literatura nacional”,²²² sendo sepultado no dia seguinte, no Cemitério de São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro. Era então de longe o romancista mais lido e aclamado de todo o Brasil e nesta posição permaneceria por muitas décadas, sendo suas obras conhecidas mesmo pelos analfabetos, que ouviam a leitura de seus romances nos serões familiares e sendo os seus personagens, como enfatizou Cláudio De Cicco, patrimônio não apenas dos conhecedores da Literatura, ou, no caso daqueles de *O guarani*, também de Ópera, graças a Carlos Gomes, mas até há poucos decênios de todo o povo brasileiro,²²³ no Norte como no Sul, nas cidades como no campo, no sertão como no litoral. Houve mesmo, sobretudo nos dois últimos decênios do Império e nas primeiras décadas da República, como fez ver Gilberto Freyre, uma verdadeira “voga nacional” de José de Alencar,²²⁴ ou mesmo um “culto” ao escritor cearense, comparável àqueles que se formaram em torno do Imperador Dom Pedro II, da Princesa Isabel, do Duque de Caxias, de Osório, de Santos Dumont, de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco, de Gonçalves Dias, de Castro Alves e Carlos Gomes,²²⁵ enquanto os nomes de seus heróis e heroínas, como Peri, Ceci, Iracema e Ubirajara, eram dados a produtos como licores, vinhos, sabonetes, banhas e loções capilares “e não apenas a pessoas: numerosíssimas pessoas”.²²⁶

---

²²² *Ensaios e estudos (Crítica e História)*, 3ª série, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Brigueit, 1938, p. 178.

²²³ *Direito: Tradição e Modernidade*, São Paulo, Ícone, 1993, p. 91.

²²⁴ *Ordem e Progresso*, 6ª edição, São Paulo, Global Editora, 2004, p. 172.

²²⁵ *Idem*, p. 483.

²²⁶ *Idem*, p. 484.

CAPÍTULO II. JOSÉ DE ALENCAR E A FILOSOFIA DO DIREITO.

Neste capítulo, trataremos da presença da Filosofia do Direito na obra de José de Alencar, dando particular ênfase às ideias deste a respeito da Lei Natural e da Lei Positiva.

Diversamente de José Soriano de Souza, “pioneiro do neotomismo no Brasil” e “paladino” do Direito Natural Clássico,²²⁷ autor de *Elementos de Philosophia do Direito* (1880);²²⁸ de João Teodoro Xavier de Matos, em nosso sentir um espiritualista eclético influenciado pelo krausismo no campo das ideias sociais, autor de *Theoria transcendental do Direito* (1876),²²⁹ e de José Maria Corrêa de Sá e Benevides, “católico eclético” que mesclava Taparelli D’Azeglio, Antonio Rosmini e Ventura di Raulica a Stuart Mill, Krause, Bluntschili e os espiritualistas ecléticos e doutrinários franceses,²³⁰ autor de *Elementos da Philosophia do Direito Privado* (1884),²³¹ e de *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal* (1887),²³² jamais escreveu José de Alencar uma obra de Filosofia do Direito. Do mesmo modo, ao contrário dos dois primeiros ou do monista Tobias Barreto, criador da chamada “Escola do Recife” e mentor de toda uma geração de juristas, na qual se destacou, sobretudo,

---

²²⁷ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA, *El Derecho Natural en el Mundo Lusitano del siglo XX*, in Francisco PUY (Organizador), *El Derecho Natural Hispanico: Actas de las “Primeras Hispánicas de Derecho Natural”*, Madrid, Escelicer, 1973, p. 292.

²²⁸ *Elementos de Philosophia do Direito*, Recife, Typographia Central, 1880.

²²⁹ *Theoria transcendental do Direito*, São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1876.

²³⁰ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA, *El Derecho Natural en el Mundo Lusitano del siglo XX*, in Francisco PUY (Organizador), *El Derecho Natural Hispanico: Actas de las “Primeras Hispánicas de Derecho Natural”*, Madrid, Escelicer, 1973, p. 301. No mesmo sentido, sustentou Ubiratan de Macedo que Benevides misturou “krausismo com escolástica” e que seu pensamento é “um amontoado desconexo de teses tomistas, ecléticas, tradicionalistas, orientadas contra o positivismo” (*A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977, pp. 139-140.).

²³¹ *Elementos de Philosophia do Direito Privado*, São Paulo, Typographia União do Largo São Francisco, 1884.

²³² *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*, São Paulo, Baruel e Paupério, 1887.

Clóvis Beviláqua,²³³ não pode o autor de *A propriedade* ser considerado um jusfilósofo. Contudo, em seus escritos jurídicos, a Filosofia do Direito se faz presente, mais do que naqueles de outros jurisconsultos de sua época, como Teixeira de Freitas, Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai), Lafayette Rodrigues Pereira, Antônio Joaquim Ribas, Cândido Mendes de Almeida e Braz Florentino Henriques de Souza.²³⁴ E tão presente que Arthur Motta chegou a escrever, com efeito, que a obra *A propriedade*, do Conselheiro Alencar, não era uma obra de Direito Civil, mas sim de Filosofia do Direito.²³⁵

O pensamento filosófico de José de Alencar é o espiritualismo, mais precisamente o espiritualismo eclético predominante no Brasil de seu tempo e cujo método, o ecletismo, foi o método de muitos que não eram espiritualistas, como o próprio Machado de Assis, que, na frase de João de Scantimburgo, “não foi um filósofo, na acepção exata da palavra”, mas, “antes, uma inteligência aberta ao ecletismo”,²³⁶ sofrendo influência de pensadores que vão de Pascal a Spencer e Darwin e de Santo Agostinho a Schopenhauer, sem olvidar Montaigne e Renan.²³⁷ No caso de Alencar, que igualmente não foi um filósofo, mas uma inteligência aberta à Filosofia e ao ecletismo, as influências vão de Cícero aos próprios espiritualistas ecléticos franceses, de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino a Kant e Krause, de Platão a Locke e de Montesquieu a Bentham.

²³³ Cf. Ignacio Maria Velasco POVEDA, *Três vultos da cultura jurídica brasileira: Augusto Teixeira de Freitas, Tobias Barreto de Menezes e Clóvis Beviláqua*, in Eduardo C. B. BITTAR (Organizador), *História do Direito Brasileiro: leituras da Ordem Jurídica Nacional*, 2ª edição, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2010, p. 16.

²³⁴ Cumpre salientar que, ao dizermos que a Filosofia do Direito se faz mais presente na obra de Alencar do que naquelas da maior parte dos juristas de seu tempo, a exemplo daqueles que acabamos de mencionar, não desejamos afirmar que tenha sido ele um mais profundo conhecedor ou pensador da Filosofia do Direito.

²³⁵ *José de Alencar (o escritor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Briguiet & C.IA – Editores, 1921, p. 244.

²³⁶ *A Filosofia na obra de Machado de Assis*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXII, nº 129, janº/mar. de 1983, p. 81.

²³⁷ Sobre a influência da Filosofia na obra de Machado de Assis: Alceu Amoroso LIMA (Tristão de Athayde), *Três ensaios sobre Machado de Assis*, Belo Horizonte, P. Bluhme, 1941; Afrânio COUTINHO, *A filosofia de Machado de Assis e outros ensaios*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959; Sérgio Buarque de HOLANDA, *A filosofia de Machado de Assis*, in *O espírito e a letra* (Estudos de crítica literária I, 1920-1947), São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 305-312; Miguel REALE, *A Filosofia na obra de Machado de Assis*, 1ª edição, São Paulo, Pioneira, 1982; João de SCANTIMBURGO, *A Filosofia na obra de Machado de Assis*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXII, nº 129, janº/mar. De 1983, pp. 79-81.

Quanto ao termo ecletismo, deriva ele do grego *ekleghein*, que significa selecionar e reunir de diversas partes,²³⁸ e, no campo da Filosofia, podemos definir como o método que consiste em estudar as doutrinas de diversos filósofos e escolas filosóficas e delas aproveitar aquilo que for reputado verdadeiro. Esta definição corresponde ao “bom ecletismo” de que nos falou o Padre Leonel Franca, para quem este método foi “praticado por todos os pensadores abalizados, que não quiseram isolar-se da tradição intelectual do gênero humano”, afirmando, contudo, que havia um mau ecletismo, que seria aquele de Victor Cousin, para quem, segundo ele, “se devem reunir num todo as doutrinas próprias de cada sistema por ser o erro uma verdade incompleta”.²³⁹ Para Abbagnano, por sua vez, é característica essencial do ecletismo o fato de aquele que o pratica não se preocupar muito com a coerência das teses tomadas de outros pensadores entre si, bem como com sua conexão aos sistemas originários.²⁴⁰ Empregado por Diógenes Laércio para se referir à doutrina de um filósofo de Alexandria por nome Potámon,²⁴¹ é hoje o termo ecletismo comumente empregado para designar as tendências filosóficas adotadas pela Escola Estoica a partir de Boeto de Sídon; pela Academia Platônica a partir de Fílon de Larissa e pela Escola Aristotélica a partir de Andrônico de Rodes, último escolarca do Liceu e organizador dos escritos de Aristóteles, assim como daqueles de Teofrasto, e cujo discípulo mais importante foi Cícero, principal pensador eclético romano, e, por fim, já no século 19, a filosofia espiritualista de Victor Cousin e seus discípulos. Quanto a Sêneca, aliás, um dos filósofos antigos mais citados por Alencar ao lado de Platão e Cícero, foi ele um estoico, o maior vulto, com efeito, da Escola do Pórtico em Roma, onde teve esta, ainda, dois importantes filósofos, o grego Epicteto e o Imperador Marco Aurélio.

---

²³⁸ Cf. Giovanni REALE, *Estoicismo, ceticismo e ecletismo* (História da Filosofia Grega e Romana, volume VI), Tradução de Marcelo Perine, 2ª edição, São Paulo, Loyola, 2011, p. 184.

²³⁹ *Noções de História da Filosofia*, 15ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1957, p. 212.

²⁴⁰ *Dicionário de Filosofia*, Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi, Revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti, 5ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 350.

²⁴¹ Cf. Idem, loc. cit; Giovanni REALE, *Estoicismo, ceticismo e ecletismo* (História da Filosofia Grega e Romana, volume VI), Tradução de Marcelo Perine, 2ª edição, São Paulo, Loyola, 2011, p. 184.

José de Alencar sustentou o espiritualismo e, por conseguinte, combateu o materialismo durante toda sua vida e em toda sua obra. Por tal motivo, quando a filosofia positivista ainda estava longe de dominar o pensamento brasileiro, assim já escrevia ele, em manuscrito sem título e sem data:

Vivemos em uma epocha vertiginosa em que a philosophia positiva, que não é senão uma nova transformação do antigo materialismo, solapa todas as bases e fundamentos da nacionalidade.²⁴²

No último jornal por ele fundado, *O protesto*, também condenou Alencar a “philosophia positiva”, que, em suas palavras, “ataca a santidade do casamento e supprime a família”.²⁴³

Ao ler seu livro *A propriedade*, podemos perceber que a visão de Mundo de Alencar era marcada, antes e acima de tudo, por tal luta entre o espiritualismo e o materialismo. Neste livro, com efeito, pregou ele uma “revolução profunda”, cujo “rastros luminoso” buscava “no seio de treva” e pela qual “a razão pura” arrancaria “os andrajos da velha sciencia”,²⁴⁴ despiando a lei civil “da crosta que lhe formou a rudeza da primeira idade”.²⁴⁵ Assim, segundo ele, fortemente influenciado pelo pensamento liberal-iluminista de seu tempo, devíamos esperar que a “civilização” operasse na legislação civil, ainda revestida pelo “materialismo” e dominada pela “tyrannia da propriedade”, o mesmo que “o christianismo operou na crença”, outrora dominada pelo “antropomorfismo” [sic].²⁴⁶ O autor, aliás, confessou que dedicava sua obra a esta “grande revolução do direito civil”,²⁴⁷ que o arrancaria do materialismo e o espiritualizaria, o que, aliás, dar-se-ia por meio da Filosofia:

A lei do amor, o sanctuario da familia, o asylo das instituições domesticas, á cuja sombra se abrigam os deuses lares – *pater et mater*; a lei da individualidade onde o homem se sente mais perto de si, mas dentro de sua independencia, e onde se retempera para arrojarse ao desempenho de sua missão humanitaria; essa lei não deve por mais tempo soffrer semelhante profanação. E’ necessario que a philosophia gloriosa e potente – *prepotens et gloriosa philosophia* (Cicero De

²⁴² *Religião*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004.

²⁴³ *Nota da redacção*, in *O Protesto*, nº 1, Rio de Janeiro, 1877, p. 8.

²⁴⁴ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883, pp. 2-3.

²⁴⁵ *Idem*, p. 17.

²⁴⁶ *Idem*, pp. 16-17.

²⁴⁷ *Idem*, p. 245

orat. 1-43) ahi penetre para arrancar-lhe das entranhas os vermes que a vão corroendo.²⁴⁸

Quanto ao espiritualismo eclético, foi ele, como observamos na introdução da presente dissertação, a corrente filosófica dominante na França do Rei Luís Filipe de Orléans (1830-1848) e no Brasil do Segundo Reinado (1840-1889), havendo também tido força, como anotou José Ferrater Mora, em Espanha, na Itália e em alguns países da América Espanhola, particularmente em Cuba,²⁴⁹ então ainda parte do império espanhol. Segundo Miguel Reale, teria o caráter conciliatório da filosofia espiritualista eclética sido determinante para a sua larga difusão e aceitação no Brasil oitocentista:

Era o Brasil, nos meados do século passado, ambiente próprio à recepção do ecletismo de Cousin, capaz de compor em unidade, não sem certo encanto verbal, o desejo de uma Filosofia secular, próprio de homens que se consideravam culturalmente emancipados de qualquer subordinação à Igreja, e a aspiração não menos viva de atender a um sentimento religioso alimentado desde o berço. O ecletismo foi entre nós, acima de tudo, um ato de conciliação ou de compromisso, suscetível de gerar a paz interior nas consciências, e, ao mesmo tempo, um acôrdo sôbre os pontos essenciais de uma cosmovisão tranqüila e harmônica, correspondente a uma fase histórica ainda não tomada do frenesi das conquistas devidas às ciências positivas e à técnica.²⁵⁰

Victor Cousin, cujos “dotes naturais de uma eloquência encantadora”, somados à “influência dos altos cargos” por ele ocupados durante o reinado de Luís Felipe, como os de diretor da Escola Normal Superior francesa, reitor da Universidade de Paris e Ministro da Instrução Pública, “aureolaram-lhe o nome de um prestígio de que raros filósofos têm gozado em vida”, na frase do Padre Leonel Franca,²⁵¹ buscou, pelo método eclético, harmonizar os diferentes sistemas filosóficos. Fundador da História da Filosofia na França,²⁵² foi Cousin, ademais, o criador, na expressão de Gonzague Truc, de uma “filosofia superficial e brilhante”,²⁵³ em que revela influências diversas, de Platão, cujos escritos traduziu do idioma de Homero e Hesíodo para aquele de Balzac e de Victor Hugo, até os autores da escola escocesa de Thomas Reid e Dugald Stewart; de Aristóteles a Maine de Biran, cuja obra editou, e Royer-Collard; do neoplatônico Proclo,

²⁴⁸ Idem, pp. 200-201.

²⁴⁹ *Diccionario de Filosofia*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 4ª edição, 1958, p. 286.

²⁵⁰ *O krausismo em São Paulo: o 'socialismo filantrópico' de João Teodoro e as lições de Galvão Bueno*, in *Filosofia em São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959, p. 25.

²⁵¹ *Noções de História da Filosofia*, 15ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1957, p. 211.

²⁵² Cf. Roque Spencer Maciel de BARROS, *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP); Editorial Grijalbo, 1973, p. 32.

²⁵³ *História da Filosofia*, Tradução de Ruy Flores Lopes e Leonel Vallandro, Porto Alegre, Editora Globo, 1958, p. 261.

cuja obra igualmente editou, a Descartes e Pascal, cujas obras também deu à estampa; de Abelardo, cuja obra igualmente publicou, a Kant; de Malebranche a Schelling, Fichte e Hegel, de Plotino a Leibniz e assim por diante. Desta forma resumiu ele, com o brilho de sua pena, a filosofia de que se fez arauto:

Nossa verdadeira doutrina, nossa verdadeira bandeira é o espiritualismo, esta filosofia tão sólida quanto generosa, que principia com Sócrates e Platão, que o Evangelho difundiu pelo mundo, que Descartes colocou nas formas severas do gênio moderno, que no século XVII foi uma das glórias e das forças da pátria, que pereceu com a grandeza nacional no século XVIII, e que no início deste século o Sr. Royer-Collard reabilitou no ensino público, enquanto o Sr. de Chateaubriand, Madame de Staël, o Sr. Quatremère de Quincy a transportavam para a literatura e para as artes. Nós lhe damos justamente o nome de espiritualismo porque seu caráter é de subordinar os sentidos ao espírito, e de erguer, por todos os meios reconhecidos pela razão, de elevar e enobrecer o homem. Ela ensina a espiritualidade da alma, a liberdade e a responsabilidade das ações humanas, a obrigação moral, a virtude desinteressada, a dignidade da justiça, a beleza da caridade; e além dos limites deste mundo mostra um Deus, autor e modelo da humanidade, que, depois de havê-la criado evidentemente para um fim excelente, não a abandonará no desenvolvimento misterioso de seu destino. Esta filosofia é a aliada natural de todas as causas justas. Sustenta o sentimento religioso; favorece a verdadeira arte, a poesia digna deste nome, a grande literatura; é o apoio do direito; rejeita igualmente a demagogia e a tirania; ensina todos os homens a se respeitarem e se amarem, e conduz pouco a pouco as sociedades à verdadeira república, este sonho de todas as almas generosas, que em nossos dias na Europa só pode ser realizado pela monarquia constitucional.²⁵⁴

É interessante notar que Victor Cousin, nas supracitadas linhas de seu livro *Du Vrai, du Beau et du Bien (Do Verdadeiro, do Belo e do Bem)*, associou a filosofia espiritualista de que era, em seu tempo, o mais eloquente defensor, ao Romantismo, ao afirmar que Chateaubriand e Madame de Staël, fundadores do Romantismo na França, tinham transportado o espiritualismo para a Literatura e as artes em geral. No Brasil, esta ligação entre o espiritualismo eclético e o Romantismo foi bem clara. Tanto que Domingos José Gonçalves de Magalhães não foi apenas o fundador do Romantismo brasileiro, com a publicação, em 1836, de *Suspiros poéticos e saudades*, como também o primeiro adepto brasileiro da filosofia espiritualista eclética, com a qual tomara contato em Paris, e de que se fez incontestavelmente o mais importante vulto no Império do Brasil.²⁵⁵

²⁵⁴ *Du Vrai, du Beau et du Bien*, 5ª edição, Paris, Didier, Libraire-Éditeur, 1856, pp. VII-VIII.

²⁵⁵ Sobre Gonçalves de Magalhães e seu pensamento: Roque Spencer Maciel de BARROS, *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*, São Paulo, Editora da Universidade de São

Isto posto, faz-se mister sublinhar que Domingos José Gonçalves de Magalhães não se limitou a reproduzir o pensamento de Cousin e de outros expoentes do espiritualismo eclético francês, possuindo muitas ideias próprias, como podemos ver em seus livros *Factos do espirito humano*, publicado em 1858²⁵⁶ e já no ano seguinte traduzido para o francês,²⁵⁷ e *A alma e o cerebro*, de 1876.²⁵⁸ Do mesmo modo, cumpre notar que, embora discordemos de Miguel Reale quando este sustenta que “nada subsiste” da poesia de Gonçalves de Magalhães,²⁵⁹ ainda que reconhecendo, como Ubiratan Borges de Macedo, que esta esmaece, quando comparamos o Visconde do Araguaia (Gonçalves de Magalhães) “a Gonçalves Dias ou ao seu adversário José de Alencar ou a Castro Alves”,²⁶⁰ não podemos deixar de concordar com o autor de *O Estado Moderno* e de *Teoria Tridimensional do Direito* quando este afirma que o pensador, poeta, dramaturgo e diplomata fluminense “teve o mérito de, pioneiramente, nos descortinar novas idéias no plano da filosofia, das letras, da política e das ciências positivas”.²⁶¹

Paulo (EDUSP); Editorial Grijalbo, 1973; José Maurício de CARVALHO, *Domingos Gonçalves de Magalhães*, in *Contribuição contemporânea à história da filosofia brasileira*, Londrina, Editora UEL, 1998. pp. 55-63; Idem, Apresentação da obra *A alma e o cérebro*, in Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES (Visconde do Araguaia), *A Alma e o cérebro: estudos de psicologia e de fisiologia*, 2ª edição, Londrina, Editora UEL, 2001, pp. IX-XLV; José Aderaldo CASTELO, *Introdução*, in Gonçalves de MAGALHÃES, *Gonçalves de Magalhães* (antologia), São Paulo, Editora Assunção Limitada, s/d; Aquiles Côrtes GUIMARÃES, *O ecletismo de Gonçalves de Magalhães*, in *Convivim*, São Paulo, volume 25, nº 4, jul./ago. de 1982, pp. 324-334; Jorge JAIME, *História da Filosofia no Brasil*, volume 1, 2ª edição, Petrópolis, Vozes; São Paulo, Salesianas, 1998, pp. 149-153; Arthur MOTTA, *Domingos José Gonçalves de Magalhães*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, volume 26, nº 77, maio de 1928; Antônio de Alcântara MACHADO, *Gonçalves de Magalhães*, São Paulo, Livraria Acadêmica Saraiva & CIA, 1936; Antonio PAIM, *Gonçalves de Magalhães e o apogeu do ecletismo brasileiro*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, volume 32, nº 127, jul./set. de 1982, pp. 253-267; Miguel REALE, *Arcaísmo e modernidade em Gonçalves de Magalhães*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, pp. 19-34; Antônio Braz TEIXEIRA, *O pensamento filosófico de Gonçalves de Magalhães*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994; VV.AA., *O pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães* (Actas do II Colóquio Tobias Barreto), Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994.

²⁵⁶ *Factos do espirito humano*, 1ª edição, Paris, Livraria de Auguste Fontaine, 1858.

²⁵⁷ *Faits de l'esprit humain*, Paris, Librairie D'Auguste Fontaine, 1859.

²⁵⁸ *A alma e o cerebro: estudos de psychologia e de physiologia*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1876 (Obras de D. J. G. de Magalhães, tomo IX).

²⁵⁹ *Arcaísmo e modernidade em Gonçalves de Magalhães*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, p. 19.

²⁶⁰ *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977, p. 95.

²⁶¹ *Arcaísmo e modernidade em Gonçalves de Magalhães*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, p. 34.

Havendo mencionado Gonçalves de Magalhães, reputamos ser oportuno sublinhar o fato de que, a despeito de todas as pesadas críticas, em parte justas, que José de Alencar fez à obra *A confederação dos tamoiós*, inegavelmente inferior às poesias indianistas de Gonçalves Dias e ao poema em prosa *Iracema*, do próprio Alencar, ou mesmo ao poema inacabado *Os filhos de Tupã*, também do escritor cearense, o pensamento filosófico e político de ambos era assaz semelhante, sendo os dois adeptos do espiritualismo eclético e do liberalismo doutrinário. Quanto à Literatura, apesar de considerado o fundador do Romantismo no Brasil, sempre esteve Gonçalves de Magalhães bastante longe de poder ser considerado um verdadeiro romântico, sendo antes, como demonstraram Alcântara Machado²⁶² e José Aderaldo Castelo,²⁶³ também nesse campo, um eclético, mesclando o Classicismo com o Romantismo, ao passo que Alencar foi sempre, exceto como teatrólogo, um autêntico romântico.

Além de Gonçalves de Magalhães, indisputadamente o “mais importante representante da Escola Eclética” brasileira,²⁶⁴ podemos destacar, dentre os pensadores espiritualistas ecléticos brasileiros, Eduardo Ferreira França, professor na Faculdade de Medicina da Bahia e autor de *Investigações de Psicologia*, de 1854;²⁶⁵ Manuel Maria de Moraes e Valle, que chegou a Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e deu à estampa, em 1851, o compêndio em dois volumes *Elementos de Philosophia*,²⁶⁶ havendo, ademais, traduzido a *Philosophia popular*, de Victor Cousin;²⁶⁷ Antônio Pedro de Figueiredo, mulato de origem humilde, editor da revista *Progresso*, que circulou no Recife entre julho de 1846 e setembro de 1848, além de tradutor do *Curso da Historia da Philosophia*, de Cousin, o que lhe valeu a alcunha de “Cousin Fusco”;²⁶⁸ Frei José do

²⁶² Gonçalves de Magalhães, São Paulo, Livraria Acadêmica Saraiva & CIA, 1936, p. 49.

²⁶³ Introdução, in Gonçalves de Magalhães, *Gonçalves de Magalhães* (antologia), São Paulo, Editora Assunção Limitada, s/d, p. 46.

²⁶⁴ Cf. Antonio PAIM, *O ecletismo de Antonio Pedro de Figueiredo*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, volume 16, número 61, São Paulo, janº/mar. de 1966, p. 12.

²⁶⁵ *Investigações de Psicologia*, 2ª edição, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1973.

²⁶⁶ *Elementos de Philosophia: compendio apropriado à nova forma de exames da Escola de Medicina do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Typographia do Diario, 1851.

²⁶⁷ *Philosophia popular, seguida da primeira parte da profissão de fé do Vigário Saboiano de Rousseau*, tradução de Manuel Maria de Moraes e VALLE, Rio de Janeiro, Typographia do Diario, 1849.

²⁶⁸ *Curso da Historia da Philosophia*, Tradução de Antônio Pedro de Figueiredo, Recife, Typographia de M. F. de Faria, 1843-1844(III volumes).

Espírito Santo, célebre orador sacro e lente de Filosofia no Seminário Arquiepiscopal da Bahia; Salustiano José Pedroza, professor de Filosofia no Liceu da Bahia e autor de obras filosóficas como os compêndios de Filosofia (1846), de Lógica (1856) e de Metafísica (1857), que receberam grandes elogios em seu tempo, mas acabaram se perdendo, e Monte Alverne, maior orador sacro de sua época, cujo célebre *Compendio de Philosophia*, escrito em 1833 e publicado, postumamente, em 1859, a despeito de seguir ainda o sensualismo de Condillac, já contém a profissão de fé espiritualista eclética do autor. Este afirmou, com efeito, na referida obra, que o sistema por ele ali adotado era o sensualismo, mas que este não se pudera “manter seguro nos seus domínios exclusivos” após o advento do idealismo, que, contudo, também oferecia erros. Fora então, segundo o autor, que “um d’estes genios, nascidos para revelar os prodígios da razão humana, se levantou como um Deus, no meio do cahos, em que se crusavam, e combatiam todos os elementos philosophicos, empregando a extensão de sua vasta, e sublime compreensão, reconstruiu a philosophia, apresentando as verdades, de que o espirito humano esteve sempre de posse”. Este “genio” não era senão Victor Cousin, que, segundo Monte Alverne, prescrevera, com seu método eclético, todos os “systemas exclusivos”.²⁶⁹

Julgamos ser mister ressaltar o fato de a Livraria Garnier, do Rio de Janeiro, haver promovido, em 1885, a venda do primeiro volume do *Tratado Elementar de Philosophia*, do espiritualista eclético francês Paul Janet,²⁷⁰ salientando que era este adotado pelo Colégio Dom Pedro II, o que o tornava obrigatório em todo o ensino secundário do Império do Brasil. Tal fato demonstra que o espiritualismo eclético foi a filosofia dominante no País e oficial do ensino pátrio até o fim do Império, sendo a hegemonia filosófica do espiritualismo eclético caso único no Brasil, como faz notar Ubiratan Borges de Macedo, a ela não se comparando, de forma alguma, a influência que tiveram, no País, o positivismo, nos primeiros tempos da

²⁶⁹ *Compendio de Philosophia*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1859, pp. 104-105, nota.

²⁷⁰ *Tratado Elementar de Philosophia*, vertido ao vernáculo, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1885. A Livraria Garnier também publicara, em 1878, a obra *Philosophia da Felicidade*, do mesmo Paul Janet, igualmente vertida ao vernáculo.

República, e, mais tarde, o tomismo e o neotomismo.²⁷¹ Quatro anos antes, isto é, em 1881, Antônio Herculano Souza Bandeira Filho, em artigo publicado na *Revista Brasileira*, do Rio de Janeiro, em que criticou a obra *A Philosophia conforme a Mente de S. Thomaz de Aquino, exposta por Antonio Rosmini, em harmonia com a sciencia e a religião*, do Monsenhor Gregorio Lipparoni,²⁷² afirmava que “si não possuimos uma philosophia nacional, ninguem contesta que o eclecticismo apoderou-se de nossas escolas, e nellas tem ensinado”.²⁷³

É relevante observar, contudo, que, a despeito de ter sido, como acabamos de frisar, a corrente filosófica predominante no Brasil até o final do Segundo Reinado, o espiritualismo eclético sempre encontrou resistência em nosso País, resistência esta que até 1869²⁷⁴ ficou quase integralmente circunscrita aos meios católicos.²⁷⁵ Exemplos desta resistência católica ao espiritualismo eclético, análoga àquela que havia na França,²⁷⁶ são as críticas movidas a este sistema filosófico por religiosos como o monge beneditino Frei Mariano de Santa Rosa de Lima,²⁷⁷ Dom Romualdo Antônio Seixas, Arcebispo Primaz do Brasil,²⁷⁸ o monge

---

²⁷¹ *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977, p. 64.

²⁷² *A Philosophia conforme a Mente de S. Thomaz de Aquino, exposta por Antonio Rosmini, em harmonia com a sciencia e a religião*, Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Ferreira Dias, 1880.

²⁷³ *Rosmini e a sociedade brasileira*, in *Revista Brasileira*, segundo anno, tomo VIII, abril a junho de 1881, p. 43.

²⁷⁴ Ano em que Tobias Barreto publicou, no Recife, seus trabalhos sobre Jules Simon e Gonçalves de Magalhães, nos quais criticou duramente o espiritualismo eclético.

²⁷⁵ Sobre a resistência ao espiritualismo eclético nos círculos católicos brasileiros do Segundo Reinado: Ubiratan Borges de MACEDO, *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977, pp. 79-85.

²⁷⁶ Sobre a resistência dos pensadores católicos franceses ao espiritualismo eclético, na qual se destacaram, sobretudo, as figuras de Louis Veuillot, Charles de Montalembert e Henri Lacordaire: Simon DEPLOIGE, *Le conflit de la morale et de la sociologie*, 2ª edição, Louvain, Institut Supérieur de Philosophie; Paris, Librairie Félix Alcan, pp. 229-241.

²⁷⁷ Frei Mariano de Santa Rosa de Lima, monge beneditino baiano, traduziu o opúsculo francês anônimo intitulado *As sombras de Descartes, Kant e Jouffroy a Mr. Cousin, por um professor de philosophia* (Bahia, Typographia de Epiphânio Pedroza, 1846), no qual os fantasmas dos três primeiros pensadores aparecem para o terceiro e discutem sobre as ideias por ele defendidas, condenando-as como anticristãs. Em tal opúsculo, que contém cento e sessenta e cinco páginas e uma longa lista de subscritores encabeçada por Dom Romualdo Seixas, Arcebispo Primaz do Brasil, o tradutor se refere às doutrinas do espiritualismo eclético de Cousin como “perniciosas e anti-religiosas” (p. VII).

²⁷⁸ Dom Romualdo Seixas, que, além de Arcebispo Primaz do Brasil, foi Conde e depois Marquês de Santa Cruz, atacou, diversas vezes, o espiritualismo eclético cousiniano, como podemos ver em diferentes passagens de suas *Obras* (Dom Romualdo Antonio de SEIXAS, *Collecção das Obras do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Romualdo de Seixas*, Pernambuco, Typographia de Santos & CIA, 1839-1859 (VI tomos). Foi, ainda, sob os auspícios de Dom Romualdo Seixas que se editou, entre os anos de 1848 e 1860, a

franciscano Frei Antônio Itaparica,²⁷⁹ Dom José Affonso de Moraes Torres, Bispo do Pará,²⁸⁰ e o padre capuchinho espanhol Frei Firmino de Centelhas,²⁸¹ além de vultos do laicato católico que incluem José Soriano de Souza, lente da Faculdade de Direito do Recife de que adiante tornaremos a falar, e seu irmão Braz Florentino Henriques de Souza, já aqui mais de uma vez citado, autor da obra *Do poder moderador: ensaio de Direito Constitucional* e também professor da Academia de Direito recifense. Este último traduziu *o Tratado dos dous preceitos da Caridade e dos Dez Mandamentos da Lei de Deos*, de Santo Tomás de Aquino,²⁸² não apenas com o intuito de difundir o pensamento tomista, mas também, segundo Ubiratan Borges de Macedo, para combater o espiritualismo eclético,²⁸³ enquanto o primeiro, na introdução ao *Compendio de Philosophia*, por ele escrito para ajudar a restaurar “a grande philosophia christã fundada por S. Thomaz”,²⁸⁴ criticou duramente os compêndios filosóficos existentes no Brasil, “todos moldados pela philosophia cartesio-cousiniana”.²⁸⁵

---

revista *Noticiador Catholico*, da Bahia, que também contém diversos ataques à filosofia espiritualista eclética.

²⁷⁹ Segundo o Padre Leonel Franca, que, ao que tudo indica, não leu o *Compendio de Philosophia Elementar* de Frei Antônio Itaparica, apenas redescoberto há poucas décadas, (Cf. Ubiratan Borges de MACEDO, *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977, p. 81), era o professor baiano, que foi mestre, dentre outros, de Castro Alves e Tobias Barreto, um espiritualista eclético que “expunha eloqüentemente aos seus discípulos um espiritualismo eclético à-la Cousin, frágil e superficial” (Padre Leonel FRANCA S.J., *Noções de História da Filosofia*, 15ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1957, p. 294). A redescoberta do referido *Compendio*, aliás, dedicado a Dom Romualdo Seixas, nos revelou, contudo, um Itaparica ligado ao tradicionalismo filosófico e contrário àquilo a que denominou os “erros do eclectismo moderno”, cujas tendências, segundo ele, iriam parar, em última análise, no “panteísmo” (Frei Antonio da Virgem Maria ITAPARICA, *Compendio de Philosophia Elementar*, Bahia, Typographia de Epiphania Pedroza, 1852, p. 1).

²⁸⁰ No ano de 1852, Moraes Torres publicou um *Compendio de Philosophia Racional* contendo uma doutrina, em seu dizer, “expurgada dos principios do Systema Eclectico” de que, segundo ele, se achavam “iscados quase todos os compendios de Philosophia Racional” então admitidos na maior parte das escolas públicas e com que se minavam “surdamente os alicerces da Religião de Jesus Christo” (*Compendio de Philosophia Racional*, Belém, Typographia de Mattos, 1852, p. 3).

²⁸¹ Frei Firmino de Centelhas (originalmente Centellas), ex-soldado carlista e padre capuchinho espanhol ordenado na Savoia quando esta região, hoje francesa, ainda pertencia ao Reino do Piemonte-Sardenha, e que foi professor de Filosofia e Teologia e Vice-Reitor do Seminário Episcopal de São Paulo, atacou, com efeito, o espiritualismo eclético de Cousin em diversas passagens de seu *Compendio de Philosophia Catholico-Racional*, de 1864 (São Paulo, Typografia Allemã de Henrique Schroeder, 1864).

²⁸² *Tratado dos dous preceitos da Caridade e dos Dez Mandamentos da Lei de Deos*, Tradução de Braz Florentino Henriques de Souza, 1ª edição, Pernambuco, Typographia Academica de Miranda & Vasconcellos, 1858.

²⁸³ *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977, pp. 83.

²⁸⁴ *Compendio de Philosophia ordenado segundo os principios e methodo do Doutor Angelico, S. Thomaz d’Aquino*, Recife, Typographia da Esperança, 1867, p. XXXVII.

²⁸⁵ Idem, loc. cit.

A última obra espiritualista eclética escrita no Brasil, que assinalou, conforme anotou Ubiratan Borges de Macedo, “o último sinal de presença” de tal escola filosófica no País,²⁸⁶ quase uma década e meia após o fim de sua hegemonia, foi *A vida psychica do homem: ensaio sobre o materialismo e o espiritualismo*, do Visconde de Saboia,²⁸⁷ natural do Ceará e ex-Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Publicada em 1903, tal obra merece, segundo o Padre Leonel Franca, “um dos primeiros lugares da galeria das obras filosóficas brasileiras”.²⁸⁸ Cumpre notar que o autor de *Noções de História da Filosofia* considerou *A vida psychica do homem* uma obra escolástica, tomista, e não espiritualista eclética.²⁸⁹ Nós, porém, não concordamos com esta opinião, ainda que reconheçamos que o Visconde de Saboia recebeu mais do que qualquer outro autor espiritualista eclético d’aquém ou d’além mar a influência do pensamento de Santo Tomás de Aquino, teólogo e filósofo que, aliás, recebera grandes elogios do próprio Victor Cousin, que viu na *Suma Teológica* do Doutor Angélico “um dos grandes monumentos do espírito humano na Idade Média”, compreendendo, com “alta metafísica, um sistema completo de moral e mesmo de política”.²⁹⁰

O método eclético, desenvolvido por Cousin, embora não inventado por ele, remontando, aliás, à Antiguidade, foi o método não apenas do espiritualismo eclético, mas também do liberalismo doutrinário, que igualmente podemos denominar, com efeito, ecletismo político. Seria este o “esclarecido ecletismo” de que nos falou o Visconde do Uruguai, em seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*²⁹¹ e que partia do pressuposto de que “para copiar as instituições de um país e aplicá-las em outro, no todo ou em parte, é preciso, primeiro que tudo, conhecer o seu todo e o seu jogo perfeita e completamente”, tendo a consciência de que cada uma das

---

²⁸⁶ *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977, p. 78.

²⁸⁷ *A vida psychica do homem: ensaio sobre o materialismo e o espiritualismo*, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., Editores, 1903.

²⁸⁸ *Noções de História da Filosofia*, 15ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1957, p. 274.

²⁸⁹ *Idem*, p. 273.

²⁹⁰ *Histoire de la Philosophie du dix-huitième siècle*, tomo I, Bruxelas, 1836, Louis Hauman & Compe, p. 312. Tradução nossa.

²⁹¹ *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, in *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo, Editora 34, 2002 (Coleção Formadores do Brasil), p. 504.

“molas” de tais instituições pressupõe “o concurso e jogo de outras, certo espírito, hábitos, caráter nacional e certas circunstâncias, cuja falta não é possível suprir”. Daí ser necessário, segundo Uruguai, “muito estudo, muito critério, para separar uma parte dessas constituições e aplicá-las a outro país diverso, cuja organização, educação, hábitos, caráter e mais circunstâncias são também diversos”.²⁹²

Em que pese o fato de ser inegavelmente um espiritualista eclético e um liberal doutrinário, segundo a classificação de Borges de Macedo, como a maioria dos intelectuais do Brasil de seu tempo, e, especialmente, aqueles, como ele, ligados ao Partido Conservador, Alencar sustentou, ao longo da vida, algumas posições contrárias às da escola doutrinária. Assim, se fez ele, por exemplo, como salientamos na introdução deste trabalho, um dos mais ardorosos arautos do sufrágio universal que houve no Império, negando, por conseguinte, o voto censitário, um dos pilares do doutrinismo,²⁹³ chegando mesmo a declarar ser este uma “cousa monstruosa”, uma “subversão dos princípios”.²⁹⁴

Do mesmo modo, as posições econômicas de Alencar iam contra aquelas, profundamente liberais, dos doutrinários, incluindo os brasileiros, como o Marquês de São Vicente, autor, aliás, de um dos mais radicais panegíricos do liberalismo econômico jamais escritos no País.²⁹⁵ A despeito de também se proclamar um defensor “da verdadeira e racional liberdade de commercio”,²⁹⁶ sustentou o autor dos *Esboços jurídicos*, com efeito, a supremacia do “bem publico” sobre o particular, e a necessidade de intervenção do “Estado em todas as relações, mesmo individuaes, para as garantir e regular”, respeitando-se, contudo, a “individualidade em todas as relações, ainda mesmo aquellas que se referem aos negocios publicos”.²⁹⁷

---

²⁹² Idem, p. 468.

²⁹³ Sobre a defesa do voto censitário pelos doutrinários: Luis DIEZ DEL CORRAL, *El liberalismo doctrinario*, Madrid, Instituto de Estudios Politicos, 1945, pp. 121-138.

²⁹⁴ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, pp. 83-84.

²⁹⁵ *Do Direito Publico Brasileiro, e analyse da Constituição do Imperio*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1857, pp. 399-412, ou, na última edição desta obra (*Do Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, in *Marquês de São Vicente*, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002), a única que, a partir de agora, utilizaremos, pp. 478-492.

²⁹⁶ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883, p. 1.

²⁹⁷ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 194.

Afirmou, ademais, como princípio, “a sobriedade da riqueza a par da caridade”,²⁹⁸ atacando a “tyrannia da propriedade”²⁹⁹ então existente e clamando pela transformação revolucionária do direito de propriedade pelo “espírito democratico”.³⁰⁰

Com relação ao homem, José de Alencar sempre proclamou a natureza social deste, a par daquela individual, recusando, assim, a teoria do “contrato social” de Jean-Jacques Rousseau, em seu tempo ainda muito defendida no Brasil, havendo sido propugnada mesmo pelo Marquês de São Vicente, na obra *Do Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, de 1857.³⁰¹ Destarte, escreveu o publicista cearense, em *O systema representativo*, que “a personalidade, o homem juridico, tem duas faces, uma social, outra individual”, assim o reclamando “seu destino”, salientando, ainda, que “sem alguma dessas maneiras de ser, elle representaria uma multidão ou um animal, porém não o homem”,³⁰² e que “o homem é social porque é homem; porque é uma personalidade revestida de direitos cuja realização depende das relações mutuas entre as diversas individualidades”.³⁰³ No mesmo diapasão, em *Esboços juridicos*, sublinhou ele que “o homem é social, como é racional; porque Deus assim o fez, dotando-o de faculdades juridicas e moraes, submettendo-o ao direito e á razão”,³⁰⁴ ainda que, incoerentemente, nesta mesma obra, alicerçado em preleção do filósofo alemão Immanuel Kant, admitisse, em certa passagem, a tese de que o homem teria tido um “estado natural” associal, que as nações ainda viveriam.³⁰⁵

---

²⁹⁸ Idem, p. 192.

²⁹⁹ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 16.

³⁰⁰ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B.L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 179.

³⁰¹ Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, distinguiu, com efeito, entre “a liberdade no estado ou consideração puramente natural do homem”, no qual esta seria o direito, a faculdade de o ente “fazer ou não fazer tudo quanto queira sem outro limite que não a proibição da lei natural, ou por outra, tudo quanto não viole seus deveres para com Deus, para com os outros homens e para consigo mesmo”, e a liberdade no “estado social”, no qual esta seria a mesma faculdade, salvas, contudo, não apenas as “restrições da lei natural, mas também as restrições da lei social” (*Do Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*, in *Marquês de São Vicente*, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, p. 471).

³⁰² *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, pp. 83-24.

³⁰³ Idem, p. 81.

³⁰⁴ Idem, *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 152.

³⁰⁵ Idem, p. 198.

Havendo mencionado Kant, julgamos ser mister assinalar que foi este, sem dúvida alguma, o filósofo mais citado por Alencar, que a ele se referiu como “o profundo investigador da metaphysica do direito”,³⁰⁶ cabendo sublinhar, ainda, que é bem capaz que o autor de *As minas de prata* não tenha conhecido diretamente a obra de Kant, mas a estudado a partir de sua exposição por Victor Cousin, sendo, pois, possível que lhe caibam as palavras escritas por Tobias Barreto a respeito de Gonçalves de Magalhães: “Se falou em Kant, não foi porque o conhecesse diretamente pelo estudo e meditação de suas obras, mas foi tendo ante os olhos a fotografia do filósofo tirada por Cousin”.³⁰⁷ Vale frisar, contudo, que o próprio Tobias Barreto teria, segundo Miguel Reale, estudado o pensamento de Kant não diretamente, mas por meio “de um seu longínquo discípulo”, Ludwig Noiré, que seria, ainda de acordo com o autor de *A Filosofia em São Paulo*, um dos três “mestres alemães” presentes na obra do fundador da “Escola do Recife”, irônicamente denominada “teuto-sergipana” por Carlos de Laet,³⁰⁸ ao lado de Rudolf Von Jhering e de Hermann Post.³⁰⁹ A estes três mestres teutônicos, podemos acrescentar Haeckel, de cujo monismo o pensador sergipano se fez arauto.

É possível, porém, que tenha Alencar lido, de Kant, ao menos a primeira parte da *Metafísica dos costumes*, intitulada *Elementos metafísicos da doutrina do Direito*, e também *A paz perpétua*, ambos vertidos ao francês por Jules Barni e publicados em 1853 na cidade de Paris.³¹⁰ Estão nestas duas obras, aliás, todas as ideias de Kant que aparecem nos escritos jurídicos do autor de *O systema representativo*.

Voltando à posição de José de Alencar contra a teoria rousseauniana do “contrato social”, cumpre notar que foi ela sustentada na própria

---

³⁰⁶ *A propriedade*, Prefação do Cons. Dr. Antônio Joaquim Ribas, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 16.

³⁰⁷ *Fatos do espírito humano*, in *Estudos de Filosofia*, 2ª edição, São Paulo, Editorial Grijalbo; Brasília, INL, 1977, p. 65.

³⁰⁸ Cf. Miguel REALE, *A doutrina de Kant no Brasil*, in *Revista da Faculdade de Direito*, volume XLII, São Paulo, 1947, p. 78.

³⁰⁹ *A doutrina de Kant no Brasil* (Estudo apresentado na II Semana Internacional de Filosofia, realizada em Petrópolis pela Sociedade Brasileira dos Filósofos Católicos), in Adolpho CRIPPA (Coordenador), *As idéias filosóficas no Brasil*, volume 1 (séculos XVIII e XIX), São Paulo, Convívio, 1978, pp. 34-235.

³¹⁰ *Éléments métaphysiques de la doctrine du droit (première partie de la Métaphysique des mœurs*, Tradução francesa de Jules Barni, Paris, Auguste Durand, Libraire, 1853.

Câmara Geral do Império, onde o autor de *Guerra dos mascates* acusou Silveira Martins de ser um adepto da teoria propugnada por aquele a quem o Visconde de Cairu se referiu como o “sofista de Genebra”,³¹¹ afirmando, com efeito: “o nobre Deputado pelo Rio Grande do Sul sustenta as doutrinas de Jean Jacques Rousseau, que estão atualmente condenadas a tal ponto que nenhum publicista moderno ousaria admití-las”.³¹²

Embora a crítica do juriconsulto cearense ao “contrato social” não tenha sido tão radical quanto aquela de Cairu, que nos falou dos “incendiários princípios do sofista de Genebra, escritor da obra a que se deu o nome de *Contrato Social*, que ocasionou a Revolução Francesa, a qual tão caro pagou o seu delírio, armando-se para defendê-los”,³¹³ merece ser ela evocada como uma das poucas críticas feitas a esta teoria no Brasil durante o denominado período imperial, época em que, sem sombra de dúvida, a mais fundamentada crítica a esta teoria foi aquela de José Soriano de Souza.

Médico, filósofo, jurista e jusfilósofo, Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em Filosofia pela Universidade Católica de Lovaina (em francês Louvain), na Bélgica, Cavaleiro da Ordem Pontifícia de São Gregório Magno e, a partir de 1891, Lente Catedrático de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito do Recife, na qual já então lecionava havia vários anos, o paraibano José Soriano de Souza era, como há pouco observamos, irmão de Brás Florentino Henriques de Souza, e como este, pertenceu ao Partido Conservador, pelo qual chegou a ser Deputado Geral por Pernambuco entre 1886 e 1889. Tomista e, como tal, defensor da natureza social do ente humano, qualificou de “fabula impia” o “contrato social” de Rousseau, em seu *Compendio de Philosophia ordenado segundo os principios e methodo do Doutor Angelico, S. Thomaz d’Aquino*, de 1867.³¹⁴ Na obra *Lições de Philosophia elementar racional e moral*, de 1871, que constitui, ao lado do citado compêndio, “o que de mais sólido e profundo se tem escrito sobre filosofia no Brasil”, no dizer do Padre

³¹¹ Apud Antonio PAIM, *Cairu e o liberalismo político*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968, p. 34.

³¹² *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 442.

³¹³ Apud Antonio PAIM, *Cairu e o liberalismo político*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968, p. 34.

³¹⁴ *Compendio de Philosophia ordenado segundo os principios e methodo do Doutor Angelico, S. Thomaz d’Aquino*, Recife, Tipografia da Esperança, 1867, p. 649.

Leonel Franca,³¹⁵ e que foi elogiada mesmo pelo Papa Pio IX, em carta ao autor publicada na imprensa recifense,³¹⁶ Soriano de Souza igualmente se referiu ao “contrato social” de Rousseau, ou, melhor dizendo, à ideia rousseauniana do homem natural, associal, anterior ao “contrato social”, como sendo uma “fabula”. Rousseau teria copiado tal “fabula”, segundo o autor, “de Horacio (*Satira*, 3, L. I, V. 99) e Cicero (*De inventione*, L. I, 2)” e nos apresentado, em seu *Discurso sobre a a origem da desigualdade entre os homens*, como “o estado natural do homem”, de tal erro provindo “as expressões *estado selvagem*, *estado de natureza* de que se servem certos publicistas como opostas ao *estado social*, como se este não fosse mui natural ao homem”. “Fique pois assentado”, arrematou o autor, “que o homem é naturalmente sociavel; e que o estado social lhe é eminentemente natural”.³¹⁷

É relevante frisar, contudo, que, diversamente de José Soriano de Souza, José de Alencar, como veremos no próximo capítulo da presente dissertação, referente ao Direito Político, defendeu algumas ideias originárias de Rousseau, a saber, a “vontade geral” e a “soberania do povo”.

Isto posto, insta sublinhar que, por suas posições com relação à instrumentalidade das riquezas, à supremacia do Bem Comum sobre o bem particular e à sociabilidade natural da pessoa humana, a par de sua individualidade, José de Alencar demonstra considerável afinidade de pensamento em relação às doutrinas aristotélico-tomistas que em seu tempo principiavam a recobrar fôlego na Europa e que tinham no Brasil, como lídimo representante, sobretudo, o há pouco citado filósofo José Soriano de Souza. Este, em 1867, afirmou que “todos os homens amantes dos sãos estudos filosóficos” pugnavam para restaurar as doutrinas e o método tomista, cujo abandono, em seu entender, fizera da “philosophia uma torre de Babel, e um campo de discussões estereis e interminaveis”, recordando as diversas obras sobre Santo Tomás e o tomismo que se iam então

³¹⁵ *Noções de História da Filosofia*, 15ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1957, p. 292.

³¹⁶ *O atraso da Filosofia entre nós* (1872), in *Estudos de Filosofia*. 2ª edição, São Paulo, Editorial Grijalbo; Brasília, INL, 1977, p. 161.

³¹⁷ *Lições de philosophia elemental, racional e moral*, Pernambuco, Livraria Academica de João Walfredo de Medeiros, Livreiro-Editor, 1871, p. 506. Grifos em itálico no original.

publicando em França, Itália, Alemanha e Espanha, bem como as traduções da obra do Aquinate que iam surgindo nas diferentes línguas vernáculas, e sublinhando a relevância do trabalho que iam desempenhando no sentido da divulgação das doutrinas tomistas as revistas *La Civiltà Cattolica*, de Roma, e *La Scienza e la Fede*, de Nápoles, assim como o fato de que as escolas católicas e seminários europeus iam, aos poucos, reabrindo suas portas ao tomismo. Em seguida, sustentou que “tudo enfim prenuncia a proxima restauração da grande filosofia cristã fundada por S. Thomaz”.³¹⁸ Tal restauração, com efeito, ocorreria nos derradeiros anos do século 19 e albores do século 20, impulsionada, antes de tudo, pela Encíclica *Aeterni Patris*, do Papa Leão XIII, dada em Roma no ano de 1879, na qual o Sumo Pontífice recomendou a renovação da filosofia cristã tomista nas escolas e o estudo e difusão da obra de Santo Tomás de Aquino, a quem chamou “guia e mestre” de todos os Doutores escolásticos.³¹⁹

É plausível que Alencar tenha tido contato com o pensamento tomista pela obra do filósofo e sacerdote jesuíta italiano Luigi Taparelli D’Azeglio, aliás, um dos fundadores da há pouco mencionada revista *La Civiltà Cattolica* e cujo tratado de Direito Natural, intitulado *Saggio teoretico di Dritto Naturale appoggiato sul fatto* e dado à estampa em 1843, teve larga difusão, sendo nesta obra, com efeito, que aparece, pela primeira vez, a expressão “justiça social”, que, segundo Taparelli, nasce espontânea da ideia do Direito, devendo “igualar de fato todos os homens naquilo que diz respeito aos direitos de humanidade”.³²⁰

A expressão “justiça social”, posteriormente consagrada pela Doutrina Social da Igreja a partir da Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI,³²¹ dada em Roma no quadragésimo aniversário da Encíclica

---

³¹⁸ *Compendio de Philosophia ordenado segundo os principios e methodo do Doutor Angelico, S. Thomaz d’Aquino*, Recife, Typographia da Esperança, 1867, pp. XXXVI-XXXVII.

³¹⁹ Encíclica *Aeterni Patris*, in *Documentos de Leão XIII*, Tradução de Honório Dalbosco e Lourenço Costa, São Paulo, Paulus, 2005, p. 85. Encíclica também disponível (em italiano) em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris_it.html. Acesso em 10 de julho de 2012.

³²⁰ *Saggio teoretico di Dritto Naturale appoggiato sul fatto*. Livorno: Vincenzo Mansi Editora, 1843, p. 151. Tradução nossa.

³²¹ Encíclica *Aeterni Patris*, in *Documentos de Leão XIII*, Tradução de Honório Dalbosco e Lourenço Costa, São Paulo, Paulus, 2005, p. 85. Encíclica também disponível (em italiano) em:

Rerum Novarum, de Leão XIII, foi, aliás, empregada por Alencar duas vezes em seus *Esboços jurídicos*.³²²

Mister é salientar que a noção do homem como um ser social, assim como a consequente rejeição da teoria do “contrato social”, ou da “fabula impia” de que nos falou Soriano de Souza,³²³ talvez venha, em José de Alencar, não apenas do denominado pensamento aristotélico-tomista, como também das ideias do filósofo idealista alemão Karl Christian Friedrich Krause, que a ele provavelmente chegaram, como a diversos intelectuais brasileiros de seu tempo, indiretamente, pelo *Curso de Direito Natural ou de Philosophia do Direito*, do krausista Heinrich Ahrens. Este alemão de Kniestedt, Hanôver, que durante anos viveu na Bélgica, onde lecionou na Universidade de Bruxelas, de acordo com os ensinamentos de seu mestre, cuja visão eminentemente social contrastava claramente com aquela profundamente individualista de Kant, afirmou, na referida obra, por exemplo, que a sociedade é formada, antes de tudo, pelo “instincto natural de sociabilidade de que o homem foi dotado por Deus”.³²⁴

Na supramencionada obra de Ahrens, cujo estilo claro contrasta bastante com a linguagem de seu mestre Krause, qualificada de “obscuríssima” por Rafael Gamba,³²⁵ e, no dizer de Julián Marías, de “estilo confuso e algo nebuloso”,³²⁶ foi defendido, com base no sistema krausista, um novo liberalismo, mais social e menos individualista do que o liberalismo clássico, por ele denominado “liberalismo negativo”. Esse novo liberalismo, a que Ahrens denominou “liberalismo positivo ou organizador”, “não pede por modo algum”, segundo o autor, “o sacrificio da liberdade”, tão somente lhe acrescentando “os complementos necessários

---

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris_it.html. Acesso em 10 de julho de 2012.

³²² *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, pp. 19 e 42.

³²³ *Compendio de Philosophia ordenado segundo os principios e methodo do Doutor Angelico, S. Thomaz d'Aquino*, Recife, Tipografia da Esperança, 1867, p. 649.

³²⁴ *Curso de Direito Natural ou de Philosophia do Direito, segundo o estado actual da sciencia em Allemanha*, tradução de Francisco Candido de Mendonça e Mello, Lisboa, Typographia da Viuva Rodrigues, 1844, volume 2, p. 31. Obra originalmente publicada no idioma francês em 1838.

³²⁵ *Pequena História da Filosofia*, Tradução de Leonor Aires de Campos, Porto, Livraria Tavares Martins, 1968, p. 342. Obra originalmente publicada em castelhano no ano de 1961.

³²⁶ *História da Filosofia*, Tradução de Claudia Berliner, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 368. Obra originalmente publicada em castelhano no ano de 1941.

da razão e da associação”,³²⁷ compreendendo a sociedade como uma espécie de federação de associações autônomas, se aproximando, assim, da concepção da sociedade segundo o tradicionalismo político, que, como observou Heraldo Barbuy, a vê como uma “hierarquia de grupos”, de grupos sociais naturais, e não como uma mera “soma de indivíduos” como o liberalismo a compreende.³²⁸

Não nos é possível deixar de perceber a semelhança existente entre a posição de Ahrens, que, inspirado em Krause, propôs um novo liberalismo, de sentido mais social, e a posição de José de Alencar, que, como vimos, atacava a “tyrannia da propriedade”,³²⁹ a “absurda organização da propriedade”,³³⁰ característica do liberalismo, em nome justamente daquilo que reputava ser o verdadeiro liberalismo, que uma “revolução”, em seu entender, ainda havia de introduzir no regime de propriedade, a transformando pelo “espírito democrático”.³³¹

Isto posto, vale ressaltar que muitíssimo lidos e estudados foram, ao longo do Segundo Reinado, na Academia de Direito de São Paulo, então principal foco irradiador do pensamento krausista em todo o Império do Brasil, discípulos de Krause a exemplo do supramencionado Ahrens, do belga Guillaume Tiberghien e do português Vicente Ferrer Neto Paiva, ali se havendo destacado, com efeito, a figura de Carlos Mariano Galvão Bueno, mais importante epígono patricio daquele filósofo alemão, professor de Filosofia no Curso Anexo e autor de *Noções de Philosophia, accomodadas ao systema de Krause e extrahidas das obras philosophicas de G. Tiberghien e Ahrens* (1877), e João Teodoro Xavier de Matos, professor de Direito Natural na mencionada faculdade e autor de *Theoria transcendental do Direito* (1876). Embora não consideremos este último um krausista, mas sim um espiritualista eclético, que fez várias críticas a Krause e Ahrens³³² e se valeu muito mais das lições dos espiritualistas

³²⁷ Henri (Heinrich) AHRENS, *Curso de Direito Natural ou de Philosophia do Direito, segundo o estado actual da sciencia em Allemanha*, cit., p. 15. Obra originalmente publicada no idioma francês, em Paris, no ano de 1838.

³²⁸ Heraldo BARBUY, *Não se fabrica uma Sociedade*, in *Reconquista*, ano I, número 12, maio de 1953, p. 1.

³²⁹ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 16.

³³⁰ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 179.

³³¹ Idem, loc. cit.

³³² *Theoria transcendental do Direito*, São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1876, pp. 329-333.

ecléticos Victor Cousin e Théodore Jouffroy do que daquelas dos dois supracitados pensadores alemães, não podemos negar o fato de haver ele dado considerável destaque, em sua obra, às ideias krausistas, demonstrando admirar, no plano social, “as theorias harmonicas de Ahrens e de Krause”.³³³

Cumpre sublinhar que não só Xavier de Matos, mas também Galvão Bueno se pôs inteiramente de acordo com as ideias sociais e anti-individualistas do autor de *Compêndio do sistema de Filosofia* (1825) e de *O ideal da humanidade* (1811), que não é outro senão o supracitado Krause, e particularmente desenvolvidas por Ahrens e Tiberghien, ao contrário de Vicente Ferrer Neto Paiva, professor de Direito Natural na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e autor da obra *Elementos de Direito Natural ou de Philosophia do Direito* (1844). Neste aspecto, Ferrer, como fez notar Miguel Reale³³⁴ e, antes dele, ressaltaram o próprio João Teodoro e Luís Cabral de Moncada,³³⁵ adotava posições um tanto quanto individualistas, mais próximas, pois, daquelas de um Kant ou de um Cousin. Aliás, como sublinhou Cabral de Moncada, Vicente Ferrer Neto Paiva, que, por sua defesa do “individualismo kantiano” e do liberalismo político clássico, tinha seu krausismo “atraído”,³³⁶ e cuja Filosofia do Direito foi, com efeito, “a Filosofia jurídica do Liberalismo burguês, enxertada na cepa do velho jusnaturalismo racionalista”,³³⁷ se constituiu, em Portugal, ao lado de seu amigo Alexandre Herculano, no “expoente máximo” da mentalidade liberal de meados do século 19.³³⁸

Ainda segundo observou Cabral de Moncada, tudo quanto de “individualismo liberal” e de “espírito kantiano” pode ser encontrado “na mentalidade e cultura jurídica portuguesas da segunda metade do século XIX, no seu culto apaixonado pela liberdade e pela propriedade”, quando

---

³³³ Idem, p. IX.

³³⁴ *O krausismo em São Paulo: o ‘socialismo filantrópico’ de João Teodoro e as lições de Galvão Bueno*, in *Filosofia em São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959, p. 30.

³³⁵ *O liberalismo de Vicente Ferrer Neto Paiva*, in *Estudos de História do Direito*, volume II, Coimbra, Atlântida, 1949, pp. 277-389.

³³⁶ *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1938, p. 62.

³³⁷ Idem, p. 48.

³³⁸ Idem, pp. 48-49.

não tem a sua “primeira origem” em Ferrer, tem nele ao menos, ainda que sem originalidade, o “definidor dogmático” e o “filósofo mais autorizado”.³³⁹

No mesmo sentido, afirmou António Braz Teixeira que o pensamento de Ferrer se constitui, ao lado daquele de seu amigo e companheiro António Luís de Seabra e Sousa, Visconde de Seabra, principal autor do Código Civil português de 1867, na “mais acabada e coerente expressão” que, em Portugal, “encontrou a concepção individualista-liberal do Direito”.³⁴⁰

Em virtude de, como acabamos de observar, o individualismo de inspiração kantiana e a plena adesão ao liberalismo político terem afastado Ferrer de ser um krausista no mais puro e rigoroso sentido do vocábulo, concordamos com Cabral de Moncada quando este pondera que o krausismo teve, no Reino de Portugal, “mais genuínos representantes” em alguns dos discípulos de Ferrer e mesmo em adversários seus no plano da Filosofia do Direito do que nele próprio.³⁴¹ Assim, o enfraquecimento, em Portugal, das ideias individualistas e liberais de que havia sido o autor de *Elementos de Direito Natural ou de Philosophia do Direito* um dos mais ardorosos defensores naquele país, coincidiu com uma “mais pura afirmação” de muitas das idéias krausistas, particularmente nos campos político e social.³⁴²

---

³³⁹ Idem, pp. 49-50.

³⁴⁰ *O pensamento filosófico-jurídico português*, 1ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação e Cultura, 1983, p. 68.

³⁴¹ *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1938, p. 62.

³⁴² Idem, loc. cit. Com efeito, na cátedra de Coimbra, a reação contra o individualismo ferreriano se iniciou a partir do ano de 1864 com José Dias Ferreira, atingindo seu ápice a partir de 1869, com Joaquim Maria Rodrigues de Brito, enquanto fora da Academia de Direito de Coimbra tal reação já se revelava desde 1853, nos escritos daqueles a quem Moncada denominou os “verdadeiros krausistas” portugueses,³⁴² entre os quais podemos destacar Levy Maria Jordão (Visconde de Paiva Manso), primeiro a aplicar, em terras portuguesas, as ideias krausistas ao estudo filosófico do Direito Penal (Idem, loc. cit), João B. da Silva Ferrão de Carvalho Martens, João de Pina Madeira Abranches e António de Sousa Silva Costa Lobo. Martens Ferrão, de acordo com a filosofia krausista, que, como fez notar Cabral de Moncada, condenava vigorosamente os excessos do capitalismo e se mostrava favorável à formação de um Estado de tendências corporativistas (Idem, p. 65), foi, como observou o mesmo Cabral de Moncada, o segundo português, após Sebastião Pinheiro Ferreira, a defender, “integrado numa escola filosófica moderna, o ideal duma associação livre das classes trabalhadoras, incorporado num Estado orgânico de tendências corporativas” (Idem, loc. cit.). Já Madeira Abranches, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, aplicou a filosofia krausista ao estudo de determinados problemas do Direito Político e do Direito Penal (Idem, p. 70). Por último, Silva Costa Lobo, doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, professor do Curso Superior de Letras, par do Reino de Portugal, Ministro dos estrangeiros em 1892 e autor de *O Estado e a liberdade de associação* (1864), foi, na opinião de Moncada, “sem dúvida o mais eloquente e fiel discípulo português de Krause”

No Brasil, onde primeiro se conheceu o pensamento de Krause justamente pelos *Elementos de Direito Natural ou de Philosophia do Direito*, de Ferrer, obra que no ano de 1849 era adotada como compêndio para o estudo do Direito Natural pelo Conselheiro Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, lente da primeira cadeira do segundo ano e então diretor interino da Faculdade de Direito de São Paulo,³⁴³ a especulação filosófica sobre a Justiça e o Direito também foi por décadas fortemente influenciada pelo pensamento de Ferrer,³⁴⁴ o que, em nosso sentir, pode ser explicado pela proximidade deste com os ideais sociais e políticos do espiritualismo eclético predominante em nosso País.³⁴⁵ Contra estas ideias e de acordo com o verdadeiro espírito do krausismo se levantaram, como vimos, João Teodoro Xavier de Matos e Carlos Mariano Galvão Bueno, este último, em nosso sentir, o único pensador rigorosamente krausista brasileiro, havendo Xavier de Matos apenas sofrido alguma influência do krausismo no campo das ideias sociais, ainda que fundamentasse a própria refutação da teoria do estado natural associal do homem não nas lições de Ahrens, mas nos ensinamentos do espiritualista eclético francês Théodore Jouffroy,³⁴⁶ para quem este estado não passava de “ficção” contra a qual “a história protesta”.³⁴⁷

Feitas estas considerações, reputamos oportuno sublinhar que o pensamento social de Krause, que, aliás, desempenhou importante papel na formação do Direito Social, como demonstrou Georges Gurvitch,³⁴⁸ também

---

(Idem, p. 74), assim como o pensador que, em Portugal, pouco depois de meados do século 19, “advogou com mais eloquência e sobretudo com maior elevação de pensamento filosófico” as ideias sociais corporativas (Idem, p. 81).

³⁴³ Conforme informação prestada por Amaral Gurgel ao Ministro do Império José da Costa Carvalho, então Visconde e depois Marquês de Monte Alegre, em 02 de outubro de 1849, e transcrita às páginas 373-375 do primeiro volume das *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, de Spencer Vampré (São Paulo, Livraria Acadêmica/Saraiva & C.IA – Editores, 1924). O trecho em que Amaral Gurgel faz referência ao fato de a obra *Elementos de Direito Natural ou de Philosophia do Direito*, de Vicente Ferrer Neto Paiva, haver sido adotada como compêndio para o estudo do Direito Natural na cadeira por ele presidida se encontra à página 374.

³⁴⁴ Cf. António Braz TEIXEIRA, *O pensamento filosófico-jurídico português*, 1ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura, 1983, p. 73.

³⁴⁵ A proximidade entre as ideias de Ferrer e aquelas do espiritualismo eclético foi analisada por Antonio Paim no opúsculo *O krausismo brasileiro* (2ª edição, Londrina, Edições CEFIL, 1999).

³⁴⁶ *Theoria transcendental do Direito*, São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1876, pp. 13-14.

³⁴⁷ *Cours de Droit Naturel*, tomo I, 3ª edição, Paris, Librairie de L. Hachette et Cie, 1858, pp. 14-15.

³⁴⁸ *L'Idée du Droit Social: Notion et système du Droit Social. Histoire Doctrinale depuis le XVII siècle jusq' à la fin du XIX siècle*, Paris, Scientia Verlag Aalen, 1972, pp. 497-516.

influenciou, por meio de Ahrens, a obra de Teixeira de Freitas,³⁴⁹ que, sob tal influência, não fez sua, com efeito, do mesmo modo que Alencar, a teoria, tão difundida por Rousseau e outros jusnaturalistas modernos, que considerava a existência de um “estado de natureza” anterior ao “estado social”,³⁵⁰ tendo, ademais, como Ahrens e também o autor de *Ubirajara*, uma compreensão a um só tempo individual e social do Direito.³⁵¹

Foi, aliás, o pensamento, ou, como diria Antonio Paim, a “filosofia social” de Krause, que desempenhou papel fundamental na difusão do sistema krausista na Península Hispânica em geral e no Reino, e por breve período República, de Espanha em particular.³⁵² Neste último país, com efeito, teve o krausismo, como fez ressaltar Julián Marías, “uma vitalidade inesperada”, nele se havendo formado uma verdadeira escola de pensamento krausista, que teve em Julián Sanz del Río seu fundador e principal vulto³⁵³ e sobre a qual já se escreveram diversos ensaios, a exemplo daqueles de Pierre Jobit,³⁵⁴ Juan López Morillas³⁵⁵ e Antonio Jiménez García.^{356 357}

---

³⁴⁹ Sobre a influência das ideias de Krause, por meio de seu discípulo Ahrens, na obra de Teixeira de Freitas: Miguel REALE, *Teixeira de Freitas e o sentido social do Direito*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, pp. 35-44.

³⁵⁰ *Consolidação das Leis Civis*, 3ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1876, p. CXCI, nota 352.

³⁵¹ Cf. Miguel REALE, *Teixeira de Freitas e o sentido social do Direito*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, pp. 37-38.

³⁵² *História das idéias filosóficas no Brasil*, 3ª edição, São Paulo, Convívio; Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro) e Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 346.

³⁵³ *História da Filosofia*, Tradução de Claudia Berliner, São Paulo, Martins Fontes, 2004, pp. 368-369.

³⁵⁴ *Les Éducateurs de l'Espagne Contemporaine I: Les Krausistes*, Paris, E. de Boccard; Bordeaux, Féret et fils, 1936.

³⁵⁵ *El krausismo español: Perfil de una aventura intelectual*, Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

³⁵⁶ *El krausismo y la Institución Libre de Enseñanza*, Madrid, Cincel, 1985.

³⁵⁷ Sanz del Río foi nomeado, em 1843, professor catedrático de História da Filosofia na Universidade de Madri, neste mesmo ano seguindo para Heidelberg, na Alemanha, onde receberia as lições de Leonhardi e Roeder, discípulos de Krause, cuja doutrina já então conhecia por meio da leitura do *Curso de Direito Natural ou de Filosofia do Direito*, de Ahrens, que, lançado em 1838, tivera, em 1841, na capital espanhola, sua edição no idioma castelhano. De volta à Espanha, Sanz del Río, reputado por Julián Marías o mais importante filósofo espanhol do século 19 ao lado de Jaime Balmes (*História da Filosofia*, Tradução de Claudia Berliner, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 369), inspirou a formação de um núcleo filosófico de extraordinária vitalidade, que exerceu considerável influência na vida intelectual e política de seu país ao longo de vários decênios, até fins do século 19 (Idem, loc. cit), e, ainda que de forma indireta, como observou Antonio Paim, mesmo das primeiras décadas do século 20, quando Pastor, García Morente e outros professores da Instituição Livre de Ensino (*Institución Libre de Enseñanza*), fundada em 1876 por Francisco Giner de los Ríos, segundo principal pensador krausista espanhol depois de Sanz del Río, falecido em 1869, eram os “autênticos sucessores dos krausistas” (*História das idéias filosóficas no Brasil*, 3ª edição, São Paulo, Convívio; Brasília, Instituto Nacional do Livro e Fundação Pró-Memória, 1984, p. 346). A influência do pensamento krausista, porém, diminuía a cada dia, ao mesmo tempo em que se difundiam as ideias da

Como escreveu Francisco Elías de Tejada, em meados do século 19, graças a Sanz del Río, enquanto na Europa de além-Pirineus Hegel reinava absoluto entre os idealistas e as ideias krausistas “vegetavam obscuramente em alguma universidade belga ou renana, em Espanha a escola krausista florescia com desenvolvimento inusitado até o ponto de dar tom e colorido a todo o pensamento de cor estrangeira”, de maneira que mesmo os intelectuais espanhóis que se proclamavam hegelianos tinham, salvo raros casos, seu pensamento muitíssimo influenciado pelo krausismo.³⁵⁸

José Ferrater Mora observou que o krausismo, que teve “destino particularmente afortunado” em Espanha, não representou naquele país apenas uma “tendência filosófica”, mas também um “movimento de renovação espiritual que pretendia remoçar as energias nacionais em todas as esferas”, sobretudo naquelas da educação e da política, e salientou, da mesma forma, que, tomado o krausismo em sentido lato, é possível mesmo se afirmar que o krausismo reuniu figuras mui diversas da intelectualidade liberal espanhola do século 19. Afirmou, ainda, o pensador espanhol que foi por esse caráter de “movimento de renovação” que o krausismo conquistou em Espanha um espaço que outras correntes do idealismo alemão não lograram conquistar. Como tal renovação, prosseguiu o autor, devia “ter lugar na pessoa e nas comunidades de pessoas”, Sanz del Río

---

chamada “Geração de 98” e de Ortega y Gasset (Cf. José FERRATER MORA, *Diccionario de Filosofía*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 4ª edição, 1958, p. 774).

³⁵⁸ *El hegelismo jurídico español*, Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, 1944, pp. 28-29. Tradução nossa. Segundo Tejada, por volta da quinta década do século 19, chegavam à Espanha “os ecos do idealismo alemão, conforme se iam apagando as em verdade não mui brilhantes fogueiras ecléticas do doutrinismo”, que “incendiaram” Tomás García Luna, Donoso Cortés ou Antonio Alcalá Galiano, ao mesmo tempo em que “luzia solitária, mas com claras faíscas de inigualável originalidade, a briosa centelha balmesiana”. Entre os espanhóis, então dispostos a se deixar deslumbrar pelo brilho das doutrinas em voga além-Pirineus, não podia ter, pois, o hegelianismo mais propícia ocasião para recrutar adeptos, mas, por um “curioso azar”, o sistema hegeliano fracassou em formar uma escola no solo de Espanha. Tal azar foi justamente, de acordo com o autor de *Las Españas*, o fato de Sanz del Río haver levado àquele país outras “sementes”, aquelas do “sistema krausista, bastantes para dar de si plantas que afogaram as nascidas de novas sementeiras” (*El hegelismo jurídico español*, Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, 1944, pp. 27-28. Tradução nossa). No entender de Tejada, o krausismo matou toda a possibilidade de hegelianização da intelectualidade espanhola pelo que há de parecido, de semelhante entre os sistemas de Hegel e de Krause. Isto porque, em seu sentir, entre as construções dos diversos pensadores idealistas alemães, incluindo aquelas de Kant, Schelling e Fichte, “era a krausista a única construção que rivalizava com aquela de Hegel em aspirações de totalidade, a única que buscava encadear em uma cerrada corrente todas as construções possíveis do passado e do futuro”. Com “maior ou menor fortuna”, tinham, segundo Elías de Tejada, Hegel e Krause empreendido, cada qual por seu turno, uma “vasta empresa”, que vinha a ser a formulação de uma “obra total que abarcasse todas as disciplinas filosóficas desde a Física à Moral e desde a Teologia à Política”. Forçosamente, onde tivesse entrada um não teria o outro, ambos se excluindo entre si em razão de sua “analogia temática” (Idem, p. 28).

teria naturalmente prestado atenção a um sistema no qual as bases éticas e religiosas predominavam sobre aquelas teórico-especulativas. Tratava-se, pois, de encontrar “um novo espiritualismo que pudesse se converter em um novo humanismo”.³⁵⁹ Ainda como salientou Ferrater Mora, o krausismo, corrente filosófica dominante entre os liberais espanhóis do século 19, enfrentou, no campo filosófico, a Escolástica, e, no campo político, social e educativo, o tradicionalismo,³⁶⁰ tradicionalismo este que tinha no movimento legitimista dinástico e histórico carlista seu representante por excelência em Espanha.³⁶¹

Há pouco ressaltamos que Teixeira de Freitas tinha, assim como Alencar, uma compreensão a um só tempo individual e social do Direito e que, do mesmo modo, ambos recusavam a ideia de um suposto “estado natural” associal do homem, que teve em Rousseau, como é sabido, o seu mais bem-sucedido difusor. Não é só isto, porém, que une os dois juristas patrícios, um deles, antes de tudo, o romancista do Império, enquanto o outro foi o seu jurisconsulto por excelência, ambos havendo, com efeito, buscado conciliar o Direito Natural com uma visão histórico-tradicional do Direito. Daí podermos dizer que as seguintes palavras de Miguel Reale sobre o espírito de Teixeira de Freitas bem poderiam haver sido escritas a propósito do espírito de José de Alencar:

Poder-se-á dizer (...) que no espírito de Teixeira de Freitas casam-se, embora sem explícito tratamento filosófico unitário, elementos da escola histórica e do direito natural concebido como exigência ideal da razão, em função da realidade, numa compreensão, ao mesmo tempo, individual e social do direito.³⁶²

Cumpre sublinhar, contudo, que a concepção de Direito Natural de José de Alencar tem mais elementos do Direito Natural Clássico, ou Tradicional, sobretudo sob a forma que a este imprimiu Santo Tomás de Aquino, do que aquela de Teixeira de Freitas. Do mesmo modo, cabe pôr em relevo que a visão histórica do Direito alencarina foi certamente menos

---

³⁵⁹ *Diccionario de Filosofía*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 4ª edição, 1958, pp. 773-774. Tradução nossa.

³⁶⁰ *Idem*, p. 774. Tradução nossa.

³⁶¹ Havendo feito referência ao carlismo, reputamos pertinente ressaltar que José de Alencar, como bom liberal que se ufanava de ser, atacou, na Câmara dos Deputados, duramente tal movimento, chegando mesmo a comparar os seus adeptos aos comunistas, considerando ambos verdadeiras “aberrações” (*Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 169).

³⁶² *Teixeira de Freitas e o sentido social do Direito*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, pp. 37-38.

influenciada pela Escola Histórica alemã do que por Montesquieu, podendo ainda ter ele recebido alguma influência de Edmund Burke, a quem admirava, em suas *Reflexões sobre a Revolução em França*, ainda que discordasse totalmente deste no que diz respeito à chamada revolução francesa, da qual era mesmo um apologista.

O motivo pelo qual, em nosso sentir, é mais provável ter Alencar sido influenciado, em seu “historicismo”, mais por Montesquieu do que pela Escola Histórica, reside, antes de tudo, no fato de o jurista cearense ter sido um admirador confesso do autor de *Do espírito das leis*, a quem reputava um eminente pensador³⁶³ e de cujas preleções por mais de uma vez se valeu, embora discordasse do publicista francês quando este, por exemplo, negava o caráter natural do direito de propriedade,³⁶⁴ enquanto, por outro lado, quase sempre citou Friedrich Karl von Savigny, principal jurista da Escola Histórica germânica, apenas para atacar suas posições, que via como essencialmente materialistas, ainda que nele reconhecesse um “ilustrado escriptor”.³⁶⁵ Era Alencar, aliás, profundo crítico do Direito Romano, que enxergava como o grande responsável por aquilo que interpretava como sendo o materialismo imperante no Direito Civil, marcado pela “tyrannia da propriedade”, que teria surgido em Roma.³⁶⁶ Daí haver ele atacado os chamados romanistas em sua obra *A propriedade*, na qual se referiu a estes como sendo membros de uma “seita” materialista que tinha em Savigny, aliás, seu mestre mais ilustre.³⁶⁷ Isto, porém, não significa que Alencar não tenha lido escritos de autores da Escola Histórica, sobretudo do próprio Savigny, em defesa da ideia de que o Direito deve brotar dos costumes e tradições nacionais, e que não tenha sido influenciado em alguma medida por tais escritos.

Montesquieu falou no “espírito geral” (em francês *esprit général*) de cada nação³⁶⁸ antes de a Escola Histórica alemã haver falado no *Volksgeist*,

³⁶³ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883, p. 125.

³⁶⁴ *Idem*, loc. cit.

³⁶⁵ *Idem*, p. 215.

³⁶⁶ *Idem*, p. 16.

³⁶⁷ *Idem*, p. 282.

³⁶⁸ *Do espírito das leis*, Livro XIX, Capítulo IV, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2004, p. 325. Obra originalmente escrita em francês e publicada em 1748.

termo este que é melhor traduzido por “espírito nacional”, ou “espírito da nação”, do que por “espírito popular”, ou “do povo”, pois a Escola Histórica alemã, assim como o Romantismo alemão ao qual está intimamente ligada, sempre compreendeu o *Volk*, como fez ver Heraldo Barbuy, não como “‘povo’ no sentido liberal e contratualista do termo”, mas sim como “uma totalidade anterior aos indivíduos” e que “dá sentido e forma” a estes mesmos indivíduos, “nos quais se exprime”, não sendo, enfim, “um *concours de volontés*, mas um princípio metafísico, que se corporifica numa série de caracteres nacionais, ou seja, numa etnia, num grupos coeso, numa unidade que desempenha um papel histórico como totalidade dinâmica”.³⁶⁹

Voltando a Montesquieu, escreveu ele, em *Do espírito das leis*, que “o espírito geral” de cada povo é composto dos seguintes elementos: “o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplos das coisas pretéritas, os costumes, as maneiras”.³⁷⁰ Pouco adiante, afirmou o publicista francês que competia “ao legislador acatar o espírito da nação”, contanto que não contrariasse os “princípios do governo”, posto que “não podemos fazer nada melhor do que aquilo que fazemos livremente e segundo nosso gênio natural”.³⁷¹

A despeito, contudo, de afirmações como estas, não deixou Montesquieu de, nas palavras de Alexandre Corrêa, ceder ao “espírito apriorista de seu século”, donde revelar seu pensamento, ainda segundo o autor de *A concepção histórica do Direito e do Estado*, uma “falta de coesão interna”.³⁷² Tal falta de coesão interna é, aliás, menor do que aquela de Alencar, que, na obra *A propriedade*, sustentou ideias totalmente aprioristas, pugnando pela revolução total do Direito Civil, fazendo *tabula rasa* da História e criando um novo Direito Civil, fruto exclusivo da razão abstrata, ao mesmo tempo em que, no *Relatório* que apresentou à

³⁶⁹ *A Nação e o Romantismo*, in *O problema do ser e outros ensaios*, São Paulo, Convívio, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1984, p. 261.

³⁷⁰ *Do espírito das leis*, Livro XIX, Capítulo IV, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2004, p. 325.

³⁷¹ Idem, Livro XIX, Capítulo V, p. 325.

³⁷² *A concepção histórica do Direito e do Estado*, 3ª edição, in *Ensaios políticos e filosóficos*, Prefácio de Ubiratan Macedo, São Paulo, Editora Convívio/EDUSP, 1984, p. 47, nota 2.

Assembleia Geral Legislativa, como Ministro da Justiça, em 1869, atacou o *Esboço* de Código Civil de Teixeira de Freitas justamente por considerá-lo apriorístico, afirmando, com efeito, que

Um código civil não é a obra da ciência e do talento unicamente; é sobretudo a obra dos costumes, das tradições, em uma palavra da civilização brilhante ou modesta de um povo. Mudão-se de repente as instituições políticas de um país. Mas a sociedade civil não há revolução que a altere de um jacto. Modifica-se lentamente por uma transformação secular.³⁷³

Pouco adiante, ainda no referido *Relatório*, escreveu o então Ministro de Estado dos Negócios da Justiça que ao Brasil faltava “a sociedade culta e opulenta” para a qual fora, em seu sentir, projetado o *Esboço*, que aspirava a ser um Código Civil mais perfeito do que aquele de França.³⁷⁴

Em suas considerações acerca de como deveria ser um Código Civil, que constam da obra póstuma *Esboços Jurídicos*, publicada, assim como *A propriedade*, em 1883, aduziu José de Alencar que “a nação é, perante a comunhão dos povos civilizados, o homem”, nela se reproduzindo, “em um ponto de vista mais amplo, com um carácter múltiplo, a mesma personalidade da creatura racional, de que se compõe”.³⁷⁵ Em última análise, é a Nação, para Alencar, um homem em ponto grande, como, aliás, também o entendia a Escola Histórica alemã e já o afirmava no século XVIII, um dos principais precursores desta, o historiador Justus Möser³⁷⁶

A Nação tem, segundo o entendimento de Alencar, assim como o homem, “uma missão a cumprir”, e, na Ciência Jurídica e perante a Lei Natural, representa também um homem, isto é, “a mesma creatura inteligente, livre, operaria do progresso humano”. Tem a Nação, ademais, do mesmo modo, as mesmas faculdades que o homem, a saber, a integridade, correspondente no homem à existência; a soberania, que corresponde à liberdade humana, e o território, correspondente à

³⁷³ *Relatório do Ministério da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869, p. 116.

³⁷⁴ *Idem*, p. 117.

³⁷⁵ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 197.

³⁷⁶ Cf. Heraldo BARBUY, *A Nação e o Romantismo*, in *O problema do ser e outros ensaios*, São Paulo, Convívio/Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1984, p. 282; Friedrich MEINECKE, *El historicismo y su genesis*, Tradução castelhana de José Mingarro y San Martín e Tomás Muñoz Molina, México, Fondo de Cultura Económica, 1943, pp. 276-277.

propriedade,³⁷⁷ propriedade que, aliás, com base em preleções do espiritualista eclético francês Paul Janet e de John Locke, compreendia ele como fruto do trabalho acumulado,³⁷⁸ posição esta que, com efeito, seria sustentada, em 1891, pelo Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*.³⁷⁹

Havendo mencionado o direito de propriedade e a Encíclica *Rerum Novarum*, reputamos ser relevante apontar o fato de que esta consagrou a doutrina tomista da propriedade, nela havendo Leão XIII sustentado que a propriedade, produto, como vimos, do trabalho humano, é um direito natural, porém subordinado ao Bem Comum, estando, pois, condicionado a um dever do proprietário, que não deve usar as coisas particulares como tais e sim como comuns.³⁸⁰ Tal ideia, como é sabido, tem sido repetida pelos sumos pontífices seguintes em todas as encíclicas e demais pronunciamentos a respeito da questão social, sendo a ela associada a expressão “função social” desde a Encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, dada em Roma no ano de 1931.³⁸¹

Com efeito, Santo Tomás de Aquino prelecionou, no século XIII, que o domínio sobre os bens, as coisas exteriores, concedido por Deus ao ente humano, deve estar sempre subordinado a um fim, que impõe a necessidade racional e social do bom uso de tais bens.³⁸² Sustentou o Doutor Angélico, em suma, que, quanto ao uso de tais coisas, não deve o ente humano tê-las “como próprias, mas, como comuns, de modo que cada um as comunique facilmente aos outros, quando delas tiverem necessidade”,³⁸³ ensinando, ainda, que “qualquer bem da parte se ordena ao bem do todo”,³⁸⁴ ou, em

³⁷⁷ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 197.

³⁷⁸ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883, p. 126.

³⁷⁹ Encíclica *Rerum Novarum* (dada em Roma a 15 de maio de 1891), parágrafo 7, in *Documentos de Leão XIII*, Tradução de Honório Dalbosco e Lourenço Costa, São Paulo, Paulus, 2005, pp. 421-422. Encíclica também disponível (em português) em:

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em 12 de julho de 2013.

³⁸⁰ Idem, parágrafo 36, pp. 433-434.

³⁸¹ Encíclica *Quadragesimo Anno* (dada em Roma a 15 de maio de 1931), parágrafo 57, in *Documentos de Pio XI*, Tradução de Darci Marin, São Paulo, Paulus, 2004, p. 296.

³⁸² Cf. Gino ARIAS, *Manual de Economía Política*, Buenos Aires. L. Lajouane & Cia. - Editores, 1942, p. 256.

³⁸³ *Suma Teológica*, 2ª parte da 2ª parte, Questão 66, Artigo 2º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, 1ª edição, vol. XIV, São Paulo, Livraria Editora Odeon, 1937, p. 162.

³⁸⁴ Idem, 2ª parte da 2ª parte, Questão 58, Artigo 5º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, 1ª edição, vol. XIV, São Paulo, Livraria Editora Odeon, 1937, p. 28.

outras palavras, ao “Bem Comum”, que, para o Aquinate, é o bem de todos e de cada um,³⁸⁵ sendo “maior e mais divino que o bem privado”.³⁸⁶

Segundo Heraldo Barbuy, com efeito, as instituições medievais, de acordo com o pensamento do Doutor Comum, afirmavam, por um lado, “o direito natural da propriedade” e, por outro, “a sua instrumentalidade, o fim social do seu uso”, partindo do pressuposto de que “a propriedade, como instrumento de produção de riqueza, deve servir de meio à consecução dos fins para os quais a sociedade política se constitui, fins que se resumem no maior benefício da comunidade”, enquanto o seu uso, a fim de “não violar os limites da moral natural, deve ser ordenado a esses fins: *Jus utendi, non abutendi*”.³⁸⁷

O primeiro autor a empregar a expressão “função social”, aplicada à propriedade, foi o jurista francês Léon Duguit, no ano de 1911, o que não significa, contudo, que haja sido ele o criador da ideia de função social da propriedade, já clara, em nosso sentir, em Santo Tomás de Aquino, em Leão XIII e nos pensadores sociais católicos do final do século 19 e princípio do século 20,³⁸⁸ sendo denominada “lei de solidariedade” por Enrique Gil Robles, no *Tratado de Derecho Politico según los principios de la Filosofía y el Derecho Cristianos*, cuja primeira edição data de 1899,³⁸⁹ e “noção social” pelo Marquês de La Tour du Pin, em *Vers un ordre social chrétien*, livro cuja primeira edição é de 1907.³⁹⁰

Duguit, que era profundo admirador de Santo Tomás, que, em seu sentir, fizera mesmo a “análise do sentimento de justiça” em “termos nunca

³⁸⁵ *Do governo dos príncipes ao Rei de Cipro*, Livro I, Capítulo XV, in Arlindo Veiga dos SANTOS (Organizador e tradutor), *Filosofia política de Santo Tomás de Aquino*, 3ª edição, São Paulo, José Bushatsky, Editor, 1954, p. 143.

³⁸⁶ Idem, Livro I, Capítulo IX, p. 98.

³⁸⁷ *A mobilização do solo e a instabilidade social*, In *Revista do Arquivo Municipal*, Ano XVI, volume CXXXII, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, março de 1950, pp. 13-14.

³⁸⁸ Cf. Victor Emanuel Vilela BARBUY, *Justiça e Bem Comum*, in Marcelo Roland ZOVICO (Organizador), *Filosofia do Direito: Estudos em homenagem a Willis Santiago Guerra Filho*, São Paulo, Editora Clássica, 2012, p. 325. No mesmo sentido, fez ver Telga de Araújo que a “tradicional doutrina católica” já cogitara da função social da propriedade muito antes de Duguit, reconhecendo o elemento social da propriedade, ao lado do particular [*Função social da propriedade*, in Rubens Limongi FRANÇA (Coordenador), *Enciclopédia Saraiva do Direito*, volume 39, São Paulo, Saraiva, s/d, p. 5].

³⁸⁹ *Tratado de Derecho Politico según los principios de la Filosofía y el Derecho Cristianos*, tomo I, 3ª edição, 1961, p. 258.

³⁹⁰ *Vers un ordre social chrétien: Jalons de route 1882-1907*, 3ª edição, Paris, Nouvelle Librairie nationale, s/d.

depois ultrapassados”,³⁹¹ fundamentou a defesa da função social da propriedade com base na noção tomista de Bem Comum.³⁹² Insta sublinhar, porém, que, para Duguit, “a propriedade não é um direito, é uma função social”,³⁹³ ao passo que para a Doutrina Social da Igreja, inspirada nas preleções do Doutor Angélico, a propriedade é um direito natural condicionado ao dever do proprietário para com o Bem Comum, tendo e não sendo uma função social.

Em 1917, a Constituição Mexicana foi a primeira a consagrar o princípio da função social da propriedade, dispondo, em seu artigo 27, que “a Nação terá, a todo tempo, o direito de impor à propriedade privada as determinações ditadas pelo interesse público”. Dois anos mais tarde, tal princípio foi igualmente consagrado pela Constituição de Weimar, que estabeleceu, no artigo 153, que “a propriedade obriga” e que “seu uso constitui, consequentemente, um serviço para o Bem Comum [*Gemeine Beste*]”. Como podemos notar, ambas as referidas constituições adotaram a ideia de função social, já clara na Encíclica *Rerum Novarum*, mas ainda não a expressão, e a Constituição de Weimar empregou o termo Bem Comum, essencialmente ligado ao tomismo, adotando, assim um conceito de propriedade que, como escreveu António Sardinha, está muito “perto do conceito cristão e tradicionalista”.³⁹⁴

No Brasil, podemos destacar, entre os precursores da ideia de função social da propriedade, a figura do economista, jurista, historiador e político José da Silva Lisboa, primeiro Visconde de Cairu, já aqui citado, que, em discurso proferido no Senado, na sessão de 05 de julho de 1826, declarou que “muito respeitável é o direito de propriedade”, sem cuja “inviolabilidade não há estímulo do trabalho, nem interesse de produzir e acumular os frutos da indústria”, mas, por outro lado, “nenhum indivíduo pode reclamar o seu de um modo inteiro, absoluto e sem restrição”, devendo, consequentemente, a propriedade “ser subordinada ao interesse da

³⁹¹ *Traité de droit constitutionnel*, 3ª edição tomo I. Paris, E. de Boccard, 1927, p. 122.

³⁹² Cf. Telga de ARAÚJO, *Direito agrário – II*, in Rubens Limongi FRANÇA (Coordenador), *Enciclopédia Saraiva do Direito*, volume 25, São Paulo, Saraiva, s/d., p. 98.

³⁹³ *Manuel de droit constitutionnel*, 2ª edição, Paris, De Boccard, 1911, p. 101.

³⁹⁴ *Da hera nas colunas: novos estudos*, Coimbra, “Atlântida” Livraria Editora, 1928, p. 19.

comunidade”.³⁹⁵ Embora profundamente influenciado pelo pensamento liberal clássico, acreditando nas pretensas “Leis Naturais” da Economia³⁹⁶ e saudando em Adam Smith seu “principal Mestre na Economia Política”,³⁹⁷ Cairu não deixou de reconhecer as “imperfeições e erros, e até notáveis incoerências” deste,³⁹⁸ de quem se diferenciou, sobretudo, como ponderou José Almeida, pela defesa da supremacia do Bem Comum sobre o interesse particular e da subordinação da propriedade ao Bem Social.³⁹⁹

Igualmente podemos pôr em relevo, entre os precursores brasileiros do princípio da função social da propriedade, o próprio Conselheiro José de Alencar, que condenou enfaticamente a tirania pela qual, em seu sentir, se manifestava a propriedade em seu tempo, esperando, como vimos, que a civilização operasse na legislação o mesmo que “o christianismo operou na crença”; despindo-a da crosta que lhe formou a rudeza da primeira idade”,⁴⁰⁰ e clamando pela transformação revolucionária do direito de propriedade pelo “espírito democratico”.⁴⁰¹ Neste sentido, no prefácio que escreveu à edição fac-similar de *A propriedade*, publicada pelo Senado Federal, em convênio com o Superior Tribunal de Justiça, em 2004, Carlos Alberto Menezes Direito, havendo evocado preleção de Luigi Taparelli D’Azeglio acerca da propriedade, por este entendida como um direito natural, afirmou que foi “a partir desse conceito maior da propriedade como um direito natural, inerente à natureza do ser do homem, que a evolução da sociedade consagrou, na mesma perspectiva ética, a função social da propriedade”, ideia que o “tempo dos escritos de José de Alencar e de Taparelli D’Azeglio, não conhecia”. Pouco adiante, porém, ressaltou o jurista que Alencar, “no seu palavreado candente”, condenou “a tirania da

---

³⁹⁵ Apud LIMA, Alceu Amoroso, *Época, vida e obra de Cairu*, José da Silva LISBOA (Visconde de Cairu), *Princípios de Economia Política*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1956, p. 29.

³⁹⁶ *Estudos do Bem Comum e Economia Política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do Estado*, 2ª edição, Rio de Janeiro, IPEA, INPES, 1975, p. 55.

³⁹⁷ Idem, p. 62.

³⁹⁸ Idem, p. 121.

³⁹⁹ *Atualidade das ideias econômicas do Visconde de Cairu*, In José da Silva LISBOA (Visconde de Cairu), *Estudos do Bem Comum e Economia Política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do Estado*, 2ª edição, Rio de Janeiro, IPEA, INPES, 1975, pp. 16-17.

⁴⁰⁰ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883, pp. 16-17.

⁴⁰¹ *Esboços Jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 179.

propriedade (...), para expressar a sua revolta contra o materialismo e a sua crença de que, tal como ocorreu na religião com o cristianismo, a civilização também opere a mudança na legislação”.⁴⁰²

Alencar, contudo, não conheceu a doutrina tomista da propriedade, que o próprio Taparelli D’Azeglio não expusera em sua obra, e, do mesmo modo, não percebeu que era o liberalismo econômico a verdadeira causa pela qual havia, em seu tempo, realmente uma “tirania da propriedade”, assim como do Capital, que o mesmo liberalismo concentrara nas mãos de poucos, após haver rejeitado, como salientou Blázquez Martín, o conceito de Bem Comum,⁴⁰³ inaugurando “*a era do Interesse*”, preponderantemente particular.⁴⁰⁴

Não atinou o autor patricio, da mesma forma, que fora o capitalismo, aqui compreendido como o sistema econômico em que o sujeito da Economia é o Capital, cujo acréscimo ilimitado, pela aplicação de pretensas leis econômicas mecânicas, é considerado o objetivo final e único de toda a produção,⁴⁰⁵ não se constitui no sistema da propriedade, mas sim no sistema que, na frase de Hilaire Belloc, “emprega esse direito em benefício de uns poucos privilegiados contra um número muito maior de homens que, ainda que livres e cidadãos em [suposta] igualdade de condições, carecem de toda base econômica própria”,⁴⁰⁶ ou seja, o sistema econômico em que os meios de produção são controlados por uma minoria e

⁴⁰² Prefácio, in José de Alencar, *A propriedade*, 2ª edição (Edição fac-similar), Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, Superior Tribunal de Justiça, 2004, pp. XIV-XV.

⁴⁰³ *La recuperación de la idea de ‘bien común’ en la teoría jurídica Del siglo XX: el institucionalismo y el neotomismo*, in VV.AA., *Estudios en Homenaje al Profesor Gregorio Peces-Barba*, Madrid, Dykinson, 2008, volume II, p. 184. Tradução nossa.

⁴⁰⁴ Idem, p. 189. Grifos em itálico no original.

⁴⁰⁵ Cf. Victor Emanuel Vilela BARBUY, *Justiça e Bem Comum*, in Marcelo Roland ZOVICO (Organizador), *Filosofia do Direito: Estudos em homenagem a Willis Santiago Guerra Filho*, São Paulo, Editora Clássica, 2012, p. 329. No mesmo sentido, podemos citar, dentre outros autores, Julio Meinvielle, que, na obra *Concepción Católica de la Economía*, de 1936, definiu o capitalismo como sendo “um sistema econômico que busca o acréscimo ilimitado dos lucros pela aplicação de leis econômicas mecânicas” (*Concepción católica de la Economía*, p. 5. Disponível em: http://www.institutosapientia.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1273:obras-raras-de-filosofia&catid=98:geral. Acesso em 12 de julho de 2013. Tradução nossa.), e Miguel Reale, que, em *O capitalismo internacional*, de 1935, sustentou que o “capitalismo é o sistema econômico no qual o sujeito da Economia é o Capital, sendo o acréscimo indefinido deste considerado o objetivo final e único de toda a produção” (*O capitalismo internacional: introdução à Economia Nova*. 1ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1935, p. 87.).

⁴⁰⁶ *La crisis de nuestra civilización*, Tradução castelhana de Carlos María Reyles, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1979, p. 154. Tradução nossa. Obra originalmente escrita em inglês.

a esmagadora maioria dos cidadãos se encontra excluída e despossuída.⁴⁰⁷ E, por fim, não se apercebeu de que o sistema capitalista, cuja ideologia por excelência é o liberalismo, não nota, como proclamou Vázquez de Mella, o fato de que o problema não é a produção da riqueza, mas sim sua distribuição equitativa,⁴⁰⁸ e nem de que tal sistema, afastando a instrumentalidade da riqueza material, a vê como um fim em si, trocando a busca do Sumo Bem, que é Deus, por aquela da “suma riqueza”, como aduziu Heraldo Barbuy,⁴⁰⁹ donde haver tal sistema implantado, justamente, a ordem materialista condenada pelo jurisconsulto patricio. Assim, atacou este a “absurda organização da propriedade”, implantada pelo liberalismo, em nome do próprio liberalismo, que, em seu sentir, havia de transformar a propriedade por meio de uma revolução, a “democratizando”.⁴¹⁰

Salientamos, há pouco, que a concepção de Direito Natural de José de Alencar tem mais elementos do Direito Natural Tradicional, ou Clássico, principalmente sob a forma que a este foi imprimida pelo Aquinate, do que aquela de Teixeira de Freitas. Isto se dá em função de haver José de Alencar defendido a origem divina da Lei, que, em seu entender, “Deus creou para reger o homem”,⁴¹¹ afirmando a existência de uma “lei divina”, correspondente ao “verdadeiro systema a que o Creador submetteu todas as cousas”,⁴¹² concepção esta que, como ressaltamos na introdução deste trabalho, nos parece muito próxima daquela de Santo Tomás de Aquino, para quem há, com efeito, uma Lei Eterna, que vem a ser a razão da divina sabedoria enquanto dirige o Universo, regendo todos os atos e movimentos,⁴¹³ e que, antes do Aquinate, fora denominada por Santo Agostinho “a Razão suprema de tudo”.⁴¹⁴

Santo Agostinho não foi, contudo, o primeiro a falar desta Lei

⁴⁰⁷ Idem, *An Essay on the Restoration of Property*, Norfolk, HIS Press, 2002, p. 28.

⁴⁰⁸ *La cuestión social* (1903). Disponível em: <http://hispanismo.org/politica-y-sociedad/2839-ante-el-1-de-mayo-textos-del-pensamiento-social-carlista.html>. Acesso em 12 de julho de 2013.

⁴⁰⁹ *Sumo bem e suma riqueza*, Separata do *Anuário da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”*, da Universidade Católica de São Paulo, 1953, p. 146.

⁴¹⁰ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 179.

⁴¹¹ Idem, p. 128.

⁴¹² Idem, p. 129.

⁴¹³ *Suma Teológica*, 1ª parte da 2ª parte, Questão 93, Artigo 1º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, Organização de Rovílio Costa e Luís Alberto de Boni, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 1750.

⁴¹⁴ *O livre-arbítrio*, Capítulo 6, 15, Tradução, organização, introdução e notas de Nair Assis Oliveira, revisão de Honório Dalbosco, São Paulo, Paulus, 1995, p. 41.

Eterna. Com efeito, o filósofo pré-socrático Heraclito de Éfeso já nos falara dela, sendo a sua a primeira referência a tal Lei, naquilo que, como frisou Rémi Brague, “nos chegou do helenismo arcaico”.⁴¹⁵ Afirmara o filósofo heleno que se alimentam “todas as leis humanas de uma só, a [lei] divina; pois, tão longe quanto quer, é suficiente para todas as (coisas) e ainda sobra”.⁴¹⁶

Mais tarde, já em Roma, Cícero, na obra *De Legibus* (*Das Leis*), nos dissera, pela voz de Marco, que a “Lei verdadeira e fundamental, apta a ordenar e proibir, é a reta razão do supremo Júpiter”.⁴¹⁷

Da Lei Eterna, tal como concebida por Santo Tomás de Aquino e correspondente, em última análise, à “lei divina” de que nos falou Alencar, derivam, segundo preleciona o Doutor Angélico, todas as demais leis, a saber: a Lei Natural, que é a “participação da lei eterna pela criatura racional”, à qual pertence “o lume da razão natural, pelo qual discernimos o bem e o mal” e que “não é senão a impressão em nós do lume divino”;⁴¹⁸ a Lei Humana Positiva, ou, simplesmente, Lei Humana, que vem a ser a ordenação da razão para o Bem Comum, promulgada por aquele que tem o encargo da comunidade,⁴¹⁹ e, por fim, a Lei Divina, que, em virtude de seu caráter positivo, bem podemos denominar Lei Divina Positiva, e que não se confunde com a também divina Lei Eterna, sendo aquela que o próprio Deus promulga por meio de uma intervenção direta na História. Dividida em Lei Antiga, ou Lei de Moisés, e Lei Nova, Lei do Evangelho, ou Lei de Cristo,⁴²⁰ esta última Lei se faz necessária, de acordo com o Aquinate, pelas seguintes razões:

I – Como é a pessoa humana ordenada ao fim da eterna beatitude, “excedente à capacidade natural das suas faculdades”, é mister que, “além da lei natural e humana”, seja ela também dirigida ao seu fim por uma Lei

⁴¹⁵ *A Lei de Deus: História filosófica de uma aliança*, Tradução de Armando Pereira da Silva, Lisboa, Instituto Piaget, 2008. Obra originalmente escrita em francês.

⁴¹⁶ Apud ESTOBEU, *Florilégio*, Livro I, 179, in José Cavalcante de SOUZA (Organizador), *Os pré-socráticos* (Coleção *Os pensadores*, volume I), 1ª edição, São Paulo, 1973, p. 96.

⁴¹⁷ *De Legibus*, Livro II, 9. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/leg2.shtml>. Acesso em 13 de julho de 2013. Tradução nossa.

⁴¹⁸ *Suma Teológica*, 1ª parte da 2ª parte, Questão 91, Artigo 2º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, Organização de Rovílio Costa e Luís Alberto de Boni, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 1738.

⁴¹⁹ Idem, 1ª parte da 2ª parte, Questão 90, Artigo 4º, Solução, p. 1736.

⁴²⁰ Idem, 1ª parte da 2ª parte, Questão 91, Artigo 5º, Solução, p. 1742-1743.

imposta por Deus;

II – O ente humano, cujo juízo é incerto, sobretudo naquilo que diz respeito às coisas contingentes e particulares, para poder, sem nenhuma dúvida, “saber o que deve fazer e o que deve evitar”, necessita dirigir “os seus actos próprios pela lei estabelecida por Deus, que sabe não poder errar”;

III – Não tendo a Lei Humana o poder de coibir e ordenar os atos internos do homem, torna-se necessário que, para isto, sobrevenha a Lei Divina Positiva;

IV – Porque, como afirmou Santo Agostinho, a Lei Humana não tem o poder de punir ou de proibir a totalidade das malfeitorias. Isto porque, caso desejasse eliminar todos os males, “haveria consequentemente de impedir muitos bens, impedindo assim a utilidade do bem comum, necessário ao comércio humano”. Deste modo, “a fim de nenhum mal poder ficar sem ser proibido e permanecer impune, é necessário sobrevir a lei divina, que proíbe todos os pecados”.⁴²¹

Isto posto, é forçoso notar que a ideia de leis positivas dadas, não por Deus, mas por deuses, aos homens, já se encontra em Platão, a quem Alencar reputava, aliás, “o maior genio da antiguidade”, a ele se referindo, do mesmo modo que os antigos, como “o divino Platão”.⁴²² Com efeito, o fundador da Academia de Atenas partiu, no diálogo *As Leis*, da tradição segundo a qual a constituição que a Creta havia sido dada por Minos procedia do pai deste, Zeus, enquanto aquela dada a Esparta por Licurgo era procedente de Apolo, donde “o Ateniense” se referir a estes dois legisladores, considerados os mais sábios de todos, como, respectivamente, “o legislador de Zeus e o legislador de Apolo”.⁴²³ Ainda no referido diálogo, elogiou “o Ateniense”, por cuja voz expressava Platão o seu pensamento, uma lei que, segundo ele, havia em ambos os mencionados reinos e que proibia aos jovens de questionar suas leis, “tendo todos, ao contrário, de declarar em uníssono, de uma só voz,

⁴²¹ Idem, 1ª Parte da 2ª Parte, Questão 91, Artigo 3º, Solução, p. 1741.

⁴²² *Exhomem*, in *O Protesto*, nº 1, Rio de Janeiro, 1877, p. 11.

⁴²³ *As Leis*, Livro I, 634, Tradução de Edson Bini, 2ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2010, p. 79.

que todas são retamente estabelecidas por decreto divino”.⁴²⁴ No mesmo sentido, no diálogo *Minos*, atribuído a Platão, ainda que se suspeite de haver sido escrito por algum de seus discípulos, disse Sócrates, se referindo às leis dadas por Minos à ilha de Creta, que elas susistiam em vista do “seu caráter divino”.⁴²⁵

Não foi, contudo, a Lei Divina, segundo a concepção tomista, que teve em mente, como vimos, José de Alencar, ao falar da “lei divina”, mas sim a Lei Eterna, da qual, tanto para o publicista patricio quanto para o Aquinate, derivam tanto a Lei Natural, às vezes chamada por Alencar de “lei racional”, e a Lei Humana, ou Lei Positiva, que o autor de *Esboços juridicos* por vezes chamou de “lei physica”.

Antes de concluirmos nossas considerações a respeito da “lei divina” tal como concebida por José de Alencar e de tratarmos de suas concepções acerca da Lei Natural e da Lei Positiva, teceremos algumas considerações históricas e filosóficas a respeito destas.

A ideia de Lei Natural remonta à Antiguidade e diversos filósofos helenos dela trataram. Platão, por exemplo, embora dela não tenha cuidado de forma sistemática, a ela se referiu, no diálogo *Górgias*,⁴²⁶ havendo, ademais, falado, pela boca de Sócrates, no Livro IV de sua obra *A Politeia*, diálogo cujo título é mais comumente traduzido por *A República*, da Pólis “criada segundo a natureza”.⁴²⁷ Em *Górgias*, o sofista Cálicles invocou a Lei Natural para justificar o domínio do mais forte sobre o mais fraco,⁴²⁸ tese cuja falsidade foi demonstrada por Sócrates, que prelecionou que não somente por convenção, mas também por natureza, cometer uma “injustiça é mais vergonhoso do que sofrê-la” e que a justiça, tanto por natureza quanto por convenção, está no tratamento equitativo entre os homens.⁴²⁹

⁴²⁴ Idem, p. 180.

⁴²⁵ *Minos*, 318b, in *Diálogos VII* (Suspeitos e apócrifos), Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2011, p. 193.

⁴²⁶ Cabe ressaltar que, no diálogo *Timeu*, falou Platão, por meio da boca de Timeu, em “leis naturais”, mas em sentido físico, biológico e não moral ou jurídico (PLATÃO, *Timeu*, 84e, in *Diálogos V*, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2010, p. 252.).

⁴²⁷ *A República*, Livro IV, Capítulo VI, 428e, Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado, 1ª edição, 2ª tiragem, São Paulo, Martins Fontes, 2009, p. 148.

⁴²⁸ Idem, *Górgias*, 483-484, in *Diálogos I*, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2007, pp. 99-101.

⁴²⁹ Idem, 489a e b, p. 107.

O mesmo Sócrates, em discussão com o sofista Hípias, reproduzida por Xenofonte em *Ditos e feitos memoráveis de Sócrates*, contestou a oposição que aquele fazia entre o “justo” e o “legal”, salientando que estes estão identificados, visto que o “legal” se baseia no “justo”,⁴³⁰ e que “aquele que age legalmente é justo e aquele que age ilegalmente é injusto”,⁴³¹ do mesmo modo que o fato de os deuses terem criado leis, as “leis não escritas”,⁴³² cujos transgressores eram sempre punidos,⁴³³ o que demonstraria que os próprios deuses identificavam o “justo” ao “legal”.⁴³⁴ Antes de se dar por vencido, Hípias condenava as leis, ou convenções, as opondo ao “justo”, determinado pela natureza, assim como o fez em seu discurso reproduzido no diálogo platônico *Protágoras*.⁴³⁵

Isto posto, cumpre notar que Sócrates, como, aliás, todos os expoentes da escola do Direito Natural Tradicional, ou Clássico, e constituída pelos filósofos helenos, pelos jurisconsultos e pensadores romanos e pelos teólogos-filósofos e canonistas do denominado Medievo, atrelou, em última análise, a Lei Positiva à Lei Natural, fundamentando a primeira na segunda, ao passo que Hípias contrapôs as duas, como fariam, muitos séculos depois dele, os adeptos do denominado jusnaturalismo racionalista do Iluminismo, a que melhor podemos denominar jusracionalismo. Neste sentido, observou Miguel Reale, na obra *Atualidades de um Mundo Antigo*, escrita e publicada em 1936, que “todos os erros do jusnaturalismo dominante até metade do século passado,⁴³⁶ já se encontram nos discursos dos sofistas”.⁴³⁷ Ainda em tal diapasão, enfatizaram Giovanni Reale e Dario Antiseri que, por sua oposição “à tradição, às normas e aos comportamentos codificados, mostrando confiança ilimitada nas possibilidades da razão”, foram os sofistas

⁴³⁰ *Ditos e feitos memoráveis de Sócrates*, Livro IV, Capítulo 4, 25, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2006, p. 167.

⁴³¹ Idem, 13, p. 163.

⁴³² Idem, 19, p. 165. Grifos em itálico no original.

⁴³³ Idem, 21, pp. 165-166.

⁴³⁴ Idem, 25, p. 167.

⁴³⁵ *Protágoras*, 337a, in *Diálogos I*, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2007, p. 288.

⁴³⁶ Refere-se o autor citado ao século 19.

⁴³⁷ *Atualidades de um Mundo Antigo*, 2ª edição, in *Obras políticas* (1ª fase-1931-1937), tomo I, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 89.

chamados os “iluministas gregos”, expressão esta que, “oportunamente circunstanciada e historicizada, os define muito bem”.⁴³⁸

Depois de Sócrates e Platão, Aristóteles, no Livro V de sua *Ética a Nicômaco*, ou *Ética Nicomaqueia*, tratando da justiça da Pólis, ou “justiça política”, distinguiu o justo por natureza do justo legal,⁴³⁹ compreendendo, segundo Santo Tomás de Aquino, o justo como sinônimo de Direito e o legal como sinônimo de “posto pela lei”, ou seja, daquilo “a que os juristas denominam ‘positivo’”.⁴⁴⁰ Segundo o Estagirita, o justo natural “apresenta idêntica validade em todos os lugares”, tal como “o fogo que queima tanto aqui como na Pérsia”, e independe de nossa aceitação.⁴⁴¹ No mesmo sentido, na obra *Retórica*, distinguiu o fundador do Liceu a “lei particular”, correspondente à Lei Positiva, da “lei comum”, ou “lei natural”, assim ponderando:

É bastante cabível agora efetuar uma completa classificação das ações justas e injustas. Principiemos por observar que ações justas e injustas foram definidas relativamente a dois tipos de direito, além de o ser relativamente a duas classes de pessoas. Quando falo de dois tipos de direito ou leis, refiro-me à lei particular e à lei comum. A primeira varia segundo cada povo e é aplicável aos membros de cada povo, sendo parcialmente escrita, parcialmente não escrita; a lei comum é a lei natural, visto que há, de fato, uma justiça e uma injustiça das quais todos têm, de alguma maneira, a intuição, e que são naturalmente comuns a todos, independentemente de todo Estado e de toda convenção recíproca. É isso que a Antígona de Sófocles expressa com clareza ao declarar que o sepultamento de Polinices fora um ato justo, a despeito da proibição; ela quer dizer que fora um ato justo por ser o direito natural...⁴⁴²

Também os denominados filósofos do Pórtico, ou estoicos, afirmaram a existência da Lei Natural, subordinada ao divino, sendo principalmente por meio destes que chegou a Roma, onde a propugnaram jurisconsultos como Gaio, Paulo e Ulpiano e pensadores como Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio e Cícero.⁴⁴³ Este último, que afirmou, em *De Inventione*, que o

⁴³⁸ *História da Filosofia*, volume I (Antiguidade e Idade Média), Tradutor não identificado, 10ª edição, São Paulo, Paulus, 2007, p. 75.

⁴³⁹ *Ética a Nicômaco*, Livro VI, Capítulo 7, 1134 b20, Tradução de Edson Bini, 3ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2009, p. 163.

⁴⁴⁰ *Commento all'Etica Nicomachea*, volume I, Tradução italiana de Lorenzo Perotto, Bologna, Edizioni Studio Domenicano, 1998, pp. 595-596.

⁴⁴¹ *Ética a Nicômaco*, Livro VI, Capítulo 7, 1134 b20-25, Tradução de Edson Bini, 3ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2009, p. 163.

⁴⁴² *Retórica*, Livro I, 13, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, BAURU, SP, EDIPRO, 2011, p. 105.

⁴⁴³ Cf. Arthur Machado PAUPÉRIO, *Introdução à Ciência do Direito*, 3ª edição, 5ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 74.

Direito Natural não resulta da opinião humana, sendo inserido em nós por uma “força inata” (*innata vis*),⁴⁴⁴ assim se exprimiu, na obra *De Legibus*:

Se a vontade dos povos, os decretos dos príncipes, as sentenças dos juízes, constituíssem o direito, seriam então de direito o latrocínio, o adultério, a falsificação dos testamentos, desde que aprovados pelo sufrágio e beneplácito das multidões.

Se fosse tão grande o poder das sentenças e das ordens dos insensatos, que chegassem estes ao ponto de alterar, com suas deliberações, a natureza das coisas, por que motivo não poderiam os mesmos decidir que o que é mau e pernicioso se considerasse bom e salutar? Ou por que motivo a lei, podendo transformar algo injusto em direito, não poderia do mesmo modo transformar o mal em bem? É que, para distinguir a lei boa da má, outra norma não temos senão aquela da natureza. Não apenas o justo e o injusto são discernidos pela natureza, mas também tudo o que é honesto e o que é torpe. Esta nos deu, assim, um senso comum, por ela insculpido em nosso espírito, para que identifiquemos a honestidade com a virtude e a torpeza com o vício.

Pensar que isso depende da opinião de cada um, e não da natureza, é coisa de louco⁴⁴⁵.

Santo Tomás de Aquino, por sua vez, definiu a Lei Natural, como vimos, como sendo a participação da Lei Eterna na criatura racional. Isto porque, segundo ensinou o Doutor Comum, “entre todas as criaturas, a racional está sujeita à Divina Providência de modo mais excelente”, uma vez que participa ela própria da Providência, provendo a si e às demais. Destarte, participa a pessoa humana da “razão eterna”, da qual tira sua “inclinação natural para o acto e o fim devidos”, sendo tal participação denominada Lei Natural. Por isto, conforme o Aquinate,

depois do Salmista ter dito – *Sacrificai sacrifício de justiça* – continua, para como que responder aos que perguntam quais sejam as obras da justiça: *Muitos dizem – quem nos patenteará os bens?* A cuja pergunta dá a resposta: *Gravado está, Senhor, sobre nós o lume do teu rosto*, querendo assim dizer que o lume da razão natural, pelo qual discernimos o bem e o mal, e que pertence à lei natural, não é senão a impressão em nós do lume divino. Por onde é claro, que a lei natural não é mais do que a participação da lei eterna pela criatura racional.⁴⁴⁶

Quanto à Lei Humana, Lei Positiva, ou Lei Humana Positiva, é ela, segundo prelecionou o Doutor Angélico, como já aqui restou dito, a ordenação da razão para o Bem Comum, promulgada por aquele que tem o encargo da comunidade, ou, em outros termos, pela autoridade competente. Isto porque, ainda de acordo com o Aquinate, do mesmo modo que “a razão

⁴⁴⁴ *De Inventione*, Livro II, 53. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/invention2.shtml>. Acesso em 15 de julho de 2013. Tradução nossa.

⁴⁴⁵ *De Legibus*, Livro I, 43-45. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/leg1.shtml#16>. Acesso em 15 de julho de 2013. Tradução nossa.

⁴⁴⁶ *Suma Teológica*, 1ª parte da 2ª parte, Questão 91 Artigo 2º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, 2ª edição, volume 4, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 1738.

especulativa, de princípios indemonstráveis e evidentes tira as conclusões das diversas ciências, cujo conhecimento não existe em nós naturalmente”, sendo, porém, descobertos por obra da razão; assim também, “dos preceitos da lei natural, como de princípios gerais e indemonstráveis, necessariamente a razão humana há de proceder a certas disposições mais particulares”. Tais disposições, descobertas pela razão humana, observadas as demais condições pertencentes à essência da Lei, se constituem nas leis humanas.⁴⁴⁷

É forçoso salientar que, segundo o ensinamento do Aquinate, as leis humanas devem ser conformes ao Direito Natural, não o violando em ponto algum, sob pena de iniquidade, e as leis iníquas não são leis, mas antes corrupções da lei, não podendo ter força para obrigar ninguém:

A lei escrita, assim como não dá força ao direito natural, assim não lhe pode diminuir nem tirar a força, pois, não pode a vontade do homem mudar-lhe a natureza. E, portanto, se a lei escrita contiver alguma disposição contrária ao direito natural, será injusta, nem tem força para obrigar. Pois o direito positivo se aplica quanto ao direito natural não importa que se proceda de um ou de outro modo, como já provamos [Questão 57, Artigo 2, Resposta à 2ª objeção]. E, por isso, tais leis escritas não se chamam leis, mas, antes, corrupções da lei, como já dissemos [1ª parte da IIª parte., q. 95, art. 2]. E, portanto, não se deve julgar de acordo com elas.⁴⁴⁸

Isto posto, cumpre notar que o autêntico significado da Lei Humana Positiva foi bem definido por Santo Isidoro de Sevilha, no Livro V da obra *Etimologias*, em passagem citada pelo Aquinate na *Suma Teológica*:⁴⁴⁹

A lei deve ser honesta, justa, possível, de acordo com a natureza e os costumes pátrios, conveniente ao lugar e ao tempo, necessária, útil, expressa com clareza, de modo a não conter por obscuridade algo capcioso, escrita não para o interesse privado, mas para a utilidade comum dos cidadãos.⁴⁵⁰

Havendo exposto a doutrina da Lei segundo o Direito Natural Clássico, julgamos ser relevante sublinhar que o Direito Natural, de acordo com tal doutrina, por si só não basta como regra de vida, sendo necessária sua complementação pelo Direito Positivo. A este cabe a concretização dos princípios do Direito Natural, aplicando as máximas deste às

⁴⁴⁷ Idem, 1ª parte da 2ª parte, Questão 91, Artigo 3, Solução, pp. 1739-1740.

⁴⁴⁸ Idem, 2ª parte da 2ª parte, Questão 60, Artigo 5, Resposta à primeira objeção, Tradução de Alexandre Corrêa, 1ª edição, vol. XIV, São Paulo, Livraria Editora Odeon, 1937, p. 71.

⁴⁴⁹ Idem, 1ª parte da 2ª parte, Questão 95, Artigo 3º, Tradução de Alexandre Corrêa, 2ª edição, volume 4, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 1770

⁴⁵⁰ *Etymologiarum sive Originum*, Livro V, XXI, Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/isidore/5.shtml>. Acesso em 16 de julho de 2013. Tradução nossa.

particularidades da vida em Sociedade, tendo o dever de fazê-lo levando em conta as circunstâncias de tempo e de lugar, motivo pelo qual deve possuir caráter eminentemente histórico.⁴⁵¹ Daí concordarmos com o Professor Alexandre Corrêa, como observamos na introdução deste trabalho, quando este sustenta que as ideias da Escola Histórica, tomada em sentido amplo, especialmente com a forma que a esta imprimiu o Conde Joseph de Maistre, “são admissíveis, como complemento à verdadeira teoria do Direito Natural”.⁴⁵²

É necessário salientar, ainda, que, segundo a doutrina tomista, os primeiros princípios diretivos do agir humano, cujo hábito intelectual se denomina *sindérese*, são de caráter universal e imutável, mas possui o Direito Natural princípios secundários, variáveis, como aqueles do Direito Positivo, no tempo e no espaço.⁴⁵³

A partir do século XVII, foi surgindo um novo *jusnaturalismo*, que, divorciado da tradição do Direito Natural Clássico, “enveredou pelos caminhos do racionalismo, do voluntarismo e do individualismo”.⁴⁵⁴ Era o *jusnaturalismo* racionalista, ou *jusracionalismo*, derivado, como salientou Arthur Machado Paupério, da razão e não de Deus,⁴⁵⁵ e que, no dizer de Alexandre Corrêa, caiu em um “*apriorismo metafísico*, nebuloso e inútil, por contrariar a experiência jurídica”.⁴⁵⁶ Seus defensores, ao contrário daqueles do Direito Natural tomista, entendiam o Direito Natural como totalmente imutável e, como os antigos sofistas, o opunham ao Direito Positivo, o vendo como ideal e não fundamento deste.⁴⁵⁷

---

⁴⁵¹ Cf. Victor Emanuel Vilela BARBUY, *Aspectos do Direito na obra de Santo Tomás de Aquino*, In *Revista da Faculdade de Direito*, volume 106/107, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011/2012, p. 647; José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 179.

⁴⁵² *Há um Direito Natural? Qual o seu conteúdo?* (1914), in *Ensaios políticos e filosóficos*, São Paulo, Editora Convívio, EDUSP, 1984, p. 42.

⁴⁵³ Idem, *Concepção tomista do Direito Natural*, in *Ensaios políticos e filosóficos*, São Paulo, Editora Convívio, EDUSP, 1984, pp. 151-152; José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 180.

⁴⁵⁴ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 297.

⁴⁵⁵ *Introdução à Ciência do Direito*, 3ª edição, 5ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 75.

⁴⁵⁶ *Concepção tomista do Direito Natural*, in *Ensaios políticos e filosóficos*, São Paulo, Editora Convívio, EDUSP, 1984, p. 150.

⁴⁵⁷ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA, *Direito Natural, Direito Positivo e Estado de Direito*, São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 1977, p. 13.

No início do século XVIII, o pensador alemão Christian Thomasius foi o primeiro entre os jusnaturalistas a separar a Moral e o Direito, sendo sua posição em tal sentido mais tarde adotada e desenvolvida por Immanuel Kant.⁴⁵⁸

Feitas estas considerações, voltemos a tratar do jusnaturalismo de Alencar. Tem este, em comum com o Direito Natural Tradicional, ou Clássico, em primeiro lugar, a ideia de Lei Eterna, da qual derivariam todas as demais formas de Lei, sendo por ele denominada, como restou dito, “lei divina” e definida como “o verdadeiro systema a que o Creador submetteu todas as cousas”.⁴⁵⁹ Em segundo lugar, tem este em comum com o denominado jusnaturalismo clássico a afirmação da natureza social do homem, ou, em outras palavras, da sociabilidade natural do homem, que, segundo ele, é “social porque é homem”,⁴⁶⁰ sendo “social”, assim como “racional”, por Deus o haver assim criado,⁴⁶¹ donde, como vimos, haver condenado as doutrinas contratualistas de Jean-Jacques Rousseau, que, em sua opinião, estavam “condenadas a tal ponto que nenhum publicista moderno ousaria admití-las”.⁴⁶² E, por fim, caso tomemos como referência de seu pensamento, por exemplo, o *Relatorio* por ele apresentado à Assembleia Legislativa, na qualidade de Ministro da Justiça, em 1869, poderemos afirmar que o jurisconsulto patricio tem, ainda em comum com a doutrina do Direito Natural Clássico, a ideia de conciliação entre o Direito Natural, de um lado, e, de outro, as tradições e costumes nacionais, ou, em uma palavra, o caráter nacional dos povos, sempre atacado pelos jusracionaisistas.

Por outro lado, é inegável que o jusnaturalismo alencarino sofreu influência do jusracionalismo, sobretudo sob a forma que a este imprimiu Immanuel Kant. Inspirado, com efeito, no filósofo de Königsberg, sustentou Alencar, em seus *Esboços juridicos*, a separação entre a Moral e

---

⁴⁵⁸ Cf. Alceu Amoroso LIMA, *Introdução ao Direito Moderno*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1978, p. 164; Arthur Machado PAUPÉRIO, *Introdução à Ciência do Direito*, 3ª edição, 5ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 2001, pp. 53-54.

⁴⁵⁹ *Esboços juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 129.

⁴⁶⁰ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 81.

⁴⁶¹ *Esboços juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 152.

⁴⁶² *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 442.

o Direito, ou, como escreveu, da “lei moral” e da “lei jurídica”,⁴⁶³ e, na mesma obra, contrariando afirmações anteriores no sentido de que o homem é naturalmente social, sustentou a tese de que o homem teria tido um “estado natural” associal, que as nações ainda viveriam.⁴⁶⁴ Da mesma forma, ainda na referida obra, caindo no “mito do progresso”, do “progresso indefinido”, que, na frase de Heraldo Barbuy, “se consubstanciou numa idéia mestra que modelou o pensamento ocidental dominante nos séculos XVIII e XIX”,⁴⁶⁵ partiu do princípio de que a compreensão “da doutrina da lei, que Deus creou para reger o homem”,⁴⁶⁶ aumentava com o passar do tempo, surgindo “lenta e gradualmente”.⁴⁶⁷ Por fim, caso tomemos como referência de seu pensamento a obra *A propriedade*, onde o autor opôs a Lei Natural à Lei Humana e propôs a construção de um novo Direito Civil, totalmente baseado na razão, não poderemos negar a Alencar a condição de jusracionalista radical.

Em verdade, o José de Alencar que escreveu *A propriedade* nem parece ser o mesmo que, nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, se voltando contra os defensores da abolição direta, condenou a “superstição do futuro”, que, segundo ele, “arrebata o homem ao que é, e o precipita”, afirmando que “consiste a verdadeira religião do progresso na crença do presente, fortalecida pelo respeito às tradições, desenvolvida pelas aspirações á melhor destino”. Pouco depois, escreveu “Erasmo” que “choca semelhante arrogancia da theoria contra a lei” e sustentou que, “ainda mesmo extintas e derogadas, as instituições dos povos são cousa santa, digna de toda veneração”. “Nenhum utopista”, em seu entender, “seja elle um genio, tem o direito de profanal-as”, condenando a “rasão social” tal “impiedade”.⁴⁶⁸

O espírito da obra *A propriedade* foi bem resumido pelo Conselheiro Antônio Joaquim Ribas, que escreveu que o escopo de tal obra não era

⁴⁶³ *Esboços juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 143.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 198.

⁴⁶⁵ *O mito do progresso*, in *O problema do ser e outros ensaios*, São Paulo, Convívio, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1984, p. 101.

⁴⁶⁶ *Esboços juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 128.

⁴⁶⁷ *Idem*, loc. cit.

⁴⁶⁸ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 14.

outro senão aquele de “determinar os pontos de divergencia entre o direito positivo e o racional, e definir as modificações porque aquelle tem de passar, para que com este se ponha em harmonia”.⁴⁶⁹ Neste livro repleto de “idealismo utópico”, para empregarmos, uma vez mais, a expressão de Oliveira Vianna, afirmou Alencar, em certa página, que “a realidade escarnece das theorias, e o legislador póde crear no papel um mundo de fantasia e capricho”, mas “na superfície da terra, na vida real, continúa inspirar a necessidade, esse grande éco da verdade, que brada pela razão a todo instante repercute do seio de todas as cousas”.⁴⁷⁰ Nesta passagem, a expressão “a realidade escarnece das theorias”, tirada do contexto, pode justificar a presença de realismo, ou de tradicionalismo, em *A propriedade*, dado o seu estilo, qualificado por Ricardo Martins Rizzo de “burkeano”,⁴⁷¹ ou, em outros termos, digno de um Edmund Burke em suas *Reflexões sobre a Revolução em França*. É forçoso notar, contudo, que, na aludida passagem, a razão pela qual bradaria a necessidade não é senão a razão iluminista e as theorias contra as quais o autor se insurge estavam cristalizadas no Direito Civil havia séculos, sendo aquelas referentes ao direito de domínio, pelo autor qualificado de “grosseiro e brutal materialismo”.⁴⁷² Em uma palavra, mesmo no referido trecho de *A propriedade*, Alencar opôs a razão abstrata, por ele tomada como realidade, à realidade concreta, e um jusnaturalismo apriorista ao Direito Positivo tradicionalmente construído.

Isto posto, é mister enfatizar que se, por um lado, em regra, os jusnaturalistas modernos fundamentaram suas teorias na razão humana, falando em Lei Natural, ou Lei Racional, mas não em Lei Eterna, houve, por outro lado, algumas exceções entre eles, sendo as mais importantes os pensadores John Locke e Christian Wolff. Ambos aceitaram a ideia de Lei Eterna, a que, do mesmo modo que Alencar, denominaram “lei divina”,

---

⁴⁶⁹ *Prefação*, in José de ALENCAR, *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. XVI.

⁴⁷⁰ *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 212.

⁴⁷¹ *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo), página não numerada.

⁴⁷² *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 183.

como podemos ver em *An essay concerning human understanding* (*Um ensaio sobre o entendimento humano*), do primeiro,⁴⁷³ e em *Institutiones juris naturae et gentium* (*Instituições do Direito Natural e das Gentes*), do segundo.⁴⁷⁴ O filósofo inglês definiu tal forma de Lei como “essa lei que Deus estabeleceu para as ações dos homens, quer lhes promulgando pela luz da natureza, quer pela voz da revelação”.⁴⁷⁵ Isto posto, releva notar que esta defesa da “lei divina” por Locke e Wolff nada mais é do que uma sobrevivência, em seu pensamento, de algo que pertence à tradição do denominado jusnaturalismo clássico, o mesmo sendo possível afirmar com relação a Alencar, que, aliás, era admirador de Locke, e talvez tenha em grande parte se inspirados nos ensinamentos deste ao adotar a concepção de “lei divina”.

Feitas estas observações acerca do jusnaturalismo alencarino, que mescla, como restou dito, aspectos do Direito Natural Tradicional, ou Clássico, a elementos do Direito Natural racionalista, ou jusracionalismo, procederemos a uma breve exposição da doutrina da Lei, tal como Alencar a compreendia.

Para o autor de *Esboços jurídicos*, “o jurisconsulto philosopho, seja elle o legislador de um povo, ou simples doutrinario”, quando se propõe a sistematizar qualquer ramo do Direito, deve se remontar ao “ponto culminante” de toda a Ciência Jurídica, isto é, à Lei.⁴⁷⁶

A Lei é, na expressão do jurista, “o verbo da criação, o principio vital do universo”. Formam os entes, segundo ele, “uma cadeia infinita que sobe do nada á divindade e abrange a totalidade dos entes desde o atomo excessivamente pequeno até o universo immensamente grande”. Tal cadeia

---

⁴⁷³ *An essay concerning human understanding*, Livro II, Capítulo 28, 8, 27ª edição, London, T. Tegg and Son; Glasgow, Griffin and Co.; Dublin, Tegg, Wise and Co., 1836, p. 251. Obra originalmente publicada em 1690.

⁴⁷⁴ *Institutiones juris naturae et gentium in quibus ex ipsa hominis natura continuo nexu omnes obligationes et jura omnia deducuntur*, Livro I, § 41, Halle, Rengeriana, 1754, p. 21.

⁴⁷⁵ *An essay concerning human understanding*, Livro II, Capítulo 28, 8, 27ª edição, London, T. Tegg and Son; Glasgow, Griffin and Co.; Dublin, Tegg, Wise and Co., 1836, pp. 251

⁴⁷⁶ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 139.

se constitui, para o pensador patricio, na “relação eterna e continua da criação com seu Creador”.⁴⁷⁷

Segundo o escritor e jurisconsulto, “a dualidade humana, a misteriosa adesão do espirito e da materia”, se reflete na legislação, por ele qualificada de “primeiro monumento da vida racional”, do mesmo modo que na totalidade das “obras do ser inteligente”. Destarte, tem a Lei, em seu sentir, tal como o ente humano, “corpo e alma”. O “systema” vem a ser “o corpo da lei com seu organismo, configuração e physionomia”, ao passo que a “doutrina”, ou “theoria”, é “a alma da lei com seu espirito, indole e habitos”. Cada um destes dois elementos é, ainda segundo o autor, “essencial”, e sempre que se trata de elaborar um código legal surgem as “duas questões magnas”, que são “a questão do systema e a questão da doutrina”.⁴⁷⁸

Do mesmo modo que, para Alencar, “a falsa doutrina era a lei dos vícios”, o “mau systema” faz do código legal nada mais que “um aleijão”, donde ser “de temer a legislação que aberra no preceito, como aquella que manqueja na execução”.⁴⁷⁹

Espíritos há, segundo o autor, para os quais não é o sistema senão algo secundário, reduzindo-se a um mero “instrumento de analyse”. Usam eles “do methodo”, na frase de Alencar, “como do compasso e esquadrio, para medir e alinhar as varias partes da obra, sem curar do plano”. Pouco lhes importa “a ordem e gradação”, desde que “trabalhem toda a materia doutrinal”.⁴⁸⁰

Não podem ser tais indivíduos, de acordo com José de Alencar, “mestres nem legisladores”, e “sua palavra jámais poderá funcionar como órgão da verdade e justiça”. “O mais são principios” que, uma vez emanados da inteligência destes, segundo o autor, “avilarão como a

---

⁴⁷⁷ Idem, pp. 139-140.

⁴⁷⁸ Idem, p. 125.

⁴⁷⁹ Idem, loc. cit.

⁴⁸⁰ Idem, p. 126.

semente que lançaram em mau fermento e adubo, secca o germen ou produz má planta”.⁴⁸¹

É forçoso, segundo escreveu Alencar, que se respeite “no systema o reflexo da harmonia sublime e admiravel que preside a todo o mecanismo do universo”,⁴⁸² ou seja, a Lei Eterna, por ele denominada “lei divina”. “Deus em sua qualidade de supremo Creador”, escreveu o escritor, “é também o primeiro classificador” e “ente algum por mais diminuto, sahiu de sua infinita vontade, que não trouxesse em si com a sua essencia, o indicativo da posição que ocupa na serie das cousas”.⁴⁸³

De acordo com Alencar, sustentam “os materialistas” que “o systema é invento humano, produzido pela fraqueza de nossa intelligencia”, intelligência esta incapaz, como reconheceu, “de abraçar de um só lanço, todo um vasto complexo de idéas”. Tal faculdade era, segundo ele, necessária, do mesmo modo que “muitas outras que formam o espirito humano”, mas não foi senão “a divindade que a paz em nossa intelligencia, como toda a natureza”.⁴⁸⁴

Da mesma forma, segundo o autor de *As minas de prata*, não foi o ente humano o inventor da “sublime divisão dos corpos”, extraindo da “materia bruta tão harmonioso equilibrio”, pois esta “faculdade é divina”, assim como “simultânea da criação”. Deus, o “ente supremo”, em cada um dos corpos por ele tirados do nada “instituiu um genero com suas especies”.⁴⁸⁵

Possui a pessoa humana, segundo José de Alencar, tão somente “o dom da intuição dessa verdade divina do systema”, assim como de “qualquer outra verdade doutrinaria”. Tal dom é, ainda na frase do escritor, “o misterio da revelação na theologia; é a sublimidade da razão ante o philosopho”.⁴⁸⁶

---

⁴⁸¹ Idem, loc. cit.

⁴⁸² Idem, loc. cit.

⁴⁸³ Idem, loc. cit.

⁴⁸⁴ Idem, pp. 126-127.

⁴⁸⁵ Idem, p. 127.

⁴⁸⁶ Idem, loc. cit.

Partindo da ideia de progresso indefinido, dominante, como vimos, em seu tempo, sustentou Alencar que a “doutrina da lei, que Deus creou para reger o homem”, ia sendo conhecida aos poucos, com o passar das gerações, havendo sido necessárias, em seu entender, muitas centúrias até que alguns “espíritos superiores” fossem coligindo “observações esparsas” de tal doutrina, as comunicando aos povos, “como sacerdotes, como philosophos, e, affinal, como legisladores”. Ainda nos dias em que escrevia ele tais linhas, não estava “escripta na lei humana a verdadeira lei social”, decorrente da “lei divina”.⁴⁸⁷

Com “a verdadeira doutrina”, surgia também, na opinião do jurista, “o verdadeiro systema a que o creador submetteu todas as cousas” e que vem a ser “o fio conductor que vai guiando o pensamento no dedalo dos factos e observações e nos insinua nos sublimes arcanos da natureza”.⁴⁸⁸

Pouco adiante, escreveu Alencar estas palavras, que bem poderiam ter sido proferidas por Sócrates em algum diálogo platônico:

O legislador de um povo é o supremo sacerdote da divindade: elle institue e regula uma sociedade segundo as maximas eternas que recebeu do divino mestre. E' necessario que a verdade de sua justiça se reflecta na consciencia publica com a mesma limpidez e harmonia que alli se reflecte a lei divina.⁴⁸⁹

Tais considerações, no dizer de Alencar, poderiam servir de argumento àqueles que sustentavam que, sendo os códigos legais feitos para os povos, não se devia adotar uma classificação científica, porém aquela que fosse “mais conhecida e vulgar no paiz”.⁴⁹⁰

Tal objeção seria, em suma, no entender do autor de *O tronco do ipê*, “a negação do progresso e a apologia da rotina”. Para os defensores de tais argumentos, não se poderia inovar em tal assunto para não se “offender o costume e as idéas vulgares derramadas na população”.⁴⁹¹

Respondendo a tal argumento, ponderou o Conselheiro José de Alencar que realmente “se devem evitar as bruscas e rapidas transições na

---

⁴⁸⁷ Idem, p. 128.

⁴⁸⁸ Idem, p. 129.

⁴⁸⁹ Idem, loc. cit.

⁴⁹⁰ Idem, pp. 129-130.

⁴⁹¹ Idem, p. 130.

lei, como em todas as instituições humanas”, o que era, em seu entendimento, “preceito que a propria natureza com sua gradação está ensinando”. Daí ser conveniente, na opinião do escritor, se “preparar o espirito publico” antes de se promulgar um novo código civil, divulgando ao povo as doutrinas deste, “estimulando a discussão dellas por todas as profissões entendidas na materia, e incutindo na população a verdade scientifica antes de invertel-a ao imperio da lei”. Induzir, contudo, na expressão do jurisconsulto, desta “prudente regra que se deva abandonar á rotina o progresso em materia de systema”, seria “isolar do desenvolvimento a civilisação da sociedade o que mais inhere a ella, o que fórma sua razão social, - a lei”. A lei ficaria, em última análise, caso preponderasse tal posição, “immoval e estatica”, debalde aspirando ao desenvolvimento, posto que “o systema que a subjuga como ferrea cadeia a manterá em sua concreção e integridade”.⁴⁹²

Para José de Alencar, a importância do sistema nos códigos legais é de tal vulto que seria preferível, segundo ele, “uma lei má bem classificada a uma boa lei mal systematisada”. Isto porque a primeira, ainda que “fosse cruel, era clara”, de sorte que “o súbdito seu evitaria incorrer em sua disposição”; a segunda, por seu turno, “liberal embora, fôra cilada”; à sombra desta, “o melhor direito correria o risco de ser sacrificado, para que se erigisse sobre elle a injustiça”. Ademais, um sistema perfeito funciona, no entender do autor, “como um nivel”, revelando e extirpando “as menores asperezas da doutrina”, de maneira que, sob a sua ação, mesmo a “lei pessima” corrigir-se-ia. Ao contrário, um mau sistema faria “o effeito de um acervo onde, as melhores idéas accumuladas a esmo, se escurecem e perturbam umas ás outras”.⁴⁹³

Salientando que escrevia aquelas linhas em razão do “projecto de um codigo civil”, que estava então “na tella publica”, reputou Alencar ser mister dizer “alguma cousa de especial a respeito” de tal projeto. “Uma opinião muito sensata”, continuou o autor de *Lucíola*, acreditava que o Império do Brasil não estava preparado para a verdadeira “revolução” que

---

⁴⁹² Idem, pp. 130-131.

⁴⁹³ Idem, p. 131.

aquele projeto, que não era outro senão o *Esboço* de Código Civil de Teixeira de Freitas, pretendia “operar em sua jurisprudencia civil”. A tentativa fora, segundo o escritor, “prematura”, havendo, pois, de “necessariamente soffrer uma lenta e difficil elaboração no “espírito publico e até nos estudos profissionaes antes de attingir as proporções de um projecto sério”. Isto seria imposto pela própria natural “ordem das cousas”, pois “não se improvisa um codigo de um anno para outro, no gabinete de trabalho de uma individualidade qualquer, como não se improvisa uma sociedade, uma civilização, uma era”.⁴⁹⁴

No entender de José de Alencar, “outorga-se aos povos ou elles conquistam no dia de sua liberdade uma constituição, escripta ao estrepito da batalha ou ás aclamações da praça publica”. Um código civil, contudo, deveria proceder de “longa gestação de idéas”, sendo “o marco de um largo periodo no progresso da jurisprudencia”, assim como “o depositario da experiencia e estudo não só de um povo, mas da humanidade culta”.⁴⁹⁵

Discordamos do autor de *Esboços juridicos* quanto à Constituição escrita de uma Nação, que deve se conformar, tanto quanto o Código Civil, com sua Constituição Histórico-Tradiconal, ou, como diria José Pedro Galvão de Sousa, com a “realidade constitucional histórica”,⁴⁹⁶ tendo, em outras palavras, como prelecionou Goffredo Telles Júnior, cada Nação sua Constituição natural, “que não é prudente substituir por instituições artificiais”, donde não se dever “inventar” uma Constituição escrita alheia ao caráter nacional.⁴⁹⁷ Com ele (Alencar) concordamos, porém, no sentido de que é mais fácil para uma Constituição política escrita romper com os costumes e as tradições nacionais do que um código civil. Isto porque, como notou o autor de *Raízes históricas da crise política brasileira*, “por sua própria natureza, o direito privado está mais prêso à tradição, mais ligado às tarefas quotidianas do homem, menos sujeito às mutações

---

⁴⁹⁴ Idem, pp. 131-132.

⁴⁹⁵ Idem, p. 132.

⁴⁹⁶ *Raízes históricas da crise política brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1965, p. 63.

⁴⁹⁷ *A Democracia e o Brasil: uma doutrina para a Revolução de Março*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965, p. 30.

decorrentes das revoluções políticas”.⁴⁹⁸ Isto, aliás, bem podemos perceber pelo exemplo do Brasil, onde, salvo algumas coisas, como certos aspectos individualistas do Código Civil de 1916, denunciados por Lacerda de Almeida,⁴⁹⁹ o Direito Privado se manteve, em linhas gerais, fiel à tradição jurídica luso-brasileira até pelo menos o início da segunda metade do século 20, enquanto no campo do Direito Público, a Constituição de 1824, fortemente influenciada pelo pensamento de Benjamin Constant, já se afastava de tal tradição, da qual se afastariam ainda mais a Constituição de 1891, “inspirada pela Constituição dos Estados Unidos do Norte, e não poucas vezes della copiada”, na frase de Soriano de Souza,⁵⁰⁰ e as Constituições seguintes.⁵⁰¹

Outras críticas foram feitas por José de Alencar, em *Esboços jurídicos*, ao *Esboço* de Código Civil de Teixeira de Freitas. Deixaremos, contudo, para tratar a respeito delas no capítulo referente às ideias do autor de *A propriedade* no campo do Direito Civil, cuidando, no presente capítulo, apenas de mais uma.

Alencar, ao proceder ao exame do *Esboço* de Freitas, logo ficou impressionado com aquilo a que qualificou de “monstruoso systema adoptado naquelle trabalho”. Confessando não ter sua razão em tal momento “idéas feitas e convicções profundas” sobre o assunto, afirmou que buscara ela, “opprimida pela disforme classificação”, abrigo, “refugio na lição dos mestres e na autoridade da experiencia”. Assim, repassara a totalidade dos “systemas de maior credito realisados ou na legislação ou na exposição da sciencia”, sendo forçoso reconhecer, contudo, que nenhum de

⁴⁹⁸ *Raízes históricas da crise política brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1965, p. 90.

⁴⁹⁹ *O Código Civil visto por alto; ou reparos criticos de doutrina a varias de suas disposições mostrando o modo como foram tratadas no Código as diferentes materias de que se occupa o Direito Civil*, Rio de Janeiro, J. Ribeiro dos Santos, 1921.

⁵⁰⁰ *Princípios Geraes de Direito Publico e Constitucional*. Recife: Casa Editora Empreza d'A Provincia, 1893, p. 4.

⁵⁰¹ Do mesmo modo, o Código Criminal de 1830, obra de Bernardo Pereira de Vasconcelos, cujo “esmero e boa técnica despertaram noutros países”, no dizer de Galvão de Sousa, “a admiração dos juristas” (*Raízes históricas da crise política brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1965, p. 89, nota), influenciado, como observou Reale, pelas ideias de Jeremy Bentham (*Cem anos de Ciência do Direito no Brasil*, in *Horizontes do Direito e da História*, 3ª edição, revista e aumentada, 3ª tiragem, São Paulo, Saraiva, 2010, p. 185), e, segundo o autor de *História do Direito Político Brasileiro*, pela legislação penal do Estado norte-americano da Luisiana, rejeitou totalmente o Livro V das Ordenações Filipinas, do qual, porém, segundo este último jurista, não pouca coisa bem poderia ter sido preservada (*Raízes históricas da crise política brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1965, p. 89, nota).

tais sistemas produzira em seu espírito “esta satisfação íntima que anuncia a verdade, como o frescor da alvorada anuncia a luz vivida”.⁵⁰²

A solução de tal problema, para Alencar, não se encontrava “nas obras do homem, mas na obra divina”. Daí haver sua razão fugido dos livros e das “opiniões dos mestres”, bastando o que já sabia “para índice do raciocínio e da meditação”.⁵⁰³

Em seguida, escreveu o autor que muitas vezes, ao estudar qualquer “ramo da jurisprudência”, termo por ele empregado no sentido de Ciência do Direito, “sobresahem as aberrações de engenhos aliás vigorosos e superiores”. Deve-se, em seu sentir, imputar tal fato não apenas à “imperfeição da inteligência humana”, mas também e acima de tudo à “tyrannia que sobre esses espíritos exercia a opinião e mesmo os preconceitos de seus antecessores”.⁵⁰⁴

Não poucas são, na opinião de Alencar, as “idéas grandes” que acabam abafadas por aquilo que reputou ser a “opressão que exerce a opinião geral sobre o esforço individual”. Isto ocorreria, segundo o juízo do jurisconsulto cearense, em virtude de “a aspiração generosa” se sentir “fraca e impotente”, de sorte que acaba por se incubar a fim de “desenvolver surdamente o germen de progresso que, talvez, traz em si”.⁵⁰⁵

“Libertar o espírito dessa tyrannia, restituir-lhe o seu movimento espontâneo, animar a sua iniciativa”, pareceu, para o Conselheiro Alencar, ser uma “precaução necessária” àquele que se proponha a investigar o vasto campo daquilo a que denominou “sciencia racional”. Tal precaução, segundo ele, foi empregada em seu trabalho sobre o “systema das leis civis”, assim como em outro, sobre a doutrina de tal “jurisprudência”, que estaria já perto da conclusão. Ambos formariam um estudo geral sobre a

---

⁵⁰² *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, pp. 135-136.

⁵⁰³ *Idem*, p. 136.

⁵⁰⁴ *Idem*, loc. cit.

⁵⁰⁵ *Idem*, *Idem*, pp. 136-137.

codificação civil e serviriam “de base a uma discussão futura sobre o projecto apresentado” por Teixeira de Freitas.⁵⁰⁶

Nestas últimas considerações, todas constantes da introdução de seu ensaio sobre a codificação civil, podemos ver, uma vez mais, no pensamento jurídico de Alencar, aspectos do Direito Natural Clássico, de um lado, e do jusracionalismo, de outro. Os primeiros estão na origem divina da Lei e na imperfeição do intelecto humano e os segundos na ideia de criar um sistema sem levar em conta os costumes e tradições.

Tratando da Lei, Alencar, como já aqui observamos, afirmou ser ela não apenas o “ponto culminante” de toda a Ciência do Direito, como também “o verbo da criação, o principio vital do universo”, se constituindo, em última análise, na “cadeia que sobe do nada á divindade”, abrangindo a totalidade dos entes, desde o átomo até o universo, ou, em outras palavras, na “relação eterna e continua da criação com o seu Creador”. Era ela, ainda segundo o jurista, dotada de duas faces distintas. A primeira de tais faces, que a Filosofia chamaria de “objectividade”, vem a ser “a norma, o principio que põe em comunicação os entes”. A segunda, por sua vez, conhecida por “subjectividade”, é “a condição, a propriedade que têm os entes em si para mutuamente se communicarem”. O escritor as designou, respectivamente, “causa” e “essencia”.⁵⁰⁷

Segundo Alencar, “as moléculas dos corpos se atrahem mutuamente” e “os homens se aggregam em familias e povos, porque o Creador lhe [sic] poz essa regra”. Isto é a causa da relação. Para que tal regra se cumprisse deu Deus ao corpo as moléculas, como deu “á creatura humana, os meios necessarios para se por em comunicação”. Esta é, por sua vez, a essência da relação.⁵⁰⁸

Ainda de acordo com o autor de *Til*, o ente humano, que tão somente por meio “da analyse penetra os designios do Creador”, sempre parte “do conhecimento da essencia da relação para o conhecimento de sua causa”. A

---

⁵⁰⁶ Idem, p. 137.

⁵⁰⁷ Idem, pp. 139-140.

⁵⁰⁸ Idem, p. 140.

“omnipotencia divina”, porém, segundo ele, procedeu de maneira inversa e era dever da ciência “acompanhal-a em sua ordem admiravel”. No momento em que os entes foram criados a partir do nada “já o seu lugar na cadeia universal lhes estava assignado”. Em razão disto, reputou Alencar ser a Lei o “principio vital da criação e o verbo da omnipotencia divina”, de modo que julgou que deveria ser dado a seu estudo a precedência.⁵⁰⁹

Da “lei divina”, segundo Alencar, decorrem, em primeiro lugar, a “lei physica” e a “lei racional”. A primeira, que seria o princípio regente da matéria, abandonou ele ao “naturalista”, afirmando, em seguida, que “o homem” apparece como o unico objecto e o único fim da lei nobre e intelligente”, que não é outra senão a “lei racional”.⁵¹⁰

A “lei physica”, ou “lei da materia”, gera, de acordo com o autor de *O gaúcho*, “um facto”, sendo seu efeito absolutamente “infallivel”, posto que a matéria não tem como lhe resistir. A “lei racional”, ou “lei do espirito”, por seu turno, gera apenas uma obrigação, que pode ser cumprida ou não, sendo seu efeito “fallivel”, visto que dependente da vontade, que é livre. Destarte, pode a “lei racional” não ser cumprida, ou “obedecida, mas não perde por isso a magestade e o poder”. Tal é, no entender de Alencar, a “dignidade da creatura humana que a omnipotencia de seu Creador consente em ser por ella contrariada”.⁵¹¹

Da diferença entre estas duas leis resulta, no dizer de José de Alencar, igual diferença na ação de cada uma delas. A “lei physica” é, em uma palavra, “simples e positiva”, impondo-se “fatalmente”, ao passo que “a lei racional exposta á resistencia da vontade humana”, carece de ter em si algo, “além da simples norma”, para assegurar sua obediência e execução. Este complemento da “lei racional” vem a ser a “sancção”.⁵¹²

Isto posto, cumpre assinalar que, no sentir de Alencar, a “lei racional” se subdivide em duas, a saber, a “lei moral”, que rege “as

---

⁵⁰⁹ Idem, pp. 140-141.

⁵¹⁰ Idem, p. 141.

⁵¹¹ Idem, p. 142.

⁵¹² Idem, loc. cit.

relações do homem com a divindade”, e a “lei jurídica”, que, por sua vez, rege “as relações do homem com o homem”, isto é, entre os homens.⁵¹³

Neste ponto, vemos que Alencar, sob a influência de Kant, separou o Direito da Moral, ou, para empregarmos os termos do filósofo de Königsberg, a “legalidade” da “moralidade”.⁵¹⁴ Por outro lado, discordou ele do autor germânico ao sustentar que a “lei moral” trata das relações do ente humano com Deus, englobando tanto a Moral, definida como “lei do costume”, quanto a Religião, “lei do culto”,⁵¹⁵ ao passo que, para Kant, a “moralidade” regeria tão somente os atos internos do homem, ou, em última análise, a relação da pessoa consigo própria,⁵¹⁶ o que, segundo Alencar, é impossível, posto que uma “relação supõe uma ligação mutua e recíproca entre dous entes”, no caso da “lei moral” o homem e seu Criador.⁵¹⁷ As únicas relações possíveis do homem consigo mesmo são, segundo o autor de *Iracema*, aquelas “relações mixtas” referentes “à misteriosa adesão do corpo com a alma”, que “não pertencem à lei racional”.⁵¹⁸

Escreveu Alencar, ademais, que é falsa a afirmação de que o homem não possui deveres para consigo mesmo, posto que tais deveres pressuporiam direitos e “sendo ambos regidos pela mesma vontade única e indivisível”, anular-se-iam mutuamente. Seria, aliás, para o autor, esta ideia de que o homem tem deveres para consigo mesmo um dos “absurdos” a que “conduzem as distinções quando não derivam da razão pura”. Daí sustentar ele, como há pouco restou dito, que a Moral, “lei do costume”, e a Religião, “lei do culto”, não eram senão dois aspectos de uma só e mesma lei, a “face terrestre” e a “face celeste” da mesma lei, que vem a ser a “lei moral”. “O homem que ora ao Senhor no sacrário da consciência, e aquelle

---

⁵¹³ Idem, loc. cit.

⁵¹⁴ *Éléments métaphysiques de la doctrine du droit (première partie de la Métaphysique des mœurs*, Tradução francesa de Jules Barni, Paris, Auguste Durand, Libraire, 1853, p. 18.

⁵¹⁵ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 143.

⁵¹⁶ *Éléments métaphysiques de la doctrine du droit (première partie de la Métaphysique des mœurs*, Tradução francesa de Jules Barni, Paris, Auguste Durand, Libraire, 1853, p. 18.

⁵¹⁷ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 143.

⁵¹⁸ Idem, loc. cit.

que guarda a decencia” obedecem, em seu sentir, “á mesma lei, á lei da obediencia com seu Creador”.⁵¹⁹

Para José de Alencar, novamente de acordo com Kant, a “lei moral”, exercida no “fôro interno da consciencia”, é “lei de obediencia”, sendo protegida tão somente “pelo receio de um mal intimo”, o “*remorsum*”, enquanto a “lei juridica é activa e reciproca”, obrando no foro externo e sendo “protegida pelo mal physico”, isto é, a “*poena*”.⁵²⁰

Segundo Alencar, Deus deu ao homem, internamente, a liberdade plena, “advertindo-o apenas do erro por certo movimento intimo”, que é a “*coacção*”, donde não ter a “lei moral” o poder de “*coerção*” que tem a “lei juridica”, à qual caberia tão somente coibir “os excessos” da liberdade externa. O efeito da coação se chama, de acordo com Alencar, “*dever*”, exprimindo um “vinculo espiritual”, ao passo que o efeito da coerção é denominado “*obrigação*”, exprimindo um “vinculo corporeo”.⁵²¹

Ainda no mesmo ensaio sobre a codificação civil, ao se referir à obrigação reflexiva do direito, salientou Alencar que este não se confunde “com o simples dever resultante da lei moral”, posto que o dever pode existir somente “nas relações da creatura com o Creador”, enquanto o direito reflexivo corresponde a uma obrigação “filha da relação do homem ao homem”, tendo o “mesmo caracter juridico que a obrigação alheia ou correlata”.⁵²²

Deixando de lado a “lei moral”, reguladora das relações da pessoa humana com “o Creador”, e passando a cuidar apenas das “relações de homem a homem”, ou “em outro termo, a sociedade”, aduziu Alencar que esta se divide em duas, a saber, “a sociedade de individuos e a sociedade de nações”. A primeira delas é regida pelo Direito interno, ou lei nacional,

---

⁵¹⁹ Idem, loc. cit.

⁵²⁰ Idem, p. 144.

⁵²¹ Idem, p. 144-145. Grifos em itálico no original.

⁵²² Idem, pp. 170-171.

enquanto a segunda é regulada pelo Direito externo, ou Direito Internacional, também denominado “lei internacional”.⁵²³

A “lei nacional” possui “dupla face”, sendo uma de tais faces a “lei política” e a outra a “lei civil”, ou “lei da cidade”. Esta dupla face, com efeito, seria derivada da dupla face do homem, que, segundo o autor, “convivendo com a massa colectiva dos habitantes do mesmo paiz”, forma “a sociedade nacional”, por ele denominada “*estado*”, e, “convivendo singularmente com seus semelhantes”, forma “uma sociedade individual – *a cidade*”.⁵²⁴

Labora em grave erro, no juízo de José de Alencar, aquele que pretende derivar a “sociedade civil” da “sociedade política”, “subordinando a pessoa ao nacional”. Uma de tais sociedades não poderia, segundo o autor, ser possível sem a outra, assim “como a humanidade não seria possível sem o homem e o homem sem a humanidade”.⁵²⁵

Tratando da Sociedade, afirmou o escritor e jurisconsulto patricio que o Direito é o “regulador da relação humana”, que, por sua vez, se constitui no “germen” e no “principio da sociabilidade”, no “elo dessa parte intelligente da criação”. A “sociabilidade realisada” vem a ser, na frase do autor, “a humanidade”, que é, em última análise, “a communhão das nações – e a communhão dos homens”.⁵²⁶

Para o jurista, a Sociedade é mesmo “um facto divino, como a criação do homem ou a criação do universo”, e é, ademais, “a consequencia necessaria e infallivel do direito”. “O homem”, em suas palavras, “é social, como é racional, porque Deus assim o fez, dotando-o de faculdades juridicas e moraes, submettendo-o ao direito e á razão”. Daí, ainda segundo o autor de *Ubirajara*, “a revelação do direito e, por

---

⁵²³ Idem, p. 145.

⁵²⁴ Idem, p. 146. Grifos em itálico no original.

⁵²⁵ Idem, p. 151.

⁵²⁶ Idem, pp. 151-152.

consequente, a realização humana do acto divino da criação da sociedade” se constituírem na “base de toda a legislação positiva dos povos”.⁵²⁷

Caindo em contradição, logo após haver sustentado, como restou dito, que o homem é naturalmente social, afirmou José de Alencar, baseado em Kant, que as nações, diversamente dos indivíduos, viveriam ainda em um “estado natural”, donde não haver então sido legislada a Lei Internacional, isto é, a parte do Direito Positivo referente às nações. A parte deste relativa à nação, esta já existia, sendo “a lei fundamental, a constituição do estado”, que era, em seu sentir, “a lei das leis”, a “lei mãe, a lei creadora”,⁵²⁸ que assim definiu:

Constituição é o direito interno revelado; é a natureza civilisada reconhecendo no homem os direitos que lhe foram conferidos pela natureza inculta e primitiva. Constituição é a fonte de que emana toda a lei interna, como Deus é a fonte de toda a lei racional, da qual a lei positiva é somente a expressão viva.⁵²⁹

O termo “*patria*” foi cunhado, segundo Alencar, para “expressar a fôrma material dessa lei geradora”, e, em sua opinião, “de feito, o direito constitucional exerce uma paternidade social sobre a communhão de homens que vivem no mesmo solo, formando uma familia de famílias”.⁵³⁰

O fim da Constituição é, para o jurista, “definir a personalidade civilisada do homem”, do mesmo modo que “a natureza define a sua personalidade primitiva e inculta, seus direitos essenciaes”. Plainando, pois, “sobre todo o monumento da legislação patria, como o principio creador, sem descer a confundir-se com a creatura”, contém ela, segundo o entendimento de Alencar, “o germen que se ha de desenvolver em um plano inferior, que vem a ser “o plano da lei ordinaria”. A Constituição, “em uma palavra, (...) proclama os direitos do homem, segundo o grau de desenvolvimento que attingiu a nação”, que o autor considerava “novamente formada” a partir dela, se constituindo, em última análise, na

---

⁵²⁷ Idem, p. 152.

⁵²⁸ Idem, pp. 152-153.

⁵²⁹ Idem, p. 152.

⁵³⁰ Idem, p. 153.

“consagração” daquilo a que reputava serem os “três títulos da nobreza e dignidade humana”, isto é, “a existencia, a propriedade e a liberdade”.⁵³¹

Pouco antes de concluir o primeiro livro de seu ensaio sobre a codificação civil, livro este que cuida da Lei, afirmou José de Alencar que “a lei, seja mais ou menos sabia e liberal, tem sempre a mesma justiça e o mesmo poder: porque a lei é sempre expressão da justiça”.⁵³² Aqui presumimos que o autor tenha partido do pressuposto de que, como escreveu Santo Tomás de Aquino, as leis injustas, isto é, que contrariam o Direito Natural, “não se chamam leis, mas, antes, corrupções da lei”, donde não se dever “julgar de acordo com elas”,⁵³³ ou, como observou Sócrates, no diálogo *Minos*, atribuído a Platão, o que não é correto não é legal, ainda que o pareça aos olhos dos ignorantes, mas sim ilegal.⁵³⁴ Isto a despeito do fato de o autor, por um lado, condenar moralmente a escravidão, que, em seu dizer, revoltava “a dignidade da creatura racional”,⁵³⁵ mas, por outro, se opor violentamente à abolição legal da mesma instituição, defendendo, pois, a manutenção de leis injustas, que comparou ao direito quirritário dos romanos⁵³⁶ e à pena de morte,⁵³⁷ ambos por ele igualmente execrados.

Ao encerrar o referido livro, Alencar afirmou que a legislação interna de um país deve ser composta por Constituição, Código Político, Código Civil, Código Criminal, Código Administrativo e Código Judiciário.⁵³⁸

Logo no princípio do segundo livro de seu ensaio sobre a codificação civil, que trata do Direito, após haver retomado a distinção e separação entre Moral e Direito, ou entre “lei moral” e “lei jurídica”, afirmou o autor que há, na criatura racional, “duas individualidades correspondentes às duas leis que a regem”. A primeira de tais individualidades é, segundo

---

⁵³¹ Idem, loc. cit.

⁵³² Idem, p. 155.

⁵³³ *Suma Teológica*, 2ª parte da 2ª parte, Questão 60, Artigo 5º, Resposta à primeira objeção, Tradução de Alexandre Corrêa, 1ª edição, vol. XIV, São Paulo, Livraria Editora Odeon, 1937, p. 71.

⁵³⁴ *Minos*, 317c, in *Diálogos VII* (Suspeitos e apócrifos), Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2011, p. 191.

⁵³⁵ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmo*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 14.

⁵³⁶ Idem, loc. cit.

⁵³⁷ *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 19.

⁵³⁸ *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 157.

Alencar, “a consciencia, o *eu*, individualidade juridica”. A “faculdade moral” que, de acordo com ele, “recebeu a consciência para o cumprimento de sua missão é a *virtude*”, ao passo que “a faculdade juridica que habilita a personalidade a desenvolver-se é o *direito*”, que, em sua concepção, fortemente influenciada por Kant, independe da “moralidade ou intenção”.⁵³⁹

O Direito, ainda segundo o Conselheiro Alencar, “representa a integridade da pessoa humana, que se não pode fraccionar sem destruir” e que, não obstante, “se revela e projecta exteriormente sob varias fórmas”. Tais formas são, para o autor, a existência, a propriedade e a liberdade, por ele tidos, como vimos há pouco, como os “três titulos da nobreza e dignidade humana”,⁵⁴⁰ assim como os “direitos essenciaes” do ente humano, que sempre reclamarão “seus fóros perante a lei escripta, como perante a lei natural”,⁵⁴¹ ou, em outros termos, tanto perante “a lei do homem, legislada na terra”, quanto perante “a lei, tal qual Deus a legislou” e que é “a lei ingenita, coeva da humanidade”.⁵⁴²

Julgando já haver dado um bom resumo das ideias de Alencar no campo da Filosofia do Direito, encerraremos aqui o presente capítulo, não sem antes, contudo, sublinhar, uma vez mais, que, no pensamento de José de Alencar se fundem, nem sempre de forma ordenada e devidamente trabalhada, aspectos do Direito Natural Clássico e do jusracionalismo, do tomismo e do kantismo, ambos estes últimos a ele provavelmente chegados de forma indireta. Cumpre salientar, por derradeiro, que, a despeito de seu ecletismo nem sempre totalmente coerente e “esclarecido”, para empregarmos a expressão do Visconde do Uruguai, possui o autor de *A propriedade*, no plano jusfilosófico, um pensamento consideravelmente rico e fecundo.

---

⁵³⁹ Idem, p. 160. Grifos em itálico no original.

⁵⁴⁰ Idem, p. 153.

⁵⁴¹ Idem, p. 163.

⁵⁴² Idem, p. 165.

CAPÍTULO III. O DIREITO POLÍTICO NA OBRA DE JOSÉ DE ALENCAR.

No presente capítulo, analisaremos alguns aspectos da obra juspolítica do Conselheiro José Martiniano de Alencar, particularmente suas ideias sobre o Poder Moderador, a Constituição Imperial de 1824 e a representação política.

Em virtude da importância de sua obra *O systema representativo*, pode José de Alencar ser considerado um dos mais importantes doutrinadores do Direito Político brasileiro do século 19, e, seguramente, o mais original de tais autores, assim como o mais liberal no que diz respeito à questão da representação política, sendo, com efeito, o primeiro autor a defender, no Império do Brasil, uma reforma política que, em seu sentir, garantisse a representação das minorias políticas, assim como a sustentar a necessidade de se estender o direito de voto a todos os cidadãos brasileiros do sexo masculino. Isto em um tempo em que o sufrágio universal, visto como responsável pela implantação de uma tirania do número, de um “reino da quantidade” sobre o qual discorreria René Guénon,⁵⁴³ de um despotismo da multidão amorfa, da massa de que falaria Pio XII na radiomensagem da véspera de Natal de 1944,⁵⁴⁴ era condenado não apenas pelos pensadores católicos e tradicionalistas políticos⁵⁴⁵ como Donoso Cortés e Louis Veuillot, ou por liberais moderados como os doutrinários franceses, mas também por grande parte dos socialistas como Proudhon, para quem nada

---

⁵⁴³ *Il Regno della Quantità e i Segni dei Tempi*, Trad. italiana de Tullio Masera e Pietro Nutrizio, Milano, Gli Adelphi, 2009. Obra originalmente escrita em francês e publicada em 1945.

⁵⁴⁴ *Radiomessaggio ai popoli del Mondo intero*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale_it.html. Acesso em 15 de junho de 2013.

⁵⁴⁵ Sobre o tradicionalismo político, que não se confunde com o tradicionalismo filosófico: José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, pp. 534-536.

havia a se esperar do sufrágio universal, não passando o sistema político nele baseado de “uma mistificação e uma tirania”.⁵⁴⁶

É forçoso sublinhar, porém, que Alencar, inspirado, antes de tudo, em Alexis de Tocqueville, como veremos adiante, igualmente condenava a “tirania”, ou o “despotismo”, da maioria, cujo perigo via no sufrágio universal direto, dele julgando, porém, quase totalmente livre o sufrágio universal indireto.

Isto posto, cumpre assinalar, como fizemos na introdução desta dissertação, que não tomamos o vocábulo Direito Político como sinônimo de Direito Público, entendendo que tem este último uma extensão maior, nem tampouco como Direito do Estado ou Direito Constitucional, compreendendo que estes termos têm, ao contrário, uma extensão mais reduzida do que aquela do Direito Político, que, em nosso sentir, engloba também diversas matérias versadas na Teoria do Estado, na Filosofia Política e na Sociologia Política. Ademais, ainda conforme frisamos na referida introdução, podemos definir o Direito Político como sendo o Direito da Nação enquanto sociedade política, ou civil, autônoma, organizada no Estado,⁵⁴⁷ seu meio, ou instrumento, ou, como escreveu Enrique Gil Robles, “o Direito público, quando e enquanto concerne à existência e prosperidade nacional”;⁵⁴⁸ ou, ainda, de acordo com preleção de Francisco Elías de Tejada, como o “ramo do direito que tem por objeto o estudo descritivo, a fundamentação filosófica e a crítica axiológica das normas que regulam as formas políticas de ordenação humana”.⁵⁴⁹

Ainda conforme expusemos na introdução deste trabalho e no capítulo precedente, podemos classificar José de Alencar, filosoficamente, como um espiritualista eclético, e, do mesmo modo, segundo a

---

⁵⁴⁶ *Contradictions politiques: théorie du mouvement constitutionnel au XIXe siècle (L'Empire parlementaire et l'Opposition légale)*, Paris, Librairie Internationale, A. Lacroix, Verboeckhoven et cie, 1870, p. 190.

⁵⁴⁷ Cf. SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de, *Dicionário de Política*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 181.

⁵⁴⁸ *Tratado de Derecho Político según los principios de la Filosofía y el Derecho Cristianos*, tomo I, 3ª edição Nota preliminar de José María Gil Robles. Madrid: Afrodísio Aguado, S.A. Editores-Libreros, 1961, p. 23. Tradução nossa.

⁵⁴⁹ Verbete *Derecho Político*, in VV.AA., *Nueva Enciclopedia Jurídica*, Barcelona, Francisco Seix, 1950, p. 875.

classificação de Ubiratan Borges de Macedo,⁵⁵⁰ o podemos considerar, enquanto político e teórico do Direito Político, como um liberal doutrinário, sendo o liberalismo doutrinário, também conhecido por doutrinismo, com efeito, um ecletismo político, que, aliás, como assinalou Diez del Corral, foi o gerador, “por seus mais destacados representantes”, de “uma nova direção filosófica”,⁵⁵¹ que não é senão o espiritualismo eclético.

Os liberais doutrinários brasileiros, dentre os quais podemos destacar Bernardo Pereira de Vasconcelos,⁵⁵² Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai),⁵⁵³ José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente),⁵⁵⁴ Justiniano José da Rocha,⁵⁵⁵ o próprio José de Alencar e, de certa forma, Braz Florentino Henriques de Souza,⁵⁵⁶ apesar deste haver sofrido considerável influência do pensamento tomista e também do

---

⁵⁵⁰ *O Visconde de Uruguai e o liberalismo doutrinário no Império*, in Adolpho CRIPPA, (Coordenador), *As idéias políticas no Brasil*, volume I, São Paulo, Convívio, 1979, pp. 193-232.

⁵⁵¹ *El liberalismo doctrinario*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1945, p. 19. Tradução nossa.

⁵⁵² Sobre Bernardo Pereira de Vasconcelos: José Murilo de CARVALHO, *Introdução*, in Bernardo Pereira de VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Organização de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 1999, pp. 9-34; Octávio Tarquínio de SOUSA, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988; Alfredo VALADÃO, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 207, Rio de Janeiro, abril-junho de 1950, pp. 159-191; Salomão de VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, s/e, 1953.

⁵⁵³ Sobre o Visconde do Uruguai: José Murilo de CARVALHO, *Entre a Autoridade e a Liberdade*, in Paulino José Soares de SOUSA, Visconde do Uruguai, *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 11-47; José Antonio Soares de SOUSA, *A vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944; Sébastien Auguste SISSON (Organizador e editor), *Galeria dos brasileiros ilustres*, volume 1, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1999, pp. 49-54.

⁵⁵⁴ Sobre o Marquês de São Vicente: Vitorino Prata Castelo BRANCO, *um esteio da liberdade na Corte do Segundo Império: a vida e a obra de José Antonio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente*, São Paulo, Sugestões Literárias, 1973; Manoel Gonçalves FERREIRA FILHO, *Pimenta Bueno, o constitucionalista do Império*, in *Revista da Faculdade de Direito*, 72(2), São Paulo, 1977, pp. 123-131; Eduardo KUGELMAS, *Pimenta Bueno, o jurista da coroa*, in José Antonio Pimenta BUENO, Marquês de SÃO VICENTE, *Marquês de São Vicente*, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 19-49; Miguel REALE, *Pimenta Bueno, o consolidador constitucional do Império*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Editora Siciliano, 1994, pp. 45-50; Idem, *Pimenta Bueno, o esquecido*, in *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, nº 34, Rio de Janeiro, 1979, pp. 85-94.

⁵⁵⁵ Sobre Justiniano José da Rocha: Elmano CARDIM, *Justiniano José da Rocha*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964; Raimundo MAGALHÃES JUNIOR, *Três panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, pp. 127-159.

⁵⁵⁶ Sobre Braz Florentino Henrique de Souza: Clovis BEVILAQUA, *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2ª edição, Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), Conselho Federal de Cultura, 1977, pp. 318-324; Barbosa LIMA SOBRINHO, *Introdução*, in Braz Florentino Henriques de SOUZA, *Do Poder Moderador: ensaio de Direito Constitucional*, 2ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978, pp. 3-18; Augusto Victorino Alves Sacramento BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, primeiro volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883, pp. 426-427.

tradicionalismo político, tinham como principais teses as seguintes, segundo o resumo de Ubiratan Borges de Macedo:

- 1 – Defesa da Monarquia Constitucional como regime adequado e possível ao país;
- 2 – Estrutura política centralizada e unitária para o país, embora com descentralização administrativa;
- 3 – Política externa nacionalista e realista;
- 4 – Defesa do Poder Moderador e do Conselho de Estado;
- 5 – Equilíbrio entre os poderes constitucionais, na preocupação com o Judiciário e a polícia nacional;
- 6 – Abolicionismo gradual para evitar caos econômico;
- 7 – Defesa e aperfeiçoamento do sistema representativo;
- 8 – Bicameralismo;
- 9 – Subordinação da igualdade à liberdade, aceitando desigualdades funcionais;
- 10 – Liberdades concretas encarnadas em instituições;
- 11 – Reforço do Poder como garantia das liberdades.⁵⁵⁷

Tanto o espiritualismo eclético quanto o doutrinário liberal, com efeito, buscaram, consoante salientamos no capítulo precedente, uma conciliação, ou uma “solução de compromisso”, entre os valores dominantes antes da chamada revolução francesa de 1789 e os ideais liberais desta, vendo a Monarquia Parlamentar Constitucional como a forma ideal de realizar tal conciliação, sendo tal forma de governo, de acordo com Victor Cousin, a única capaz de efetivamente realizar os “princípios de 1789”,⁵⁵⁸ ou, em seus dias, na Europa, a “verdadeira república”.⁵⁵⁹ Ambos foram, respectivamente, a ideologia política e a filosofia dominantes na França durante o reinado de Luís Filipe (1830-1848) e no Brasil, ao longo de todo o Segundo Reinado (1840-1889). No caso do doutrinário liberal, suas ideias já eram fortes entre nós mesmo bem antes do Segundo Reinado, como podemos ver pela Constituição de 1824, que, como bem fez ver João Camillo de Oliveira Torres nas páginas de *A Democracia Coroada*,⁵⁶⁰ foi profundamente influenciada pelas ideias de Benjamin Constant, pensador franco-suíço que muito influenciou os doutrinários e que alguns autores, como Francisco Elías de Tejada y Spínola,⁵⁶¹ consideram ele próprio um doutrinário. Cumpre observar, aliás, que era Alencar um profundo

⁵⁵⁷ *Liberalismo e justiça social*, São Paulo, IBRASA, 1995, p. 120

⁵⁵⁸ *Du Vrai, du Beau et du Bien*, 5ª edição, Paris, Didier, Libraire-Éditeur, 1856, p. 404, nota. Tradução nossa.

⁵⁵⁹ Idem, p. V. Tradução nossa.

⁵⁶⁰ *A Democracia Coroada: teoria política do Império do Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, pp. 55-57.

⁵⁶¹ *La lección política de Navarra*, in *Reconquista* (revista bilíngue de cultura), volume I, número 2, São Paulo, 1950, p. 115.

admirador de Benjamin Constant, a quem muito citou, tanto em seus discursos como em seus escritos políticos, sendo, ao que parece, seu pensador político predileto ao lado de Tocqueville, por ele igualmente diversas vezes citado.

O systema representativo, sem sombra de dúvida a principal obra do Conselheiro José de Alencar no campo do Direito Político e quiçá mesmo no plano do Direito em geral, foi reputado por Ubiratan de Macedo⁵⁶² uma das mais notáveis obras do doutrinário liberal brasileiro, que compunha o ideário dominante no Partido Conservador, bem estudado por João Camillo de Oliveira Torres em *Os construtores do Império: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*,⁵⁶³ e por Paulo Mercadante em *A consciência conservadora no Brasil*,⁵⁶⁴ assim como, conforme se torna claro nestas duas obras, do próprio Império do Brasil, sobretudo no Segundo Reinado. Daí, com efeito, haver afirmado Oliveira Torres que a maior contribuição para que o Império do Brasil fosse, em seu sentir, aquela “democracia coroada” por ele tão louvada, “proveio não dos inflamados ‘luzias’ [liberais], mas dos severos ‘saquaremas’ [conservadores] que em todos os dias disseram a palavra justa”,⁵⁶⁵ havendo sido, como demonstrou Ilmar Rohloff Mattos, os verdadeiros construtores do Estado Imperial Brasileiro,⁵⁶⁶ e serem todas as mais importantes obras sobre as instituições imperiais obras ecléticas e saídas da pena de conservadores, que procuravam seguir à risca os princípios daquilo a que o Visconde do Uruguai denominou, como vimos, “esclarecido ecletismo”.⁵⁶⁷

Havendo feito referência ao Partido Conservador, julgamos ser relevante assinalar que tal agremiação política era, doutrinariamente, diversa do Partido Liberal, pois, ainda que ambos os partidos fossem

---

⁵⁶² Ubiratan Borges de MACEDO, *O Visconde de Uruguai e o liberalismo doutrinário no Império*, in Adolpho CRIPPA, (Coordenador), *As idéias políticas no Brasil*, volume I, São Paulo, Convívio, 1979, p. 199.

⁵⁶³ *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

⁵⁶⁴ *A consciência conservadora no Brasil*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1965.

⁵⁶⁵ *Os construtores do Império: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, p. XIV.

⁵⁶⁶ *O tempo saquarema*, 5ª edição, São Paulo, Editora Hucitec, 2004.

⁵⁶⁷ *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, in *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo, Ed.34, 2002 (Coleção Formadores do Brasil), p. 504.

liberais, era o Partido Conservador de um liberalismo mais moderado, defendendo um Poder forte e centralizado e buscando conciliar as liberdades com uma Autoridade firme, ao passo que o Partido Liberal pugnava pela drástica redução de tal Poder e de tal Autoridade, chegando os liberais mais radicais a sustentar, em manifesto publicado em 1869, no *Correio Nacional*, do Rio de Janeiro, o chamado “Estado-gendarme”, limitado a cuidar da Justiça, da Polícia, da Ordem e dos impostos e a representar o povo.⁵⁶⁸ No mesmo manifesto, transcrito por Américo Brasiliense na obra *Os programas dos partidos e o 2º Imperio*, aquele jornal radicalmente liberal, dirigido por Rangel Pestana e Limpo de Abreu, chegava a pugnar pela extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado,⁵⁶⁹ ⁵⁷⁰ posição, aliás, de todos os membros exaltados do Partido Liberal, enquanto os mais moderados defendiam apenas uma maior limitação do Poder Moderador.⁵⁷¹

A respeito do Poder Moderador, correspondente ao Poder Real (*pouvoir réel*), ou Poder Neutro (*pouvoir neutre*), sustentado por Benjamin Constant, que o reputava inerente à Monarquia Constitucional, entendendo, ademais, que era este “a chave de toda a organização política”, por cujo intermédio fazia o Chefe de Estado com que os demais poderes se apoiassem, se entendessem, agindo em concerto,⁵⁷² cumpre salientar que, como fizeram ver, dentre outros, o Visconde do Uruguai⁵⁷³ e Carl Schmitt,⁵⁷⁴ foi este copiado, em nossa Constituição Imperial, dos escritos de Benjamin Constant e, como sublinhou o autor de *Teologia política*, “de

---

⁵⁶⁸ *Os programas dos partidos e o 2º Imperio*, São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, p. 31.

⁵⁶⁹ Idem, p. 29.

⁵⁷⁰ Sobre o Conselho de Estado: Maurício ASSUF, *O Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Guavira, 1979; José Reinaldo de Lima LOPES, *O Oráculo de Delfos: O Conselho de Estado no Brasil-Imperio*, São Paulo, Saraiva, 2010; Augusto Tavares de LYRA, *O Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934; João Camilo de Oliveira TORRES, *O Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1965.

⁵⁷¹ A visão que os liberais moderados do Partido Liberal (já que os membros do Partido Conservador eram, em regra, também liberais moderados) tinham do Poder Moderador é bem resumida na obra de Zacarias de Góes e Vasconcelos, aliás, egresso do Partido Conservador, *Da natureza e limites do Poder Moderador*, publicada em 1860 (3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978).

⁵⁷² *Cours de politique constitutionnelle*, tomo I, Paris, Librairie de Guillaumin et Cie, 1861, pp. 18-19. Obra originalmente publicada em 1818.

⁵⁷³ *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, in *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo, Ed.34, 2002 (Coleção Formadores do Brasil), p. 336.

⁵⁷⁴ *O guardião da Constituição*, Tradução de Geraldo de Carvalho, Belo Horizonte, Del Rey, 2007, p. 195.

forma bastante literal”.⁵⁷⁵ Tendo seu gérmen, segundo Constant,⁵⁷⁶ nos ensinamentos do Conde de Clermont-Tonnerre, que realmente preconizara o estabelecimento de um Poder Regulador (*pouvoir régulateur*)⁵⁷⁷ dos demais poderes, o Poder Moderador, que também fora preconizado por Bernardin de Saint-Pierre, que justamente o denominara *pouvoir modérateur*, o considerando um poder essencial à Monarquia e voltado à manutenção do equilíbrio entre os demais poderes do Estado,⁵⁷⁸ foi definido, com efeito, pelo artigo 98 da Constituição Imperial de 25 de Março de 1824, como “a chave de toda a organização Política”, sendo, segundo o mesmo dispositivo legal, “delegado privativamente ao Imperador como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio e harmonia dos mais Poderes Politicos”.

Havendo feito referência a poderes políticos, julgamos necessário ressaltar que entendemos, como o Conde de Afonso Celso, que o Poder é essencialmente uno, não passando os chamados poderes políticos, ou sociais, de funções do Poder único e indivisível,⁵⁷⁹ considerando, pois, que a chamada separação de poderes é tão somente uma divisão de funções, aliás, interligadas, do Poder,⁵⁸⁰ sendo tal divisão, como acentuou José Soriano de Souza, apenas uma divisão mental e não uma separação efetiva de Poder, Poder este, que, segundo o autor, deve permanecer uno, admitindo distinção entre seus órgãos, mas não separação.⁵⁸¹ As três funções fundamentais do Poder, com efeito, já foram delineadas por Aristóteles no Livro IV de *A política*, no qual o Estagirita tratou das partes do governo, que são aquelas de deliberar sobre os negócios públicos,

---

⁵⁷⁵ Idem, p. 196.

⁵⁷⁶ *Cours de politique constitutionnelle*, tomo I, Paris, Librairie de Guillaumin et Cie, 1861, p. 18, nota.

⁵⁷⁷ Stanislas Marie de CLERMONT-TONNERRE, *Analyse raisonnée de la Constitution Française*, in *Oeuvres Complètes*, tomo IV, Paris, Chez Letellier, Libraire, 1794, p. 316. Obra originalmente publicada em 1791.

⁵⁷⁸ *Vouex d'un solitaire: pour servir de suite aux études de la nature*, in *Oeuvres complètes*, Paris, Armand-Aubrée, Éditeur, 1834. Obra originalmente publicada em 1789.

⁵⁷⁹ *Poder pessoal de D. Pedro II*, in *Oito anos de Parlamento*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 136. Tese apresentada em 1914, no I Congresso Nacional de História, realizado no Rio de Janeiro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁵⁸⁰ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 485.

⁵⁸¹ *Principios geraes de Direito Publico e Constitucional*, Recife, Casa Editora Empreza d'A Provincia, 1893, p. 93.

correspondente à função do dito Poder Legislativo; de exercer as magistraturas, isto é, de governar, o que equivale à função do chamado Poder Executivo, e, por fim, de administrar a Justiça, o que corresponde à função do denominado Poder Judiciário.⁵⁸²

Comentando o supracitado artigo de nossa primeira e, até hoje, mais estável e duradoura Constituição política, assim se exprimiu o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente:

O Poder Moderador, cuja natureza a Constituição esclarece bem em seu artigo 98, é a suprema inspeção da nação, é o alto direito que ela tem, e que não pode exercer por si mesma, de examinar o como os diversos poderes políticos, que ela criou e confiou a seus mandatários, são exercidos. É a faculdade que ela possui de fazer com que cada um deles se conserve em sua órbita, e concorra harmoniosamente com outros para o fim social, o bem-estar nacional: é quem mantém seu equilíbrio, impede seus abusos, conserva-os na direção de sua alta missão; é enfim a mais elevada força social, o órgão político mais ativo, o mais influente de todas as instituições fundamentais da nação.⁵⁸³

No mesmo sentido, em seu clássico tratado sobre o tema, obra que mereceu avultados elogios mesmo do insuspeito Clóvis Beviláqua,⁵⁸⁴ definiu Braz Florentino Henriques de Souza o chamado Poder Moderador como “a mais alta expressão da soberania nacional acautelando-se sabiamente contra os seus próprios desvios”, assim como “a vontade suprema da sociedade querendo antes de tudo a sua existência e conservação”, sendo, “em uma palavra, a realeza ou a monarquia”, posto que

tal é a sorte dessa maravilhosa instituição, que, debaixo de uma ou de outra forma, com estas ou aquelas modificações, aparece-nos como uma necessidade indeclinável dos povos, como o princípio conservador por excelência das sociedades, como a âncora de salvação, reservada pela Providência às nações ameaçadas, ou já batidas pela tormenta revolucionária.⁵⁸⁵

José de Alencar, por seu turno, em suas *Cartas de Erasmo*, se referiu ao Poder Moderador como o “*eu* nacional, a consciência ilustrada do povo”, sustentando que, do mesmo modo que a pessoa humana é, no correr da

⁵⁸² *A política*, Livro IV, Capítulo XI, § 1, Tradução de Nestor Silveira Chaves, 2ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2009, p. 148.

⁵⁸³ *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*, in *Marquês de São Vicente*, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, p. 280.

⁵⁸⁴ *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2ª edição, Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), Conselho Federal de Cultura, 1977, p. 323.

⁵⁸⁵ *Do Poder Moderador: ensaio de Direito Constitucional*, 2ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978, pp. 38-39. Obra originalmente publicada em 1864 pela Typographia Universal, do Recife.

existência, “admoestada por um senso íntimo, que a obriga a refletir sobre a moralidade do ato que vai praticar”, pelo Poder Moderador, “recebe a nação do monarca o mesmo serviço”. Segundo ele, a força do Imperador, “tão grande quanto benéfica”, estava nas atribuições em outros países denominadas prerrogativas da Coroa e aqui reunidas pela Constituição em um poder qualificado de Poder Moderador, no qual repousaria “a majestade cingida de todo o esplendor”, aí residindo a porção de soberania “que a nação desprende de si, e encarnou em um homem superior, para a advertir em seus erros, e resistir à veemência de suas paixões”.⁵⁸⁶

Alencar sustentou, nas *Cartas de Erasmo* dirigidas ao Imperador, queurgia que o “monarca, poder nacional” que se encontrava “situado na cúpula do sistema, neutro e inacessível,” sendo não apenas “o primeiro representante da nação”, mas também “seu defensor perpétuo, o magistrado supremo do Estado”,⁵⁸⁷ convocasse, para a “cruzada santa” cujo pendão fora erguido por aquele que lhe dirigia a palavra, “todos os homens honestos”, congregando-os ao redor do trono imperial a fim de que, “sobre as ruínas dos antigos partidos desbaratados pelo egoísmo”, se elevasse “o grande partido da lei e da moralidade”. Em tal “cruzada”, na qual seria acompanhado pela “parte sã do país”, deveria o Imperador replicar ao “mote brasileiro – ‘Pela cruz, pela coroa, pela lei’ com a “nova divisa – ‘Pela honra’”, com ela caminhando “à glória, à glória pura e excelsa que Deus reserva aos reis”.⁵⁸⁸

Segundo José Murilo de Carvalho, Alencar, na justificativa da intervenção do Imperador para tirar o Império da profunda crise política, militar, financeira e moral em que o atirara a chamada Liga Progressista, por ele também duramente atacada no opúsculo *Página da actualidade*, de 1866,⁵⁸⁹ propôs uma interpretação acerca da natureza do Poder Moderador que é bastante diversa tanto da interpretação conservadora do Visconde do

---

⁵⁸⁶ Carta de Erasmo ao Imperador número VII, de 31 de dezembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 75.

⁵⁸⁷ Carta de Erasmo ao Imperador número VIII, de 7 de janeiro de 1866, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 79.

⁵⁸⁸ Carta de Erasmo ao Imperador número 1, de 17 de novembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, pp. 14-15.

⁵⁸⁹ *Página da actualidade: os partidos*, Rio de Janeiro, Typographia Quirino & Irmão, 1866.

Uruguai⁵⁹⁰ e de Braz Florentino Henriques de Souza⁵⁹¹ quanto daquela liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos.⁵⁹² A primeira de tais interpretações seguia estritamente o texto da Constituição Imperial de 1824. Segundo esta, em seu artigo 98, era o Poder Moderador privativamente delegado ao Imperador, cuja pessoa, de acordo com o artigo seguinte, era “inviolável, e Sagrada”, assim como irresponsável, sendo, ademais, consoante o artigo 101 daquela Constituição, o Chefe do Poder Executivo, que exercia por seus ministros livremente escolhidos. Em uma palavra, o Imperador, nos termos da Constituição, reinava, governava e administrava, ainda que tal governo e tal administração se dessem, em regra, de forma indireta. Zacarias, ao contrário, interpretava o Poder Moderador de maneira “não autorizada pela Constituição”,⁵⁹³ entendendo que os atos deste exigiam a referenda dos ministros, posto que, por ser a figura imperial irresponsável, era mister, segundo ele, que alguém assumisse a responsabilidade. Ademais, fazia ele sua a máxima de Adolphe Thiers no sentido de que “o rei reina e não governa”.⁵⁹⁴ Tanto esta fórmula quanto a supracitada fórmula adotada pelos conservadores diferem da fórmula absolutista, segundo a qual o rei reina, governa e administra diretamente,⁵⁹⁵ quanto daquela da Monarquia Tradicional, segundo a qual o rei reina e governa e a Sociedade, representada nas Cortes, se administra.⁵⁹⁶

Alencar, por sua vez, fez bastante clara distinção entre as tarefas do Imperador enquanto titular do Poder Moderador e enquanto Chefe do Poder

---

⁵⁹⁰ A interpretação do Visconde do Uruguai sobre a natureza do Poder Moderador se encontra nos capítulos 27, 28 e 29 de seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (Paulino José Soares de SOUSA, Visconde do Uruguai, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, in *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 306-389).

⁵⁹¹ A interpretação de Braz Florentino Henriques de Souza sobre a natureza do Poder Moderador se encontra em sua obra *Do Poder Moderador: ensaio de Direito Constitucional* (2ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978).

⁵⁹² *Apresentação*, in José de ALENCAR, *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. XX.

⁵⁹³ *Idem*, p. XXI.

⁵⁹⁴ *Da natureza e limites do Poder Moderador*, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978, p. 181.

⁵⁹⁵ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 359.

⁵⁹⁶ Cf. Luís de Almeida BRAGA, *Prefácio*, in Frei João dos PRAZERES, *Abecedário Real*, Lisboa, Edições Gama, 1943, p. XXXII; António SARDINHA, *A Teoria das Cortes Gerais (introdução às Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Cortes Gerais*, do segundo Visconde de Santarém), 2ª edição, Lisboa, qp, 1975, p. 36; José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, pp. 359 e 361.

Executivo, tendendo a reforçar a independência deste último, na medida em que considerava que o Imperador era seu Chefe apenas honorífico,⁵⁹⁷ devendo os ministros gozar de plena autonomia em seu governo, carecendo, porém, apenas suas resoluções, quando conveniente, da assinatura do Imperador, posto que, em seu entender, o Executivo, pela sua própria natureza, exigia “certa reserva, e depois tal firmeza, que o poder moderador, incumbido de velar sobre sua marcha, não poderia esbarrá-la em tempo para evitar o perigo”. Destarte, seria para que o Poder Moderador acompanhasse de perto “a trilha da administração” e observasse seus caminhos que fora o Imperador instituído não apenas titular do Poder Moderador, mas também do Executivo. De acordo com Alencar, “esta sã doutrina” nada teria de hostil à pessoa do monarca, sendo, ao contrário, “a mais propícia ao seu poder e grandeza”, uma vez que, caso aplicada, desprenderia a Coroa “do dédalo inferior das atribuições executivas”, elevando-a “ao apogeu de sua força”.⁵⁹⁸ Já na condição de cabeça do Poder Moderador, de onde realmente emanava sua “força, tão grande quanto benéfica”,⁵⁹⁹ deveria o Imperador gozar de total liberdade, não requerendo seus atos a referenda ministerial. Por fim, entendia ele que o Imperador era titular honorífico também do Poder Judiciário, ainda que a Constituição não o tivesse declarado expressamente. O espírito desta, porém, era, para ele, no sentido de que seria o monarca brasileiro o “alto moderador e chefe natural” também de tal poder, o que seria “tão claro que em todos os tribunais as sentenças são expedidas em nome do imperador”.⁶⁰⁰

Cumpre ressaltar, contudo, que, em nossa opinião, inexistente diferença muito significativa entre a concepção alencarina do Poder Real e aquela predominante entre os conservadores no que tange à separação entre o Poder Moderador e o Poder Executivo, apenas Alencar havendo dado maior ênfase a esta separação entre estes poderes do que os demais publicistas conservadores que trataram do tema. Tanto que alicerçava sua teoria “da separação absoluta, completa, do Poder Real, ou Moderador e do Poder

---

⁵⁹⁷ Carta de Erasmo ao Imperador número VII, de 31 de dezembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 70.

⁵⁹⁸ Idem, p. 73.

⁵⁹⁹ Idem, p. 75.

⁶⁰⁰ Idem, p. 70.

Executivo”, não apenas nos ensinamentos de Benjamin Constant, mas também na Constituição Imperial de 1824⁶⁰¹ e nas ponderações do Visconde do Uruguai acerca do assunto,⁶⁰² proclamando que sua doutrina do Poder Moderador não era senão aquela da “verdadeira escola conservadora”.⁶⁰³ Cabe ressaltar que, em seu entendimento, a doutrina do Poder Régio que sustentava passara “quase literalmente da Política Constitucional de Benjamin Constant para a nossa Constituição”,⁶⁰⁴ e que, ao se valer da preleção do Visconde do Uruguai para justificar sua posição acerca da separação entre o Poder Moderador e o Poder Executivo se referiu a este como um “estadista notável”, “eminente”, além de publicista que tinha a autoridade de considerável “talento” e “longa experiência”.⁶⁰⁵

Além da maior ênfase na separação entre o Poder Moderador e o Executivo, outra coisa que distingue a concepção alencarina do Poder Régio das demais concepções de seu tempo é a ideia de que este poder não é um quarto poder político, mas sim um “poder nacional”, que pairava acima dos três denominados poderes políticos:

Situado na cúpula do sistema, neutro e inacessível, o monarca, poder nacional, plaina sobre os outros, meros poderes políticos. Ele não exprime somente, como a legislatura, uma delegação da soberania; exprime um depósito permanente e sagrado. O imperador é mais do que o primeiro representante da nação; é seu defensor perpétuo, o magistrado supremo do Estado.

Chamo-o poder nacional para significar a quase comunidade em que se acha com a nação. Nele reside uma parte da soberania popular, que isolou-se em princípio e se consolidou nessa grande individualidade, a fim de resistir aos desvarios da opinião.⁶⁰⁶

Cumprе sublinhar que, no entender do autor das *Cartas de Erasmo*, não era constitucional, mas sim “sobreconstitucional” a “força ativa do poder moderador”, sendo exercida “em um espaço superior, intermédio entre a constituição, soberania escrita e anterior, e o voto, soberania latente e atual”.⁶⁰⁷ Segundo ele, “a constituição brasileira, promulgada por um

⁶⁰¹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 335.

⁶⁰² *Idem*, p. 485.

⁶⁰³ *Idem*, p. 438.

⁶⁰⁴ *Idem*, p. 335.

⁶⁰⁵ *Idem*, p. 485.

⁶⁰⁶ Carta de Erasmo ao Imperador número VIII, de 07 de janeiro de 1866, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 79.

⁶⁰⁷ *Idem*, p. 88.

príncipe heroico, elaborada por conspícuos varões, não podia deixar imperfeita a cúpula do grandioso edifício”, a Coroa aí estando “revestida de tal pujança” que poderia fazer parar a Nação, caso necessário, “como Josué fez parar o sol”.⁶⁰⁸

É mister frisar, do mesmo modo, que, segundo o publicista patrício, nem todas as “funções moderadoras” eram coligidas no Imperador, sendo algumas delas confiadas ao Senado vitalício e ao Poder Judiciário, enquanto outras, integralmente inertes, ficariam “depositadas na lei fundamental do Estado”,⁶⁰⁹ que, por exemplo, nos artigos 174 a 177, opunha “embaraços” nos trâmites estabelecidos como necessários à reforma de dispositivos daquele diploma legal.⁶¹⁰

Para Alencar, este “fecho do mecanismo constitucional”,⁶¹¹ que vinha a ser a própria “consciência nacional”, a própria “soberania manente” do Império,⁶¹² se configurava em um “corretivo à onipotência da maioria”,⁶¹³ em “um centro de resistência para conter as impaciências” desta,⁶¹⁴ sendo, em última análise, a “grande vantagem das constituições monárquicas” sobre as republicanas.⁶¹⁵

No entender do autor de *O systema representativo*, com efeito, nos Estados Unidos da América, onde não existia o chamado Poder Real, não havia “o ponto de apoio e resistência contra a onipotência da Maioria” que este representava e que os fundadores daquela república só tinham podido substituir pela Federação, que estava longe de ter a mesma capacidade de moderação daquele, havendo “sinceros publicistas” estadunidenses confessado a impossibilidade de resolver o problema “na forma de governo puramente democrática”.⁶¹⁶ Do mesmo modo, nas monarquias europeias, por

---

⁶⁰⁸ Idem, p. 91.

⁶⁰⁹ Idem, p. 82.

⁶¹⁰ Idem, p. 83.

⁶¹¹ Carta de Erasmo ao Imperador número VII, de 31 de dezembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 75.

⁶¹² *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 438.

⁶¹³ Carta de Erasmo ao Imperador número VIII, de 07 de janeiro de 1866, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 80.

⁶¹⁴ Idem, *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 439.

⁶¹⁵ Idem, loc. cit.

⁶¹⁶ Carta de Erasmo ao Imperador número VIII, de 07 de janeiro de 1866, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 80.

não terem estas adotado, segundo Alencar, “a verdadeira e sã doutrina de Benjamin Constant”, não definindo, em suas Constituições, o Poder Moderador, não havia nelas “um limite legal à influência da Coroa”.⁶¹⁷

Havendo citado as palavras de Alencar no sentido de que a forma de governo dos Estados Unidos da América era “puramente democrática”, reputamos ser mister assinalar que era o escritor, jurista e político cearense um defensor do chamado regime misto, síntese da Realeza, ou Monarquia, da Aristocracia e da Democracia, e que entendia ele que a Monarquia representativa moderna correspondia a esta forma de governo, considerada por Santo Tomás de Aquino a melhor dentre todas,⁶¹⁸ assim como o fora antes por Políbio⁶¹⁹ e Cícero, pela voz de Cipião, o Africano, que, aliás,

⁶¹⁷ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 439.

⁶¹⁸ Na introdução da presente dissertação de mestrado, em nota na qual tratamos da chamada Monarquia Tradicional, também representativa e, em nossa opinião, muito mais próxima do ideal tomista do regime misto do que a Monarquia Constitucional do século 19, já citamos a síntese que Santo Tomás de Aquino fez de tal regime, na *Suma Teológica*. Ainda assim a citaremos aqui novamente, a fim de que o leitor não perca tempo buscando a referida citação: “A respeito da boa constituição dos chefes de uma cidade ou nação, duas cousas devemos considerar. Uma, que todos tenham parte no governo; assim se conserva a paz do povo e todos amam e guardam um tal governo, como diz Aristóteles. A outra é relativa à espécie do regime ou à constituição dos governos. E tendo estes diversas espécies, como diz o Filósofo, as principais são as seguintes. A monarquia, onde o chefe único governa segundo o exige a virtude; a aristocracia, i. é, o governo dos melhores, na qual alguns poucos governam segundo também o exige a virtude. Ora, o governo melhor constituído, de qualquer cidade ou reino, é aquele onde há um só chefe, que governa segundo a exigência da virtude e é o superior de todos. E, dependentes dele, há outros que governam, também conforme a mesma exigência. Contudo esse governo pertence a todos, quer por poderem os chefes ser escolhidos dentre todos, quer também por serem eleitos por todos. Por onde, essa forma de governo é a melhor, quando combinada: monarquia, por ser só um o chefe; aristocracia, por muitos governarem conforme o exige a virtude; democracia i. é, governo do povo, por, deste, poderem ser eleitos os chefes e ao mesmo pertencer à eleição deles”. (*Suma Teológica*, 1ª parte da 2ª parte, Questão 105, Artigo 1º, Solução, Tradução de Alexandre Corrêa, Organização e direção de Rovílio Costa e Luís Alberto de Boni, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980, p.1902).

⁶¹⁹ Em sua obra *Histórias*, Políbio, historiador grego que viveu no segundo século antes do nascimento de Cristo, partiu da divisão aristotélica das formas de governo, mas nela fez algumas alterações substanciais. Colocou, com efeito, a Democracia no lugar da República, ou Politeia, como a terceira das formas corretas de governo, isto é, como o governo de muitos em benefício de toda a comunidade. Do mesmo modo, pôs a Autocracia no lugar da Tirania como a primeira das formas decaídas de governo, ou seja, como o governo de um só em proveito próprio e em detrimento da comunidade, e, por fim, a Oclocracia no lugar da Democracia como a terceira das formas corrompidas de governo, ou o governo de muitos em prol dos próprios interesses e contra o bem da comunidade. Sustentou, ainda, que o melhor governo, ou constituição, seria uma combinação das três formas corretas de governo, a saber, Realeza, Aristocracia e Democracia (*História*, Tradução de Mário da Gama Kury, 2ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 326. Obra originalmente escrita em grego). Segundo ele, ademais, a constituição da República romana seria um exemplo deste governo misto e fora graças a ela que, “em menos de cinquenta e três anos, praticamente todo o mundo foi vencido e caiu sob o domínio único dos romanos” (Idem, p. 325). Antes de Políbio, porém, Aristóteles, em *A política*, já considerara que a Politeia, muitas vezes traduzida, em nossa opinião erroneamente, como República, misturava elementos da Oligarquia e da Democracia, reputando ser Esparta, ou melhor, a Lacedemônia, um perfeito exemplo de Politeia (*A política*, Livro IV, Capítulo VII, Tradução de Nestor Silveira Chaves, 2ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2009, pp. 136-138. Obra originalmente escrita em grego). Na mesma obra, também afirmara o Estagirita que: “Alguns indivíduos dizem que o melhor governo

teve Políbio por preceptor.⁶²⁰ Reputava Alencar, com efeito, que este regime misto, declarado impossível, segundo ele, na Antiguidade, por Tácito e Cícero, autores romanos por ele admirados e mais de uma vez citados, só podia ser realizado com o “influxo da civilização moderna”,⁶²¹ e considerava a existência, no Brasil, de uma Aristocracia, “aristocracia burguesa”, típica das chamadas monarquias representativas, e que estaria corrompida. “Compacta pelo espírito de classe e apoiada nos cargos vitalícios, nos cabedais criados pela indústria, nas clientelas de numerosos pretendentes” e dispendo “de todos os meios de influência”, esta “classe superior” pressionava, de acordo com o autor, a Democracia.⁶²²

Caso, segundo o Conselheiro Alencar, “a simpatia ou tolerância da coroa” insuflasse tal “burguesia aristocrática”, acabaria ela “subjugando o povo à sombra da realeza e ameaçando a coroa com o espectro da revolução”. Governaria, então, no dizer do publicista pátrio, a “pior tirania” de que falara Montesquieu, aliás, um de seus autores prediletos, e que não era senão “aquela que se exerce à sombra da lei”.⁶²³ Apenas, de acordo com Alencar, “um povo doutrinado na escola de patriotismo e hábil no manejo da soberania” poderia enfrentar a perniciosa influência de tal “aristocracia burguesa”, “reivindicando pelos meios legais a sua autonomia e restabelecendo o império da constituição e da moral”,⁶²⁴ ou, noutras palavras, o regime misto. Não seria este, contudo, o caso do povo brasileiro, “povo nobre e digno das instituições que o regem”, mas que era “precoce para a liberdade”, não havendo sido “educado, como merecia, para

---

deve ser uma combinação de todos os outros, e é por esta razão que aprovam a constituição da Lacedemônia, considerando-a como um misto de oligarquia, monarquia e democracia. Ela é, dizem, monarquia para seus reis, oligarquia para os seus anciãos, democracia para os éforos que são sempre tirados do meio do povo” (Idem, Livro I, Capítulo III, § 10, p. 53).

⁶²⁰ Com efeito, no referido diálogo ciceroniano, Cipião, o Africano, havendo falado daquelas que eram, em seu entendimento, as três formas legítimas de governo, isto é, da Monarquia, da Aristocracia e do governo popular, afirmou que estas formas de governo “nenhuma isoladamente aprovo, preferindo um governo que participe de todas” (*Da República*, Livro I, XXXV, Tradução de Amador Cisneiros, São Paulo, Editora Escala, s/d, p. 34. Obra originalmente escrita em latim).

⁶²¹ Carta de Erasmo ao Imperador número VI, de 31 de dezembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 60.

⁶²² Idem, p. 61.

⁶²³ Idem, loc. cit. A frase completa de Charles de Secondat, Barão de Montesquieu, é: “Não há mais cruel tirania do que aquela exercida à sombra das leis e com as cores da justiça” (*Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*, Capítulo XIV, in *Œuvres complètes*, volume II, Paris, Gallimard, 1951, p. 144. Tradução nossa. Obra originalmente publicada em 1734).

⁶²⁴ Idem, loc. cit.

a monarquia representativa”.⁶²⁵ Assim, só haveria um meio eficaz para a salvação do País, que era a “união firme dos homens de bem”, de que era o Imperador o “chefe supremo”, para dar combate à “imoralidade”. Seria a “aliança sincera da realeza com a democracia, para regenerar o elemento aristocrático, restringindo sua influência perniciosa e inoculando-lhe novos brios e estímulos” que o preservassem da “corrupção”.⁶²⁶

Quanto à proposição de membros do Partido Liberal, com Zacarias de Góes e Vasconcelos à frente, no sentido de que os ministros de Estado deveriam ser responsabilizados pelos atos do Poder Real, Alencar fez ver que era ela não apenas contrária à Constituição Imperial de 1824 como também à própria doutrina de Benjamin Constant, na qual fora nossa instituição do Poder Moderador, em seu sentir, totalmente inspirada.⁶²⁷ Entendia ele, ainda, que tais liberais, ao propor a responsabilidade do Poder Régio, o rebaixavam ao nível do Poder Executivo, o que implicava, segundo preleção de Constant que fazia sua,⁶²⁸ no fim das vantagens que trazia à Nação o chamado Poder Neutro.⁶²⁹

Reputava Alencar, ademais, que a doutrina do Poder Moderador dominante entre os liberais, ao contrário daquela professada pela escola conservadora, conduzia ao “absolutismo”. Isto porque a “confusão do Poder Moderador e do Poder Executivo” colocava, em seu sentir, a Coroa em um fatal dilema: ou havia ela de intervir diretamente na administração a fim de resguardar suas prerrogativas, de que poderia se ver privada a qualquer momento, ou havia ela de se restringir ao “inglório papel de apontador de ministérios”. No primeiro caso, teríamos o “despotismo imperial”; no segundo, por seu turno, o “despotismo ministerial, muito mais perigoso e funesto que o primeiro”, visto que o “despotismo ministerial” não tinha “a grande responsabilidade moral e histórica que envolve a Coroa e a acompanha, não só no presente, como até, perante o supremo tribunal da posteridade”. Em uma palavra, não era discriminando o Poder Moderador e o Executivo, “traçando a órbita independente em que cada um deles” devia

---

⁶²⁵ Idem, loc. cit.

⁶²⁶ Idem, p. 67.

⁶²⁷ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 335.

⁶²⁸ Idem, loc. cit.

⁶²⁹ *Cours de politique constitutionnelle*, tomo I, Paris, Librairie de Guillaumin et Cie, 1861, p. 22.

girar, como fazia a escola conservadora, que o Império marcharia para o despotismo, mas sim “confundindo os dois poderes”, como fazia, segundo ele, a escola liberal.⁶³⁰

Concluindo nossa breve exposição a respeito do Poder Moderador tal como o compreendeu José de Alencar, julgamos ser relevante frisar que há, no Arquivo do Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, um manuscrito apenas iniciado de sua autoria, datado do ano de 1861 e intitulado *O Poder Moderador*. No referido manuscrito, contudo, o autor sequer principiou a tratar do Poder Régio, tão somente havendo iniciado a exposição dos três ditos poderes clássicos de que nos falou o Barão de Montesquieu, ao cuidar da Constituição tradicional inglesa, em *Do espírito das leis*,⁶³¹ e aos quais também denominou o jurisconsulto patricio “faculdades do poder”. Sustentou ele, ainda no manuscrito em apreço, que a lei seria a “expressão da vontade nacional”, neste ponto parecendo haver sofrido influência de Rousseau e de sua teoria da “vontade geral”,⁶³² e afirmou que “a missão do poder político é a lei”. Uma vez que “são três as fases da lei”, continuou ele, “três são as faculdades do poder”: fazer, executar, aplicar a lei. Daí decorria, em seu entendimento, a divisão dos chamados poderes políticos em Legislativo, Executivo e Judiciário (ou “judicial”, como escreveu o autor), cuja “separação” reputava “a base do *systema* representativo, como sua união é a causa do *systema* absoluto”.⁶³³

Isto posto, reputamos necessário salientar que, conforme observou José Reinaldo Lima Lopes, diversos discursos “pós-republicanos” sobre o Poder Moderador acabaram ficando “presos entre os juristas ao debate doméstico nacional, enviesado pela política dos partidos e, sobretudo, pela

⁶³⁰ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 483-484.

⁶³¹ *Do espírito das leis*, Livro XI, Capítulo VI, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2004, pp. 189-197.

⁶³² *O Contrato Social (princípios de Direito Político)*, Tradução de Antonio de Pádua Danesi, 3ª edição, 3ª tiragem, São Paulo, Martins Fontes, 1999. Obra originalmente escrita em francês e publicada em 1762. Rousseau fez referência à “vontade geral” em diversas partes de tal obra, mas sobretudo no Capítulo III do Livro II, no qual procurou demonstrar que esta vontade é sempre reta, ou, noutras palavras, inerrante, e no Capítulo I do Livro IV, em que defendeu a indestrutibilidade da vontade geral. Isto posto, cumpre notar que, em seu ensaio sobre o júri, que consta dos *Esboços Jurídicos*, Alencar defendeu expressamente a doutrina rousseauiana da “vontade geral”, havendo mesmo empregado tal expressão (*Esboços jurídicos*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 18.).

⁶³³ *O Poder Moderador*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 05 71003.

visão republicana contemporânea da divisão de poderes”. Deste modo, a discussão acabou se tornando “doméstica e partidária, podendo levar a historiografia a uma visão provinciana e parcial do tema”.⁶³⁴ Lima Lopes chama a atenção, ainda, para o fato de que, no chamado período entreguerras, na medida da crise das liberal-democracias, a ideia de um Poder Moderador se fez bastante presente, citando, a título de exemplo, a obra de Carl Schmidt *O defensor da Constituição* (*Der Hüter der Verfassung*), de 1931, em que o autor de *O conceito do político* e de *Catolicismo Romano e forma política* colocou “justamente a questão de algum órgão ou poder com capacidade política e imparcialidade eleitoral para arbitrar conflitos constitucionais”. E o autor de *O Oráculo de Delfos: O Conselho de Estado no Brasil-Império* recordou, ademais, o fato de Schmitt, em *O defensor da Constituição*, haver sublinhado o fato de que o Poder Moderador, explicitamente adotado no Império do Brasil e no Reino de Portugal, é “de fato uma instituição típica em todas as constituições burguesas liberais do século XIX”.⁶³⁵

Na supracitada obra, Carl Schmitt, havendo feito referência à “doutrina do *pouvoir neutre, intermédiaire et régulateur*”, que se manifesta com Benjamin Constant na luta da burguesia francesa por uma constituição liberal contra, de um lado, o bonapartismo e, de outro, a restauração, salientou que tal “doutrina pertence essencialmente à teoria constitucional do Estado burguês de Direito e influenciou não apenas sobre duas constituições, em que vem adotada um tanto quanto literalmente”,⁶³⁶ isto é, naquelas do Império do Brasil e do Reino de Portugal. A esta teoria remonta, com efeito, segundo o autor alemão, o catálogo, típico das constituições do século 19, de prerrogativas e poderes do Chefe de Estado.⁶³⁷ Em nota, por fim, após transcrever o artigo 98 da Constituição brasileira de 1824 e o

---

⁶³⁴ *O Oráculo de Delfos: O Conselho de Estado no Brasil-Império*, São Paulo, Saraiva, 2010, p. 114.

⁶³⁵ Idem, pp. 114-115, nota 109.

⁶³⁶ *Il custode della Costituzione*, Tradução italiana de Antonio Caracciolo, Milano, Giuffrè Editore, 1981, pp. 203-204. Tradução nossa. Na tradução de Geraldo de Carvalho desta obra para o português a expressão “Estado burguês de Direito” aparece como “Estado civil de direito” (Carl SCHMITT, *O guardião da Constituição*, Tradução de Geraldo de Carvalho, Belo Horizonte, Del Rey, 2007, p. 195).

⁶³⁷ Idem, pp. 204-205, ou, na supracitada edição brasileira, p. 195.

artigo 71 da Constituição portuguesa de 1826,⁶³⁸ frisou Schmitt o fato de que tal teoria também teve grande influência na Itália e na Espanha, onde, em 1929, no projeto de uma nova Constituição, foi idealizado um “Conselho do Reino” (*Consejo del Reino*) como: “instrumento do Poder harmônico; garantia da independência judicial; moderador da Câmara legislativa; salvaguarda da constituição, em face do Governo ou das Cortes; possível órgão de soberania em circunstâncias culminantes; chave e ornamento de todo o organismo político, ao qual presta estabilidade e decoro”. Tal foi, como sublinhou Schmitt, uma interessante forma de relacionar o rei, cuja tarefa essencial foi definida, no artigo 43 do referido projeto de Constituição, como “função moderadora”, com a autoridade de um Conselho de Estado e da Coroa politicamente neutro.⁶³⁹

Ideia análoga foi também sustentada por Simón Bolívar, que pretendeu instituir na Venezuela e depois na Bolívia um quarto poder político, inspirado, antes de tudo, no Aerópago da antiga Atenas e na magistratura romana da Censura.⁶⁴⁰ No célebre *Discurso de Angostura*, com o qual abriu a Constituinte venezuelana de 1819 e no qual entregou aos constituintes seu projeto de Constituição política para a Venezuela, assim se manifestou, com efeito, o chamado *El Libertador*, sobre este quarto poder:

A educação popular deve ser o cuidado primogênito do amor paternal do Congresso. (...). Tomemos de Atenas seu Areópago e os guardiões dos costumes e das Leis; tomemos de Roma seus censores e seus tribunais domésticos; e fazendo uma Santa Aliança destas instituições morais, renovemos no mundo a ideia de um Povo que não se contenta com ser livre e forte, senão que quer ser virtuoso.

Tomemos de Esparta suas austeras instituições e formemos destes três mananciais uma fonte de virtude, demos a nossa República um **quarto poder**, cujo domínio seja a infância e o coração dos homens, o espírito público, os bons costumes e a moral Republicana. Constituamos este Areópago para que vele

⁶³⁸ Segundo tal dispositivo legal, “o Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e compete privativamente ao Rei, como Chefe Supremo da Nação, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes Políticos”.

⁶³⁹ *Il custode della Costituzione*, Tradução italiana de Antonio Caracciolo, Milano, Giuffrè Editore, 1981, pp. 204-205, nota 2, ou, na edição brasileira, p. 195. As citações do projeto de uma nova Constituição espanhola de 1929, em castelhano na obra original de Schmitt e nas traduções, foram por nós vertidas ao idioma português.

⁶⁴⁰ Cf. Pierangelo CATALANO, *Tribunado, Censura, Dictadura: conceptos constitucionales bolivarianos y continuidad romana em America*, Tradução de J. de J. Ledesma Uribe, Xalapa, México Romano, 1978. Original italiano; Acacio Vaz de LIMA FILHO, *A censura na República Romana – aspectos históricos, jurídicos e filosóficos*, São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012 (Tese para a obtenção do título de Livre-docente em Direito Civil – Área de História do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo), pp. 424-433.

sobre a educação infantil, sobre a instrução nacional; para que purifique o que se haja corrompido na República; que acuse a ingratidão, o egoísmo, a frieza do amor à República, o ócio, a negligência dos Cidadãos: que julgue dos princípios de corrupção, dos exemplos perniciosos; devendo corrigir os costumes com penas morais, como as Leis castigam os delitos com penas afluivas e não somente o que choca contra elas, como também o que as burla; não somente o que as ataca, senão também o que as debilita; não somente o que viola a Constituição, mas também o que viola o respeito público.⁶⁴¹

Ainda no *Discurso de Angostura*, Bolívar, justificando a instituição do quarto poder em seu projeto de Constituição política para a República da Venezuela, afirmou que, refletindo sobre o “modo efetivo de regenerar o caráter e os costumes que a tirania⁶⁴² e a guerra nos deram”, sentira a ousadia de “criar um **Poder Moral** sacado do fundo da escura *Antiguidade* e daquelas olvidadas Leis que mantiveram, por certo tempo, a virtude entre os Gregos e Romanos”.⁶⁴³ O “Poder Moral”, contudo, não foi aprovado, sendo determinado, pelo Decreto de 19 de agosto de 1819, que fosse publicado como apêndice à Constituição, a fim de que se verificasse seu estabelecimento em circunstâncias mais favoráveis, o que nunca aconteceu.

No projeto de Constituição que fez para a Bolívia, o “Poder Moral” de que falara o estadista venezuelano no *Discurso de Angostura* seria exercido, como no projeto de Constituição para a sua pátria, por um grupo de censores, que, segundo Bolívar, no discurso ao Congresso Constituinte da república que leva o seu nome, proferido no ano de 1825, seriam os “Sacerdotes das Leis” e exerceriam “um poder político e moral que tem alguma semelhança com o do Aerópago de Atenas e dos Censores de Roma”, sendo “os fiscais contra o Governo para fiscalizar se a Constituição e os Tratados públicos se observam religiosamente”, estando sob “sua égide o *Juízo Nacional*, que deve decidir da boa ou má administração do Executivo”.⁶⁴⁴ No final, a Constituição boliviana de 1826, por seu artigo 26, criou a Câmara dos Censores, como parte do Poder Legislativo ao lado da Câmara dos Tribunos e da Câmara dos Senadores e cujas atribuições correspondem, ainda que de forma reduzida, às competências do “Poder Moral”.

⁶⁴¹ *Escritos políticos*, Seleção e introdução de Graciela Soriano, Madrid, Alianza Editorial, S.A., 7ª edição, 1983, p. 119. Tradução nossa. Grifos em negrito nossos.

⁶⁴² Por tirania Bolívar entendia, em nosso sentir de modo totalmente equivocado, o governo espanhol dito colonial da Venezuela.

⁶⁴³ *Escritos políticos*, Seleção e introdução de Graciela Soriano, Madrid, Alianza Editorial, S.A., 7ª edição, 1983, pp. 116-117. Tradução nossa. Grifos em negrito nossos.

⁶⁴⁴ Idem, p. 130. Grifos em itálico no original.

Em 1834, no primeiro tomo do *Manual do cidadão em um governo representativo ou princípios de Direito Constitucional, Administrativo e das Gentes*, o pensador e político português Silvestre Pinheiro Ferreira,⁶⁴⁵ que, aliás, residira no Brasil entre os anos de 1810 e 1821, e que então se encontrava exilado em Paris, defendeu o Poder Moderador, a que denominou “Poder Conservador”, sustentando, contudo, que este devia ficar repartido entre os diversos poderes do Estado, sendo necessária, porém, a criação de um “concelho supremo de inspecção e censura constitucional”. Composto por cinco membros “escolhidos por eleição nacional na graduação mais elevada da hierarquia civil”, tal conselho se constituiria na “autoridade unicamente incumbida da inspecção sobre todos os poderes políticos”.⁶⁴⁶

Para concluir as presentes considerações a respeito do Poder Moderador, antes de voltar a falar das diferenças doutrinárias entre os dois principais partidos políticos do Brasil Imperial, consideramos ser mister enfatizar que a adoção do Poder Moderador pela Carta Imperial de 25 de Março de 1824 foi, como salientou Hélio Vianna, um fator de estabilidade vital para que esta Constituição política tenha podido “oferecer á historia do Imperio o seguro eixo sobre que se apoiaria todo o seu jogo politico”,⁶⁴⁷ ou, na expressão de Paulo Edmur de Souza Queiroz, a “Instituição que deu, ao Brasil, a estabilidade política dos seus primeiros sessenta e sete anos de independência”.⁶⁴⁸ Noutras palavras, o Poder Régio, “chave de toda a organização política”, exercido por Dom Pedro II com verdadeira

---

⁶⁴⁵ Sobre o pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira: Vicente BARRETTO, *Introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira*, in Silvestre Pinheiro FERREIRA, *Idéias políticas*, Rio de Janeiro, PUC, Conselho Federal de Cultura, Editora Documentário, 1976, pp. 11-19; Idem, *Primórdios e ciclo imperial do liberalismo*, in Vicente BARRETTO e Antonio PAIM (Organizadores), *Evolução do pensamento brasileiro*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1989, pp. 19-98; Antonio PAIM, *Introdução*, in Silvestre Pinheiro FERREIRA, *Manual do cidadão em um governo representativo*, volume 1, tomo 1, edição fac-similar, Brasília, Senado Federal, 1998, pp. III-XX; Ricardo VÉLEZ RODRÍGUEZ, *Um precursor do pensamento estratégico luso-brasileiro: Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/RVSPF.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2013; Maria Beatriz Nizza da SILVA, *As idéias políticas de Silvestre Pinheiro Ferreira*, in Adolpho CRIPPA (Coordenador), *As idéias políticas no Brasil*, volume I, São Paulo, Convívio, 1979, pp. 93-129.

⁶⁴⁶ *Manual do cidadão em um governo representativo*, volume 1, tomo 1, edição fac-similar, Brasília, Senado Federal, 1998, p. 326. Tal obra foi originalmente editada em Paris por Rey e Gravier e J. P. Aillaud.

⁶⁴⁷ *Formação brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1935, p. 124.

⁶⁴⁸ *Prefácio*, in João de SCANTIMBURGO, *O Poder Moderador*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Secretaria de Estado da Cultura, 1980, página não numerada.

moderação e elevado espírito público, acima das disputas partidárias e tendo sempre em vista a Justiça e o Bem Comum,⁶⁴⁹ não se constituindo, de modo algum, no “enxerto absolutista” de que nos falou Clóvis Beviláqua,⁶⁵⁰ foi, em verdade, o instrumento de que se serviu o chamado “neto de Marco Aurélio”,⁶⁵¹ ou “Marco Aurélio dos trópicos”,⁶⁵² para engendrar a célebre “ditadura da honestidade”, ou, no dizer de Oliveira Lima, “ditadura da moralidade”,⁶⁵³ a que melhor denominaríamos “império da honestidade”, “império da moralidade”, ou, ainda, “império da virtude”, e, antes de tudo, para consolidar a ordem e unidade nacional.⁶⁵⁴

Tal ordem e tal unidade tiveram, aliás, seu grande esteio no Partido Conservador, para elas contribuindo, mais do que nenhuma outra, incluindo aquelas de Feijó, as ações de Bernardo Pereira de Vasconcelos, fundador do Partido Conservador e “maior estadista do Império”, na opinião de João de Scantimburgo,⁶⁵⁵ e do Duque de Caxias, militar e estadista conservador, não por acaso conhecido como o “Condestável do Império”. Daí haver escrito Oliveira Torres que a Monarquia, alicerçada no Partido Conservador, “fez a unidade nacional”.⁶⁵⁶

Do mesmo modo, se o segundo soberano do Império do Brasil exerceu o chamado “poder pessoal”, “fê-lo beneficentemente”, como aduziu o Conde de Afonso Celso,⁶⁵⁷ não merecendo, pois, as severíssimas críticas que a ele fizeram não apenas membros do Partido Liberal como também

---

⁶⁴⁹ Cf. Afonso Celso de Assis Figueiredo, Conde de Afonso CELSO, *Poder pessoal de D. Pedro II*, in *Oito anos de Parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, pp. 143-144; José Pedro Galvão de SOUSA, *História do Direito Político Brasileiro*, 2ª edição, São Paulo, Edição Saraiva, 1962, p. 127; José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 423.

⁶⁵⁰ *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2ª edição, Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), Conselho Federal de Cultura, 1977, p. 323

⁶⁵¹ Cf. Victor HUGO, apud José Murilo de CARVALHO, *D. Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 172.

⁶⁵² Cf. Oliveira VIANNA, *O ocaso do Império*, 1ª edição, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925, p. 206.

⁶⁵³ *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Top Books; São Paulo, Publifolha, 2000, p. 205.

⁶⁵⁴ Cf. José Pedro Galvão de SOUSA, *História do Direito Político Brasileiro*, 2ª edição, São Paulo, Edição Saraiva, 1962, p. 127.

⁶⁵⁵ *O Poder Moderador*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Secretaria de Estado da Cultura, 1980, p. 324.

⁶⁵⁶ *Os construtores do Império: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, p. 200.

⁶⁵⁷ Adendo ao texto *Poder pessoal de D. Pedro II*, in *Oito anos de Parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, pp. 169. Tal Adendo foi escrito em 1928.

conservadores, a exemplo do mineiro Ferreira Vianna, que em seus inflamados discursos de ação “iconoclasta e arrasadora”, na frase do autor de *Oito anos de Parlamento*, “não cessava (...) de desfechar tremendos golpes contra as instituições imperiais, buscando desconceituar sobretudo, direta e individualmente o monarca”,⁶⁵⁸ ou mesmo José de Alencar. A alusão deste último “ao lápis fatídico do soberano que eliminava ou desenhava dos negócios do Estado o que lhe aprazia” se tornou, aliás, célebre, consoante evocou o autor de *Porque me ufano do meu País*.⁶⁵⁹ Cabe ressaltar, porém, que, segundo Afonso Celso, Ferreira Vianna, em 1888, quando ministro da Coroa, primeiro na pasta da Justiça e depois naquela do Império, “teve ensejo de conviver com o Imperador, donde resultou atenuar-se, senão desaparecer, a severidade de seus juízos” acerca deste.⁶⁶⁰

A defesa do denominado Poder Moderador pelos principais estadistas do Partido Conservador, assim como pelos precursores desta agremiação política, somada à sua defesa da ordem, da unidade nacional e da centralização política, em reação às ideias liberais, por ele reputadas utópicas e dissolventes, levaram Oliveira Vianna a afirmar, em *O idealismo da Constituição*, que tais estadistas realizaram “obra prática, objetiva, realística, experimental”, havendo sua concepção da Monarquia unitária exercido, em nosso País, a função de um autêntico “idealismo orgânico”:

Reagindo contra essas utopias [liberais], que não representavam nenhuma possibilidade de melhor adaptação do povo ao seu meio social e político; batendo-se, desde 1832 até 89, pelas prerrogativas do “poder pessoal” do monarca, pela unidade do Império, pela centralização política, pela supremacia do poder central, os grandes estadistas conservadores fizeram, sem dúvida, obra prática, objetiva, realística, experimental — e a sua concepção política da monarquia unitária exerceu aqui, indiscutivelmente, a função de um verdadeiro idealismo orgânico.⁶⁶¹

Por “idealismo orgânico” compreendeu Oliveira Vianna o idealismo que se forma tão somente de realidade, se apoia tão somente na experiência

---

⁶⁵⁸ *Oito anos de Parlamento*, in *Oito anos de Parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 64. Obra originalmente publicada em 1898. Segundo Afonso Celso, porém, Ferreira Vianna, em 1888, ministro da Coroa, primeiro na pasta da Justiça e depois naquela do Império, “teve ensejo de conviver com o Imperador, donde resultou atenuar-se, senão desaparecer, a severidade de seus juízos” acerca deste (*Poder pessoal de D. Pedro II*, in *Oito anos de Parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 131).

⁶⁵⁹ *Poder pessoal de D. Pedro II*, in *Oito anos de Parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 131.

⁶⁶⁰ Idem, loc. cit.

⁶⁶¹ *O idealismo da Constituição*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, pp. 63-64.

e se orienta tão somente pela observação do povo e do meio.⁶⁶² Tal idealismo não é, pois, senão o idealismo realista, ou o “idealismo fundado na experiência” de que nos falou José Ingenieros (nascido Giuseppe Ingegneri em Palermo, na Sicília)⁶⁶³ e que, conforme sublinhou Julio Endara, representa “uma força moral inspirada no desejo de melhorar o real” e não uma simples ideologia abstrata.⁶⁶⁴ É o idealismo orgânico, enfim, o idealismo que parte do pressuposto de que as instituições devem brotar da Tradição e da História dos povos e não da cabeça de ideólogos forjadores de quimeras; o idealismo que extrai da História uma Tradição sólida e viva, um coeficiente espiritual de edificação moral, social e cívica, um desenvolvimento estável e verdadeiro, transmissor e enriquecedor do patrimônio de pensamento e de costumes herdado de nossos maiores.

Ao idealismo orgânico se opõe o idealismo utópico, a que também podemos denominar idealismo inorgânico, e que vem a ser, segundo Oliveira Vianna, o idealismo que não leva em consideração os dados da experiência,⁶⁶⁵ sendo definido por Oliveira Vianna como “todo e qualquer conjunto de aspirações políticas em íntimo desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade que pretende reger e dirigir”.⁶⁶⁶ Corresponde tal forma de idealismo, pois, à “política silogística” de que nos falou Joaquim Nabuco em *Balmaceda* e que foi por este definida como a “pura arte de construção no vácuo”, tendo, como base, “teses, e não fatos”, como material, “idéias, e não homens”, como situação, “o mundo, e não o país” e, como habitantes, “as gerações futuras, e não as atuais”.⁶⁶⁷

Segundo Oliveira Vianna, em *O idealismo da Constituição*, o programa do Partido Conservador “no fundo, era sempre um programa de reação”, tendo por objetivo contrabater ou corrigir aquilo que havia “de

---

⁶⁶² Idem, pp. 12-13.

⁶⁶³ *O homem medíocre*, Tradução não assinada, São Paulo, Cultura Moderna, 1936, p. 14. Obra originalmente escrita em castelhano e publicada pela primeira vez em Buenos Aires no ano de 1913.

⁶⁶⁴ *José Ingenieros y el porvenir de la filosofía*, Buenos Aires, General Librería, 1922, p. 94. Tradução nossa.

⁶⁶⁵ *O idealismo da Constituição*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 12.

⁶⁶⁶ Idem, p. 10.

⁶⁶⁷ *Balmaceda*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A., 1937, p. 15.

excessivo, de exagerado, de radical, mesmo de perigoso à ordem pública e à integridade do Império, nos vários programas dos sonhadores liberais”.⁶⁶⁸

A visão positiva do Partido Conservador, partindo do pressuposto de que seria este doutrinariamente diverso do Partido Liberal, se constituindo em um baluarte de realismo e idealismo orgânico, visão esta que seria, mais tarde, compartilhada por outros pensadores, a exemplo de João Camillo de Oliveira Torres, para quem eram os estadistas conservadores “homens que viviam a realidade concreta do país em que estavam, não do país em que gostariam de estar”,⁶⁶⁹ contrasta com a visão negativa que tivera desta agremiação política o autor de *Instituições políticas brasileiras* em sua obra *O occaso do Imperio*, de 1925.

Nesta última obra, com efeito, vira Oliveira Vianna o Partido Conservador como praticamente idêntico ao Partido Liberal, sustentando que, a despeito de haver algumas diferenças entre os programas dos dois grandes partidos do Império, ainda que fossem ambos liberais, como, aliás, o era a própria Constituição Imperial de 1824, “nenhum desses dous programmas representava convicções sinceras”. Tanto que, segundo ele, “os liberaes, quando no governo, agiam sempre de maneira identica aos conservadores”, posto que “o inebriamento do poder como que os fazia olvidar os seus mais caros ideaes, calorosamente prégados quando nas agruras da opposição”. O programa do Partido Liberal era, assim, em seu sentir, “uma especie de trombeta sonora, que os liberaes só se lembravam de clarinar com fogo, com brio, com impeto, quando, como em 68, o Imperador os atirava ao ostracismo”.⁶⁷⁰

Noutra página da mesma obra, o autor de *Populações meridionais do Brasil* chegara mesmo a afirmar que “os dous velhos partidos do Imperio (...) não tinham opinião, como não tinham programmas”, sendo o seu único objetivo “a conquista do Poder”, que, uma vez conquistado, devia ser mantido “a todo transe”.⁶⁷¹ Eram os dois grandes partidos do Brasil do

⁶⁶⁸ *O idealismo da Constituição*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 38.

⁶⁶⁹ *Os construtores do Império: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, XV.

⁶⁷⁰ *O occaso do Imperio*, 1ª edição, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925, pp. 26-27.

⁶⁷¹ *Idem*, p. 29.

Segundo Reinado, segundo então reputava Oliveira Vianna, nada além de “simples agregados de clans organizados para a exploração em comum das vantagens do Poder”, apenas tendo havido partidos políticos com opinião, em seu entender, nos dias da Independência, do Primeiro Reinado e da Regência.⁶⁷²

Oliveira Lima fez suas, em *O Império Brasileiro (1821-1889)*, as palavras de Oliveira Vianna, que citou textualmente, no sentido de que os dois principais partidos do Segundo Reinado não passaram de dois agregados de clãs organizados com o único e exclusivo objetivo de explorar as benesses do Poder, ressaltando, contudo, que até por volta do ano de 1848 tinham eles, em seu sentir, “opiniões e aspirações definidas”.⁶⁷³

Com efeito, no entender do historiador pernambucano, que se apoiou no depoimento de João Manuel Pereira da Silva em *Memórias do meu tempo*,⁶⁷⁴ até esta época os liberais se apegavam à máxima surgida em terras francesas de que “o rei reina e não governa”, enquanto os conservadores defendiam que o rei reinava e governava, aventando que “o espírito do poder moderador impedia o monarca de ser um simples autômato, estranho por assim dizer à marcha dos negócios públicos”. Os liberais sustentavam o direito de revolta armada toda vez que o governo, em sua opinião, “cometesse arbitrariedades e ofendesse as leis e a Constituição do Império”, ao passo que os conservadores repudiavam, no Brasil, como ilegais, todas as revoluções, posto que, segundo eles, toda propaganda doutrinária era livre e “a imprensa, as urnas e os tribunais ofereciam meios suficientes de reparar os abusos das autoridades e emendar os atos contrários ao interesse público”. Os liberais pregavam a descentralização administrativa, assim como, acrescentamos nós, a descentralização política, queriam reduzir ao mínimo o poder e a ação da polícia e pugnavam pela eleição popular para escolha dos magistrados; os conservadores “julgavam a centralização política indispensável à integridade do Império”, do mesmo modo que reputavam “a independência e inamovibilidade do poder judiciário, arredado dos favores do sufrágio, necessárias à dignidade da sua

---

⁶⁷² Idem, p. 26.

⁶⁷³ *O Império brasileiro (1821-1889)*, 3ª edição, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, p. 353.

⁶⁷⁴ *Memórias do meu tempo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, H. Garnier, 1895, volume I.

missão protetora dos direitos dos cidadãos e organizadora da resistência legal”.⁶⁷⁵

Isto posto, cumpre notar que o próprio José de Alencar, a despeito de ser um ardoroso conservador, denunciou, nas *Cartas de Erasmo*, aquilo que via como a “putrefação dos partidos”, que, em seu juízo, eram, ou deveriam ser, no sistema representativo, “a milícia da nação”, velando “sobre o exercício da soberania”, assim como as “legiões da ideia”, mas se tinham transformado em “*guardas pretorianas*” que faziam e desfaziam ministros, “como outrora imperadores”.⁶⁷⁶ O editorial do jornal *Dezesseis de Julho* de 12 de junho de 1870, não assinado, mas quase que certamente redigido por José de Alencar, chegou mesmo a afirmar que “nenhum partido no Brasil, depois de 1840”, subira ao poder, caso não se considerasse subir ao poder “o direito de dispor dos empregos e cofres públicos”.⁶⁷⁷

Dentre os diversos autores que, a exemplo de Oliveira Vianna em *O occaso do Imperio*, sustentaram não haver quaisquer diferenças substanciais entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, se apegando, principalmente, à frase, tornada célebre, de Holanda Cavalcanti, no sentido de que não há “nada tão igual a um saquarema [conservador] quanto um luzia [liberal] quando no poder”, podemos citar Vicente Licínio Cardoso,⁶⁷⁸ José Pedro Galvão de Sousa⁶⁷⁹ e Luís da Câmara Cascudo.⁶⁸⁰ Este último, com efeito, observou, que, na cidade do Natal do século 19, era o político conhecido pelo modo de entrar na Matriz e de assistir à missa. Caso ficasse ele do lado norte, era “‘nortista’”, conservador; caso ficasse no lado sul, era “‘sulista’”, liberal. Pouco adiante, após citar a frase de Holanda Cavalcanti, sustentou Câmara Cascudo que “os dois partidos do Imperio eram absolutamente semelhantes em doutrina, technica, manobras, dialectica e promessas”, imitando-se “até nos defeitos” e coincidindo “nas raras virtudes”. “Eram desinteressados, patriotas, estavam senadores e

⁶⁷⁵ *O Império brasileiro (1821-1889)*, 3ª edição, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, p. 353.

⁶⁷⁶ Carta de Erasmo ao Imperador número III, de 03 de dezembro de 1865, in *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. 35. Grifos em itálico no original.

⁶⁷⁷ *Dezesseis de Julho*, anno II, nº 130, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1870, p. 1.

⁶⁷⁸ *À margem da História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

⁶⁷⁹ José Pedro Galvão de SOUSA; Clovis Lema GARCIA; José Fraga Teixeira de CARVALHO, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998, p. 124.

⁶⁸⁰ *Unidade nacional e política administrativa*, in *Panorama*, anno I, nº 8, São Paulo, 1936, pp. 26-28.

deputados por puro sacrifício, amavam a tranquilidade dos lares, os trabalhos mansos das vidas quietas e alheias ao turbilhão”, mas, quando necessário, “chorando de emoção, sacrificavam-se no ‘altar da Patria’.”⁶⁸¹

Em nossa opinião, contudo, a despeito de ter havido, nas duas principais agremiações políticas do Brasil Imperial, homens dedicados apenas a seus interesses particulares, houve, em ambos os partidos, até a queda do Império, varões honrados e efetivamente preocupados com o Bem Comum da Nação. Eram estes os “homens de 1.000” do Império de que nos falou Oliveira Vianna em *Instituições políticas brasileiras* e que, segundo este, tinham “inata vocação ao bem comum” nacional. Alimentados pelo “sentimento do seu dever público”, repletos “do desejo de bem servir o país”, colocando os legítimos “interesses da Nação” e o cumprimento das “obrigações cívicas acima dos seus interesses pessoais – e mesmo de partido”, absorvidos, enfim, pelas “preocupações do patriotismo e do serviço público”,⁶⁸² constituíram estes homens políticos a nata daquilo a que o pensador fluminense denominou a “aristocracia do Império” e “elite nacional”.⁶⁸³ Estes “homens de 1.000” seriam, ainda segundo Oliveira Vianna, obra de Dom Pedro II, que, ao forjar esta “elite do II Império”, se revelou um “verdadeiro Demiurgo”, assim como, no exercício do Poder Moderador, se revelou um autêntico “Censor”, salvando o País.⁶⁸⁴

Quanto às semelhanças entre conservadores e liberais no exercício do Poder Executivo ao longo do Segundo Reinado, que deram origem ao célebre brocardo há pouco aludido, segundo o qual nada havia de mais parecido a um conservador do que um liberal quando no poder, são elas naturais, tendo, como observou João Camillo de Oliveira Torres, explicação bastante simples: os liberais sempre tiveram o costume de utilizar palavras eloquentes para atacar aquilo que viam como “desmandos do espírito autoritário dos conservadores”. Culpando o poder pelos diversos problemas nacionais, ignorando, às vezes conscientemente, as origens sociais de diferentes questões, a “retórica liberal” era radicalmente hostil, “por

---

⁶⁸¹ Idem, p. 27.

⁶⁸² *Instituições políticas brasileiras*, Primeiro volume, *Fundamentos sociais do Estado (Direito Público e Cultura)*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1955, p. 394.

⁶⁸³ Idem, p. 395.

⁶⁸⁴ Idem, p. 400.

princípio e por lema”, a tudo aquilo que se aproximava da “simples idéia de uma autoridade”. Uma vez nas posições de comando, contudo, confrontados com a realidade, passavam a utilizar os mesmos processos dos conservadores, quando não processos que podem ser considerados como ainda mais autoritários. Daí o provérbio, pois, a despeito de serem distintos os programas dos dois partidos, idênticos eram os processos políticos quando estavam no poder. Em última análise, não era o brocardo senão um comentário irônico a respeito de “uma insinceridade bem intencionada e inconsciente dos liberais”.⁶⁸⁵

É mister enfatizar, porém, que havia membros do Partido Liberal que tinham ideias muito próximas daquelas da chamada “escola conservadora”, quando não idênticas a estas. O principal exemplo destes liberais de ideário mais próximo ao conservador é aquele de Manuel Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas. Este, aliás, sustentou, na sessão do Senado de 08 de junho de 1841, a doutrina do Poder Moderador tal como consagrada na Constituição Imperial e defendida pelo Partido Conservador, havendo suas palavras sobre o Poder Régio sido transcritas, no *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, pelo Visconde do Uruguai, que louvou sua “formosa inteligência” e disse haver sido ele “uma das cabeças mais conservadoras” que havia conhecido.⁶⁸⁶ Concordando com o juízo do Visconde do Uruguai, Oliveira Torres citou Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas e primeiro Presidente do Conselho de Ministros do Império, como um dos mais notáveis exemplos de “liberais que eram conservadores”, ao lado de Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, último Presidente do Conselho de Ministros do Brasil-Império.⁶⁸⁷ Quanto ao filho deste último, Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, que recebeu do Papa São Pio X o título de Conde de Afonso Celso, não podemos dizer que foi um liberal de espírito conservador porque passou a ter posições integralmente de acordo com aquelas da denominada “escola conservadora”

---

⁶⁸⁵ *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, p. 36.

⁶⁸⁶ *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, in *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo, Editora 34, 2002 (Coleção Formadores do Brasil), p. 322.

⁶⁸⁷ *Os construtores do Império: Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, pp. 182-183.

apenas depois do ocaso Império e de seus dois grandes partidos políticos, se contando antes disso no grupo dos liberais que eram republicanos.

O fato de que os dois principais partidos do Império do Brasil eram, doutrinariamente, liberais, como sustentamos há pouco, fica patente nas seguintes palavras do Senador Nabuco de Araújo, liberal egresso das fileiras conservadoras, em resposta a um Senador conservador mineiro, na sessão do Senado de 18 de junho de 1870:

A argumentação do nobre senador envolve uma confusão de idéas manifesta: “O conservador no Brasil, disse elle, é necessariamente liberal, porque a constituição do Brasil contém instituições santas, liberaes; o conservador quer manter essas instituições, logo é liberal.” O argumento pôde ser invertido pelos liberaes, dizendo: “a constituição brasileira contém instituições santas, liberaes; o partido liberal quer mantê-las, logo é conservador”.⁶⁸⁸

Cumpre sublinhar, todavia, que para os conservadores eram os liberais, em regra, inimigos da Constituição Imperial, sobretudo por não aceitarem a doutrina do Poder Moderador tal como consagrada nesta.

José de Alencar sempre se ufanou de ser não apenas liberal, mas também democrata, reputando ser a Constituição Imperial de 1824 exemplarmente liberal e democrática, assim como o era, por conseguinte, seu guardião, o Partido Conservador. Destarte, na sessão do Senado de 06 de setembro de 1869, quando era Ministro da Justiça, em resposta ao Senador Zacarias de Góes e Vasconcelos, que afirmara não compreender como conciliava as ideias democráticas com sua condição de membro do Partido Conservador, indagou ele o que era o Partido Conservador e respondeu:

Não é, não tem sido sempre o Partido da Constituição? E há, porventura, uma Constituição com idéias mais democráticas do que a nossa? (*Apoiados.*) Não a conheço. Se a Democracia é o governo da Nação pela Nação, não conheço uma Constituição que, no atual estado da civilização, a realize melhor do que a Constituição brasileira.⁶⁸⁹

Neste mesmo sentido, durante a sessão da Câmara Geral do Império de 13 de julho de 1874, na qual se discutiu a reforma eleitoral, sustentou o publicista e Deputado pelo Ceará que a Constituição Imperial de 1824 era

⁶⁸⁸ *Annaes do Senado do Imperio do Brasil*, Segunda sessão em 1870 da décima quarta legislatura, volume II, Rio de Janeiro, Typographia do “Diario do Rio de Janeiro”, 1870, p. 128.

⁶⁸⁹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 85.

“não só melhor redigida, porém mais liberal do que o projeto formulado por Antônio Carlos”, ressaltando que a instituição do Poder Moderador era “justamente a sua grande superioridade”, que a tornava “mais liberal (*Apoiados*).”⁶⁹⁰

Na mesma Câmara, a 07 de junho de 1873, em discussão com Gaspar Silveira Martins, havendo ressaltado que, se tinha divergências com a maioria de seus correligionários, isto se dava pelo fato de entender que eles se desviavam “um pouco daquela marcha” que, em sua opinião, devia trilhar o Partido Conservador, frisou Alencar que isto não o colocava fora de tal agremiação política, mas, ao contrário, o ligava “cada vez mais a suas tradições”.⁶⁹¹ Em seguida, ressaltou ele que saíra de uma família liberal, e “liberal do tempo em que o liberalismo era uma religião política, e não se formava nos bailes e ovações de encomenda, porém, sim, nos ergástulos e prisões de Pernambuco e da Bahia (*muitos apoiados; muito bem, muito bem.*)”, trazendo do seio daquela família “o amor da verdadeira liberdade, culto” que ainda professava com o respeito que lhe tinham ensinado em criança.⁶⁹² Era, pois, conservador no Brasil apenas por possuir este Império uma Constituição que, em seu sentir, se constituía em um autêntico marco do liberalismo, assim explicando suas posições:

Se me chamo conservador, neste País, é porque ele tem a Constituição que todos nós admiramos (*muitos apoiados, muito bem, muito bem*), Constituição que eu considero o mais belo padrão de liberdade dos povos. (*muitos apoiados, muito bem.*)

(...) Eis por que me chamo conservador neste País. (*muito bem.*) Não possuísse o Brasil esta Constituição, que eu seria liberal, e estaria nas fileiras dos reformistas, combatendo por convicções que tenho e que não cesso de manifestar em todos os debates políticos. (*muito bem.*)⁶⁹³

Neste momento, Silveira Martins, confundindo o Poder Moderador com o “Poder Pessoal”, não previsto na Constituição de 1824, e resumindo este diploma legal a este instituto, demonstrando, pois, ser um liberal dos mais radicais, disse a Alencar que fizesse “muito bom proveito” de tal

⁶⁹⁰ Idem, p. 452.

⁶⁹¹ Idem, pp. 296-297. Grifo em itálico no original.

⁶⁹² Idem, p. 297. Grifos em itálico no original.

⁶⁹³ Idem, loc. cit.

Constituição, que, em sua opinião, se resumia, como acabamos de assinalar, no “Poder Pessoal”, combatido pelo próprio Alencar.⁶⁹⁴

O Deputado Geral pelo Ceará não respondeu a este aparte do então futuro líder dos chamados maragatos na Revolução Federista do Rio Grande do Sul, e afirmou que era a Constituição do Império do Brasil “mais liberal do que qualquer dos projetos” que vinha “fabricando, com tão má sorte”, o Partido Liberal, em seguida passando a falar dos Estados Unidos da América. Isto em virtude de o Deputado gaúcho o haver acusado de amesquinhar esta nação da América Setentrional e de ser mesmo inimigo declarado desta, apenas por haver afirmado, em debate sobre a separação entre a Igreja e o Estado, que não tinham grande autoridade exemplos de uma nação cuja lição ainda não era abonada pela “longa duração”, ou, noutros termos, pela Tradição, do mesmo modo que ainda não tinha o “cunho da estabilidade”,⁶⁹⁵ dado, aliás, pela Tradição.

Consoante fez salientar José Ortega y Gasset, no prólogo à primeira edição francesa de sua obra *A rebelião das massas*, os liberais doutrinários, ou, simplesmente, doutrinários, viam a História como a “realidade do homem”, que nela se fez tal como é, sendo, pois, se negar o passado algo “absurdo e ilusório”, visto que “o passado é ‘o natural e volta a galope’”.⁶⁹⁶ Alencar, que, em nosso entender, foi um doutrinário, como já aqui afirmamos, dava também grande importância à História, a qual via, contudo, como, aliás, todos os doutrinários, não como uma “doutrina”, senão como um “exemplo”, não como “razão”, mas sim como “argumento”,⁶⁹⁷ declarando, com efeito, ainda durante a referida discussão com Silveira Martins:

---

⁶⁹⁴ Idem, loc. cit.

⁶⁹⁵ Idem, p. 298.

⁶⁹⁶ *La rebelión de las masas*, 11ª edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1951, p. 22. Tradução nossa. Cumpre notar que, no referido prólogo, fez Ortega y Gasset encomiásticos elogios aos doutrinários, afirmando mesmo que este grupo era, segundo seu juízo, o “mais valioso” que houve na política do continente europeu durante todo o século 19, (Idem, p. 20.) e sustentando que era um absurdo não existir, em todo o Mundo, uma obra sequer que houvesse tentado precisar o que tal grupo pensava (Idem, p. 21.). Esta última observação talvez tenha influído na decisão de seu compatriota e admirador Luis Diez del Corral de escrever uma grande obra, já aqui por mais de uma vez citada, sobre os doutrinários (*El liberalismo doctrinario*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1945).

⁶⁹⁷ *Annaes do Parlamento brasileiro*, Camara dos Srs. Deputados, sessão de 1869, tomo 2, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1869, p. 206.

É incontestável, Senhores, que, se a História nos oferece uma lição útil para o Governo dos povos, é porque ela nos transmite a experiência de muitas idades e muitas gerações (*apoiados*); não pode, portanto, servir de modelo de uma boa organização a História de uma Nação que não conta ainda um século de existência. (*Apoiados*)⁶⁹⁸

Isto posto, explicou o escritor e político cearense que, se todos, incluindo ele próprio, iam “beber na Inglaterra as lições da Monarquia constitucional”, isto não se dava senão em virtude de, segundo seu juízo, ser este “monumento” tradicional e “duradouro” em terras inglesas, datando mesmo do denominado Medievo. Assim, se a Monarquia constitucional fosse coisa recente na Inglaterra, como o era a República nos Estados Unidos da América, ninguém sustentaria com o exemplo inglês a estabilidade daquele governo, ao qual denominava “Governo misto” e que reputava livre tanto do “absolutismo do Rei” quanto da “tirania do povo”.⁶⁹⁹

Em seguida, concluindo o debate, procurou demonstrar Alencar que, nos Estados Unidos da América, o notável “progresso material”, resultante da importação da “civilização européia”, “enriquecida com os imensos recursos do novo Continente”, não era acompanhado de “progresso moral digno de ser imitado”,⁷⁰⁰ fazendo suas as palavras de Alexis de Tocqueville, aliás um de seus autores prediletos e do qual tomou a própria ideia de “tirania da maioria”,⁷⁰¹ no sentido de que em nenhum país do Mundo havia menos liberdade de pensamento do que nos Estados Unidos,⁷⁰² e declarando que naquele país grassava a corrupção e não havia governo representativo de fato.⁷⁰³

Em 1869, durante outra sessão da Câmara Geral do Império, José de Alencar igualmente proclamou sua condição de liberal, assim como aquela

⁶⁹⁸ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 299.

⁶⁹⁹ Idem, loc. cit.

⁷⁰⁰ Idem, loc. cit.

⁷⁰¹ Alexis de Tocqueville tratou, com efeito, da “tirania da maioria”, a que também denominou “onipotência da maioria”, no sétimo capítulo da segunda parte do Livro I de *A Democracia na América* [*A Democracia na América, Leis e costumes (De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático)*], Tradução de Eduardo Brandão, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2005, pp. 289-305. Obra originalmente escrita em francês e publicada em 1835.]

⁷⁰² Idem, p. 301. Com efeito, assim afirmou Tocqueville, no sétimo capítulo da segunda parte do Livro I de *A Democracia na América*: “Não conheço país em que reine, em geral, menos independência de espírito e verdadeira liberdade de discussão do que na América” [Alexis de TOCQUEVILLE, *A Democracia na América, Leis e costumes (De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático)*], Tradução de Eduardo Brandão, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 298.].

⁷⁰³ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 301-302.

da Constituição de 1824 e do Partido Conservador, assim justificando o fato de ser membro daquela agremiação política:

Sou conservador no Brazil, porque é no seio desse partido que está o verdadeiro, o são, o puro liberalismo (*apoiados, muito bem*); sou conservador no Brazil, porque entendo que conservar a Constituição é conservar todas as liberdades publicas que ella encerra e que nos foram legadas pelos nossos antepassados.⁷⁰⁴

No mesmo discurso, asseverou o então Ministro da Justiça que “a tradição é uma cousa respeitavel”, encerrando “em si os objectos que merecem o nosso culto e a nossa veneração”, e frisou que buscaria “em todas as ocasiões respeitar as tradições”, se esforçando para não se afastar da História, por se colocar sempre à “sombra dos nossos maiores”.⁷⁰⁵ Para ele, como ressaltou no manuscrito *A Nova Missão*, o Partido Conservador era o “depositario das tradições nacionaes”, exprimindo “a estabilidade das instituições” e caminhando “com moderação e prudência” e se se prendia “ao passado” o fazia para “mais seguro penetrar o futuro”.⁷⁰⁶

Alencar, que via o Partido Conservador, pois, como o baluarte das tradições nacionais e exemplo de prudência e de moderação, assim como defensor da Constituição, por ele tão admirada, de 1824, sempre sustentou a ideia de Tradição. O jurisconsulto cearense, aliás, tratando, na introdução de sua obra *A propriedade*, da “constituição da sociedade civil”,⁷⁰⁷ ou, em outros termos, da Constituição Tradicional da Sociedade, anterior à Constituição política desta, se referiu à “arca veneranda da sabedoria” de nossos “maiores, consolidada por tantos seculos, e apurada por tantas gerações”, “vasta construção” em que apenas “de idade em idade” a “civilização (...) muda uma pedra”,⁷⁰⁸ palavras estas que bem poderiam definir a própria ideia de Tradição.

Em outra passagem de *A propriedade*, contudo, fez Alencar duras críticas à Tradição, afirmando que esta exerce, “no mundo das idéas”, uma ação assaz semelhante àquela da “compressão atmospherica”, não sendo senão “a compressão moral dos factos sobre as idéas, do habito sobre o

⁷⁰⁴ *Annaes do Parlamento brasileiro*, Camara dos Srs. Deputados, sessão de 1869, tomo 2, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1869, p. 205.

⁷⁰⁵ Idem, pp. 205-206.

⁷⁰⁶ *A Nova Missão*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004.

⁷⁰⁷ *A propriedade*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883, p. 1.

⁷⁰⁸ Idem, p. 2.

pensamento”.⁷⁰⁹ Tal frase vai, porém, de encontro a tudo aquilo que proclamou o autor em seus outros livros, assim como nos discursos, manuscritos e artigos de jornal, nos quais a Tradição sempre foi vista como algo positivo e mesmo necessário para os homens e os povos. Julgamos que esta posição favorável à ideia de Tradição é muito mais relevante do que a aludida manifestação isolada em sentido contrário para a compreensão do pensamento de Alencar, que sempre se mostrou um arauto da Tradição, que, contudo, buscava conciliar com a Democracia e o liberalismo.

Em texto no qual criticou o *Manifesto do Centro Liberal*, ou, simplesmente, *Manifesto Liberal*, redigido pelo Senador Nabuco de Araújo e divulgado em 31 de março de 1869,⁷¹⁰ vemos um claro exemplo de apologia da Tradição saído da pena de José de Alencar:

Um dos mais nobres sentimentos do coração humano é o respeito às tradições, a veneração ao passado, o culto pelos objectos que ampárrão a vida. Ha nesse vinculo uma filiação moral. O homem não é, como o animal, fructo da gestação unicamente, nem como elle se nutre só do cibo; forma-se tambem das idéas, dos costumes, dos exemplos que alimentão a alma nos primeiros tempos. Em todas as relações da vida social essa gratidão ao berço, esse respeito á origem prende os bons caracteres. Ha uma patria moral para o espirito.⁷¹¹

Feitas estas considerações a respeito da ideia de Tradição no pensamento de Alencar, voltemos a cuidar de suas visões acerca da Lei Fundamental do Estado Imperial Brasileiro e de seu guardião, o Partido Conservador. Segundo o escritor e político de Messejana, era ao Partido Conservador que o Brasil devia, desde 1837, “todas as reformas uteis e eficazes” que nele se vinham operando,⁷¹² sendo “o leme, a força intelligente, (...) a razão”, ao passo que o Partido Liberal seria “a vela, (...) o vento, a força cega, o instincto, ou a paixão”.⁷¹³ Em seu sentir, quem representava o autêntico liberalismo no País era o Partido Conservador, sendo o liberalismo sustentado pelo Partido Liberal de seu tempo “um degenerado liberalismo de recente origem”, um “liberalismo que degenerou de suas gloriosas tradições” e que era “julgado e convicto pelos

⁷⁰⁹ Idem, p. 81.

⁷¹⁰ CENTRO LIBERAL, *Manifesto do Centro Liberal*, in Paulo BONAVIDES e Roberto AMARAL (Organizadores), *Textos políticos da História do Brasil*, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, volume II [Império – Segundo Reinado (1840-1889)], pp. 456-470.

⁷¹¹ *O Manifesto Liberal*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 05 71003.

⁷¹² *Annaes do Parlamento brasileiro*, Camara dos Srs. Deputados, sessão de 1869, tomo 6, Apêndice, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1869, p. 149.

⁷¹³ Idem, p. 157.

patriarchas da independencia, pela nobre geração de 1822, pelos liberaes que formavam em 1831 o grande partido nacional”. O maior “crime” de tal partido, prova da degeneração de sua doutrina, estava em seus ataques à Constituição Imperial de 1824, “monumento nacional, consagrado pelo reconhecimento publico á memoria do fundador do Imperio Brasileiro”.⁷¹⁴

Na opinião do autor das *Cartas de Erasmo* e de *O systema representativo*, o Partido Conservador nascera a partir de núcleo formado por “liberaes de espirito moderado”, a exemplo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre) e Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), que haviam sentido “a necessidade de defender o princípio da auttoridade, não para combater, mas para garantir as liberdades publicas”.⁷¹⁵

Tal partido foi suscitado, em 1837, no dizer de Alencar, no manuscrito intitulado *A Nova Missão*, “para deffender a obra constitucional dos fundadores do Imperio”. Isto porque, ainda nas palavras do escritor e homem público patricio, “nossa lei fundamental estava então sendo solapada pelo espirito sedicioso, que fomentava um mal dirigido liberalismo”, donde haver sido indispensável o fortalecimento da “auttoridade” e a restauração, no País, da “ordem vaccilante”, “missão de transcendencia e gravidade neste momento incumbida pela Providência ao partido conservador”. Segundo ele, eram as disposições fundamentais da Constituição os “canones da nossa fé politica”, isto é, da “fé politica” conservadora, e promover a defesa dos “principios constitucionaes em perigo” era “formular o programma do partido conservador”. Assim, no aludido texto, invocando o “conservantismo do povo brasileiro”, proclamou Alencar: “Salvemos a Constituição, e com ella os preciosos depositos ahi encerrados, as tradições, as crenças, os costumes”.⁷¹⁶

Em outro manuscrito, intitulado *Politica completa*, voltando-se contra o nascente movimento republicano e havendo aduzido que era

⁷¹⁴ *A Nova Missão*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004.

⁷¹⁵ *O Manifesto Liberal*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 05 71003.

⁷¹⁶ *A Nova Missão*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004.

necessária a reunião de todos em torno da “venerada constituição”, que, em seu sentir, devia ser mantida e que pretendia defender até onde chegassem as suas forças, proclamou Alencar que era mister que todos se fizessem “soldados da constituição”. “Sejamos voluntarios da patria, não para defendê-la no campo de batalha, mas para combater aqui no seio do paiz, onde está o inimigo”, conclamou ele, antes de afirmar que, no “isolamento da superior monarquia brasileira” via um “fato providencial”. Para o autor de *As minas de prata*, o Brasil representaria, com efeito, na América, a “idéa monararchica, essa idéa superior”, que não podia “jamais perecer” e que tinha o dever de “figurar na grande civilização americana”, à qual, segundo ele, pertencia “o futuro da humanidade”.⁷¹⁷

Reconhecia José de Alencar, assim como o Partido Conservador, “a necessidade de melhorar uma ou outra disposição constitucional”, mas considerava, do mesmo modo que a agremiação política a que pertencia, que não se podiam “sacrificar máximos interesses a esses retoques, a esses ligeiros melhoramentos”. Daí não ser possível, segundo seu juízo, que “o Partido Conservador, que em todos os Países é o guarda da Constituição, possa lançar as instituições à sorte das reformas precipitadas”. Era lógico, porém, que o Partido Liberal, cujo liberalismo era, na concepção de Alencar, utópico, não recuasse “diante da reforma das instituições nacionais”.⁷¹⁸

Aos conservadores, contudo, enquanto compreendessem que a Constituição brasileira de 1824, “na sua máxima parte”, garantia as liberdades públicas, sendo, em sua opinião, “uma das Constituições mais liberaes do mundo”, corria o “dever imprescindível de mantê-la, em sua integridade”, até que as “idéias inovadoras” se tornassem de tal modo triunfantes na opinião, que a reforma constitucional pudesse ser realizada “sem abalo e sem perigo”. Jamais, porém, o Partido Conservador, em seu entendimento, exporia a sorte da Constituição “aos azares de uma luta encarniçada” entre a opinião dos conservadores e aquela dos liberais. De acordo com ele, as doutrinas que abalavam as instituições imperiais e

⁷¹⁷ Idem, *Política completa*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004.

⁷¹⁸ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 448.

atacavam a própria “religião tradicional do País”, e que, no momento da reforma constitucional, exigiriam “a satisfação plena de suas aspirações”, representavam um perigo para a Nação. Quanto às reformas que reputava legítimas e sadias e não perniciosas e utópicas como aquelas propostas pelos liberais, sobretudo os mais radicais, deviam ser elas “lentas”, não podendo surgir “como cogumelos que nascem com as primeiras águas da chuva”.⁷¹⁹

O ataque à “religião tradicional do País” a que aludiu o escritor cearense vem a ser a defesa da separação da Igreja e do Estado por liberais radicais e republicanos e que representava, segundo escreveu ele em manuscrito sem título sobre o tema, um “repto lançado pela industria á fé, pelo ouro á consciencia”, sendo movida por “simples interesse material”, no intuito de estimular a imigração, ou, como diria ele, a “importação de homens” não católicos para o País. Era, no sentir do autor, que afirmou a “excellencia do catholicismo e irrefragavel auttoridade de suas tradiçõs”, esta a origem da “propaganda formidavel” que, “no seio de um paiz profundamente religioso”, se erguia, repentinamente, “contra a fé original do povo brasileiro”.⁷²⁰

Em junho de 1877, seis meses, portanto, antes de seu falecimento, que se deu em dezembro do mesmo ano, ao propor, por ocasião de assembleia do Partido Conservador, a reorganização de tal partido, sustentou Alencar que o estatuto desta agremiação política deveria continuar sendo “a constituição politica do Imperio em sua integridade, ou com as modificações adotadas pela assembléa”.⁷²¹ Tais mudanças, caso aprovadas, seriam, evidentemente, muito pequenas, de acordo com o “espírito” conservador. Alguns anos antes, mais precisamente em 1867, fora ele um dos fundadores da chamada União Conservadora, havendo sido o secretário de tal organização, que, presidida por Manuel José Vieira Tosta, Visconde de Muritiba, buscara unir os conservadores para a defesa da Constituição. Mais tarde, aos vinte e um dias do mês de abril do ano de

---

⁷¹⁹ Idem, loc. cit.

⁷²⁰ Religião, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004.

⁷²¹ Base para a reorganização do partido conservador, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 05 71004.

1871, fundara ele uma nova associação política, denominada Restauradora. Consoante reza o artigo 1º do estatuto de tal agremiação, “a Restauradora é uma associação política fundada com o pensamento de restaurar a Constituição do Imperio, completamente falseada pelos abusos do poder”.⁷²² Cumpre sublinhar que, em tal período, Alencar se tornara uma espécie de dissidente conservador, fazendo cerrada oposição ao Gabinete conservador de 07 de março de 1871, presidido por José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco,⁷²³ assim como ao próprio Imperador, a quem acusava de exercer o denominado “poder pessoal”.

Faz-se mister sublinhar que, a despeito de toda a sua admiração pela Carta de 1824, não pôde deixar o Conselheiro José de Alencar de reconhecer que muitos dos dispositivos deste diploma legal não estavam em sintonia com as tradições, os costumes e a realidade social do País, o que mais tarde seria igualmente observado por Oliveira Vianna. Para este, com efeito, a Constituição Imperial, ainda que menos utópica do que as constituições de 1891 e de 1934, por exemplo, indiscutivelmente rompera com a “tradição social brasileira”, tentando substituí-la por outra, “inteiramente nunca praticada pelo nosso povo-massa”.⁷²⁴ Seus criadores, ainda segundo o autor de *Problemas de política objetiva*, “sem maiores indagações”, assim como “sem nenhum respeito” pelas tradições e pela cultura da antiga América Portuguesa, tinham, por meio dela, decretado que os brasileiros passariam a praticar o “*parlamentarismo inglês*”.⁷²⁵

Cumpre ressaltar, contudo, que, enquanto Oliveira Vianna, partindo do princípio, com o qual concordamos, de que a ordem legal deve se adequar à Sociedade e não o contrário, sustentou a necessidade de se elaborar uma Constituição adequada à Tradição e à realidade social brasileira, José de Alencar, que defendia as ideias liberais consagradas na

⁷²² *Restauradora política*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 065 71003.

⁷²³ Cf. Adriano Ribeiro PARANHOS, *Ideias jurídico-políticas de José de Alencar 1855-1877*, Niteroi, Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2013 (Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História Social), p. 43.

⁷²⁴ *Instituições políticas brasileiras*, Segundo volume, *Metodologia do Direito Público (Os problemas brasileiros da Ciência Política)*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1955, p. 582.

⁷²⁵ Idem, p. 412.

referida lei, clamou por reformas que fizessem com que a realidade social do País ficasse “á altura” daquela que seria mais apropriada à Constituição:

Convencido de que a nossa constituição foi fructo precoce, uma expressão prematura, embora admiravel, da liberdade na infancia da nossa patria, eu não posso deixar de reconhecer que muitas das nossas instituições, que muitos dos nossos costumes politicos estão aquem dessa lei. Como, pois, hei de deixar de empregar os meus esforços para elevar meu paiz á altura de sua sabia constituição?⁷²⁶

Isto posto, é imperioso frisar que, nas críticas dirigidas ao *Esboço* de Código Civil de Teixeira de Freitas, de que trataremos mais detidamente no próximo capítulo da presente dissertação, condenou Alencar, totalmente, a ideia de uma codificação civil que não espelhasse integralmente os costumes e as tradições da Sociedade brasileira. É capaz que tenha ele sofrido influência da chamada Escola Histórica alemã, como defendeu Cláudio De Cicco,⁷²⁷ sendo inegável o fato de que partiu, como esta, do pressuposto de que, como há pouco escrevemos, as leis devem ser feitas para a Sociedade e não o contrário, devendo, com efeito, as sociedades ser regidas por leis emanadas de sua estirpe, de sua História, de seu caráter, de seu desenvolvimento orgânico, como prelecionou Eduardo Prado,⁷²⁸ posto que, conforme observou Tobias Barreto, “as instituições que não são filhas dos costumes mas produtos abstratos da razão não agüentam muito tempo a prova da experiência e vão logo quebrar-se contra os fatos”.⁷²⁹ Em outras palavras, partiu ele, então, do princípio segundo o qual, como enunciou Heraldo Barbuy, “não se fabrica uma Sociedade”.⁷³⁰

No princípio da introdução ao seu ensaio sobre o júri, que consta da obra póstuma *Esboços juridicos*, Alencar, havendo escrito que a lei pode ser violada por dois modos, a saber, a “acção contraria ao preceito e a omissão do seu cumprimento”, afirmou que a “Constituição brasileira” era ofendida constantemente por ambos os modos. Disposições absolutamente fundamentais, muitíssimo relevantes, andavam, com efeito, “pervertidas nas leis regulamentares, votadas pela representação nacional e executadas

⁷²⁶ *Annaes do Parlamento brasileiro*, Camara dos Srs. Deputados, sessão de 1869, tomo 2, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1869, p. 205.

⁷²⁷ *Direito: Tradição e Modernidade*, São Paulo, Ícone, 1993, p. 91.

⁷²⁸ *A illusão americana*, 2ª edição, Prefácio de Augusto Frederico Schmidt, Rio de Janeiro, Livraria Civilização Brasileira S.A., 1933, p. 60.

⁷²⁹ *Estudos de Direito e Política*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1962, p. 204.

⁷³⁰ Heraldo BARBUY, *Não se fabrica uma Sociedade*, in *Reconquista*, ano I, número 12, maio de 1953, p. 1.

pelos tribunaes”. Da mesma forma, “princípios do maior alcance” jaziam ainda olvidados ou desprezados “na letra morta da carta de 25 de Março, sem que as legislaturas ordinárias curassem de os desenvolver e applicar.”⁷³¹

Dentre tais “principios constitucionaes, tolhidos pela indiferença”, estava a instituição do júri. Como ressaltou o jurisconsulto, a Constituição, no artigo 151, previra que o Poder Judiciário seria constituído por dois elementos, um permanente, composto de juízes, e outro mutável e composto por jurados. Ao primeiro deu a Carta a atribuição de aplicar a lei; ao segundo, aquela de pronunciar sobre o fato. Conforme o artigo 152 do mesmo diploma legal, o Poder Judiciário, desta forma organizado, teria competência para o julgamento tanto no crime como no cível, nos casos e pela forma que determinassem os códigos. Decorridos, porém, quarenta e três anos da Carta de 25 de Março,⁷³² estávamos ainda, segundo o autor, “muito longe dessa doutrina constitucional, que encerra em materias judicarias a mais bella expressão das democracias”.⁷³³ A instituição do júri, com efeito, sequer fora instituída no cível e mesmo no crime o fora apenas em casos bastante específicos, o que, em seu sentir, representava uma violação à Carta Constitucional brasileira, que continuaria até que uma reforma a alterasse, suprimindo a ideia da aplicação do júri ao processo civil, ou que a legislatura ordinária, em obediência à Constituição, desenvolvesse esta “idéa fundamental de nossa organização judiciaria”.⁷³⁴

Alencar, que, ao defender a instituição do júri, se mostrou em plena sintonia com o liberalismo de que se ufanava de ser adepto, havendo sido o júri, ao longo de todo o século 19, como fez notar Van Caenegem, “uma bandeira do movimento liberal”,⁷³⁵ deste modo explicou o fato de o júri não haver sido instituído no Brasil conforme a Constituição de 25 de Março, assim como outros princípios da Lei Fundamental do Brasil-Império:

---

⁷³¹ José de ALENCAR, *Esboços juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, pp. 1-2.

⁷³² Escrevia o autor, pois, em 1867.

⁷³³ *Esboços juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 2.

⁷³⁴ *Idem*, p. 7.

⁷³⁵ *Juízes, legisladores e professores*, Tradução de Luís Carlos Borges, Rio de Janeiro, Elsevier, CAMPUS Jurídico, 2010, p. 26. Obra originalmente escrita em francês.

A geração da independência teve uma tão pura intuição da liberdade, que a actual, não obstante a superioridade de sua illustração, ainda não pôde attingir a altura da Constituição brasileira.⁷³⁶

Urgia, porém, para o escritor, jurista e político cearense e brasileiro, como vimos, que se alterasse a realidade do País, por leis infraconstitucionais que cumprissem tudo aquilo que estava previsto na Constituição por ele tão louvada.

Isto posto, havendo tratado das ideias do autor de *A propriedade* a respeito do Poder Moderador e da Constituição Imperial de 25 de Março de 1824, passemos ao derradeiro assunto de que cuidaremos neste capítulo, que vem a ser aquele da representação política no pensamento alencarino.

No mês de janeiro de 1859, publicou José de Alencar, no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, uma série de artigos sobre o sistema representativo, na qual se posicionou contra o princípio majoritário nos governos representativos e sustentou o direito das denominadas minorias à representação política, por meio da adesão da chamada fórmula proporcional. Propôs ele, em tais artigos, o que reputou ser o meio prático da restrição do voto de maneira a deixar suficiente margem para que também fosse apurado o voto das frações. Em outras palavras, sustentou, como resumiu na introdução à sua obra *O systema representativo*, que “o numero dos votados devia ser inferior ao numero dos eleitos na proporção conveniente para garantir uma representação á minoria sem risco da maioria”.⁷³⁷

Reputava o autor de tais artigos haver sido o primeiro a sugerir, no Brasil, “semelhante idéa”, que, segundo ele, nem mesmo na Inglaterra era então, como foi logo depois, “objecto de sérios estudos”.⁷³⁸ Contudo, segundo Francisco Belisário Soares de Souza, tal ideia já fora aventada, em 1848, por Ignacio de Barros Barreto, estudante de Direito da Academia de Olinda, em um folheto intitulado *Memoria acerca de um novo systema de organização do governo representativo*. Isto, porém, não altera a importância dos artigos de Alencar, inegavelmente muito maior do que aquela do aludido opúsculo publicado em Pernambuco, que ele afirmava

⁷³⁶ *Esboços juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883, p. 2.

⁷³⁷ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 3.

⁷³⁸ *Idem*, loc. cit.

desconhecer,⁷³⁹ assim como não altera o fato de que na Inglaterra só pouco mais tarde realmente apareceriam “sérios estudos” a respeito do tema, do mesmo modo que não altera o fato de haver sido ele, em todo o Mundo, um dos primeiros pensadores a desenvolver tal teoria.

Cumpre assinalar que, conforme ressaltou o próprio Alencar,⁷⁴⁰ escrevera ele, em *O systema representativo*, que, até janeiro de 1859, quando dera à estampa seus artigos em defesa da representação da minoria, não fora tal questão, mesmo na Inglaterra, “objecto de sérios estudos”, sendo equivocada, pois, a interpretação de certos membros do Partido Liberal no sentido de que o publicista afirmara, na referida obra, que, mesmo naquele país europeu, ninguém levantara a questão da representação da minoria antes dele o haver feito no Brasil. Isto, evidentemente, seria falso, já que a questão da representação proporcional da minoria fora, sim, levantada na Inglaterra, onde, em 1857, Thomas Hare a propugnara em um opúsculo intitulado *The machinery of representation*,⁷⁴¹ e também em outros países. Na Dinamarca fora ela sustentada, em 1855, pelo político Carl Christopher Gustav Andrae, que ocupou o cargo de Presidente do Conselho entre os anos de 1856 e 1857, e foi aplicada em 1856 nas eleições para o Conselho de Estado e entre 1866 e 1915 nas eleições para os membros de umas das duas câmaras nacionais daquele país, o *Folketinget*, que seria abolida em 1953, quando o supracitado reino abandonou o sistema bicameral. Antes disso, mais precisamente em 1842, o socialista francês Victor Considerant, discípulo de Fourier, propusera tal fórmula de representação ao Conselho de Genebra, o que levou Tobias Barreto, crítico ferrenho da obra de Alencar em todos os ramos da cultura e do saber, a acusar o escritor cearense de haver plagiado, em *O systema representativo*, a ideia de Considerant,⁷⁴² o que julgamos não ser verdadeiro, posto que há muito de original na teoria de Alencar sobre a representação das minorias.

Havendo mencionado o nome de Victor Considerant e feito referência ao fato de que foi Alencar acusado de ter plagiado sua teoria sobre a

⁷³⁹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 105.

⁷⁴⁰ *Idem*, loc. cit.

⁷⁴¹ *The machinery of representation*, London, Law Bookseller and Publisher, 1857.

⁷⁴² *O romance no Brasil*, in *Estudos allemães*, in *Obras Completas*, volume VIII, Aracaju, Edição do Estado de Sergipe, 1926, p. 324. O ensaio *O romance no Brasil* foi escrito em 1872.

representação das minorias políticas, reputamos ser pertinente observar que Karl Marx, principal autor do *Manifesto do Partido Comunista*, também conhecido como *Manifesto Comunista*, de 1848, assinado por ele e Friedrich Engels,⁷⁴³ foi acusado por diferentes autores de plagiar, neste manifesto,⁷⁴⁴ o *Manifesto da democracia no século 19* (*Manifeste de la démocratie au XIXe siècle*), ou *Princípios do socialismo* (*Principes du socialisme*), de Considerant,⁷⁴⁵ o que, em nosso sentir, realmente ocorreu, dadas as muitas semelhanças profundas existentes entre os dois manifestos. Tais semelhanças, aliás, são tão grandes que levaram Georg Brandes a afirmar que o *Manifesto Comunista* é "praticamente uma mera tradução [do manifesto] de Victor Considerant".⁷⁴⁶

Os “sérios estudos” que apareceram na Inglaterra pouco depois de Alencar haver publicado, no *Jornal do Commercio*, os seus artigos em prol da representação proporcional, foram *A treatise on the election of representatives, parliamentary and municipal*, do mesmo Thomas Hare há pouco citado,⁷⁴⁷ e *Thoughts on parliamentary reform*, de John Stuart Mill,⁷⁴⁸ ambos publicados no mesmo ano de 1859. Trechos desta última obra foram reproduzidos em *Considerations on representative government*,⁷⁴⁹ de 1861, livro que, aliás, influenciou Alencar em sua obra *O systema representativo*, de 1868, ainda que, como notou Wanderley Guilherme dos Santos, em seu estudo sobre “A teoria da democracia proporcional de José de Alencar”, tal influência possa ser minimizada pelo fato de o autor patricio já haver aventado a fórmula de representação proporcional antes do ensaio de Stuart

⁷⁴³ *Manifesto do Partido Comunista*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Vitória, 1963.

⁷⁴⁴ Dentre estes autores podemos citar, dentre outros, Enrico Labriola, Pierre Ramus e Varlam Tcherkezichvili (também conhecido por Cherkezov ou Tcherkessoff). O segundo destes autores editou, em 1906, uma obra sobre o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels contendo um ensaio seu, um de Labriola e outro de Tcherkezichvili, os três defendendo a tese de que o referido manifesto não é senão um plágio do manifesto de Considerant (Pierre RAMUS (Organizador), *Die Urheberschaft des Kommunistischen Manifest*, Berlin, Freier Arbeiter-Verlag, 1906).

⁷⁴⁵ *Principes du socialisme: Manifeste de la démocratie au XIXe siècle*, Paris, Librairie Phalanstérienne, 1847.

⁷⁴⁶ *Ferdinand Lassale*, Tradução inglesa, New York, Bernard G. Richards, 1925, p. 115. Obra originalmente publicada em alemão no ano de 1877.

⁷⁴⁷ *A treatise on the election of representatives, parliamentary and municipal*, London, Longman, Brown, Green, Longmans, & Roberts, 1859.

⁷⁴⁸ *Thoughts on parliamentary reform*, London, John W. Parker and Son, West Strand, 1859.

⁷⁴⁹ *Considerations on representative government*. London: Parker, Son, and Bourn, West Strand, 1861.

Mill.⁷⁵⁰ Ademais, não podemos deixar de concordar com o mesmo Wanderley Guilherme dos Santos quando este afirma que o livro de Alencar é “muito mais complexo”, do mesmo modo que mais “metafísico”, do que as *Considerations on representative government*, de Stuart Mill.⁷⁵¹

Havendo analisado o pensamento político alencarino, principalmente em *O systema representativo*, mas também nas *Cartas de Erasmo*, no projeto de *Reforma eleitoral*, de 1874, e nos diversos discursos proferidos no Parlamento, concluiu Santos o referido trabalho aduzindo que desconhecia “formulação mais radicalmente liberal da organização e funcionamento de um sistema parlamentar” que aquela do autor de *Ubirajara*, a qual, inclusive, em seu entender, soluciona “o enigma democrático fundamental”. Daí declarar o cientista político carioca que “José de Alencar, até prova em contrário, surge como um dos mais sofisticados teóricos da democracia, escrevendo no século XIX”.⁷⁵²

Ricardo Martins Rizzo, em dissertação de Mestrado intitulada *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*, reconheceu que, além de estabelecer fontes, dar sugestões de pesquisa e mapear direções de investigação, tem o aludido trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos o mérito de colocar em relevo, por meio de “engenhosa paráfrase”, a “modernidade da abordagem alencarina, centrada no processo de institucionalização política”, assim como a “intensidade da leitura” que o escritor cearense fez das preocupações centrais da Ciência Política de seu tempo.⁷⁵³ Por outro lado, se insurgiu o autor da mencionada dissertação de Mestrado contra o Alencar “radicalmente liberal” retratado por Santos, fazendo ver que Alencar, conciliando aspectos de conservadorismo e liberalismo, de Tradição e Modernidade, de Hierarquia e Deliberação, “não foi nem o reacionário escravista que pintam alguns de seus críticos e menos ainda o democrata

---

⁷⁵⁰ *A teoria da democracia proporcional de José de Alencar*, in *Dois escritos democráticos de José de Alencar: O sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1991, p. 14.

⁷⁵¹ Idem, loc. cit.

⁷⁵² Idem, p. 50.

⁷⁵³ *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo.), página não numerada.

radical, soldado de Stuart Mill” que se proclamou e que nele viu Santos. E o “projeto” alencarino, “independente e articulado, tinha a modernidade como o horizonte necessário, e a tradição, travejada de hierarquias, como o patrimônio a converter em credencial universal da Nação”.⁷⁵⁴

Exaltou Rizzo “a riqueza da obra de José de Alencar”, que, em seu sentir, repousa no fato de haver o escritor cearense respondido “a todas as questões importantes de seu tempo de maneira sistemática e atenta às exigências de racionalização”, havendo sido “uma espécie de intelectual total”, tanto na abrangência dos temas dos quais tratou quanto na argumentação, “em que exigia da razão a elucidação cabal de cada ponto”.⁷⁵⁵ Por outro lado, não deixou de pôr em relevo certas contradições de Alencar, a exemplo do fato de este, tão radicalmente espiritualista e antimaterialista, haver se oposto à abolição da escravatura por meios jurídico-políticos com base em argumentos materialistas, enfatizando, contudo, que mesmo os principais vultos do liberalismo não estão livres de ser acusados de contradições.⁷⁵⁶

Vemos, com efeito, nos argumentos materialistas de Alencar contra a emancipação legal dos escravos, uma certa influência do pragmatismo de Bentham, pensador a quem respeitava e que muito influenciou o pensamento de Bernardo Pereira de Vasconcelos, um de seus grandes mestres políticos, inclusive em sua defesa do tráfico negreiro. E igualmente vemos em tais argumentos, dos quais trataremos no capítulo referente ao Direito Civil, profunda semelhança com aqueles empregados por Karl Marx em sua condenação do abolicionismo, que se encontra em carta por ele escrita em Paris, no ano de 1846, e dirigida a Pavel Annenkov.⁷⁵⁷

Feitas estas considerações, reputamos ser mister assinalar que concordamos com as considerações de Rizzo a respeito de José de Alencar, que, em nosso sentir, não foi mesmo um liberal ou liberal-democrata radical, mas sim um liberal moderado, ou liberal doutrinário, de ideias análogas àsquelas de um Benjamin Constant, um Guizot, um Royer-Collard,

---

⁷⁵⁴ Idem, página não numerada.

⁷⁵⁵ Idem, página não numerada.

⁷⁵⁶ Idem, página não numerada.

⁷⁵⁷ *Marx-Engels Collected Works*, Volume 38, New York, International Publishers, 1975, p. 95.

um Tocqueville, ou, entre nós, de um Bernardo Pereira de Vasconcelos, um Visconde do Uruguai ou um Marquês de São Vicente, ainda que em alguns pontos se aproximasse mais de liberais um pouco menos moderados, como John Stuart Mill e mesmo de Jean-Jacques Rousseau.

Foi o poeta em prosa de *Iracema*, em outras palavras, um típico representante da geração a que Ilmar de Mattos denominou geração dos “consolidadores do Império do Brasil”⁷⁵⁸ e da qual, com efeito, seria o autor de *O tronco do ipê* um dos vultos mais significativos, ao lado do Marquês de São Vicente, do Visconde do Uruguai, do Visconde de Itaboraí, do Barão de Cotegipe, de Nabuco de Araújo, de Zacarias de Góes e Vasconcelos, de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), de Gonçalves Dias, de Gonçalves de Magalhães (Visconde do Araguaia), dentre outros, todos nascidos entre os anos de 1800 e 1833.⁷⁵⁹ Tal geração exaltou, sobretudo por meio do Romantismo, a individualidade brasileira, isto é, os costumes, as tradições, a cultura e as instituições do Império brasileiro, que o distinguiam das demais nações do Orbe Terrestre, podendo, segundo o autor de *O tempo saquarema*, “ser tomada como uma síntese” disto a “proposta” de José de Alencar, no prefácio do romance *Sonhos d’ouro*, de 1872.⁷⁶⁰ Tal foi, em uma palavra, a geração do “nacionalismo romântico” e da “soberania nacional”, enquanto a geração anterior, aquela dos “fundadores do Império”, havia sido a geração do “liberalismo iluminista” e da “soberania popular”.⁷⁶¹ Esta geração dos “fundadores do Império”, da qual o Senador Alencar fora, aliás, um dos mais representativos vultos, dominara a vida política brasileira nos dias da Independência, do Primeiro Reinado e da Regência, período em que o Brasil, segundo Emília Viotti da Costa, viveu sob o signo do “liberalismo heróico”, enquanto a geração dos “consolidadores do Império”, que dominou a vida política nacional durante o Segundo Reinado, viveu sob o signo do “liberalismo realista”.⁷⁶²

Voltemos, porém, à representação no pensamento de Alencar. Havendo publicado este, como vimos, no *Jornal do Commercio*, do

⁷⁵⁸ *O tempo saquarema*, 5ª edição, São Paulo, Editora Hucitec, 2004, p. 119.

⁷⁵⁹ Idem, p. 118.

⁷⁶⁰ Idem, p. 120.

⁷⁶¹ Idem, p. 121.

⁷⁶² *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1ª edição, São Paulo Editorial Grijalbo, 1977, p. 116.

Município Neutro, nos albores de 1859, uma série de artigos em que defendeu a representação proporcional, ideia a que provavelmente chegou por caminhos próprios, partido sobretudo da crítica de Alexis de Tocqueville à “tirania da maioria”.

Mais tarde, em 1861, membro da Câmara Geral do Império, elaborou Alencar um estudo legislativo a respeito do sistema eleitoral, no qual procedeu à análise dos defeitos das eleições brasileiras, não apenas “no terreno e durante seu processo”, como também depois nas atas compulsadas para o relevante mister de verificação dos diversos poderes. Contudo, já desiludido das possibilidades que havia “de fender a dura crosta da rotina para incutir uma idéa nova e fecunda na administração”, tratou o Deputado Geral pela Província do Ceará de buscar se desprender por completo “das grandes theorias, cingindo-se ao imprescindível”.⁷⁶³

O referido estudo acabou por convencê-lo de que “o vicio maior de nossa eleição estava na qualificação”, em seu modo de ver, “defeituosa”, que fora adotada pela legislação então vigente. Em seu sentir, as revisões anuais incumbidas a juntas tanto “irresponsaveis quanto desabusadas”, e a dificuldade de recursos, tornavam “o direito de suffragio incerto e precario”. Do mesmo modo, reputava ele que “a confusão de extensas listas e o poder discricionário das mesas parochiaes sobre o reconhecimento da identidade do qualificado” punham “remate á extorsão da soberania popular”.⁷⁶⁴

Eram, pois, de acordo com o autor de tal estudo, “a permanência da qualificação e o melhoramento de seu processo, o prologo da reforma eleitoral”, ou, em outros termos, “a base solida sobre que posteriormente se levantasse qualquer systema tendente a aperfeiçoar a representação nacional”.⁷⁶⁵

Em tal sentido apresentou o então futuro autor de *O systema representativo* um projeto referente à qualificação. Este, no entanto, “gorou

---

⁷⁶³ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 4.

⁷⁶⁴ Idem, p. 5.

⁷⁶⁵ Idem, loc. cit.

como tudo neste paiz quando não é bafejado pelo governo, ou sustentado pelo interesse dominante de uma classe poderosa”.⁷⁶⁶

Afirmou Alencar ser a reforma eleitoral o ponto para o qual mais frequentemente convergem “as meditações daquelles que sobrepõem a questão politica á questão material, o espirito ao corpo”, e, não desconhecendo “a importância da prosperidade nacional, entendem (...) que um estado não pode bem desenvolver-se quando seu organismo soffre”.⁷⁶⁷

Assim, tornou o autor “ao assumpto de sua predilecção”, isto é, à reforma eleitoral,⁷⁶⁸ na obra *O systema representativo*, dada à estampa, como mais de uma vez já aqui afirmamos, em 1868, alegando, porém, que, ao confiar a tal livro suas reflexões, não esperava ele “alcançar maior favor do que obteve na imprensa diaria e na camara”. Isto porque considerava que o “sudario da indiferença envolve mais que outras esta face pulvurenta da publicidade”. Contudo, uma vez “colligidos em um corpo inteiriço”, ficavam as “idéas mais ao alcance do exame futuro”.⁷⁶⁹

O autor reuniu e desenvolveu “com maior completude”, em *O systema representativo*, seus trabalhos anteriores a respeito do sistema representativo e da reforma eleitoral, donde se destacarem, em tal livro, “duas ordens de idéas”. A primeira dela, “de pura doutrina, essencialmente innovadôra”, atacava o “dogma representativo” então vigente, havendo de encontrar, naturalmente, no entender do autor, “a mesma resistencia bruta que encontrou em Inglaterra” e que vinha a ser “a resistencia da rotina, a raiz do costume, que não se estirpa senão longa e laboriosamente”. Entretanto, de acordo com ele, esta “reforma capital” não encontrava obstáculo na Constituição Imperial de 25 de Março de 1824, visto que não alteraria “nem os poderes políticos, nem os direitos do cidadão”.⁷⁷⁰

A outra ordem de ideias era, por sua vez, prática e se referia ao processo eleitoral, estando calcada “sobre as peculiares circumstancias de nosso paiz e cingida aos limites constitucionaes poderia ser lei”, ainda

---

⁷⁶⁶ Idem, loc. cit.

⁷⁶⁷ Idem, p. 7.

⁷⁶⁸ Idem, loc. cit.

⁷⁶⁹ Idem, loc. cit.

⁷⁷⁰ Idem, p. 8.

naquela legislatura, caso “houvesse um governo illustrado que a adoptasse”. Com ela apenas, em sua visão, não entrariamos naquilo que considerava ser o “verdadeiro systema da democracia; mas sem duvida entrariamos no imperio da moralidade”.⁷⁷¹

Alencar aceitava a ideia de representação como sendo “a base do governo democratico” e rejeitava totalmente a tese de que a “força da idéa conservadora” cresceria com a restrição do voto, ao passo que a ampliação deste favoreceria os liberais, alegando que, caso assim fosse, “não seria o conservador” que prezava de ser “no dominio da sabia e liberal constituição brasileira”.⁷⁷²

Para o autor, “o que gradúa a democracia ao estado de instrucção e moralidade do povo, é a extensão do poder e sua divisão”. Destarte, “onde a delegação fôr ampla e por longo praso, haverá menos democracia do que no paiz, onde a soberania constituinte apenas outhorgue a seus representantes attribuições restrictas e por breve termo”. Segundo ele, era plenamente possível alguém ser conservador no Brasil e, ao mesmo tempo, propugnar “a maior amplitude do voto em relação á universalidade dos cidadãos”. Era, aliás, em sua opinião, um dos deveres daquele partido, “zelar a pureza e verdade do principio da representação que elle defende e mantém”.⁷⁷³

Partindo do pressuposto de que “duas são as faces da humanidade, o individuo e o povo”, donde serem também duas as máximas questões do Direito, a saber, a questão civil e a questão política e, reputando que “o estudo de ambas as questões abrange a philosophia do direito em sua base larga e complexa”, ressaltou o publicista que o objeto de seu trabalho seria a questão política.⁷⁷⁴

Cuidava ele que “a sciencia do governo se resume no principio da representação”, que vem a ser a base da qual “decorre toda a constituição do estado”, que é, por seu turno, “raiz e tronco da organização politica”. Quando as diversas nações da Terra atingissem “o escopo de uma perfeita e

---

⁷⁷¹ Idem, loc. cit.

⁷⁷² Idem, p. 9.

⁷⁷³ Idem, p. 10.

⁷⁷⁴ Idem, p. 11.

justa delegação da soberania”, seria, segundo ele, “a democracia uma bella realidade”.⁷⁷⁵

As diferentes formas de governo, assim como a divisão das diversas funções do Poder, não passavam, para ele, “de complementos, variaveis conforme a indole do povo, as condições territoriaes e outras circumstancias”. A verdadeira “essencia da liberdade politica” consistia, pois, em seu entender, “na legitima delegação da soberania nacional; *no governo de todos por todos*”,⁷⁷⁶ aqui a expressão “soberania nacional” correspondendo à “soberania do povo” de Jean-Jacques Rousseau.

O “principio regulador” de tal delegação e a “norma” pela qual esta realizar-se-ia constituem, no sentir do autor, aquilo a que se denomina “systema representativo”.⁷⁷⁷

Apontou José de Alencar a Inglaterra medieval, como muitos antes e depois dele, como o berço do sistema representativo,⁷⁷⁸ não atentando para o fato de que o princípio representativo já fora esboçado na Hispânia visigótica, como fez ver *Lord Acton*, para quem o sistema representativo, a que chamou “sistema parlamentar”, hispânico é o mais antigo do Mundo,⁷⁷⁹ posição com a qual concordamos, acrescentando que tal sistema foi desenvolvido, sobretudo ao longo da denominada Baixa Idade Média, nos diversos reinos da Península Hispânica, ou Península Ibérica, ali encontrando, conforme salientou José Pedro Galvão de Sousa, pela primeira vez, sua integral realização, “com a participação do elemento popular nas assembléias representativas”.⁷⁸⁰

Reputava Alencar que o sistema político representativo, mesmo com os sucessivos melhoramentos que, em sua opinião, recebera ao longo dos séculos, sobretudo na Inglaterra, estava longe do que deveria ser verdadeiramente. “O que actualmente existe”, escreveu, “não passa de um arremedo do principio”, sendo “por uma pertinacia muito commum nos

---

⁷⁷⁵ Idem, p. 11-12.

⁷⁷⁶ Idem, p. 12.

⁷⁷⁷ Idem, loc. cit.

⁷⁷⁸ Idem, p. 13.

⁷⁷⁹ John Emerich Edward Dalberg-Acton, First Baron ACTON, *Essays on Freedom and Power*, Boston, The Beacon Press, 1949, pp. 61-62.

⁷⁸⁰ José Pedro Galvão de SOUSA, *Da representação política*, São Paulo, Edição Saraiva, 1971, p. 114.

erros inveterados” que os povos, segundo ele, costumam perseverar em “dar o titulo de representação ao que realmente é sua completa negativa”.⁷⁸¹

No sistema representativo moderno, segundo sintetizou o autor, a Nação ou parte dela elege os homens que deverão exercer a “porção de soberania” necessária à direção do Estado. Tal eleição é vencida em escrutínio à absoluta ou relativa maioria de votos. Isto significaria, nas palavras do pensador patricio, “o dominio exclusivo da maioria e a annulação completa da minoria; eis portanto o pensamento iniquo e absurdo sobre que repousa actualmente o governo representativo”.⁷⁸²

Sempre que, na preleção de Alencar, “um preconceito desvia nossa razão da justiça, a logica dos principios, em vez de a devolver á verdade a arreda fatalmente do alvo”. Deste modo,

imagine-se sobre a base actual o governo mais democratico, e se terá pura e simplesmente creado um odioso despotismo. Desenvolvendo-se largamente um falso germen, produz-se a tyrannia da multidão, como nunca existiu, nem mesmo nas republicas da antiguidade.

Nestas, muitas vezes o povo arrastado por demagogos que o insuflavão, opprimia o fraco; porém, depois de ouvir sua defesa. Muitas outras foi vencido pela voz eloquente do orador inspirado na verdade e na justiça. A republica moderna esmaga a minoria, depois de a reduzir ao silencio; e crea fórmas que mantém a permanencia da tyrannia popular, ao passo que diffulta os generosos anseios da plebe.⁷⁸³

A magna diferença que Alencar via entre essas “republicas” antigas, entre as quais cita, como exemplo, a Atenas democrática, e as democracias modernas, reside no fato de que, naquelas, tinha o povo o poder de fazer muito mal, mas também de fazer muito bem e, “se commettia grandes crimes, illustrava-se por virtudes heroicas”, ao passo que nos governos ditos representativos modernos tem o povo “o poder de fazer muito mal, mas não tem o de fazer muito bem”.⁷⁸⁴

Segundo o juízo do autor de *O guarani*, os Estados Unidos da América nos forneceriam “um exemplo frisante” a respeito do grave vício do sistema representativo moderno:

A maioria ali é onnipotente e por conseguinte despota. São bem conhecidas as obras relativas ao governo e aos costumes da grande confederação [sic]

⁷⁸¹ José de ALENCAR, *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 13.

⁷⁸² Idem, p. 14.

⁷⁸³ Idem, pp. 14-15.

⁷⁸⁴ Idem, p. 15.

americana. A opressão que exerce a opinião geral e sua intolerancia é um traço tão saliente desse paiz, que se revela ao estrangeiro, no menor accidente, sem que haja de sua parte proposito observador.⁷⁸⁵

Na expressão de Alencar, “indivíduo, jornal, idéa ou religião” que se tornasse odioso à maioria seria, naquele país, “imediatamente suprimido”. Ainda de acordo com ele, sempre baseado, em suas considerações a respeito dos Estados Unidos, principalmente nas observações de Alexis de Tocqueville sobre o governo e a cultura daquela nação, a oposição só era ali admitida “no limite da paciencia do maior numero” Quando esta, porém, se esgotasse, “a liberdade de uns” ficaria “imediatamente sequestrada em bem do arbitrio de outros”.⁷⁸⁶

Do despotismo da maioria, que José de Alencar, da mesma forma que o autor de *Democracia na América*, via na pátria de Jefferson, resultavam, em seu dizer, “consequencias lamentaveis”. Sob a afronta da constante submissão” à maioria, a minoria ali às vezes recorria, com efeito, “á surpresa e á força para fazer vingar sua idéa, ou sequer manifestal-a”. Era então a Autoridade coagida a defender a ordem, dizimando, “nas ruas e praças as turbas amotinadas”.⁷⁸⁷

Não devia ser, pois, o sistema estadunidense, para o Conselheiro Alencar, “o prospecto da verdadeira democracia”, ou, do contrário, deveríamos, em sua expressão, confessar “que esse grande problema politico é insolúvel; e o bom governo um phenomeno apenas, dependente do concurso de circumstancias fortuitas, como a indole do povo e a virtude dos eleitos”.⁷⁸⁸

Nas denominadas monarquias representativas, que tinham por modelo a Inglaterra, ao contrário, a maioria não exercia, no sentir do autor cearense, um exclusivo domínio. Isto porque, em tais nações, as constituições políticas criavam embaraços, obstáculos a tal domínio, tanto “com a permanencia de certos depositarios do poder” quanto com “as restricções do direito de voto”.⁷⁸⁹

---

⁷⁸⁵ Idem, loc. cit.

⁷⁸⁶ Idem, p. 16.

⁷⁸⁷ Idem, loc. cit.

⁷⁸⁸ Idem, loc. cit.

⁷⁸⁹ Idem, p. 17.

Tantas cautelas geravam, por diversas vezes, resultado contrário ao fim do governo, isto é, o “menor numero” dominava “a totalidade”. Tal “tyrannia”, ainda que aparentemente fosse mais iníqua do que a tirania da maioria, se revestia, segundo o entendimento do autor, “de maior prudencia”. Isto porque, estando na oposição a “força material da quantidade”, a “parte minima que usurpou o poder evita exasperal-a”.⁷⁹⁰

Sendo “a injustiça com que a minoria governa a maioria”, em essência, “a mesma com que esta parte opprime aquela”, há, em ambos os casos, no dizer do publicista, a “usurpação de um direito”. Daí reputar ele que, a despeito de menos distantes da verdadeira Democracia, do autêntico sistema representativo, do que a União norte-americana, estavam as monarquias representativas ainda assaz longe “de offrecer o typo de governos justos e racionaes”.⁷⁹¹

No entanto, ofereciam as instituições a tais monarquias, no juízo do publicista, “uma compensação pratica”, visto que nelas “a propria incoherencia das leis” favorecia a ponderação, o equilíbrio das forças, donde se observar, nestas monarquias, “um equilibrio dos varios elementos sociaes”.⁷⁹²

A inversão que por vezes dava, em tais monarquias, o poder à minoria, equivalia, em seu sentir, “a uma reparação da anterior oppressão”, servindo, ainda , “de correctivo á maioria quando governa”, uma vez que a adverte de que pode também ser governada.⁷⁹³

Em suma, nestas “anomalias” havia, no modo de ver do autor, “erupções da verdade comprimida que rebenta aqui e ali através dos obstáculos” e que, ao menos, tinham o condão de lançar sobre a história de tais nações “reflexos da verdadeira democracia”. O Direito não era, nestes países, “eternamente aniquilado pela força”, pois “uma especie de remorso

---

⁷⁹⁰ Idem, loc. cit.

⁷⁹¹ Idem, loc. cit.

⁷⁹² Idem, loc. cit.

⁷⁹³ Idem, loc. cit.

tradicional” o restauraria, lhe conferindo, afinal, o “triumpho”, ainda que efêmero.⁷⁹⁴

Passando a tratar dos fundamentos do direito da maioria ao governo da Nação, que, por confusão, em nosso entender, grave, chamou “estado”,⁷⁹⁵ ponderou José de Alencar que só existem dois fundamentos capazes de justificar o referido direito, cada qual, segundo ele, “mais injusto e repugnante com a razão”. Podia, com efeito, “a maioria deduzir seu direito da força material ou da força jurídica” que nela residia, isto é, “da força material, como elemento coercitivo essencial á execução da lei”, ou “da força jurídica porque encerra mais avultada somma de direitos”.⁷⁹⁶

Caso prevalecesse, segundo o publicista, o primeiro de tais fundamentos, e “o gráo de força regulasse a superioridade do direito”, ou, em outras palavras, o direito da força fosse superior à força do Direito, as “consequencias seriam deploraveis” e seria também legítima uma tirania da minoria caso esta, “pela riqueza, posição adquirida ou qualquer outra circumstancia fortuita, se achasse mais poderosa”. Em uma palavra, na frase do autor, “o despotismo da realeza ou da aristocracia seria um governo legitimo e justo”.⁷⁹⁷

O segundo dos fundamentos aludidos, por seu turno, não é capaz de “tão grosseiros absurdos”, mas também inverte as “normas da justiça”. Em última análise, como fez ver o autor, a força jurídica da maioria pode ser resumida no axioma de que, “em proporção dous direitos, valem mais do que um direito”, fórmula matemática que, uma vez “applicada á racionalidade humana, repugna logo ao espirito”.⁷⁹⁸

Caso professemos tal princípio, afirmando “o maior valor de um direito em razão de sua quantidade, a justiça será uma questão de numero”. Assim, uma nação com cinquenta milhões de pessoas, ou de direitos, como tinha, então, a Inglaterra, teria sempre “mais razão e justiça do que o

---

⁷⁹⁴ Idem, pp. 17-18.

⁷⁹⁵ Idem, p. 18.

⁷⁹⁶ Idem, loc. cit.

⁷⁹⁷ Idem, pp. 18-19.

⁷⁹⁸ Idem, p. 19.

Brazil”, então “representante apenas de uns dez milhões”.⁷⁹⁹ Prevalecendo tal princípio, ademais, “a maioria presente”, que então governava, não poderia opor qualquer obstáculo à “maioria futura”, pois, em caso contrário, haveria “uma usurpação prévia da soberania, e uma especie de despotismo hereditario”.⁸⁰⁰

Foi este o diagnóstico dos vícios do sistema representativo majoritário e da “tirania da maioria” provocada por este, diagnóstico com que, em linhas gerais, concordamos nós e que reputamos ser válido em nossos dias muito mais do que o era nos dias de Alencar, sobretudo no Brasil, País que tinha então, como freios a tal despotismo, o chamado Poder Moderador e a eleição indireta.

Feito tal diagnóstico, proclamou o autor que ainda estava longe “a revolução” que havia, segundo ele, de transformar a política, assentando “o governo da nação sobre as bases firmes do direito”.⁸⁰¹ Em seguida, salientou que já não era mais “utopia” a representação da minoria, alegando que mesmo no Brasil já havia ela penetrado no domínio da legislação, em 1856, “com a instituição gorada dos circulos eleitoraes”, sublinhando, ainda, que “a instituição do jury” era “a mais brilhante homenagem prestada pela actual ordem de cousas á verdadeira e sã democracia”, pois, para que um cidadão fosse jurado, não era necessário pertencer este a um “partido vencedor”.⁸⁰²

Ao cuidar da chamada Democracia originária, escreveu Alencar que “o ideal da sociedade”, o qual seria o verdadeiro sistema representativo, ou a verdadeira Democracia, se podia traduzir “em uma fórmula breve e simples”, que vem a ser “o governo de todos por todos, a independencia de cada um por si mesmo”.⁸⁰³ Aí está, na frase do publicista, “o contraste perfeito das duas liberdades, a liberdade politica e a liberdade civil”. Segundo ele,

---

⁷⁹⁹ Idem, loc. cit.

⁸⁰⁰ Idem, p. 20.

⁸⁰¹ Idem, p. 23.

⁸⁰² Idem, loc. cit.

⁸⁰³ Idem, p. 25.

A personalidade, o homem juridico, tem duas faces, uma social, outra individual; seu destino assim o reclamava. Sem alguma dessas maneiras de ser elle representaria uma multidão ou um animal, porém não o homem.⁸⁰⁴

Condenando, por um lado, o “egoismo”, que valoriza o indivíduo em detrimento da comunidade, e, por outro, o “comunismo”, que só dá valor à coletividade, em detrimento do indivíduo, escreveu Alencar logo em seguida que é “da luta do egoismo com o comunismo que se fórma a sociedade”.⁸⁰⁵

A “pessoa social” é, na expressão do escritor, “uma simples molecula da grande mónada politica” a que denominamos nação. Em tal esfera, segundo ele, “o homem figura apenas como uma particula de um todo”.⁸⁰⁶

A “pessoa individual”, ainda de acordo com o autor, é, ao contrário, independente, não podendo ser absorvida. “Nesta esfera o homem constitue um ser integral”.⁸⁰⁷

Estas duas faces da pessoa humana representam, na lição de Alencar, “o jogo da sociedade”. Da comunhão da “pessoa social” surge, de acordo com ele, a “sociedade politica”, ao passo que da pessoa individual nasceria “a cidade, a sociedade civil”.⁸⁰⁸

Adotando a teoria rousseauiana da “vontade geral”, afirmou o publicista ser “essencial fundir todas as vontades em uma só e unica para formar a lei”, não significando a “soberania nacional”, ou seja, a “soberania popular” de Rousseau, “uma soma de vontades”, mas sendo “um poder indiviso que emana da totalidade do paiz”, assim como “uma vontade maxima e plena formada pela concreção das vontades”.⁸⁰⁹

Seria este, na frase do escritor, “o verdadeiro poder politico” ou “*o governo de todos por todos*”, que a “sciencia” designa “com o termo conhecido de democracia”.⁸¹⁰ Contudo, como fez ressaltar ele, pode “a mais perfeita democracia” se tornar uma “servidão”, caso não respeite o Estado

---

⁸⁰⁴ Idem, loc. cit.

⁸⁰⁵ Idem, loc. cit.

⁸⁰⁶ Idem, loc. cit.

⁸⁰⁷ Idem, pp. 25-26.

⁸⁰⁸ Idem, p. 26.

⁸⁰⁹ Idem, loc. cit.

⁸¹⁰ Idem, loc. cit.

“a independencia da individualidade, resguardando a esfera da vida privada, onde funcione livremente o direito civil”.⁸¹¹

O autor qualificou esta “autonomia pessoal” de “liberdade”, pouco antes de proclamar que “é da justa combinação dos dous elementos, a democracia e a liberdade, que nasce a sociedade racional, calcada sobre o direito e digna da creatura intelligente”.⁸¹²

Havendo afirmado que “as designações de monarchia e aristocracia só devem servir actualmente para designar um modo de ser do principio democratico”, fazendo ressaltar que, “no dominio das verdadeiras idéas, se concebe uma monarchia mais puramente democratica que uma republica”, declarou Alencar que o Brasil, com sua Constituição, por ele, reputada essencialmente democrática, a partir do momento em que reformasse seu sistema representativo, assentando “o principio da representação em sua base racional, consagrando o concurso directo da minoria no governo”, seria “um paiz muito mais democratico do que a onnipotente olygarchia dos Estados Unidos, onde uma parte da nação tyrannisa a outra”.⁸¹³

Como enfatizou o autor de *A propriedade*, a Democracia foi, na Antiguidade, “exercida immediata e directamente pelo povo”. Segundo ele, o homem dava-se então integralmente à “cousa publica”;⁸¹⁴ a ágora, onde não apenas se votava, mas também se discutia e se deliberava e na qual todos tinham voz,⁸¹⁵ “representava o grande recinto da nação”, e o demos, ou a demos, como escrevia o publicista, funcionava a um só tempo como assembleia, conselho e tribunal, concentrando em si as três funções clássicas do Poder.⁸¹⁶

A moderna civilização, contudo, “não comporta esse governo da praça”, tanto por se terem alargado sobremaneira os limites do Estado, o que torna absolutamente impossível o ajuntamento de todos os cidadãos em um só comício, quanto pelo fato de a política haver tomado “largas

---

⁸¹¹ Idem, loc. cit.

⁸¹² Idem, p. 27.

⁸¹³ Idem, p. 34.

⁸¹⁴ Idem, p. 35.

⁸¹⁵ Idem, p. 36.

⁸¹⁶ Idem, p. 35.

proporções”, adquirindo mesmo “fóros de sciencia”, tornando-se, assim, “inacessível ás turbas”. Destarte, teve a Democracia de tomar a forma indireta, ou representativa, sendo, em tal transformação, “completamente pervertida pelo falso principio do governo da maioria”.⁸¹⁷

Urgia, pois, no sentir do publicista, restaurar, restabelecer “a verdadeira noção da democracia”, e, quando isto se fizesse, a representação tomaria “outro e nobre aspecto”. Evidente era, em sua opinião, que uma nação somente estaria verdadeiramente representada quando “seus elementos integrantes” o estivessem, “na justa proporção das forças e intensidade de cada um”. A representação devia, com efeito, reproduzir, com a maior exatidão, a “função ampla do governo popular”, que não se via desde a Antiguidade.⁸¹⁸

Deste modo, tão somente seria legítimo o sistema representativo quando este concentrasse “todo o paiz no parlamento, sem exclusão de uma fracção qualquer da oppinião publica”. Na representação, que devia, em seu entendimento, ser a “copia fiel” do “comicio”, seria mister que a totalidade das convicções tivesse voz e tivessem “todos os elementos sociaes um órgão para defender suas idéas”. O que então existia nos “paizes constitucionaes”, não era, para ele, “representação, porém mera delegação”, neles uma parte da nação exercendo “o despotismo sobre a outra” e, como a maioria, “esse tyranno colectivo”, era incapaz de estar sempre unida e ativa, competia a “alguns indivíduos de seu seio a gerencia da cousa publica, a cargo algumas vezes de muita violencia e torpeza”.⁸¹⁹

A “maior anomalia” de tal sistema,⁸²⁰ no qual o Parlamento era, como ainda hoje o é, “o representante da maioria, e não o representante da nação”,⁸²¹ residia no fato de que o “despotismo erigido em proveito da maioria reverte contra ella propria”. Tal é o caso, na preleção do autor, de um país em que, após vencida a eleição em determinado sentido, se altera a opinião do Parlamento, “persistindo, porém, inalterável” aquilo a que o

---

⁸¹⁷ Idem, pp. 35-36.

⁸¹⁸ Idem, pp. 36-37.

⁸¹⁹ Idem, p. 37.

⁸²⁰ Idem, p. 38.

⁸²¹ Idem, p. 39.

publicista denominou “a opinião nacional”. Neste caso, a maioria, “em vez de governar, será (...) governada pela vontade da minoria”. É impossível, na frase de Alencar, “haver prova mais cabal do absurdo de tal systema”.⁸²²

O autor de *Til* e de *O gaúcho*, para quem, em última análise, o “ideal do governo é que a democracia se realize no parlamento por meio da representação com o mesmo caracter integral da democracia originaria, impossivel na actualidade”, sendo tão somente em tal condição que o “systema representativo será um governo legitimo”,⁸²³ proclamou que, em seu tempo, não era mais uma “utopia” que se dissipasse “ante a realidade” a “justa e igual representação de todas as opiniões politicas de um paiz”. Revelava-se tal ideia, aos seus olhos, mesmo como “uma lei positiva”, apenas carecendo de ter sua vez para se desenvolver e “demonstrar sua perfeita exequibilidade”.⁸²⁴

Os diversos métodos que tinham sido até então sugeridos para solucionar o problema da representação das minorias podiam ser reduzidos, segundo o publicista, a quatro classes, a saber:

- I.- Restricção do voto da maioria.
- II.- Ampliação do voto da minoria.
- III.- Especialisação do voto.
- IV.- Unidade absoluta do voto.⁸²⁵

O método restritivo consiste, segundo sintetizou Alencar, “na limitação das chapas”. Em um determinado número de representantes, só pode o votante eleger nomes até dois terços da totalidade, de sorte que “a apuração final apresente um resultado mixto”, ou seja, “duas partes de eleitos da maioria, e uma parte de eleitos da minoria”.⁸²⁶

Tal ideia ocorrera ao publicista anos antes e fora sustentada em seus artigos no *Jornal do Commercio*, em janeiro de 1859, e, em Inglaterra, tinha seu arauto na pessoa de *Lord John Russell*, que a empregara em um dos projetos por ele apresentados ao Parlamento Britânico, embora com aplicação restrita a certas circunscrições de três deputados.⁸²⁷ No Brasil,

---

⁸²² Idem, pp. 38-39.

⁸²³ Idem, pp. 46-47.

⁸²⁴ Idem, p. 49.

⁸²⁵ Idem, loc. cit.

⁸²⁶ Idem, loc. cit.

⁸²⁷ Idem, p. 50.

dezesseis anos após haver sido suscitada por Alencar, no aludido jornal, tal método de restrição de voto da maioria, conhecido como “voto limitado”, foi introduzido no sistema eleitoral pelo Decreto n. 2675, de 20 de outubro de 1875, conhecido como a “Lei do Terço”. Revogado em 1881, pela Lei n. 3029, de 09 de janeiro, de iniciativa liberal, conhecida como “Lei Saraiva”, que estabeleceu a eleição direta e o retorno dos distritos uninominais, voltaria à nossa legislação em 14 de outubro de 1887, com o Decreto n. 3.340, de iniciativa dos conservadores, encabeçados pelo Barão de Cotequipe, então Presidente do Conselho de Ministros, e assinado, em primeiro lugar, pela Princesa Isabel, Regente do Império. Em 1892, já, portanto, no período republicano, foi o voto limitado igualmente consagrado, pela Lei n.35, de 26 de janeiro, só sendo extinto após a chamada Revolução de 1930.⁸²⁸

A despeito de ainda reputar ser tal sistema superior “ao regimen vigente”, não deixou Alencar de reconhecer o fato de que passara a ver nele “alguns inconvenientes, e graves”, que denotavam não ser ele completo e estar “longe de satisfazer o escôpo da perfeita democracia”. O primeiro deles seria a “incerteza da representação das fracções ou minorias inferiores, desde que o direito fica dependente de circumstancias fortuitas e accidentaes”, tendo em vista que, havendo várias minorias, apenas uma delas ocuparia o chamado “terço”, não ficando margem para as demais opiniões minoritárias, que, contudo, igualmente deveriam ter seus representantes.⁸²⁹

O método ampliativo, concebido pelo escritor inglês James Garth Marshall,⁸³⁰ ainda menos preencheria a necessidade de representação das minorias, segundo o autor de *Sonhos d'ouro*. Reduz-se tal método, na expressão deste, “a uma engenhosa combinação calcada sobre certos dados, mas inteiramente fallivel na pratica”. Nele, o votante de um círculo composto de três deputados teria direito a três votos, podendo distribuí-los entre candidatos diferentes ou cumulativamente em um só candidato.

⁸²⁸ Walter Costa PORTO, *Dicionário do voto*, 2ª edição, Brasília, UNB, 2000, pp. 449-453.

⁸²⁹ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, pp. 50-51.

⁸³⁰ Cumpre notar que, diversamente do que consta na página 51 da primeira edição de *O systema representativo*, a inicial do prenome de Marshall é “J” e não “I”.

Calculou o autor de tal método que a minoria, reconhecendo sua impotência para eleger mais de um representante, empregaria todos os votos em um mesmo candidato, assim obtendo ele “um dos logares da lista”. Contudo, como fez ver Alencar, se tal minoria for inferior ao terço, não elegerá nenhum representante, e se, ao contrário, for superior a tal terço, poderá, pela multiplicação de seus votos, se constituir maioria, elegendo dois candidatos.⁸³¹

O terceiro método, ou sistema, analisado pelo autor das *Cartas de Erasmo* foi o método da especialização do voto, que nada mais é do que a representação profissional, ou corporativismo, que o autor chamou de “representação por classes”⁸³² e que teria grande força entre os últimos decênios do século 19 e os primeiros do século 20, sobretudo entre os pensadores católicos. Apreciando tal ideia com base na obra do historiador francês Jean Guadet⁸³³ intitulada *De la représentation nationale de France*, de 1863, frisou o publicista patricio que o supracitado autor apreciara “com justo criterio o vicio organico do actual systema representativo”, propondo “o correctivo da representação por classes”. Neste sistema, “cada ordem de interesses sociaes teria o direito exclusivo de escolher seu órgão no parlamento”. Destarte, os comerciantes, advogados, agricultores e demais profissionais “formarão seus comicios á parte para eleições dos seus deputados”.⁸³⁴

Embora reconhecesse que a ideia da representação profissional manifestava uma “nobre preocupação á verdade do systema representativo”, julgou Alencar que esta não solucionaria o problema das minorias, visto que a escolha dos representantes de cada profissão estaria “sujeita á tyrannia do maior numero”.⁸³⁵

A “autonomia dos diversos interesses sociaes”, que, em seu sentir, a princípio se revelava “sob um aspecto generoso”, teria sido, em sua opinião, aproveitável em uma “epocha anterior”, quando o direito de todos

---

⁸³¹ José de ALENCAR, *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, pp. 51-52.

⁸³² Idem, p. 53.

⁸³³ Cumpre ressaltar que, diferentemente do que consta na página 53 da primeira edição de *O systema representativo*, o sobrenome do historiador francês é Guadet e não Gadet.

⁸³⁴ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 53.

⁸³⁵ Idem, loc. cit.

à representação ainda não passara a ser um “dogma”. Ademais, temeu Alencar que, sob o regime corporativo, se tornasse o Parlamento dominado por interesses puramente materiais das diversas profissões.⁸³⁶

Passando ao quarto e último sistema, ou método, de representação das minorias, afirmou o autor de *Senhora* que, caso não estivesse enganado, fora o publicista e político francês Émile de Girardin⁸³⁷ quem iniciara, em sua obra *Politique universeille*, de 1852, a ideia da unicidade do voto para uma eleição múltipla. Segundo a ideia de Girardin, qualquer que fosse o número de cargos a serem preenchidos, teria o cidadão tão somente um voto. Destarte, a operação final desenharia não apenas as diversas “feições da maioria, como as gradações da minoria”. O inglês Thomas Hare, segundo Alencar, teria retocado tal ideia, pondo-lhe uma restrição que visava tornar “a representação mais proporcional e equilibrada”.⁸³⁸

A base do sistema idealizado por Hare é, no resumo do publicista brasileiro, a que se segue. Sobre a totalidade dos votantes é marcada a quota necessária para se eleger um representante. Caso sejam, por exemplo, dois milhões de votantes, cada fração de dez mil poderá escolher “livremente, sem receio de opressão da maioria, seu órgão legítimo”.⁸³⁹

Como salientou, contudo, o autor, reconheceu o próprio Thomas Hare “a possibilidade de accidentes que desviassem o principio da sua verdadeira sede”. Podia, com efeito, o candidato votado não obter a quota de sufrágio necessária à elegibilidade, e, deste modo, o votante perder o seu voto, como também podia um candidato absorver elevado número de votos que se tornariam inúteis para ele e faltariam a outros candidatos.⁸⁴⁰

Tentando obviar tais acidentes, sugeriu Hare que as chapas contivessem vários nomes, não sendo, porém, apurado senão o primeiro. Caso este não obtivesse a quota necessária e ficasse “fóra de combate”, ou atingisse ao máximo, estando, pois, “definitivamente eleito”, passar-se-ia a

---

⁸³⁶ Idem, pp. 53-54.

⁸³⁷ É mister notar que, diversamente do que consta na página 54 da primeira edição de *O systema representativo*, o sobrenome do publicista e político francês é Girardin e não Gerardin.

⁸³⁸ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 54.

⁸³⁹ Idem, pp. 54-55.

⁸⁴⁰ Idem, p. 55.

apurar o candidato imediato e assim sucessivamente. A apuração de tal sistema, contudo, seria, segundo Alencar, muito complicada e trabalhosa e estaria ele facilmente sujeito a erros e fraudes. Em círculos de vários votantes, aliás, deveriam ser guardadas as cédulas apuradas até que o resultado final indicasse não ter o candidato obtido o máximo elegível. Assim, seria mister recorrer às mesmas cédulas por diversas vezes, para contar os nomes seguintes, os quais, do mesmo modo que o primeiro, podiam não obter a quota necessária.⁸⁴¹

Também preconizado por Stuart Mill, como fez salientar o autor de *O systema representativo*,⁸⁴² e semelhante àquele de Andrae, a quem Alencar seguramente desconhecia, havendo sido, ademais, adotado, a partir de 1921, nas eleições parlamentares da República da Irlanda, tal sistema tinha, segundo o escritor patricio, “outros defeitos salientes”,⁸⁴³ além daqueles já apontados, sendo o maior deles, reputado pelo poeta de *Os filhos de Tupã* “o vicio intrinseco” de tal ideia, a necessidade que nele havia, em seu juízo, de “restringir e acanhar a representação”. Isto lhe roubaria “toda virtude” e adulteraria “ainda mais talvez do que a actual organização do parlamento, fundada sobre o principio da maioria”.⁸⁴⁴

Destarte, corresponderia este sistema, em suma, ao contrário daquilo que seria, no sentir alencarino, a “verdadeira e pura democracia”, isto é, “o governo de todos por todos, da nação pela nação”, correspondendo ao “*self government*” de que nos falam os ingleses, ou “autocracia”, termo que para o autor tem este sentido, não designando, pois, como é mais comum, a Monarquia absoluta russa. A única representação capaz de, em seu entender, “realizar com rigorosa fidelidade essa democracia” seria aquela em que todas as diversas “opiniões de um paiz reunidas em collegio escolhessem os seus representantes legitimos”. Seria, na frase do escritor e político patricio, “Athenas elegendo, e não governando”.⁸⁴⁵

---

⁸⁴¹ Idem, p. 55.

⁸⁴² Idem, loc. cit.

⁸⁴³ Idem, p. 56.

⁸⁴⁴ Idem, p. 58.

⁸⁴⁵ Idem, p. 59.

Contudo, como reconheceu o autor, seria tal generalização do voto absolutamente impossível nos dias que então corriam, em qualquer país e, sobretudo, “naquelles de extenso territorio, difficil transito e frouxa moção da idéa, como o Brasil”. Já em países por ele considerados “mais adiantados”, a contagem e a apuração dos votos seriam dificultadas pela “exuberancia da população”. Todavia, “sujeitando-se ás condições de sua imperfeição”, devia o ente humano, segundo seu entendimento, “trabalhar o possivel para se aproximar da verdade”.⁸⁴⁶

Isto posto, cumpre notar que, na opinião do Conselheiro José de Alencar, em todos os quatro sistemas, ou métodos, de representação que visavam incluir as minorias há pouco analisados, “havia fragmentos da verdade, porém embuidos ainda em fórmulas erroneas”.⁸⁴⁷

Diante disto, apresentou ele um novo sistema, “fructo da propria investigação” e que não designou “com um termo qualquer, porque a ser verdadeiro nenhum outro lhe compete além da denominação technica de systema representativo, de que será a virtual realisação”. Se, porém, em suas palavras, “falso, não merece qualificação scientifica, e se reduzirá a vã utopia”.⁸⁴⁸

A fim de obter uma “verdadeira representação nacional”, o “meio unico e efficaz” seria, segundo Alencar, o que se segue. Todas as diversas opiniões políticas de uma nação, quantas forem elas, mutuamente discriminar-se-ão, “separando-se umas das outras, constituindo um todo á parte”. Assumida, deste modo, por cada partido, “sua autonomia representativa, elegerá elle do proprio seio, sem alheia intervenção, como negocio privativo e interno de sua communhão, um numero de representantes, proporcional á soma de soberania nelle residente”.⁸⁴⁹

Assim, em um país que tenha dois milhões de cidadãos votantes, cada fração de cinquenta votantes escolhe um eleitor ao qual “confere os poderes para a nomeação de seu representante”, sendo, assim, quarenta mil os

---

⁸⁴⁶ Idem, loc. cit.

⁸⁴⁷ Idem, p. 63.

⁸⁴⁸ Idem, loc. cit.

⁸⁴⁹ Idem, pp. 63-64.

eleitores. Suponhamos, prosseguiu o autor, que tal número se reparta pelas “diversas opiniões nacionaes” da seguinte forma:

Partido conservador.....	16.000
Partido liberal.....	14.000
Partido moderado.....	5.000
Partido radical.....	3.000
Partido dynastico.....	2.000. ⁸⁵⁰

Compondo-se o Parlamento de duzentos membros, deve corresponder, segundo Alencar, a cada representante a quota de duzentos eleitores. Deste modo, cada uma das diferentes opiniões da nação, “como acto proprio e exclusivo”, elege seus representantes na proporção seguinte:

Partido conservador.....	80
Partido liberal.....	70
Partido moderado.....	25
Partido radical.....	15
Partido dynastico.....	10. ⁸⁵¹

Caso, em razão de uma divergência interna, se destaque de algum de tais partidos uma fração, desde que “essa nuance de opinião” obtenha o apoio de uma fração representável, ou seja, dez mil votantes e duzentos eleitores, terá o direito de enviar seu órgão representativo ao Parlamento.

O “padrão” de tal sistema, isto é, do sistema que reputava corresponder à verdadeira “democracia representativa”, estava na combinação de “dous principios cardeaes”, a saber, a “autonomia de cada partido ou opinião para escolha de seus representantes” e “toda a possível latitude do voto afim de imprimir-lhe o Maximo caracter nacional, desvanecendo as divisões locaes”.⁸⁵²

Antes de encerrar o presente capítulo, reputamos ser oportuno tecer algumas considerações a respeito da questão do voto no pensamento de José de Alencar, com base em suas reflexões a respeito deste, no segundo livro de *O systema representativo*, que foi, aliás, recentemente transcrito, integralmente, na obra coletiva *O sufrágio universal e a invenção democrática*, organizada por Letícia Bicalho Canêdo,⁸⁵³ o que comprova sua importância. Nele se encontra, com efeito, o mais ardoroso panegírico do

⁸⁵⁰ Idem, p. 64.

⁸⁵¹ Idem, loc. cit.

⁸⁵² Idem, p. 67.

⁸⁵³ *O voto*, in Letícia Bicalho CANÊDO (Organizadora), *O sufrágio universal e a invenção democrática*, São Paulo, Estação Liberdade, 2005, pp. 65-104.

sufrágio universal publicado em livro no Brasil do século 19, assim como a mais violenta refutação do censo, do mesmo modo que, ao contrário, no capítulo IV do livro *Systema eleitoral no Brazil: como funciona, como tem funcionado, como deve funcionar* (1872), do advogado, banqueiro e político liberal Francisco Belisário Soares de Souza, igualmente transcrito na supracitada obra,⁸⁵⁴ se encontra a mais implacável refutação do sufrágio universal publicada em livro no Império brasileiro.

Isto posto, cumpre assinalar que a posição de José de Alencar a respeito do sufrágio universal não correspondia de maneira alguma àquela dominante no Partido Conservador, bastando lembrar, neste sentido, a defesa do censo feita por Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, nas páginas da obra *Do Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, de 1857.⁸⁵⁵ Do mesmo modo, vale ressaltar que, embora a esmagadora maioria dos liberais aceitasse a instituição do censo e se opusesse ao sufrágio universal, a crítica de Francisco Belisário Soares de Souza a este, a que se referiu como “o instrumento cego e dócil de todos os despotismos, partam da demagogia ou da autocracia”,⁸⁵⁶ não passando, em suma, de vã utopia da “escola ultrademocrática, vítima eterna de absurdas e extravagantes ilusões”,⁸⁵⁷ é uma crítica muito diversa daquela que os outros liberais fariam, alicerçada que está, sobretudo, nos ensinamentos de Aristóteles, Xenofonte e Isócrates, por ele citados,⁸⁵⁸ não tendo mesmo a aparência de ter sido escrita por um liberal.

Faz-se mister notar, ainda, que Alencar reconhecia os vícios do sufrágio universal, desde que fosse este por eleição direta, julgando estarem tais vícios suprimidos pela eleição indireta e pela representação proporcional, assim como, em monarquias constitucionais, pelas chamadas “prerrogativas da Coroa”, reunidas, no Brasil, no denominado Poder Moderador, visto como “centro de resistência para conter as impaciências

---

⁸⁵⁴ *Condições e garantias do exercício do voto*, in Letícia Bicalho CANÊDO (Organizadora), *O sufrágio universal e a invenção democrática*, São Paulo, Estação Liberdade, 2005, pp. 105-113.

⁸⁵⁵ *Do Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, in Marquês de São Vicente, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 268-269.

⁸⁵⁶ *Condições e garantias do exercício do voto*, In Letícia Bicalho CANÊDO (Organizadora), *O sufrágio universal e a invenção democrática*, São Paulo, Estação Liberdade, 2005, p. 107.

⁸⁵⁷ Idem, p. 110.

⁸⁵⁸ Idem, p. 108.

da maioria”.⁸⁵⁹ Para ele, com efeito, como ressaltou em discurso proferido na Câmara dos Deputados a 13 de julho de 1874, “a eleição indireta” era mesmo “o verdadeiro corretivo dos abusos do sufrágio universal”, desde que combinada “com a representação das minorias”, sob ela podendo o legislador “afoitamente, sem o menor receio”, permitir que a liberdade de voto se expandisse “em toda sua plenitude”.⁸⁶⁰ Já a eleição direta por sufrágio universal, “como a Democracia primitiva”, desterraria “Aristides por justo”, condenaria “Sócrates por sábio”, e elevaria “Alcibíades por seu luxo” e “Sila por sua tirania”,⁸⁶¹ sendo, em última análise, um caminho para a “tirania coletiva”, por ele reputada, com efeito, como declarou em outro de seus discursos, “a mais bárbara das tiranias”.⁸⁶²

Ademais, tal sistema, que dera à França “uma República efêmera e o Governo pessoal de Napoleão III”,⁸⁶³ por ele abominado, era, na sua opinião, inconstitucional, donde dever merecer a especial atenção “do Partido Conservador, do Partido das tradições nacionais, do Partido da Constituição”.⁸⁶⁴

Releva notar que a condenação da eleição direta por Alencar sem dúvida foi, em alguma medida, influenciada por Alexis de Tocqueville que, em *A Democracia na América*, atribuiu a imensa superioridade intelectual dos senadores estadunidenses sobre os membros da Câmara dos Representantes daquele país ao fato de ser a eleição dos últimos direta e a dos primeiros indireta.⁸⁶⁵ Ademais, para o autor de *O Antigo Regime e a Revolução*, tanto quanto para o publicista patricio, a eleição indireta, ou, em outras palavras, por duplo grau, era também “o único meio de colocar o uso da liberdade ao alcance de todas as classes do povo”.⁸⁶⁶

---

⁸⁵⁹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 439.

⁸⁶⁰ *Idem*, p. 455.

⁸⁶¹ *Idem*, p. 472.

⁸⁶² *Idem*, p. 453.

⁸⁶³ *Idem*, p. 425.

⁸⁶⁴ *Idem*, p. 426.

⁸⁶⁵ *A Democracia na América*, Livro 1, *Leis e costumes (De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático)*, Tradução de Eduardo Brandão, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 235.

⁸⁶⁶ *Idem*, p. 236.

Quanto ao voto em si, foi este assim definido pelo Conselheiro Alencar: “O voto não é, como pretendem muitos, um direito politico, é mais do que isso, é uma fracção da soberania nacional; é o cidadão”.⁸⁶⁷

Uma vez “restituído o voto”, como pretendia ele, “ao seu verdadeiro caracter de representação politica do homem”, desapareceria “uma pretendida anomalia”, em seu entender, “notada no geral das constituições, e especialmente em relação á nossa tão liberal e democratica”. Nenhuma das “leis fundamentaes” de países de governo representativo, segundo ele, garantia expressamente o direito de voto, “como um direito absoluto do cidadão”. Ao mesmo tempo em que davam tal “cunho e garantia” a faculdades, em seu juízo, de ínfima relevância, tinham prescindido tais diplomas legais em relação ao voto, que, no entender do autor, era “fonte e base de toda a existencia politica”.⁸⁶⁸

Alencar, que escreveu que “o voto é o cidadão, a pessoa collectiva”,⁸⁶⁹ afirmou, durante a sessão da Câmara dos Deputados de 23 de junho de 1874, que havia duas “escolas a respeito do sufrágio”, a francesa e anglo-saxônica. A primeira delas, nascida com a chamada revolução francesa, de que o Deputado Geral pelo Ceará era um entusiástico admirador, a denominando a “grande revolução, de que datam as liberdades modernas”, entendia, segundo ele, que o voto era “um direito natural e absoluto”. A segunda, por seu turno, considerava que o voto não se constituía em direito, mas sim em um “cargo público”, em um “dever imprescindível” que “tem o cidadão designado por lei, de concorrer para o Governo do País”. A primeira de tais escolas seria verdadeira, sendo seguida pelo homem público cearense, que, por outro lado, proclamou que não se cansaria de mostrar o “absurdo” da escola anglo-saxônica.⁸⁷⁰

Para o autor de *O demônio familiar*, “no dominio da verdadeira democracia”, pertenceria o voto “rigorosamente a qualquer individuo” que fizesse parte de uma nacionalidade. Em seu sentir, do mesmo modo que, segundo o Direito Civil moderno, todo homem é considerado pessoa, em

⁸⁶⁷ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 75.

⁸⁶⁸ Idem, p. 76.

⁸⁶⁹ Idem, loc. cit.

⁸⁷⁰ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 427.

breve a Ciência Política, respondendo àquele, diria: “Todo homem é voto”.⁸⁷¹

Ainda de acordo com o publicista, “o sexo, a idade, a moléstia e outros impedimentos” inabilitavam certas pessoas ao exercício próprio, ou direto, do voto, mas estas ficavam “sujeitas como a família a seu chefe ou representante civil”, e, por intermédio deste, deviam exercer os direitos que lhes competiam.⁸⁷²

Quanto ao censo, as seguintes linhas ilustram bem a posição de Alencar a respeito deste:

Qual é (...) o criterio da capacidade eleitoral?

E’ uma cousa monstruosa que se decorou com o nome de *censo*, e que serve-se da instrucção, dos cargos, da renda, da propriedade immovel, de todos estes principios tão diversos, para aquilatar da aptidão politica do cidadão; concedendo-lhe ou recusando-lhe o uzo do voto.

Tudo isto é irrisorio, e admira como a sociedade ainda soffre esta subversão dos principios. Se admite-se como baze da capacidade politica a instrucção, parece ridiculo dar a um analphabeto patente de illustrado porque possui renda; se a baze está na propriedade, porque representa o cidadão no estado, seria disparatado revestir um titulo scientifico de igual character; se finalmente a baze é multipla e assenta em qualquer interesse legitimo, então nenhum membro pôde ser excluido, porque todos o tem, embora em minima proporção.⁸⁷³

Entendia José de Alencar que “espíritos muito illustrados”, “imbuidos da falsa noção da democracia”, viam o sufrágio universal como sendo a “delegação pura e simples da onnipotencia da maioria”, não sendo sua instituição, pois, nada mais que a instituição da “demagogia”. Para tais autores, na opinião do jurista, uma vez dispondo do governo, os mais pobres sacrificariam aos seus interesses os interesses dos mais abastados, e alterariam as distribuições da propriedade e as leis agrárias, caminhando para o “socialismo”. Ainda no entender de tais pensadores, “a parte mais ignorante da população, a menos apta para a nobre função do governo”, dirigiria “a classe illustrada e intelligente”, e o Estado seria, enfim, “invertido sobre suas bases, á semelhança de uma pyramide que pretendessem assentar sobre o vertice”.⁸⁷⁴ Porém, de acordo com o escritor, a representação das minorias, na “genuina democracia”, “onde a totalidade governa”, tornaria o “despotismo da maioria (...) apenas intermittente”, e

⁸⁷¹ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 80.

⁸⁷² Idem, loc. cit.

⁸⁷³ Idem, pp. 83-84. Grifo em itálico no original.

⁸⁷⁴ Idem, p. 83.

nela “as massas” receberiam “a irresistível direcção da classe superior”, sendo, ademais, “um instrumento poderoso na mão dos espiritos illustrados”. “A plebe”, não é, na expressão do autor, “como alguns erradamente supõem, inimiga natural das classes abastadas, a quem respeita e serve”. Inclusive, como sublinhou ele, “nenhuma das grandes revoluções foi concebida e realizada pela plebe”.⁸⁷⁵

Nesta “irresistível direcção da classe superior”, ou, em outras palavras, “dos espiritos illustrados”, cuja eleição seria, para Alencar, garantida pelo voto indireto, vemos, uma vez mais, a ideia de governo misto, posto que os representantes do povo deveriam pertencer a uma aristocracia intelectual e moral. Em outros termos, ao combinar o sufrágio universal à eleição indireta demonstrou o jurisconsulto cearense ter a mesma preocupação que, segundo Miguel Reale, teria sido aquela dos atenienses, a exemplo de Isócrates e Lísias, preocupação esta que vem a ser aquela de “harmonizar a participação popular da democracia, com o governo dos melhores, a aristocracia”.⁸⁷⁶ Nesta ideia de Alencar, em parte inspirada, sem dúvida alguma, em Tocqueville, podemos ver, ademais, como seu liberalismo não era tão radical como à primeira vista pode parecer.

Com relação ao voto secreto, releva sublinhar que José de Alencar o atacou duramente, afirmando que a defesa deste com base na suposta coação dos votantes pelo governo nas eleições em que o voto era aberto, público, se configuraria em um “emprego da hypocrisia em materia representativa”. Segundo ele, o segredo de voto não ensinaria o cidadão a ser “independente”, mas sim a ser “falso e cobarde”, sendo, em seu sentir, a “falta de sanção moral ao seu máo emprego” o “mais deploravel dos effeitos do segredo do voto”. Na sua opinião, “na sombra do anonymo” se cometiam “todas as vilezas”, traindo-se “nobres compromissos” e se escolhendo “homens só dignos de desprezo”. Isto porque, de acordo com o autor, “com o acto torpe e infame não anda em publico atado o nome de seu author ou comparte, e exposto ao escarneo e irrisão da gente”. Daí ser a

---

⁸⁷⁵ Idem, pp. 86-87.

⁸⁷⁶ *Atualidades de um Mundo Antigo*, 2ª edição, in *Obras políticas* (1ª fase-1931-1937), tomo I, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 92.

publicidade do voto, para Alencar, “essencial à democracia”, se constituindo, ademais, na base sobre a qual se construiria a “coragem cívica”.⁸⁷⁷

Eis, pois, em linhas gerais, a teoria de José de Alencar a respeito da representação política e do voto. Não concordamos com suas soluções para o problema da representação, que consideramos viciadas pelas “ficções”, “mitos”, “quimeras” do liberalismo, há muito transformados em verdadeiros “*tabus*”, como fez salientar Goffredo Telles Junior,⁸⁷⁸ mas reconhecemos a engenhosidade delas, do mesmo modo que o valor das críticas do autor de *O systema representativo* ao “despotismo da maioria”. Com relação à sua sustentação do chamado Poder Moderador, que, na prática, significava a sustentação da autoridade da Coroa, vital para a unidade, a ordem e a estabilidade do Império, podemos dizer, empregando, uma vez mais, a expressão de Oliveira Vianna, que representou ela uma manifestação de puro “idealismo orgânico”, o mesmo se podendo dizer de sua defesa da Constituição Imperial contra as utopias defendidas pelo Partido Liberal. Isto a despeito de, em nosso sentir, contrário ao dele, estar tal Constituição longe de corresponder às nossas verdadeiras tradições, o que se dava, aliás, justamente por ser ela, como tantas vezes proclamou o autor de *O guarani*, essencialmente liberal, elaborada que fora, como salientou o autor de *A Democracia e o Brasil*, por varões que, assim como Alencar, tinham recebido “o batismo indelével do pensamento europeu” de sua época, que não era senão “a doutrina burguesa do liberalismo”.⁸⁷⁹

---

⁸⁷⁷ *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868, p. 118.

⁸⁷⁸ *A Democracia e o Brasil: uma doutrina para a Revolução de Março*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965, p. 14. Grifo em itálico no original.

⁸⁷⁹ Idem, pp. 4 e 6.

CAPÍTULO IV. JOSÉ DE ALENCAR, O CIVILISTA.

Neste capítulo, procederemos à exposição de algumas das ideias de José de Alencar no campo do Direito Civil. Na primeira parte, trataremos de suas posições a respeito da escravidão, posições estas que, como restou dito na introdução do presente trabalho, acabaram por dar ao autor de *Mãe* e *O demônio familiar* a pecha de escravocrata. Em seguida, na segunda parte do capítulo, exporemos as críticas de Alencar ao *Esboço* de Código Civil de Teixeira de Freitas e, ainda, cuidaremos do esboço de Código Civil do próprio Alencar, que consta da obra póstuma *Esboços jurídicos*, de 1883. Por derradeiro, na terceira e última parte do capítulo, trataremos do direito de propriedade, segundo José de Alencar o compreendia.

IV.1 José de Alencar de Alencar e a escravidão.

No ano de 1867, mais precisamente no mês de julho, lançou José de Alencar a segunda de suas *Novas cartas políticas* de Erasmo, dirigidas ao Imperador. Datada do décimo quinto dia daquele mês, tal carta tratava, assim como as duas seguintes, da emancipação direta, isto é, por medidas legais, da escravidão, à qual se opunha tenazmente o seu autor, ainda que moralmente condenasse aquela instituição, que, em suas palavras, revoltava “a dignidade da creatura racional”.⁸⁸⁰

Tais cartas foram provocadas, sobretudo, pela Fala do Trono de 22 de maio daquele ano, na qual o Imperador Dom Pedro II afirmara que o “elemento servil no Império” não poderia deixar de “merecer

---

⁸⁸⁰ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmo*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 14.

oportunamente” a consideração dos parlamentares, “provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura”, fossem “atendidos os altos interesses” ligados “à emancipação”.⁸⁸¹ A frase do Imperador, aliás, como notou Joaquim Nabuco, não poderia ter sido “mais cautelosamente escripta, nem mais grave”. Nela, segundo o autor de *Um estadista do Imperio*, o eufemismo “elemento servil” revelava “o pejo nacional” no que dizia respeito à escravidão, enquanto a referência à “propriedade atual” excluía os direitos do proprietário sobre “os que ainda não tinham nascido”, e a alusão aos “altos interesses” da “emancipação”, “accentuando o aspecto moral da reforma”, apresentou-a “do modo o mais solemne”, tendo sido usado o termo “oportunamente” a fim de “amortecer o choque da surpresa”.⁸⁸²

No ano anterior (1866), o Senador Pimenta Bueno, depois Visconde e, em seguida, Marquês de São Vicente, apresentara cinco projetos referentes à emancipação dos escravos, numa iniciativa que conferiu ao estadista e jurisconsulto conservador paulista, na expressão de Joaquim Nabuco, “um dos lugares mais distintos entre os estadistas que prepararam a lei de 28 de Setembro de 1871”, isto é, a chamada “Lei do Ventre Livre”. No primeiro de tais projetos, cujos dispositivos tinham sido, como aqueles dos outros quatro projetos, quase que totalmente tomados das leis e decretos do Reino de Portugal relativos à emancipação em suas possessões ultramarinas,⁸⁸³ defendera Pimenta Bueno não apenas a liberdade do ventre, como também a emancipação total dos escravos, no dia 31 de dezembro de 1899.⁸⁸⁴ Em seu preâmbulo, com efeito, o autor de *Do Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* afirmara que o século 19 abrisse a “grandiosa campanha” abolicionista e antes de terminar deveria “cantar a sua immensa victoria”.⁸⁸⁵

---

⁸⁸¹ *Falas do Trono: Desde o ano de 1823 até 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária*, Brasília, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1977, p. 374.

⁸⁸² *Um estadista do Imperio: Nabuco de Araujo: Sua vida, suas opiniões, sua época*, 1ª edição, Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, tomo III (1866-1878), s/d [1899], p. 66.

⁸⁸³ Idem, p. 27.

⁸⁸⁴ Idem, p. 32.

⁸⁸⁵ Apud Joaquim NABUCO, *Um estadista do Imperio: Nabuco de Araujo: Sua vida, suas opiniões, sua época*, 1ª edição, Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, tomo III (1866-1878), s/d [1899], p. 32.

Ainda em 1866, pelo Decreto 3725-A, de 06 de novembro, fora concedida liberdade gratuita aos “escravos da Nação”, isto é, de propriedade do Estado Imperial brasileiro, que pudessem servir no Exército, então envolvido na Guerra do Paraguai, sendo o mesmo benefício estendido às esposas daqueles que fossem casados. Os efeitos de tal decreto, como frisou Joaquim Nabuco, não se puderam limitar ao diminuto círculo onde se exerceu.⁸⁸⁶

Voltemos, contudo, às *Novas cartas politicas de Erasmo*, obra que é, não apenas provavelmente, como escreveu Tâmis Parron, mas seguramente “a mais controversa”⁸⁸⁷ dentre todas as dezenas de obras saídas da pena do fecundo autor de *O guarani*. Isto porque tal obra, na qual o publicista condenou, como restou afirmado, qualquer interferência governamental em favor da emancipação dos escravos, foi interpretada por muitos, desde o tempo de sua publicação até hoje, como uma apologia da escravidão. Não julgamos, porém, válida tal interpretação, donde concordarmos com a observação de José Murilo de Carvalho no sentido de que não há em tais cartas “qualquer defesa da justiça e da moralidade da escravidão em si”,⁸⁸⁸ aliás, muito pelo contrário, como já aqui sublinhamos, sendo sua posição contrária à interferência do governo a de um “conservador”, mas, ao que parece, não a de um “escravista”.⁸⁸⁹

Em tais cartas, Alencar, definido por Carvalho “como um conservador com surtos libertários” e, “sobretudo, um convicto de suas ideias, suficientemente corajoso para remar, mesmo sozinho, contra a corrente, fosse ela formada por inimigos ou amigos”, partiu, tanto quanto nas primeiras *Cartas politicas de Erasmo*, da “importância da sobreposição dos interesses coletivos aos individuais e da ética no comportamento político”, sendo, ainda, o mesmo “convicto conservador” e “monarquista

⁸⁸⁶ *O abolicionismo*, Brasília, Editora UNB, 2003, p. 29. Obra originalmente publicada em 1883.

⁸⁸⁷ *Introdução*, in José de ALENCAR, *Cartas a favor da escravidão*, Organização e introdução de Tâmis Parron, São Paulo, Hedra, 2008, p. 9.

⁸⁸⁸ *Apresentação*, in José de ALENCAR, *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. XXVII.

⁸⁸⁹ *Idem*, loc. cit.

que reivindicava o direito de resistir ao rei para melhor o servir”⁸⁹⁰ e, sobretudo para melhor servir à Nação, que, aliás, reputava destinada “à primazia do mundo”.⁸⁹¹

Além da segunda, terceira e quarta carta, às quais aludimos e em que, como restou dito, o autor tratou da emancipação, por medidas legais, do denominado “elemento sevil”, a obra *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo* contém outras quatro cartas. A primeira de tais cartas, assim como a quinta e a sexta delas, tratam sobre a Guerra do Paraguai, enquanto a sétima e última carta, a derradeira, aliás, de todas as *Cartas de Erasmo*, se configura em um longo discurso no qual o publicista cuidou da crise, antes de tudo, moral e política a que, em seu sentir, o governo da chamada “Liga Progressista” conduzira o Império. No entender de “Erasmo”, tal governo, com seu materialismo, fizera o Brasil se assemelhar a uma nova “Carthago”, mas “sem aquella soberba aristocracia mercantil, cheia de orgulhoso patriotismo e inflexivel tenacidade, que ainda succumbida fazia estremecer Roma victoriosa”.⁸⁹² Em uma palavra, reputava ele que, por influência do governo encabeçado pela “Liga Progressista”, nos lares brasileiros não mais pendiam, “com as alegrias da familia, os penates da religião e do amor”, neles passando a haver espaço apenas para “um idolo”, que não era outro senão “o *bezerro de ouro*”, o que só produziria futuros “progressistas”.⁸⁹³ Do seio de toda esta corrupção, contudo, nasceria, segundo o autor, a semente da regeneração, da restauração do Império, do mesmo modo que “na massa putrida se desenvolve o germen de novas existencias”. Neste sentido, sentenciou Alencar, “todas as nações, onde uma vez se perverteu o espirito publico, só conseguirão restaurar-se depois do auge da corrupção”.⁸⁹⁴

A segunda das *Novas cartas politicas de Erasmo*, que, assinada a 20 de julho de 1867, se constitui, como há pouco dissemos, na primeira a tratar da emancipação, começa com críticas a Dom Pedro II, que, no sentir

---

⁸⁹⁰ Idem, p. XXVIII.

⁸⁹¹ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Sexta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 53.

⁸⁹² *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Última carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 71.

⁸⁹³ Idem, p. 74. Grifos em itálico no original.

⁸⁹⁴ Idem, p. 62.

de Alencar, teria sido “victima” da “fascinação” da “fama”, da “celebridade”, que lhe sorria da Europa e dos Estados Unidos da América, e, “deslumbrado pela visão especular”, teria abandonado “a luz pura, límpida e serena da verdadeira gloria”, para seguir um “fallaz clarão”. Assim, “proteger”, ainda que “com sacrificio da patria, os interesses de outros povos e favonear, mesmo contra o Brasil, as paixões estrangeiras”, se havia tornado a “mira unica” da infatigável “actividade” do Imperador.⁸⁹⁵

Segundo o autor de *Ubirajara*, a gratidão do povo brasileiro “por um reinado justo e sabio” não passava, com efeito, para Dom Pedro II, “de mesquinha e insignificante demonstração”, caso comparada à “celebridade européa” por ele tão cobiçada e cujas “primicias” já então principiara a colher, a ele em tal momento rendendo, “o jornalismo europeu”, as “homenagens da admiração prodiga e inexaurível, que sauda a ascensão de todos os astros da moda”.⁸⁹⁶

Considerava Alencar, contudo, que “um espirito robusto”, como aquele do Imperador do Brasil, não sofreria por muito mais tempo “o jugo da vaidade” e perceberia que, quando a “nossa joven civilisação” subisse ao apogeu, projetaria “sobre o passado”, então “presente”, “um vivo clarão”. Seria o “raio dessa luz” que haveria de “illuminar o berço do povo brasileiro e o reinado dos soberanos virtuosos” que o educassem “para o bem”. Daí não existir para o Imperador “outra fama licita e pura, senão aquella posthuma, que é a verdadeira gloria”.⁸⁹⁷

Pouco adiante, voltando a tratar dos “enthusiasmos de além mar” por Dom Pedro II, salientou “Erasmus” que o Brasil suspeitava que estes não eram “expontaneos e desinteressados”, mas obtidos á custa de concessões perigosas”. As posições tomadas pelo Imperador, nos meses anteriores àquela carta, a respeito da emancipação dos escravos, particularmente suas palavras na Fala do Trono daquele ano, se constituiria, para o publicista, em um dentre outros “verdadeiros golpes e bem profundos”, dados pela Coroa Imperial “na integridade da nação brasileira” para cortejar a

---

⁸⁹⁵ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmus*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 9.

⁸⁹⁶ Idem, p. 10

⁸⁹⁷ Idem, p. 11.

“opinião européa e americana”, sendo, em outras palavras, produto da vaidade do soberano, que desejava adquirir “foros de um rei philantropo” no exterior.⁸⁹⁸

As “doutrinas” que tinham seduzido o Imperador, longe de serem, para José de Alencar, no Brasil e naquele tempo, “impulsos generosos de beneficencia”, tomavam “o character de uma grande e terrivel impiedade”.⁸⁹⁹ Isto porque a escravidão seria, no Brasil de então, segundo o autor de *O tronco do ipê*, “um facto social”, como era, ainda, por exemplo, “o despotismo” em certos países e tinham sido a “coempção da mulher, a propriedade dos filhos e tantas outras instituições antigas”, que o publicista reputava todas “barbaras”, algumas delas, como o direito quiritário, “mais barbaras” do que a própria escravidão.⁹⁰⁰ Partindo da ideia de progresso retilíneo e indefinido, dominante, como vimos, em sua época, afirmou o autor que o Direito sempre evoluía, não sofrendo “séria contestação” a “verdade commum e sedicã da marcha da lei que dirige a humanidade”,⁹⁰¹ que nós, que nela não cremos, podemos chamar de “lei do progresso”, ou “lei da evolução”.

Na “geração continua das leis”, queacompanhava a referida “lei”, cada ideia nascida teria, segundo Alencar, assim como a pessoa humana, “uma vida sagrada e inviolavel”. Assim, acontecia, no Brasil, com a escravidão, que, de acordo com suas palavras, caducava, mas ainda não morrera, a ela ainda se prendendo “graves interesses de um povo”. Para o escritor, jurisconsulto e político cearense, do mesmo modo que, “no tenue sopro, que de todo não exhalou do corpo humano, persiste a alma, e portanto o direito”, enquanto “a lei não é cadaver, despojo inane de uma Idea morta, sepultal-a fôra um grande attentado”.⁹⁰²

Em seguida, proclamou José de Alencar que “a superstição do futuro” lhe parecia “tão perigosa” quanto aquela “do passado”, posto que “esta junte o homem ao que foi, e o deprime”, ao passo que aquela “arrebata o

---

⁸⁹⁸ Idem, p. 12.

⁸⁹⁹ Idem, p. 13.

⁹⁰⁰ Idem, pp. 13-14.

⁹⁰¹ Idem, p. 13.

⁹⁰² Idem, loc. cit.

homem ao que é, e o precipita”. A “verdadeira religião do progresso”, de que se proclamou arauto o autor das *Novas cartas politicas de Erasmo*, consiste, na expressão deste, “na crença do presente, fortalecida pelo respeito às tradições, desenvolvida pelas aspirações á melhor destino”.⁹⁰³

Segundo Alencar, “decorar com o nome de philantropia o ideal da sciencia e lançar o odioso sobre as intituições vigentes”, qualificando “de espiritos mesquinhos e retrogados” aqueles que as defendiam era “um terrível precedente em materia de reforma”. Uma vez tolerado tal “fanatismo do progresso”, nenhum “principio social” ficaria isento de ser por tal fanatismo “atacado” e mesmo “mortalmente ferido”. Assim, a própria Monarquia poderia “ser varrida para o canto entre o cisco das idéas estreitas e obsoletas”, enquanto “a liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociaes, cahirão desde já em depreso ante os sonhos do communismo”.⁹⁰⁴

Ainda se referindo aos “utopistas” que lutavam pela abolição direta, aduziu Alencar que chocava “semelhante arrogancia da theoria contra a lei” e que mesmo quando “extinctas e derogadas” se constituem as instituições nacionais em “cousa santa, digna de toda veneração”. Daí, segundo ele, “nenhum utopista”, por mais genial que seja, possuir “o direito de profanal-as”. A escravidão se apresentava ao seu espírito, como, segundo ele, ao espírito dos demais homens de seu tempo, “sob um aspecto repugnante”, revoltando “a dignidade da creatura racional”, que se sentiria “rebaixada com a humilhação de seu semelhante”, este “facto do dominio do homem sobre o homem”. O “cativeiro”, em seu juízo, não pesaria tão somente sobre determinado número de indivíduos, mas sobre toda “a humanidade, pois uma porção d’ella acha-se reduzida ao estado de cousa”. Contudo, “mais barbaras instituições” do que a escravidão já tinham existido e tinham, como esta, de acordo com ele, “laborado no progresso do genero humano”. Seria, pois, “um sentimento injusto e pouco generoso, o gratuito rancor” a tais instituições, tanto as que já tinham deixado de existir, como

---

⁹⁰³ Idem, p. 14.

⁹⁰⁴ Idem, loc. cit.

o direito quiritário, quanto contra aquelas então “expirantes”, como a escravidão.⁹⁰⁵

Neste ponto, talvez sob inspiração do utilitarismo de Bentham, afirmou o Conselheiro Alencar que “toda lei é justa, útil, moral, quando realisa um melhoramento na sociedade e apresenta uma nova situação, embora imperfeita da humanidade”.⁹⁰⁶ Em tal caso estava, ainda segundo o polemista das *Cartas de Erasmo*, a escravidão, que correspondia a “uma forma, rude embora, do direito”, assim como “uma phase do progresso” e “um instrumento da civilização”, como tinham sido, um dia, “a conquista, o mancipio, a gleba”. Na “qualidade de instituição”, lhe parecia ela “tão respeitável como a colonização”, sendo, contudo, “muito superior” a esta “quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social”.⁹⁰⁷ Considerações como esta levaram Ricardo Martins Rizzo a afirmar que José de Alencar, a despeito de condenar moralmente a escravidão, a teria defendido enquanto instituição.⁹⁰⁸

Cumprê sublinhar, contudo, que, na Câmara dos Deputados, aos 14 de maio de 1870, respondendo ao Deputado Teixeira Júnior, que o acusara de haver sustentado, em artigo de fundo publicado no jornal *Dezesseis de Julho*, que o Partido Conservador era escravagista, quando, em verdade, escrevera que tal partido não era, naquele momento, abolicionista, assim proclamou José de Alencar:

Cumprê notar, (...) Senhores, que eu nunca pretendi que o Partido Conservador fosse escravagista, que o Partido Conservador aceitasse a instituição da escravidão como uma instituição firmada no direito, na moral que deva ser mantida e respeitada. Não, Senhores, o nobre Presidente do Conselho [Visconde de Itaboraí] acaba de o dizer: “Raros serão os brasileiros – eu acrescentarei: esses mesmos, cegos pelo interesse ou pelo erro -, raros serão os brasileiros que aceitem a instituição da escravidão como uma instituição legítima.” (*Muitos apoiados.*)

Todos nós brasileiros desejamos ardentemente ver desaparecer do País essa instituição (*muitos apoiados*); todos nós brasileiros fazemos votos para que deixemos de formar no mundo civilizado a exceção triste (digamos a verdade), que muito breve teremos infelizmente de constituir.⁹⁰⁹

⁹⁰⁵ Idem, loc. cit.

⁹⁰⁶ Idem, loc. cit.

⁹⁰⁷ Idem, p. 15.

⁹⁰⁸ *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo.), página não numerada.

⁹⁰⁹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp. 186-187. Grifos em itálico no original.

Ao tratar, ainda na segunda das *Novas cartas politicas de Erasmo*, a respeito da escravidão enquanto instituição, escreveu Alencar que representou esta, “na historia do progresso”, o “primeiro impulso do homem para a vida collectiva, o elo primitivo da communhão entre os povos”, havendo sido mesmo “o embrião da sociedade”. Se tal instituição não houvesse sido criada, asseverou ele, a “marcha da humanidade” teria sido absolutamente impossível. Na Antiguidade, caso não houvesse tal instituição, os povos vencedores teriam massacrado totalmente os povos vencidos e não os reduzido à escravidão, como ocorreu.⁹¹⁰

Tratando da história da escravidão no Ocidente, aduziu José de Alencar que esta, pela “salutar influencia do christianismo”, se teria transformado, ainda na denominada Idade Média, na instituição da servidão, resurgindo apenas no século XV, em virtude daquele que o escritor considerou “o maior acontecimento da idade moderna”. Foi este acontecimento a descoberta da América, gestada na Península Hispânica, ou Península Ibérica, isto é, “na cabeça da Europa, como lhe chama o grande epico luzitano”.⁹¹¹ Aos povos da supracitada península, segundo o autor das *Novas cartas politicas de Erasmo*, “futuros senhores de um mundo” e “obrigados a roteal-o”, foram indispensáveis grandes quantidades de homens para povoar suas possessões americanas e nelas trabalhar, e estes conquistadores, que não os tinham em número suficiente em seus países, foram buscá-los nas costas da África, onde estava, na opinião do escritor, “a raça (...) então mais disponivel e apta”. Às mesmas costas e premidos pela mesma necessidade foram, mais tarde, também ingleses, franceses e holandeses.⁹¹²

Tratando da necessidade que tivera o continente americano da escravidão negra, Alencar parodiou Aristóteles, afirmando que “se a enchada se movesse por si mesma era possivel dispensar o escravo”.⁹¹³ Com efeito, escreveu o Estagirita, em *A política*, que, “se cada instrumento

---

⁹¹⁰ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 15.

⁹¹¹ Luís Vaz de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto III, estrofe 20.

⁹¹² *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, pp. 17-18.

⁹¹³ Idem, p. 19.

pudesse, a uma ordem dada ou apenas prevista, executar sua tarefa”, como, segundo ele, se dizia das estátuas de Dédalo ou das tripeças do deus Hefesto, e “se as lançadeiras lançassem as toalhas por si, se o plectro tirasse espontaneamente sons da cítara, então, os arquitetos não teriam necessidade de trabalhadores, nem os senhores de escravos”.⁹¹⁴

Antes de concluir a segunda das *Novas cartas políticas de Erasmo*, sublinhou Alencar o fato de que a escravidão, que servira para criar a América, não havia, em seu entender, ainda consumado sua obra no Brasil. E, do mesmo modo, “com a consciencia do homem justo, que venera a liberdade”, assim como “com a caridade do christão, que ama seu semelhante e sofre na pessoa d’elle”, afirmou que o bem de ambas as “castas”, da “que domina, como da que serve, e d’esta principalmente”, clamava por um princípio que, em seu entendimento, não representava tão somente “a ordem social e o patrimonio da nação”, mas, antes de tudo, encerraria “a mais sã doutrina do evangelho”.⁹¹⁵

Na terceira das *Novas cartas políticas de Erasmo*, sustentou Alencar, como defensor do fim da escravidão que era, que o problema desta seria resolvido por meio da miscigenação entre brancos e negros, que produziria o amálgama entre as duas estirpes, amálgama este que, por sua vez, faria com que a escravidão caísse “decrepita e exanime de si mesma, sem arranco nem convulsão”, da mesma forma que “o ancião consumido pela longevidade que se despede da existencia adormecendo”. E, do mesmo modo, como ferrenho crítico da abolição direta que igualmente era, proclamou que aquele que ferisse mortalmente uma lei, antes de esperar aquilo a que poderíamos denominar sua “morte natural”, estaria derramando “sangue, como se apunhalara um homem”.⁹¹⁶

Ainda na referida carta, tratou o autor de *Os filhos de Tupã* da abolição nas colônias inglesas, ocorrida em 1833, e nas possessões ultramarinas francesas, que, por sua vez, se dera no ano de 1848. A

---

⁹¹⁴ *A política*, Livro I, Capítulo II, § 5, Tradução de Nestor Silveira Chaves, 2ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2009, p. 18.

⁹¹⁵ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmo*, Segunda carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 20.

⁹¹⁶ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmo*, Terceira carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 22.

primeira ocorrera, segundo o jurista, “com abalo, mas sem grandes catastrophes”, o que foi por ele atribuído ao “cunho vigoroso da materialidade” que, em seu sentir, caracterizaria o “homem do norte”, “industrioso” por natureza, e que teria sido transmitido pelos senhores ingleses aos seus escravos. Nas colônias francesas, porém, a abolição tomara “um aspecto triste”, que, para o autor, se explicaria em razão de ser “a raça latina”, segundo ele, “sobretudo artistica”, e de o “caracter ardente d’essa familia do genero humano” a impelir não ao “commodo” e ao “util”, como o “homem do norte”, mas sim “ao bello e ao ideal”, donde necessitar de mais tempo para “polir” aquilo que qualificou de “rude crosta do africano”, que, assim, teria permanecido “um instrumento bruto na sua mão”. Em virtude disto, segundo o publicista, além da profunda desordem econômica e das não poucas insurreições de escravos, a emancipação causara, em tais colônias, “a desgraça e a ruina da população negra”, que, ainda não educada para a liberdade, teria se entregado “á indolencia, á miseria e á rapina”.⁹¹⁷ Presume-se, evidentemente, que, na opinião do publicista, os mesmos problemas ocorreriam no Brasil, caso houvesse, como nas colônias francesas e inglesas, a abolição direta.

Temendo uma insurreição do elemento africano, no Brasil, caso ocorresse a emancipação da escravidão pela via direta, Alencar, exagerando o número de escravos e a proporção destes em relação à população livre,⁹¹⁸ sustentou que não havia exemplo de país que houvesse emancipado “a raça africana” sem nele ter a população branca “grande superioridade numerica” sobre ela, o que não ocorreria no Brasil.⁹¹⁹

Ainda cuidando da suposta ameaça de insurreição de ex-escravos, afirmou José de Alencar que nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, que concentravam a maior parte da “nossa escravatura”, havia, entre os africanos, “nucleos poderosos de insurreição, comprimidos unicamente pelo respeito da instituição”. Bastaria, porém, o rompimento de tal freio para “desencadear

---

⁹¹⁷ Idem, p. 23.

⁹¹⁸ Cf. José Murilo de CARVALHO, *Escravidão e Razão Nacional*, in *Pontos e bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, p. 54.

⁹¹⁹ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmo*, Terceira carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 24.

a guerra social”, que, em seu entendimento, era “de todas as guerras a mais rancorosa e medonha”.⁹²⁰

Ainda na terceira das *Novas cartas politicas de Erasmo*, escreveu Alencar que, “assim como todas as instituições sociaes que tem radicação profunda na historia do mundo e se prendem á natureza humana”, não se extinguiria a escravidão por “acto do poder”, mas sim “pela caducidade moral, pela revolução lenta e soturna das idéas”, e sustentou que era necessário que se secasse “a raiz, para faltar ás idéas a seiva nutritiva”. Esta raiz, de onde derivava para a escravidão a “limpha e substancia” que a mantinham viva, se encontrava, segundo o publicista, na Europa, sobretudo na Inglaterra, na França e na Alemanha, países, em seu dizer, “tão abundantes de philanthropos como de consumidores dos nossos produtos”. Destarte,

Sem esse enorme estomago, chamado Europa, que annualmente digere aos milhões de generos coloniaes, a escravidão não regorgitaria na America, nem resistira á repugnancia natural dos filhos d'este continente. Mas era preciso alimentar o colosso; e satisfazer o appetite voraz do grande sybarita.

O philantropo europeu, entre a fumaça do bom tabaco de Havana e da taça do excellente café do Brasil, se enleva em suas utopias humanitárias, e arroja contra estes paizes uma aluvião de injurias pelo acto de manterem o trabalho servil. Mas porque não repelle o moralista com asco estes fructos do braço africano?

Em sua theoria, a bebida aromatica, a especiaria, o assucar e o delicioso tabaco, são o sangue e a medula do escravo. Não obstante elle os saborea. Sua philanthropia não supporta esse pequeno sacriicio de um goso requintado; e comtudo exige dos paizes productores que em homenagem á utopia, arruinem sua industria e ameacem a sociedade de uma sublevação.⁹²¹

Neles, porém, semelhante atitude ainda era desculpável, segundo Alencar, visto que, em seu entender, “é facil e comoda a philanthropia que se fabrica em gabinete elegante, longe dos acontecimentos e fóra do alcance da catastrophe por ventura suscitada pela imprudente reforma”. Não compreendia, contudo, o autor de *A pata da gazela*, que brasileiros acompanhassem a propaganda destes filantropos europeus, “brandindo o facho em torno da mina”.⁹²²

Isto posto, cumpre enfatizar que a mesma justificativa econômica para a oposição à abolição direta nos países em que ainda havia escravidão foi empregada por Karl Marx, em sua condenação do abolicionismo em

⁹²⁰ Idem, pp. 25-26.

⁹²¹ Idem, pp. 28-29.

⁹²² Idem, p. 29.

carta por ele escrita em Paris, no ano de 1846, e dirigida a Pavel Annenkov. Na referida carta, na qual criticou o abolicionismo, defendido por seu rival Joseph Proudhon, o autor de *O capital*, tratando daquilo a que chamou de “o lado bom da escravidão”, afirmou que sem esta não existiria a indústria moderna, segundo ele nascida graças ao algodão plantado na América pelos escravos, nem tampouco o “comércio mundial”, de acordo com ele também nascido graças à escravidão, e, por fim, os Estados Unidos da América, por ele considerados a “nação mais progressista” do Mundo, seriam apagados “do mapa das nações”.⁹²³

Antes de concluir a terceira das *Novas cartas políticas de Erasmo*, aduziu José de Alencar que no Brasil, apesar da “suprema necessidade” que manteria “esse máo regimen de trabalho”, já penetrara, na classe dos proprietários de escravos, “a convicção da injustiça absoluta do seu dominio”. Desde muito, tal instituição era transformada, “sensivelmente”, em nosso País, por certo “espírito de tolerancia e generosidade, proprio do character brasileiro”. Podia-se afirmar mesmo, no sentir do autor de *As minas de prata*, que, nos dias que então corriam, já não mais havia, no Império brasileiro, “a verdadeira escravidão”, mas sim “um simples usufructo da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contractado [sic] implicitamente entre o senhor e o estado como tutor do incapaz”.⁹²⁴

A despeito de a lei brasileira, segundo o Conselheiro Alencar, ainda considerar “o escravo como cousa”, já “o costume, a rasão publica, mais poderosa que todas as leis escriptas, pois é a lima que as vai gastando a todas e cinzelando as novas”; o costume, enfim, já elevara “o captivo entre nós á condição de homem”, ainda que “interdicto e sujeito”.⁹²⁵

O direito de propriedade, que José de Alencar reputava “o primeiro da pessoa”, o escravo brasileiro não só o tinha, segundo o escritor e jurisconsulto patricio, mas também o exercia, uma vez que o senhor lhe permitia a “aquisição de peculio, a exploração das pequenas industrias ao nivel de sua capacidade”. Com este produto de seu trabalho e de sua

⁹²³ Marx-Engels *Collected Works*, volume 38, New York, International Publishers, 1975, p. 95.

⁹²⁴ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmo*, Terceira carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 29.

⁹²⁵ Idem, p. 30.

economia, podia ele se livrar da escravidão, emancipando-se e entrando na Sociedade.⁹²⁶

Do mesmo modo, o matrimônio, considerado pelo autor de *O sertanejo* “o mais sagrado dos contractos civis”, igualmente estava, segundo este, ao alcance do escravo no Brasil, podendo ele, assim, formar sua própria família, respeitada e garantida pelo senhor.⁹²⁷

Apesar de todas estas garantias se terem estabelecido à margem da lei, a “opinião”, fortalecida a cada dia, as mantinha e consolidava, na opinião de Alencar, e, ainda segundo este, quando “a cobiça ou perversidade” pesava “alguma vez com o rigor do direito sobre um infeliz”, a “indignação publica” corrigia, imediatamente, “o desmando”.⁹²⁸

Esta “transformação benéfica da escravidão no Brasil” se configurava, no juízo do publicista, em um sinal claro e patente “do declínio rápido d’essa instituição em nossa pátria”, já podendo lobrigar, “nos longes do horizonte”, aqueles “espíritos de vista larga, a alva de uma completa redenção”, de uma “luz serena”, surgida “naturalmente e mais propícia do que o clarão avermelhado de um incêndio”, incêndio este que, para o autor, seria provocado pela abolição direta. A decadência do regime escravista, sentenciou Alencar, era “um facto natural”, assim como o tinham sido sua “origem e desenvolvimento”. Do mesmo modo que nenhuma lei a decretara, nenhuma lei poderia derogá-la e se a abafassem “ainda vivaz”, bem poderia ser, no entender do escritor, que só conseguissem “concentrar-lhe as forças para maior reacção”.⁹²⁹

Ainda antes de encerrar a terceira das sete cartas que constituem as *Novas cartas politicas de Erasmo*, defendeu José de Alencar a tese de que, por meio do contato com o europeu, sobretudo na América e ocorrido em virtude da escravidão, os africanos iam, aos poucos, caminhando para a “civilização”, sendo, em seu entender, o Haiti, São Domingos (República Dominicana) e a Libéria exemplos de uma “nascente civilização africana bebida no novo mundo”. Também no caso do Brasil já havia, segundo o

---

⁹²⁶ Idem, loc. cit.

⁹²⁷ Idem, loc. cit.

⁹²⁸ Idem, loc. cit.

⁹²⁹ Idem, loc. cit.

jurisconsulto e publicista, diversas demonstrações de como o contato dos africanos com a civilização europeia contribuía para a “civilização” daquela “grey humana”, citando, como exemplo, o caso de Henrique Dias, “heroe negro” que inscrevera “seu nome glorioso na historia brasileira” e cujos irmãos de estirpe “o acompanhavão formando esse regimento invencível que por mais de meio seculo guardou o nome de Henriques, em memoria do cabo illustre”. Por fim, se um dia, segundo o autor, a “civilização” se projetasse pela África, isto decorreria, em seu sentir, da escravidão.⁹³⁰

Concluindo a carta ora em apreço, sustentou Alencar que, quando o nível da população livre se elevasse de maneira considerável sobre aquela escrava, de sorte que esta ficasse “submersa naquella”, extinguir-se-ia a escravidão “logicamente” no Brasil. Até tal momento, porém, seria a escravidão, segundo o publicista, “elemento essencial do trabalho neste vasto paiz”.⁹³¹

No início da quarta das *Novas cartas politicas de Erasmo*, aduziu José de Alencar que fora a imigração europeia que pusera termo à escravidão nos Estados Unidos da América, e que havia de “operar a mesma revolução no Brasil”. A imigração era, em seu entender, “a grande arteria” que despejava “novo sangue vigoroso no organismo do paiz enervado pelo trabalho escravo”, não se confundindo com a colonização, que, para ele, “se escapa de uma especulação escandalosa, degenera em servidão, oppressiva como a escravidão, e mais turbulenta que ella”, e que já havia sido chamada, “e com justiça, escravidão branca”.⁹³²

Tratando do Império do Brasil, afirmou José de Alencar que este, logo ao entrar “na sociedade das nações”, tomara “lugar entre as mais livres”, e, ainda na conturbada fase de sua organização, conseguira desenvolver seus recursos, “e trilhar a senda do progresso”. Segundo ele,

---

⁹³⁰ Idem, p. 31.

⁹³¹ Idem, p. 32.

⁹³² *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Quarta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 35.

ao passo que, “em torno de nós, as republicas de origem hespanhola erão dilaceradas pela anarchia, o imperio se consolidava pelo trabalho”.⁹³³

De acordo com o publicista, “um espirito liberal” em relação à nacionalidade “animava o povo brasileiro, e sua legislação”, que oferecia “hospitalidade cordial” a todos, em um tempo em que as “idéas de liberdade e tolerancia não eram acceitas por muitos dos principaes paizes da Europa”. Entretanto, ainda segundo Alencar, além dos portugueses, que vinham para o Brasil “trazidos por tantas affinidades”, somente apareciam no Império, vindos de outros países, “certo numero limitado de commerciantes, que estacionavão na cidade, e alguns viajantes que retribuição nossa cordial hospitalidade com maledicencia”.⁹³⁴ Esqueceu o autor, contudo, de mencionar, por exemplo, os imigrantes suíços que tinham vindo para o Brasil ainda durante o reinado de Dom João VI e fundado a colônia de Nova Friburgo, na então ainda Capitania do Rio de Janeiro, ou as já várias colônias alemãs do Rio Grande do Sul, das quais a mais antiga era aquela de São Leopoldo, estabelecida em 1824, por iniciativa de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, paulista radicado naquela província, de que era então presidente, assim como as colônias teutônicas de Santa Catarina, sem olvidar a importante colônia alemã da Vila de Santo Amaro, na Província de São Paulo. Esta, estabelecida em 1829 por alemães que tinham vindo para o Brasil graças ao mesmo Visconde de São Leopoldo, seria mencionada, aliás, pelo próprio Alencar, no romance *Sonhos d'ouro*.⁹³⁵ O número de homens de tais colônias, contudo, estava, evidentemente, longe de se comparar àquele dos escravos que havia no Império.

A Europa era, para José de Alencar, a única verdadeira culpada pelo fato de a escravidão se manter viva no Brasil. De acordo com o escritor cearense, “o velho mundo”, a que ironicamente denominou “moralista á guisa de Epicuro”, já teria feito cessar a escravidão no Império brasileiro, caso houvesse para cá enviado, em cada um dos quinze anos anteriores à

---

⁹³³ Idem, loc. cit.

⁹³⁴ Idem, p. 36.

⁹³⁵ *Sonhos d'ouro: romance brasileiro*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 4ª edição, 1957, p. 392.

redação daquela carta, isto é, a partir de 1852, sessenta mil imigrantes. Viesse ainda aquela torrente de imigrantes a partir do momento em que escrevia o autor e, segundo este, em vinte anos mais ou menos, estaria o trabalho escravo totalmente “extinto no império, sem lei abolicionista, sem commoção nem violencia”.⁹³⁶

Ainda na quarta das *Novas cartas politicas de Erasmo*, escreveu Alencar que, em virtude da “natureza da escravidão em nosso paiz, tal como a fizerão, acinte da lei, os costumes e a boa indole brasileira”, a “condição de nosso escravo, comparada com a do operario europeu, é esmagadora para a civilisação do velho mundo”.⁹³⁷ Esta comparação entre os escravos do Brasil, do sul dos Estados Unidos da América, de Cuba, das colônias inglesas e francesas no Caribe ou do continente americano em geral e os operários da Europa, especialmente aqueles da Inglaterra, sempre em desfavor dos últimos, foi, aliás, muito comum ao longo do século 19 e, já no século 20, foi feita por Gilberto Freyre, para quem “o escravo brasileiro levava, nos meados do século XIX, quase vida de anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses, ou mesmo com a dos operários do continente europeu” daquele tempo.⁹³⁸

Com o intuito de demonstrar que o Brasil não daria “prova de barbaria e iniquidade” por manter uma instituição que, segundo ele, assim como de acordo com a propaganda abolicionista, fora abolida em todo “o resto do mundo”,⁹³⁹ só persistindo, então, no continente americano, nas possessões espanholas de Cuba e São João Batista de Porto Rico, comparou Alencar, como vimos há pouco, a situação do escravo brasileiro àquela do operário europeu, e, em seguida, afirmou que os Estados Unidos da América, “nação poderosa”, só após quase um século de independência e de “um desenvolvimento espantoso da industria” conseguiram abolir a escravidão em seus Estados meridionais. Inglaterra e França, as duas mais poderosas nações europeias, prosseguiu o autor, só no segundo quartel do

---

⁹³⁶ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Quarta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 37.

⁹³⁷ Idem, p. 38.

⁹³⁸ *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1964, p. 98.

⁹³⁹ Em verdade, porém, continuava, então, a haver escravidão legal em diversos países da África e da Ásia.

século então corrente tinham conseguido livrar suas colônias do “elemento servil”.⁹⁴⁰

Assim, no entender de José de Alencar, nenhum país poderia “atirar uma pedra” no Brasil por conta deste “peccado da civilização”.⁹⁴¹

A França, com efeito, abolira a escravidão de suas colônias em fins do século XVIII, “no momento em que fazia ao mundo a pomposa declaração dos direitos do homem”, mas poucos anos depois a restaurara para tão somente extingui-la em 1848. Daí tal país, segundo ele, não ter “o direito de levantar a voz neste assumpto”, posto que “conservar escravo o homem que nasceu tal”, como fazia o Brasil, “é uma instituição”, enquanto “reduzir á escravidão pessoa livre”, como fizera a França, “é um crime”.⁹⁴²

Quanto à Inglaterra, afirmou o publicista que esta “menos que nenhuma outra” nação poderia condenar o Brasil. Com efeito, declarou ele que, à “soberba indignação britânica” com a escravidão em nosso País, oporia as palavras do Visconde de Chateaubriand, patriarca do Romantismo francês que não apenas influenciou sua obra literária, mas também e muito suas posições no que diz respeito à abolição direta da escravatura, e a quem se referiu como “um homem illustre, que se foi máo politico, em sentimentos christãos ninguém o excedeu”. Chateaubriand, proclamou o autor de *Iracema*, “defendendo sua patria da philantropia ingleza”, como naquele momento ele, Alencar, defendia a sua “contra a philantropia franceza”,⁹⁴³ escrevera, com efeito, as seguintes palavras:

A Inglaterra tinha medo que o trafico de africanos, á que ella renunciara com pezar, cahisse nas mãos de outra nação: queria forçar França, Hespanha, Portugal, e Hollanda á mudar subitamente o regimen de suas colonias, sem indagar se estes estados havião chegado ao gráo de preparação moral em que se podia dar liberdade aos negros, abandonando ao contrario á graça de Deus a propriedade e a vida dos brancos.⁹⁴⁴

⁹⁴⁰ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Quarta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, pp. 38-39.

⁹⁴¹ *Idem*, p. 39.

⁹⁴² *Idem*, loc. cit.

⁹⁴³ *Idem*, loc. cit.

⁹⁴⁴ Apud José de ALENCAR, *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Quarta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 39. A citação foi retirada, por Alencar, da página 78 da obra de Chateaubriand intitulada *Congrès de Vérone-Guerre d'Espagne. Négociations: colonies espagnoles* (Paris, Delloye, 1838). O Visconde de Chateaubriand foi agente diplomático francês no Congresso de Verona, ocorrido em 1822, ali defendendo os interesses coloniais da Espanha, então aliada de seu país, repelindo as exigências inglesas de supressão do tráfico negreiro. Como enfatizou Tâmis Parron, seus escritos diplomáticos forneceram rico “aporte ideológico” para diversos estadistas do Império brasileiro (In José de

Ainda com fulcro nas observações de Chateaubriand, evocou Alencar o fato de que todos os *tories*, isto é, conservadores britânicos, “illustres”, como o Marquês de Londonberry (Robert Stewart), o Duque de Wellington (Arthur Wellesley) e George Canning, durante vários anos firmes defensores do tráfico negreiro, “de repente se havião electrisado pela liberdade dos africanos”, o que se explicaria pelo fato de tal liberdade não significar senão “a ruína completa das colônias e navegação das nações marítimas, suas competidoras”. Assim, na frase de Alencar, “o egoísmo se embuçara em philantropia”.⁹⁴⁵

As demais nações europeias, segundo “Erasmus”, também não podiam “lançar-nos a pedra”, posto que o “velho mundo” tinha em seu seio “um cancro hediondo”, que roia as entranhas, e que não era senão o “pauperismo”. Na expressão do autor das *Cartas de Erasmo*, “o aspecto repugnante d’esta miséria em que jaz a ultima classe da sociedade, a degradação d’essas manadas brutas, apinhada em esterquilínios; rebaixa e avilta a humanidade mais do que a escravidão”.⁹⁴⁶

Uma vez “apanhados em flagrante”, os “philantropos”, no entender de José de Alencar, valiam-se da liberdade, encarecendo tal “dom além da realidade”. Para o autor de *Esboços juridicos*, aqui influenciado por Aristóteles, “a liberdade é o meio, um direito”, enquanto “o fim é a felicidade”, da qual o escravo, em seu sentir, teria “um quinhão”, com o qual sequer poderia “sonhar” o “proletario europeu”. Ainda segundo o escritor patricio, de nada serviria ao “pariá [sic] da civilisação”, isto é, ao proletário europeu, a liberdade que a lei lhe consagraria por escárnio, quando a Sociedade a anulava “por sua organização creando a opressão da miséria”.⁹⁴⁷

Havendo tratado das nações europeias, salientou Alencar que também nenhuma nação do continente americano poderia nos atirar “a pedra”. Cuidando, inicialmente, dos Estados Unidos da América, escreveu ele que

---

ALENCAR, *Cartas a favor da escravidão*, Organização e introdução de Tâmis Parron, São Paulo, Hedra, 2008, p. 61, nota 7).

⁹⁴⁵ *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Quarta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 39.

⁹⁴⁶ Idem, p. 40.

⁹⁴⁷ Idem, loc. cit.

não acreditava que esta nação pudesse se orgulhar de sua então recente abolição, só podendo ter tal sentimento de orgulho caso olvidasse “as atrocidades ali cometidas contra os escravos; as caçadas de negros a dente de cão; os prejuízos selvagens de raça; enfim todo esse cortejo odioso da escravidão americana”, cuja responsabilidade, segundo o publicista, “por crassa ignorância”, dividiam com o Brasil.⁹⁴⁸

Quanto às demais repúblicas do continente, antigas possessões espanholas, estas, segundo o autor de *Sonhos d'ouro*, se condenassem o Império o fariam por não poder suportar a “superioridade” deste. De acordo com o autor, ao abolir, em seu seio, o trabalho escravo, tais “povos embriagados de liberdade, suffocarão sua pequena indústria, especialmente sua lavoura rudimentar”. Eliminando a escravidão, teriam tais países eliminado a agricultura, “elemento essencialmente conservador”, sem o qual acabaram, segundo o escritor patricio, se abandonando “à anarquia”. Assim, “esses países convulsos, laborados pela guerra civil, consumidos pela febre revolucionária”, talvez atacassem o Brasil por ter ele seguido outro caminho, mas uma só página da história de tais repúblicas bastaria, no entender de Alencar, “para calar a voz” que ali se erguesse “contra a escravidão no Império”. Este, resistindo àquilo que o autor denominou “as seducções da liberdade”, preservara sua agricultura e, assim, se mostrara “probo e sisudo, honrando sua firma na Europa”, assim como assegurando aos “seus filhos uma pátria nobre e digna”.⁹⁴⁹

Isto posto, cumpre sublinhar que José de Alencar se equivocou, em nosso sentir, a respeito da causa pela qual as repúblicas da América Espanhola viviam, em seu tempo, uma profunda crise, em quase todas elas se havendo estabelecido aquilo a que José Pedro Galvão de Sousa denominou “o binômio anarquia-ditadura, ou demagogia-caudilhismo”.⁹⁵⁰ Não foi esta causa o fim da escravidão, até porque nestes países, com exceção da República Dominicana, estavam os escravos longe de representar a principal fonte de mão de obra e neles não se contavam mesmo em elevado número, salvo na aludida república caribenha e na

---

⁹⁴⁸ Idem, loc. cit.

⁹⁴⁹ Idem, pp. 40-41.

⁹⁵⁰ *Raízes históricas da crise política brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1965, p. 74.

Colômbia, onde se concentravam no norte do país. A verdadeira causa de tal crise, em verdade, não foi senão o apriorismo, o abstracionismo político, que engendrou em tais países Constituições escritas totalmente divorciadas dos costumes e tradições locais, nelas havendo, como aduziu Galvão de Sousa, o Direito abstrato prevalecido sobre o Direito histórico-tradicional, mesmo contra a vontade dos “grandes Libertadores” Bolívar, Belgrano e San Martín.⁹⁵¹ Deu-se em tais nações, em uma palavra, como enfatizou Jaime Delgado, o total abandono dos seus valores tradicionais e a substituição destes por modelos estranhos ao seu caráter, isto é, “a imitação e cópia da Europa não hispânica e da América Anglo-Saxônica”.⁹⁵²

Antes de concluir a quarta das *Novas cartas políticas de Erasmo*, sustentou Alencar que a abolição lenta e gradual, por medidas legais, da escravidão, ao contrário do que julgavam seus propugnadores, não deixaria de provocar “grande abalo” na Sociedade e de perturbar a Economia. Se um governo, segundo ele, “desconhecendo a natureza da escravidão”, tomasse a decisão de aboli-la por um ato legislativo, “caso sempre desastroso”, o aconselharia o publicista “antes o meio prompto, instantaneo”, que reputava “uma calamidade menor”. Seria esta, no dizer do autor, “uma amputação dolorosa”, mas caso “o enfermo não sucumbisse, a chaga iria cicatrizando, e elle ficaria mutilado, porém tranquilo”. Já a abolição direta gradual, “essa operação lenta, excessivamente dolorosa”, tornar-se-ia “insuportavel”, não podendo a Sociedade permanecer uma década ou duas “em guarda constante contra a insurreição minaz que uma faísca basta para levantar”.⁹⁵³

Com relação à ideia do ventre livre, afirmou Alencar que, caso fosse esta aprovada, “a geração nova, libertada do ventre”, rebelar-se-ia a fim de “arrancar ao captivo seus progenitores”.⁹⁵⁴

Enfim, no entender de José de Alencar, só havia uma forma possível de transição entre a escravidão e a liberdade, que não era senão aquela

---

⁹⁵¹ Idem, p. 73.

⁹⁵² *Suramerica, alta tensión*, Barcelona, Sayma, 1962, p. 15. Tradução nossa.

⁹⁵³ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmo*, Quarta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, p. 41.

⁹⁵⁴ Idem, p. 42.

operada “nos costumes e na indole da sociedade”, que “adoçaria” o cativo e lentamente o transformaria em “mera servidão” e depois em “uma espécie de orphandade”, na qual o domínio do senhor sobre o escravo reduzir-se-ia àquilo a que o autor denominou uma “tutela benéfica”.⁹⁵⁵

Acreditando, pois, que o único caminho para o fim da escravidão no Brasil seria a “revolução íntima dos costumes e idéas da sociedade”, José de Alencar afirmou, porém, que não descreia da “acção da lei sabia”, que, em seu sentir, exerceria “nos preconceitos uma influencia benéfica”. Como “vício constitucional do império”, não podia, segundo “Erasmus”, a escravidão ser combatida com “remédio” legal, mas convinha submetê-la a certo regime, a “uma hygiene administrativa”.⁹⁵⁶

Foi certamente pensando nesta submissão da escravidão a uma “hygiene administrativa” que, dois anos mais tarde, isto é, em 1869, José de Alencar, então Ministro da Justiça, após haver visitado o mercado de escravos do Valongo, no Rio de Janeiro, donde saíra “horrorizado”, propôs, ao Conselho de Ministros, a proibição da venda de escravos debaixo de pregão e em exposição pública.⁹⁵⁷ Destarte, a 15 de setembro daquele ano, foi publicado o Decreto nº 1855, que, redigido por Alencar, não apenas proibiu “todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública” (artigo 1º), como também, em todas as vendas de escravos, particulares ou judiciais, a separação do marido da mulher e do filho do pai ou da mãe, salvo se fossem os filhos maiores de quinze anos (artigo 2º). Tal decreto, graças ao qual logrou Alencar grande popularidade e recebeu muitos aplausos,⁹⁵⁸ revela o quão longe está o autor de *O guarani* de ser o “desumano escravocrata” pintado por alguns, assim como o fato de que ele, concretamente, fez mais pelo bem dos escravos do que, provavelmente, qualquer “filantropo” de seu tempo que o haja condenado pelas *Novas cartas políticas de Erasmus*.

---

⁹⁵⁵ Idem, loc. cit.

⁹⁵⁶ Idem, loc. cit.

⁹⁵⁷ Cf. Raimundo de MENEZES, *José de Alencar: literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 251.

⁹⁵⁸ Idem, p. 252.

Encerrando a quarta carta componente de sua mais polêmica obra e, ao mesmo tempo, suas ponderações sobre a escravidão nas *Novas cartas políticas*, apresentou “Erasmus” a suma das considerações por ele apontadas naquelas três cartas a respeito da escravidão e da emancipação e que, segundo suas palavras, “bem desenvolvidas”, dariam “matéria para um livro”. Em primeiro lugar, no entender do publicista, para a “casta sujeita” à escravidão, “ainda não educada”, a emancipação nas condições então presentes seria “um edicto de miséria e abandono do trabalho” e até mesmo “de extermínio”, por conta da luta que, segundo acreditava ele, excitaria “entre as duas raças”. Para a “casta dominante”, principalmente a agrícola, por sua vez, importaria “a ruína pela deserção dos braços e impossibilidade de sua prompta substituição”, assim como “o perigo e sobresalto” da insurreição que o autor reputava “imminente” em caso de abolição direta. Para o Estado brasileiro, por seu turno, significaria nada menos que “a bancarrota”, que seria, em seu entendimento, absolutamente “inevitável pelo aniquilamento” da “primeira indústria” nacional, isto é, da agricultura, “fonte da riqueza pública”, e, como consequência disto, “o crédito nacional destruído” e “a nossa firma deshonrada no mercado estrangeiro”.⁹⁵⁹

Apresentada esta breve suma dos motivos pelos quais se opunha à emancipação direta do elemento escravo, pôs Alencar fim à carta em apreço, indagando se seria mesmo aquilo que chamavam de “filantropia”, se seria aquela “oblação feita da melhor substância nacional, amassada com lágrimas e sangue de uma população inteira” que se desejava “votar à caridade”.⁹⁶⁰

Aos 14 dias do mês de maio do ano de 1870, conforme já aqui salientamos, havendo sido acusado, pelo Deputado Teixeira Júnior, de ter afirmado, em artigo de fundo do jornal *Dezesseis de Julho*, que o Partido Conservador era escravagista, quando apenas escrevera ele que tal agremiação política, naquele momento, não era abolicionista, José de Alencar asseverou que jamais pretendia que o Partido Conservador fosse escravagista ou aceitasse a instituição da escravidão como uma instituição

---

⁹⁵⁹ *Ao Imperador: Novas cartas políticas de Erasmus*, Quarta carta, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868, pp. 43-44.

⁹⁶⁰ *Idem*, p. 44.

firmada no Direito e na Moral e que, como tal, devesse ser mantida e respeitada. Em seguida, como igualmente sublinhamos, fez ele suas as palavras do Visconde de Itaboraá, Presidente do Conselho de Ministros, que acabara, então, de sustentar que raros seriam os brasileiros que aceitavam a instituição da escravidão como uma instituição legítima, acrescentando que tais brasileiros estariam “cegos pelo interesse ou pelo erro”.⁹⁶¹

Em seguida, proclamou o Deputado Geral pela Província do Ceará que todos os brasileiros desejavam com ardor ver o fim da escravidão, mas que disto a promover a abolição, em época recente, “por meio de medidas diretas e legislativas”, havia magna distância.⁹⁶²

A escravidão, segundo asseverou o homem de Estado cearense, deveria ser abolida por meio da “iniciativa individual”, cuja eficácia na Inglaterra era, em seu sentir, a razão de aquele país ser grande e se distinguir “entre os povos livres”. Assim, afirmou ele que, sempre que se tratasse de uma reforma, depositaria toda a sua “confiança na iniciativa individual, no bom senso do povo”, que, em seu sentir, “legisla melhor pela educação e pelos costumes do que podem legislar os representantes da Nação por meio de leis expressas”, leis estas “que serão letra morta se não germes de graves perturbações, quando não se conformarem com o espírito e a índole da sociedade (*Apoiados*).”⁹⁶³ Será “a própria Nação”, sentenciou Alencar, pouco adiante, que, “por meio de sacrifícios parciais de esforços comuns, realizará essa reforma e dará espontaneamente esse belo exemplo de respeito à civilização moderna”.⁹⁶⁴

A 30 de setembro do mesmo ano, reafirmou José de Alencar as “convicções muito profundas” que tinha a respeito do denominado “elemento servil”, asseverando que delas não o demoveriam “nem a odiosidade” que pudesse excitar, “nem o receio de incorrer na pecha de escravocrata”. Assumindo, uma vez mais, a responsabilidade de suas convicções, proclamou que fora “um dos primeiros que se inscreveram na cruzada santa” que trabalhava “por extinguir a escravatura, não na lei, mas

---

⁹⁶¹ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 186.

⁹⁶² *Idem*, pp. 186-187.

⁹⁶³ *Idem*, p. 187.

⁹⁶⁴ *Idem*, loc. cit.

nos costumes, que são a medula da sociedade”. Segundo ele, já havia quinze anos defendia, na imprensa e na literatura, a abolição indireta,⁹⁶⁵ isto é, por meio da revolução dos costumes. A afirmação de que havia já anos pugnava, no campo literário, em prol da abolição se baseia no fato de haver ele escrito as peças *O demônio familiar* (1857) e *Mãe* (1861), que, de fato, foram interpretadas por alguns, a exemplo de Machado de Assis,⁹⁶⁶ além dele próprio, como antiescravagistas.⁹⁶⁷

Em 1875, durante a polêmica que teve com José de Alencar, na qual se discutiu sobretudo a respeito de literatura e política, Joaquim Nabuco, criticando a peça *O demônio familiar*, sustentou que havia determinadas “máculas sociais” que não deviam ser levadas ao teatro e “o homem do século XIX” não poderia “deixar de sentir um profundo pesar” ao constatar que o teatro de um grande País, como o Brasil, se encontrava “limitado por uma linha negra e nacionalizado pela escravidão”. Para o então futuro autor de *O abolicionismo*, não poderíamos, em suma, “ter por nacional uma arte que para o resto do mundo seria uma aberração da consciência humana”.⁹⁶⁸

Em resposta a Nabuco, afirmou Alencar que “a escravidão é um fato de que todos nós brasileiros assumimos a responsabilidade, pois somos cúmplices nele como cidadãos dos Império”, salientando que, em sua opinião, “nenhum filho desta terra, por mais adiantadas que sejam suas idéias, tem o direito de eximir-se à solidariedade nacional”. Em seguida, ressaltou o autor de *O demônio familiar* o próprio protagonismo na luta contra a escravidão no campo literário, recordando que, em 1857, quando o Sr. Conselheiro Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, “era tão conservador como o Sr. Visconde de Itaboraí” e quando o próprio Visconde do Rio Branco sequer pensava em promover o debate sobre a abolição da escravatura, ele, José de Alencar, já trabalhava em prol da “grande causa

⁹⁶⁵ Idem, p. 197.

⁹⁶⁶ *O teatro de José de Alencar*, in *Obra completa*, volume III, Quinta edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, p. 872.

⁹⁶⁷ Cf. José Murilo de CARVALHO, *Apresentação*, in José de ALENCAR, *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, p. XXVII. Cumpre notar que Carvalho considerou este tema controverso, julgando que talvez fosse mais apropriado dizer que estas duas peças, do mesmo modo que o romance *O tronco do ipê*, estava presente a mesma visão da escravidão que aparece nos textos políticos de Alencar, isto é, de uma instituição profundamente enraizada na História, nos costumes e na estrutura familiar e que “nessa arena” devia ser combatida (Idem, loc. cit.).

⁹⁶⁸ *A polêmica Alencar-Nabuco*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965, p. 106.

da emancipação espontânea”. A História, segundo ele, registraria “o tentamen de um escritor que, a exemplo de Aristófanes, de Plauto, de Molière, aplicou-se, quanto lho permitiram seus modestos recursos, a patentear com o prestígio da cena os perigos dessa chaga social” que era a escravidão.⁹⁶⁹

Em um artigo anterior, respondendo a acusação no sentido de ser escravagista, asseverara Alencar que nem em seus discursos, nem em seus escritos aplaudira a escravidão e que, embora a respeitando enquanto lei do País, se manifestara sempre “em favor de sua extinção espontânea e natural, que devia resultar da revolução dos costumes”, por ele assinalada.⁹⁷⁰

A polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco foi caracterizada, antes e acima de tudo, como bem notou Afrânio Coutinho,⁹⁷¹ pela oposição entre o nacionalismo do primeiro e o cosmopolitismo do segundo, que, de acordo com o autor de *Ubirajara*, tinha preocupação, traída a cada instante, “de cortejar o estrangeiro”, fazendo “a honra” de pisar o solo do Rio de Janeiro, mas sendo “cidadão do Faubourg Saint Germain”.⁹⁷²

No ano de 1871, mais precisamente a 13 de julho, quando se discutia, na Câmara Geral do Império, a aprovação da chamada “Lei do Ventre Livre”, José de Alencar, se opondo aos principais líderes do próprio Partido Conservador e ao Governo deste e ficando ao lado da maior parte dos deputados do sul,⁹⁷³ proclamou-se, de forma coerente com seus ideais contrários à abolição direta, ferrenho opositor daquele então projeto de lei. Iniciou o homem público cearense o seu discurso afirmando que não discutiria a proposta do governo a respeito do “elemento servil”, querendo tão somente “protestar contra esta grande calamidade social que”, segundo

---

⁹⁶⁹ Idem, pp. 119-120.

⁹⁷⁰ Idem, pp. 58-59.

⁹⁷¹ *Introdução*, in *A polêmica Alencar-Nabuco*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965, p. 7.

⁹⁷² *A polêmica Alencar-Nabuco*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965, p. 21.

⁹⁷³ Cumpre notar que, como observou José Murilo de Carvalho, a aprovação da “Lei do Ventre Livre” opôs os deputados do norte (aí incluídas todas as províncias ao norte daquela do Espírito Santo), em sua grande maioria favoráveis à aprovação de tal lei, e aqueles do sul (províncias ao sul daquela da Bahia, além de Mato Grosso e Goiás), contrárias a ela (*Teatro de sombras: a política imperial*, 6ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 310).

ele, “sob a máscara da lei”, ameaçava “a Nação brasileira (*Apoiados.*)”.⁹⁷⁴ Acusando o Governo, encabeçado pelo Visconde do Rio Branco, de se colocar, naquela questão, contra a Nação, pugnando mesmo para “abatê-la e esmagá-la”, assim declarou o autor de *Senhora*:

De fato não há aqui, Senhores, o conflito entre duas idéias, entre a idéia da emancipação direta e a idéia da emancipação indireta; não há aqui o antagonismo de duas escolas, a escola do progresso rápido e a das reformas refletidas; o princípio conservador e o princípio liberal não, Senhores. O que há é a luta do Poder com a Nação (*apoiados*); é a luta do elemento oficial contra os interesses máximos do País. (*Apoiados.*) De um lado, a grande giba do Orçamento; do outro, o braço e o cérebro da Nação.⁹⁷⁵

Partindo do princípio de que a alforria do ventre escravo seria, naquele momento, fatal ao Império, asseverou Alencar que havia outras “alforrias”, “alforrias” estas que, em seu sentir, “não seriam fatais” como aquela, “mas, ao contrário, úteis e proveitosas para o País”, e pelas quais devia o Governo se empenhar de preferência àquela do ventre escravo. Seriam elas a “alforria do voto (*muitos apoiados da Oposição*)”, segundo ele, cativo do Governo; a “alforria da justiça”, no seu juízo, “cativa do arbítrio (*apoiados*)”; a “alforria do cidadão”, em seu entender, “cativo da Guarda Nacional”, e, por derradeiro, a “alforria do País”, que reputava então “cativo do absolutismo, cativo da prepotência do Governo pessoal. (*Apoiados da Oposição.*)” Tais “emancipações”, não tinham, porém, em seu favor, “as declamações da filantropia européia”, sendo “necessidades vitais do País e não cortejos à opinião estrangeira”.⁹⁷⁶

Tais “alforrias”, que, para Alencar, se configuravam nos máximos interesses do Império, não tinham, segundo ele, “uma voz francesa” a dizer ao Imperador: “Senhor, por este ato vosso nome adquirirá uma fama imperecível”. Portanto, deveria a Nação brasileira se resignar “a viver abatida, até que as sugestões da filantropia européia ou a intervenção de alguma sociedade estrangeira” instasse por aquelas “alforrias”, que significariam, em seu entendimento, a liberdade da Nação.⁹⁷⁷

Isto posto, cumpre salientar que, em nosso sentir, os ataques de José de Alencar a Dom Pedro II, muito mais do que pelo fato de não haver sido

⁹⁷⁴ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 225.

⁹⁷⁵ *Idem*, loc. cit.

⁹⁷⁶ *Idem*, pp. 226-227.

⁹⁷⁷ *Idem*, p. 227.

ele por este nomeado Senador, se deram em virtude de o soberano haver tomado posição em prol da emancipação direta, pensando, no entender do autor de *Lucíola*, apenas nos elogios que receberia dos “filantropos” europeus e não nos interesses nacionais. Segundo o escritor cearense, o Brasil figurava na questão da abolição “como um autômato”, não passando, em última análise, da “*anima vilis* de uma experiência filantrópica” ou da “matéria-prima de uma Coroa de triunfo”.⁹⁷⁸

Faz-se mister sublinhar, ademais, que, como observamos no primeiro capítulo da presente dissertação, as duras críticas de José de Alencar a Dom Pedro II, algumas delas dirigidas também às posições tomadas por este último durante a chamada Guerra do Paraguai, remontavam ao ano de 1867 (antes, portanto, de não haver sido ele nomeado Senador), quando foram lançadas as *Novas cartas politicas de Erasmo*, além dos opúsculos *O juízo de Deus – Visão de Job* e *A Corte do Leão*, panfletos satíricos em que a figura do Imperador foi duramente ridicularizada. Neste sentido, escreveu Ricardo Martins Rizzo que a posição de Alencar em relação ao Imperador é basicamente a mesma em 1867 e 1871, antes e depois, portanto, de não haver ele sido nomeado Senador pelo soberano.⁹⁷⁹

Partindo do pressuposto de que os defensores da emancipação direta nada faziam senão obedecer aos influxos “do Poder” e aos “impulsos da opinião estrangeira”, proclamou José de Alencar que, ainda que fossem tais “emancipadores e propagandistas”, o que contestava ele, “os colaboradores de uma grande idéia”, seriam, em seu sentir, “apenas obreiros de ruínas”. Caso “trabalhassem eles”, prosseguiu o orador, “para a glória deste País, esta glória havia de ter uma nódoa”, que não era senão aquela de que, em sua opinião, como acabamos de assinalar, não estariam eles servindo “à sua convicção, à sua Pátria”, mas sim obedecendo aos influxos do Poder, assim como aos impulsos da “opinião estrangeira”, sobretudo francesa.⁹⁸⁰

---

⁹⁷⁸ Idem, loc. cit.

⁹⁷⁹ *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo.), página não numerada.

⁹⁸⁰ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 228.

Combatendo a ideia, por ele considerada perniciosa, da emancipação direta perante o Parlamento brasileiro, julgou José de Alencar ser imperioso dever repelir uma pecha que, segundo ele, “os mais intolerantes promotores da propaganda” da abolição direta costumavam lançar sobre aqueles que, a exemplo dele, erguiam a voz em protesto contra aquilo que consideravam “a imprudência e precipitação” com que se iniciara aquela reforma. Aqueles “intolerantes promotores” da referida propaganda chamavam a estes, com efeito, no dizer do político cearense, “de escravocratas, de retrógrados, de espíritos tacanhos e ferrenhos, que não recebem os influxos da civilização”. Entretanto, segundo Alencar, na luta que “infelizmente” então se travava no País por conta da ideia de emancipação direta, “a civilização, o cristianismo, o culto da liberdade, a verdadeira filantropia” estavam do lado daqueles que, a exemplo dele, se opunham à emancipação direta e defendiam aquela indireta, combatendo mesmo ao lado destes.⁹⁸¹

Para o ardoroso opositor da emancipação direta, eram justamente “o cristianismo, o culto da liberdade” e “a verdadeira filantropia” que inspiravam aos opositores da abolição por via direta a “calma e firmeza de convicção, que não se assusta com as ameaças do Poder”, assim como não se irrita com as ameaças daqueles a quem denominou “seus imprudentes amigos. (*Muitos apoiados da Oposição.*)” Dirigindo-se o orador, com efeito, aos líderes do Governo, membros de seu partido que, em seu julgamento, tinham traído os ideais deste ao apoiar a emancipação direta, assim proclamou:

Vós quereis a emancipação como uma vã ostentação. Sacrificais os interesses máximos da Pátria a veleidades de glória. (*Muitos apoiados da Oposição.*) Entendeis que libertar é unicamente subtrair ao cativo, e não vos lembrais de que a liberdade concedida a essas massas brutas é um dom funesto; é o fogo sagrado entregue ao ímpeto, ao arrojo de um novo e selvagem Prometeu. (*Muitos apoiados da Oposição.*)

Nós queremos a redenção de nossos irmãos, como a queria o Cristo. Não basta para nós dizer à criatura, tolhida em sua inteligência, abatida na sua consciência: “Tu és livre; vai; percorre os campos como uma besta fera! ...”

Não, Senhores, é preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada, para que um dia, no momento de conceder-lhes a liberdade, possamos dizer: “Vós sois homens, sois cidadãos. Nós vos remimos não só do

---

⁹⁸¹ Idem, loc. cit.

cativeiro, como da ignorância, do vício, da miséria, da animalidade em que jazíeis.⁹⁸²

O que desejavam os opositores, como ele, da emancipação direta, era, segundo suas palavras, “a redenção do corpo e da alma” dos cativos, a “reabilitação da criatura racional”, e, enfim, “a liberdade como símbolo da civilização, e não como um facho de extermínio”. Queriam eles, em suma, de acordo com Alencar, “fazer homens livres, membros úteis da Sociedade, cidadãos inteligentes e não hordas selvagens atiradas no seio de um povo culto”.⁹⁸³

Pouco adiante, havendo asseverado que a causa da abolição indireta era “benéfica”, “santa e cristã”, ao passo que aquela da abolição direta seria “fatal”, assim como “cruel e iníqua”, declarou Alencar que o que tinham os adversários da abolição direta diante de si não era a “alta Administração do Estado, preocupada dos grandes interesses nacionais”, não era “o Governo, representante do princípio da autoridade e da ordem pública”, mas sim “o sectário ardente da propaganda”, o “emancipador fanático”, um “agitador”, um “revolucionário, em suma”.⁹⁸⁴

Ainda no referido discurso, contestando a afirmação de proeminentes membros do Partido Conservador no sentido de que este apoiava, ao menos desde 1867, a emancipação direta, sustentou Alencar que certos políticos de seu partido atribuíam as próprias ideias ao partido, julgando-se no direito de parodiar o Rei Luís XVI e afirmar: “O Partido sou eu; inclino-me à emancipação direta; logo, o Partido Conservador deve ser emancipador”. Aduziu, igualmente, o Deputado cearense, que poderia se haver “acastelado em um baluarte de livros”, lendo à Câmara longos trechos de discursos da Oposição conservadora contra a emancipação direta em 1867, assim como os diversos artigos editoriais dos legítimos órgãos das ideias conservadoras na imprensa daquele ano, igualmente contrários à emancipação direta. Se “alguns conservadores eminentes”, a quem o orador respeitava, tinham se manifestado favoráveis à emancipação direta, no seio do Conselho de Estado, como se estava dizendo, no ano de 1867, “o País e seu Partido”

---

⁹⁸² Idem, pp. 228-229.

⁹⁸³ Idem, p. 229.

⁹⁸⁴ Idem, loc. cit.

tinham ignorado o fato. Então, segundo ele, o que o “País sabia” e o “Partido observava” não era senão aquilo a que qualificou de “resistência enérgica e vibrante”, que teria se dado na tribuna e na imprensa, contra o “movimento iniciado nas duas falas do Trono: de 1867 e de 1868”.⁹⁸⁵

Um pouco adiante, respondendo a aparte do Sr. Ministro da Agricultura, que teria sustentado que a tendência do “espírito público” brasileiro para a emancipação favoreceria a abolição direta e que os adversários desta se encontravam em contradição com a “opinião do País” e seus próprios sentimentos, aduziu José de Alencar que não havia contradição alguma, sendo justamente pela confiança que tinham os defensores da abolição indireta “na elevação do caráter brasileiro, no melhoramento dos costumes, nos impulsos do espírito público, na ação eficaz da opinião”, que dispensavam a interferência do Governo, a qual reputavam mesmo “fatal”.⁹⁸⁶

Com relação à extinção do tráfico negreiro, pela chamada “Lei Eusébio de Queirós”, que era usada por alguns conservadores para justificar sua posição em prol da emancipação direta, o Conselheiro Alencar declarou que aquele fato, por ele considerado “grandioso”, provava, em verdade, o contrário, uma vez que, segundo ele, se fosse o Partido Conservador, então, partidário da emancipação direta, teria aproveitado a ocasião para não só proibir o tráfico, como também abolir legalmente a escravidão.⁹⁸⁷

Já próximo ao encerramento do discurso, cuidou Alencar da ideia do ventre livre, afirmando que “a liberdade do ventre” era “iníqua” e “bárbara” e separaria as famílias escravas, semeando mesmo a discórdia entre elas:

É iníqua, porque concede a liberdade à prole e a nega à geração atual, cheia de serviços e de dedicação. (*Muitos apoiados da Oposição.*)

É bárbara, porque condena a prole inocente ao abandono, o que significa a miséria e a morte. (...)

Meditai bem na vossa obra; ides desunir aquilo que Deus criou para viver unido; ides separar as raças, as gerações, as famílias por um abismo imenso: o que

---

⁹⁸⁵ Idem, p. 236.

⁹⁸⁶ Idem, p. 238.

⁹⁸⁷ Idem, pp. 238-239.

separa a liberdade da escravidão. Semeais o ódio, a inveja, a ingratidão, onde só devia reinar o amor e a ternura.

Quando tiverdes dito ao escravo: tu, o amigo dedicado da família, que para servi-la consumiste as forças; que trabalhaste para a riqueza do casal e a prosperidade do País, tu serás escravo eternamente; para ti não há esperança, morrerás como nasceste; mas teu filho será livre, e não por prêmio dos teus serviços, em recompensa da tua dedicação, mas por mero efeito do acaso, porque nasceu hoje, em lugar de ter nascido ontem (...)

... teus outros filhos serão escravos como tu, porque a lei não os favorece, mas aquele nasce livre cidadão, e, quem sabe, teu futuro senhor!

Quando a lei do meu País houver falado essa linguagem ímpia, o filho será para o pai a imagem de uma iniquidade; o pai será para o filho o ferrete da ignomínia; transformareis a família em um antro de discórdia; criareis um aleijão moral, extirpando do coração da escrava esta fibra que palpita até no coração bruto: o amor materno!⁹⁸⁸

Mencionando o relatório do Duque de Broglie, apresentado por este quando era presidente da comissão nomeada em 1840 para cuidar da abolição da escravatura nas possessões ultramarinas francesas, observou José de Alencar que nele o “ilustre publicista e profundo jurisconsulto” francês escrevera que a emancipação do ventre criaria “famílias híbridas, pais sem filhos, filhos sem pais”; tiraria toda e qualquer esperança dos adultos, condenados ao perpétuo cativo; desmoralizaria o trabalho livre, misturando homens livres e escravos nas habitações, e garantiria ao senhor tão somente os “péssimos trabalhadores”. Aos argumentos Broglie contra a liberdade do ventre, acrescentou ele, Alencar, que esta ideia desorganizaria o trabalho livre, que teria por exemplo o trabalho escravo, ao mesmo tempo em que aniquilaria este último, “pondo-lhe em face a todo o instante a imagem da liberdade”, e que contaminaria a “nova geração”, que seria criada “no seio da escravidão, ao contato dos vícios que ela gera. (*Muitos apoiados da Oposição.*)”. Ademais, concluiu ele, revelando, uma vez mais, suas ideias evolucionistas, que “só os países mais atrasados”, a saber, Espanha e Portugal, tinham adotado a ideia da liberdade do ventre e a consagrado legalmente, ao passo que “as nações mais adiantadas”, isto é, Inglaterra, França e Estados Unidos da América, a tinham rejeitado.⁹⁸⁹

Isto posto, faz-se mister salientar que a ideia de que a liberdade do ventre separaria os pais de seus filhos e os filhos de seus pais, ideia esta que se configura em um dos principais argumentos de Alencar contra tal proposta, nos faz recordar o Decreto nº 1855, de 15 de setembro de 1869,

⁹⁸⁸ Idem, pp. 240-241.

⁹⁸⁹ Idem, p. 241.

de sua lavra, no qual, como observamos há pouco, se proibira, em todas as vendas de escravos, a separação do marido da mulher e do filho do pai ou da mãe, salvo se tivesse o filho mais de quinze anos de idade, o que revela a preocupação do escritor e político cearense em manter unidas as famílias de escravos.

Ainda no discurso de 13 de julho de 1871, ressaltou o Conselheiro Alencar, uma vez mais, a “moderação e doçura” de que, em seu entender, sempre se teria revestido a escravidão no Brasil e sobretudo a partir de alguns anos antes daquela data, asseverando que os costumes pátrios, a “índole generosa” da estirpe brasileira, tinha conferido a tal instituição “uma brandura e solicitude” que a tinham feito já quase se transformar em “servidão”. Medidas legais visando acabar com a escravidão, em seu entendimento, poderiam levar a “um antagonismo entre as raças”, fazendo cair por terra o “caráter de moderação e caridade” que, segundo ele, tinha adquirido tal instituição em nosso País.⁹⁹⁰

Já perto de pôr termo a seu discurso, sustentou Alencar que “a causa da emancipação espontânea”, ou indireta, triunfara havia muito sobre aquela da emancipação legal “no coração do povo brasileiro (*muitos apoiados*)”. Prova disto, segundo ele, seriam as manumissões, que todos os dias ocorriam no Império. Só em 1860, de acordo com o orador, houvera, somente na capital do Império, catorze mil alforrias, o que provaria a rapidez com que marchava “essa revolução moral”, que, em sua opinião, talvez em menos de vinte anos levaria à extinção espontânea da escravidão.⁹⁹¹

Antes de concluir a exposição das teorias de Alencar acerca da escravidão e da abolição, julgamos relevante evocar o fato de que, na sessão da Câmara Geral do Império do dia 09 de agosto de 1870, afirmou o autor de *O guarani* que um membro do Senado, representante da Bahia, referindo-se às *Novas cartas políticas de Erasmo*, procurara lançar sobre tal escritor “certa odiosidade”, emprestando-lhe ideias que não eram suas, o acusando mesmo, em última análise, de glorificar a escravidão. Cumpre

---

⁹⁹⁰ Idem, p. 240.

⁹⁹¹ Idem, p. 242.

notar que, se referindo a “Erasmus”, disse Alencar, jocosamente, que a Câmara não conhecia tal sujeito e que ele próprio acreditava que não o conhecia, embora sentisse “certo interesse” por seus escritos e mesmo “uma simpatia incompreensível, destas que nascem não se sabe como nem por quê”.⁹⁹²

Voltando ao Senador pela Bahia, declarou Alencar que teria ele ficado admirado ao ler, na obra de “Erasmus”, a afirmação de que a escravidão havia sido um instrumento de civilização para este País e então recordara que “o falecido estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos já havia dito que da África tinha vindo a civilização para o Brasil”.⁹⁹³ De fato, o estadista mineiro, principal teórico e fundador do Partido Conservador, defendendo a manutenção do tráfico negreiro, asseverara, em discurso proferido no Senado Imperial durante a sessão de 25 de abril de 1843, que a África não só civilizara, mas civilizava, e não o Brasil, mas a América em geral.⁹⁹⁴ No mesmo discurso, aliás, declarara Vasconcelos que havia renunciado “a todas as teorias”, só querendo “o positivismo dos fatos”.⁹⁹⁵ Era, como escreveu José Murilo de Carvalho, a postura utilitária e amoral de que sempre foi Vasconcelos acusado por seus adversários, segundo os quais seria ele um discípulo de Jeremy Bentham, admitindo tão somente a moral dos interesses, e a utilidade como princípio diretivo das ações.⁹⁹⁶

Alencar, cujos argumentos de fundo econômico e social contra a abolição por meios legais guardam bastante semelhança com aqueles empregados por Vasconcelos em defesa da manutenção do tráfico negreiro e da escravidão, instituição que, segundo este, se acomodava “aos nossos costumes” e era “conveniente aos nossos interesses”,⁹⁹⁷ afirmou que não sabia se Vasconcelos dissera que a África civilizara o Brasil seriamente ou “em tom faceto”, tendo em vista que o referido estadista era “um dos

---

⁹⁹² Idem, p. 255.

⁹⁹³ Idem, loc. cit.

⁹⁹⁴ *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Organização de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 1999, p. 268.

⁹⁹⁵ Apud Octávio Tarquínio de SOUSA, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988, p. 196.

⁹⁹⁶ *Introdução*, In Bernardo Pereira de VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Organização de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 1999, p. 27.

⁹⁹⁷ *O Sete de Abril*, Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1835, pp. 1-2.

espíritos mais cáusticos, ou para pedir emprestado a expressão inglesa, mais humorísticos dos que temos tido no nosso País”. Era incontestável, porém, para o autor de *O systema representativo*, que Vasconcelos não dissera “nenhum paradoxo”, visto que a civilização, em seu entender, não se constitui apenas das artes e ciências, se consubstanciando, em última análise, no “desenvolvimento moral e material do gênero humano”. Assim, ainda segundo José de Alencar, o homem que, pela vez primeira, dá um golpe de enxada em uma terra virgem é, sem sombra de dúvida, “um obreiro da civilização”. Neste sentido, estaria certo, na opinião de Alencar, o autor do Código Criminal de 1830, em sua afirmação a respeito do papel civilizador do elemento africano.⁹⁹⁸

“Erasmus”, contudo, de acordo com José de Alencar, jamais afirmara que a escravidão tinha sido “um instrumento de civilização para o Brasil”, ainda que o pudesse ter dito no sentido a que se referira, mas sim que “a escravidão tinha sido outrora um elemento de civilização”. Segundo ele, aliás, em generalização, em nosso sentir, bastante equivocada, analisando a História “se verá que a raça mais civilizada foi sempre a raça cativa”, que transmitia “aos conquistadores a sua cultura e desenvolvimento”.⁹⁹⁹

Concluindo sua defesa de “Erasmus”, Alencar asseverou que este, emitindo aquelas ideias a respeito da escravidão, não pretendia jamais advogar a legitimidade desta instituição, havendo apenas aduzido que o Direito, como tudo aquilo que é humano, está sujeito às vicissitudes naturais do nosso gênero, não se realizando, pois, de um só jato, mas sim por meio de instituições que o vão desenvolvendo lenta e gradualmente; quando uma de tais instituições passa de seu tempo, caduca, e os “homens ilustrados” reconhecem que ela é anacrônica, segundo o publicista, não se segue por isto que, de maneira brusca e imprevista, sem nenhum preparo, risque-se tal instituição do mapa do país no qual está ela enraizada.¹⁰⁰⁰ Por fim, leu Alencar trecho das *Novas cartas politicas de Erasmo* não transcrito nos Anais do Parlamento, e que, em suas palavras, mostrava que “Erasmus” reconheceria “a ilegitimidade da escravidão e a necessidade que havia de

⁹⁹⁸ *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, p. 256.

⁹⁹⁹ *Idem*, loc. cit.

¹⁰⁰⁰ *Idem*, pp. 256-257.

extingui-la pelos meios mais prudentes e mais conducentes a evitar qualquer embaraço da ordem pública, qualquer crise econômica no País”.¹⁰⁰¹

Encerrando nossa exposição do pensamento de José de Alencar a respeito da escravidão, julgamos ser imperioso ressaltar que, como deve ter ficado claro, não pode ser ele considerado, como tem sido por alguns, um escravagista, sendo em verdade, moralmente contrário à escravidão, ainda que a aceitasse como instituição necessária ao Império até o momento em que “caducasse” e se extinguisse por si mesma, momento este que deveria ser, aliás, apressado por todas as medidas indiretas possíveis. Quanto a suas previsões sobre o futuro do País caso nele houvesse a abolição direta, a única que se cumpriu plenamente foi aquela referente à queda da Monarquia. Aliás, assim que a Princesa Isabel, Regente do Império, assinou a chamada “Lei Áurea”, a 13 de maio de 1888, pondo termo à escravidão no País, lhe disse o Barão de Cotegipe que redimira ela uma raça, mas perdera o trono.¹⁰⁰² No mesmo sentido, doze dias após a assinatura daquela lei, pela qual ficou a Princesa Isabel conhecida como “a Redentora” e receberia, no mesmo ano, do Papa Leão XIII, a “Rosa de Ouro”, reservada pelo Sumo Pontífice a soberanos e personalidades católicas insígnies, escreveu Joaquim Nabuco ao Barão de Penedo, afirmando que via “a Monarquia em sério perigo e quase condenada”, posto que a Princesa se tornara “muito popular”, mas as chamadas classes conservadoras fugiam dela e a lavoura tinha se tornado republicana.¹⁰⁰³

IV.2 José de Alencar de Alencar e a codificação civil.

Havendo exposto as ideias de José de Alencar a respeito da escravidão e da emancipação, cuidaremos, a partir de agora, de suas críticas ao *Esboço* de Código Civil, de Teixeira de Freitas, bem como do esboço incompleto de Código Civil feito por ele próprio e que se encontra

---

¹⁰⁰¹ Idem, p. 257.

¹⁰⁰² Cf. José Murilo de CARVALHO, *D. Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 191; Hermes VIEIRA, *Princesa Isabel, uma vida de luzes e sombras*, 2ª edição, São Paulo, Edições GRD, 1989, p. 161;

¹⁰⁰³ Apud Heitor LYRA, *História de D. Pedro II (1825-1891)*, volume III (*Declínio*), 2ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1977, p. 31.

transcrito na obra póstuma *Esboços jurídicos*. Cumpre sublinhar, contudo, que, em nosso sentir, as críticas de Alencar ao *Esboço*, bem como ao projeto de Freitas de unificação do Direito Privado e elaboração de dois códigos, um geral e outro particular, para o Império, e o fato de ter considerado rescindido o contrato do Estado Imperial brasileiro com o jurisconsulto baiano para a confecção do Código Civil, não se explicam, ao contrário do que sustentou Sílvio Meira,¹⁰⁰⁴ por ter Alencar acalentado o sonho de ser, ele próprio, o autor do Código Civil do Império brasileiro. Aliás, a despeito de ter iniciado o referido esboço de Código Civil, nada leva a crer, como adiante procuraremos demonstrar, que Alencar realmente tenha acalentado o sonho de ser o autor do primeiro Código Civil brasileiro.

As primeiras críticas de José de Alencar a Teixeira de Freitas foram publicadas no jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, a 23 de julho de 1860.

Iniciou o autor de *O guarani* suas considerações a respeito dos artigos do *Esboço* até então dados à estampa afirmando que o nome que traziam “de um jurisconsulto distinto”, assim como a recomendação que os precedera com “o voto de ministros de provada illustração”, desdenhavam naturalmente o repto de qualquer opinião que, “descendo á arena”, não pudesse se cobrir “com brasão de igual nobreza scientifica”. E, quando tal opinião, prosseguiu ele, fosse aquela “de um espirito fatigado por laboriosa occupação”, que não lhe dava tempo de se regenerar “nas fontes da sciencia e nas lições dos mestres”, e nem mesmo folga para se robustecer com a própria reflexão, o arrojo de se pronunciar pela imprensa “passaria de velleidade pretenciosa a ridícula temeridade”.¹⁰⁰⁵

Isto posto, cumpre notar que o motivo, que, segundo Alencar, levaria suas críticas aos primeiros artigos do *Esboço* a serem consideradas uma “ridícula temeridade”, isto é, o fato de, pelas suas múltiplas atividades, não ter ele tempo para se aprofundar no estudo e na reflexão do Direito, foi o

¹⁰⁰⁴ *O drama da codificação civil no Império* (2), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 e 13 de novembro de 1978, 1º caderno, p. 11.

¹⁰⁰⁵ *Projecto de Codigo Civil brasileiro pelo Dr. A. F. [sic] de Freitas* (I), In *Correio Mercantil*, anno XVII, nº 203, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1860, p. 1.

argumento usado por Sílvio Meira para justificar sua tese de que Alencar teria sido “um jurista sem brilho”, nem de longe comparável ao “ficcionista imortal, consagrado pela crítica e pelo tempo, esse grande juiz”.¹⁰⁰⁶

Voltemos, contudo, às considerações de José de Alencar aos primeiros artigos do *Esboço*. Havendo exposto as razões, há pouco aqui reproduzidas, pelas quais, em seu sentir, lhe sobravam motivos para se retrair ao silêncio, salientou o autor de *O guarani* que, a despeito de tais motivos, nele reagia, com a “ardente aspiração” de ver o seu País seguir “adiante na senda que lhe tração a opulencia e o vigor de sua joven nacionalidade”, a “convicção profunda de um dever”. Tal dever era tanto, segundo ele, o “dever de filiação política”, que impõe “ao homem o seu titulo de cidadão”, quanto de profissão, que, em suas palavras, lhe assinava “o estudo especial a que dedicou o melhor de sua vida”.¹⁰⁰⁷

Logo em seguida, asseverou José de Alencar que o legislador, “com a expressão de seu pensamento que vai receber a sancção da lei, interroga a intelligencia universal sobre as verdades eternas que Deus innoculou no coração humano”, assim como interroga “a intelligencia nacional sobre os costumes, os interesses e as necessidades do povo”. Isto, porém, não teria ocorrido com aqueles primeiros artigos do *Esboço*, segundo o publicista, por “um triste egoismo”.¹⁰⁰⁸

De acordo com Alencar, logo na leitura das primeiras folhas da parte até então concluída e publicada do projeto de Código Civil, tivera ele uma decepção, que abatera o “orgulho que já sentia como brasileiro”, acreditando que o País logo teria um Código Civil que, em sua visão evolucionista tão típica da época em que viveu, considerasse à “altura da civilização moderna”.¹⁰⁰⁹

A primeira crítica feita por Alencar a Teixeira de Freitas, no artigo em apreço, foi baseada no fato de o jurisconsulto baiano não haver publicado seu trabalho senão de maneira parcial e incompleta, de modo que

¹⁰⁰⁶ *O drama da codificação civil no Império* (5), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 e 11 de dezembro de 1978, 1º caderno, p. 10.

¹⁰⁰⁷ *Projecto de Codigo Civil brasileiro pelo Dr. A. F. [sic] de Freitas* (I), in *Correio Mercantil*, anno XVII, nº 203, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1860, p. 1.

¹⁰⁰⁸ Idem, loc. cit.

¹⁰⁰⁹ Idem, loc. cit.

seria impossível, para o jurisconsulto cearense, a apreciação geral do *Esboço*, e, particularmente, a avaliação de seu método, o que excitaria reparos no que se refere à “unidade e harmonia da obra”. Um código legal, no juízo do Conselheiro Alencar, é um corpo de “contextura inteiriça, fundido em um só molde”, nele todas as partes se ligando, se aderindo, se travando. Em razão disto, ainda segundo o entendimento do escritor e jurista patricio, enquanto o “artista” do código não concluiu totalmente sua obra, toda ela vacila, nenhuma de suas partes estando ainda sólida e perfeita.¹⁰¹⁰

Havendo, nesta primeira crítica, partido do pressuposto de que, ao contrário do que se dizia, Teixeira de Freitas já concluíra seu projeto de Código Civil, apenas o publicando aos poucos, de forma parcial e truncada, que desmereceria o “valor real da obra”, afirmou Alencar que, caso fosse verdade que o projeto de Freitas não passara ainda da primeira parte, aquela publicação haveria sido precoce e precipitada.¹⁰¹¹

Antes de concluir o artigo em apreço, enfatizou José de Alencar a importância que tem o método para um código legal, sendo tal método, segundo ele, composto de três elementos, a saber, a “synthese”, a “connexão” e a “pureza”. A “synthese” se configura, para o publicista, na generalização do princípio de maneira que em apenas um enunciado se compreenda o maior número de espécies e fatos por ele regulados, e reduzindo, por conseguinte, a lei a uma expressão mais breve e simples. A “connexão”, ou “cohesão”, é, por sua vez, aquilo que dá às diferentes leis o seu lugar, ligando-as de modo tão íntimo que “umas chamão as outras”. Por fim, a pureza se refere à ideia e ao estilo, devendo o método, para ser considerado puro, não só excluir o que for estranho ao assunto, ou supérfluo, mas também polir a dicção, enunciando o pensamento da forma mais clara, simples e concisa possível.¹⁰¹²

Em um segundo artigo a respeito do projeto de Código Civil pelo Dr. Teixeira de Freitas, observou José de Alencar, antes de mais nada, que o

---

¹⁰¹⁰ Idem, loc. cit.

¹⁰¹¹ Idem, loc. cit.

¹⁰¹² Idem, loc. cit.

referido projeto principiava com um título preliminar sob a epígrafe “do lugar e do tempo”. Na maior parte, porém, dos códigos civis, como salientou o juriconsulto e publicista, o título preliminar é consagrado aos princípios gerais de legislação, contendo alguns códigos, como aqueles então em vigor na Sardenha, na Áustria, na Sérvia e no cantão suíço da Argóvia, disposições acerca da interpretação das leis e do efeito do lugar em relação aos atos. Afastando-se, neste ponto, do sistema geralmente adotado, deixou Freitas em branco, na opinião de Alencar, “uma das mais bellas paginas que póde um legislador escrever no frontespicio de um codigo civil, aquella que encerra a primeira garantia dos direitos individuaes”, ou, em outras palavras, “a lei mãe”.¹⁰¹³

Pouco adiante, tratando do artigo 1º do *Esboço*, segundo o qual as leis do Código Civil não seriam aplicadas fora de seus limites locais e nem com efeito retroativo, asseverou Alencar que Teixeira de Freitas era um “discípulo aproveitado” de Friedrich Karl von Savigny.¹⁰¹⁴

No início de seu terceiro artigo a respeito do projeto de Código Civil, Alencar, havendo afirmado que os dois primeiros artigos do referido projeto, que cuidam da aplicação da lei civil no tempo e no espaço, não contêm disposições legislativas, mas sim “theses abstractas”, sustentou que estariam eles “em demazia” em um código. A demasia de tais princípios em um código, segundo o publicista, mais avultaria a cada artigo por ele lido.¹⁰¹⁵

Ainda neste sentido, escreveu Alencar que o autor do projeto demonstrava desconhecer os preceitos da nomotética, parecendo não haver lido as ponderações que sobre a difícil arte da redação das leis tinham escrito juristas como Jeremy Bentham e Jonas Dani Meyer.¹⁰¹⁶

No princípio do quarto e último artigo de José de Alencar a respeito do projeto de Código Civil de Teixeira de Freitas, o autor de *Iracema* afirmou que “mais um florão” oscilava “na grimpada do soberbo monumento

¹⁰¹³ *O projecto de Codigo Civil brasileiro pelo Dr. A. T. de Freitas* (II), in *Jornal do Commercio*, anno XVII, nº 209, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1860, p. 1.

¹⁰¹⁴ *Idem*, loc. cit.

¹⁰¹⁵ *Projecto de Codigo Civil brasileiro pelo Dr. A. T. de Freitas* (III), in *Jornal do Commercio*, anno XVII, nº 212, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1860, p. 1.

¹⁰¹⁶ *Idem*, loc. cit.

erigido á sciencia” e “á menor lufada de tenue brisa” pendia e rolava “no destroço de materiaes que servirão-lhe á recente construção”. Tal monumento, que, na expressão do escritor e jurisconsulto, tinha o Direito por base e a Lei como cúpula, não era senão o projeto de Código Civil de Teixeira Freitas, que, nas palavras de Alencar, tombaria por carecer “da força creadora de Bentham, do *jus dare* de Bacon, do *vim ae potestatem* de Celso”, posto que, ainda segundo o jurista brasileiro, careceria da “virtude da lei”.¹⁰¹⁷

Em seguida, tratou Alencar do artigo 4º do referido projeto, que cuida da Jurisdição e que resumiu, na expressão “o lugar determina a lei e a jurisdição”, donde serem a Lei e a Jurisdição os dois termos a analisar.¹⁰¹⁸

Tratando da Jurisdição, salientou Alencar que esta, do latim *jus dicere*, é, na significação originária, “a faculdade de dizer o direito, o *actus jus dicendi* de Cicero”, podendo ser definida como “o poder de julgar, o poder de distribuir a justiça”, e se constituindo, em última análise, no “direito de aplicar a lei”. É a Jurisdição, segundo ele, uma “delegação da sociedade a um poder”, delegação esta que é feita, de forma genérica, pela Constituição política formal do Estado, quando este divide o Poder em ramos diferentes e designa ao Poder Judiciário a atribuição de conhecer das diversas causas. Neste aspecto, a Jurisdição emana diretamente da Constituição, se constituindo em uma das bases da organização da Sociedade, não podendo o legislador civil alterá-la e não sendo necessário repeti-la.¹⁰¹⁹

Até onde se sabe, Teixeira de Freitas jamais respondeu a estas críticas de Alencar ao seu projeto de Código Civil, bem como àquelas constantes do *Relatorio* apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1869, pelo autor de *O guarani*, então Ministro da Justiça. É, aliás, muito estranho este fato, como bem ressaltou Sílvio Meira, tendo em vista o fato de ser Teixeira de Freitas (assim como Alencar) “um homem forte em polêmicas”, como o demonstrou com Antônio Rebouças, com o Visconde de

¹⁰¹⁷ *Projecto de Codigo Civil brasileiro pelo Dr. A. T. de Freitas* (IV), In *Jornal do Commercio*, anno XVII, nº 223, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1860, p. 1.

¹⁰¹⁸ Idem, loc. cit.

¹⁰¹⁹ Idem, loc. cit.

Seabra e com Carlos Kornis de Totvárád.¹⁰²⁰ A única explicação que Meira considerava plausível para isto repousava no fato de, segundo ele, Alencar escrever e guardar aquilo que escrevia. Aparentando não ter conhecimento dos artigos de que acabamos de tratar e se esquecendo do *Relatorio* apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1869 e publicado no mesmo ano, o autor de *Teixeira de Freitas, o jurisconsulto do Império* escreveu, equivocadamente, que Alencar fugiria “à luta em campo aberto” com Freitas, não publicando nenhuma crítica contra este, mas o atacando “nos bastidores”.¹⁰²¹

Na introdução a seu ensaio sobre a codificação civil, que consta da obra póstuma *Esboços juridicos*, e que teria sido escrito, segundo Sílvio Meira, em 1865,¹⁰²² afirmou Alencar que aquele trabalho fora provocado pelo projeto de Código Civil então em discussão, de modo que diria “alguma cousa de especial a respeito” dele.¹⁰²³

Segundo José de Alencar, “uma opinião muito sensata” acreditava que o Império do Brasil não estava ainda preparado para a “revolução” que, de acordo com ele, se pretendia operar no País em matéria de “jurisprudencia civil”, isto é, de Direito Civil. Assim, a tentativa de Teixeira de Freitas, cujo nome não é mencionado sequer uma vez no ensaio de Alencar, teria sido prematura, havendo de sofrer “uma lenta e difficil maturação no espirito publico, e até nos estudos profissionaes, antes de attingir ás proporções de um projecto sério”. Não se improvisa, nas palavras do autor de *As minas de prata*, um código legal “de um anno para outro, no gabinete de uma individualidade qualquer”, do mesmo modo que “não se improvisa uma sociedade, uma civilização, uma era”.¹⁰²⁴

Destarte, de acordo com Alencar, enquanto “outorga-se aos povos ou elles conquistam no dia de sua liberdade uma constituição, escripta ao estrepito da batalha ou ás acclamações da praça publica”, um código civil procederia de longa e lenta gestação de ideias, se constituindo no marco de

---

¹⁰²⁰ *O drama da codificação civil no Império* (3.2), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 e 11 de dezembro de 1978, 2º caderno, p. 8.

¹⁰²¹ Idem, loc. cit.

¹⁰²² Idem, loc. cit.

¹⁰²³ *Esboços Juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 131.

¹⁰²⁴ Idem, pp. 131-132.

um período bastante longo no “progresso” do Direito, bem como no depositário da experiência e do estudo não apenas de um povo, mas de toda “a humanidade culta”.¹⁰²⁵

As primeiras legislações civis, a que denominou, impropriamente, códigos civis, surgiram, segundo José de Alencar, em Roma, depois que “muitas e illustres gerações de jurisconsultos tinham enriquecido a sciencia com suas profundas investigações”. Neste momento, segundo o autor, o Direito Civil teria parado aquilo que, em sua visão evolucionista, seria a marcha evolutiva deste ramo do Direito, sendo toda a denominada Idade Média preenchida pelos comentadores do Direito Romano, os quais teriam preparado a transição para “a moderna jurisprudência”. Esta teria sido inaugurada, para o autor de *Iracema*, com os códigos civis da Prússia e da França, também conhecidos, respectivamente, como Código Frederico e Código Napoleão, e que vinham servindo de modelo a outros códigos. O primeiro de tais diplomas legais teria sido, segundo Alencar, “elaborado por Cocceji, Wolmar e Carmer [sic]”, o que está correto, exceto pelo nome do último destes três juristas, que é Cramer e não Carmer, enquanto o chamado Código Napoleão teria sido “preparado por Cujacio, Domat, Pothier”.¹⁰²⁶

Embora o Código Civil francês tenha sido redigido por uma comissão de juristas na qual se sobressaiu a figura de Portalis, e Cujácio, Domat e Pothier já estivessem todos mortos quando da elaboração de tal Código, cremos que se equivocou Sílvio Meira ao afirmar que, ao escrever que o Código Napoleão fora “preparado” por tais jurisconsultos, teria Alencar cometido um grave erro, que demonstraria o quanto sua “cultura jurídica e histórica” seria “defectiva e deficitária, algo tumultuária”.¹⁰²⁷ Isto porque julgamos que Alencar, ao aduzir que o Código Civil francês fora “preparado” por Cujácio, Domat e Pothier, desejou afirmar que tais juristas tinham sido, por assim dizer, os precursores daquele diploma legal, o que pode ser considerado verdadeiro, especialmente no que diz respeito aos

---

¹⁰²⁵ Idem, p. 132.

¹⁰²⁶ Idem, pp. 132-133.

¹⁰²⁷ *O drama da codificação civil no Império* (3.1), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 e 20 de novembro de 1978, 2º caderno, p. 8.

dois últimos, tidos mesmo como os “pais” do Código Civil de 1804,¹⁰²⁸ havendo, ademais, Pothier sofrido profunda influência de Cujácio, de quem foi, na expressão do próprio Meira, “seguidor servil”.¹⁰²⁹ Aliás, no último dos quatro artigos a respeito do projeto de Código Civil de Teixeira de Freitas publicados em 1860 no *Correio Mercantil*, citou José de Alencar a exposição de motivos do Código Civil francês, de Portalis, o que demonstra que ele, ao menos então, sabia que fora este o principal autor daquele Código.¹⁰³⁰

Quando, na década de 1850, foi determinada a confecção de um projeto de Código Civil, não havia, segundo Alencar, uma só obra doutrinal de Direito Civil e as forenses não eram senão poucas e todas elas “remendadas sobre livros portugueses”, ao mesmo tempo em que o País não comportava uma revista jurídica e a advocacia era procurada apenas como profissão. Seria, pois, na opinião do escritor e jurisconsulto cearense, absolutamente impossível “extrahir de semelhante indiferença e atraso elemento para um código civil”, apenas comportando o País uma compilação feita por leis parciais, que, podendo “os sobejos do regimen caduco, attendessem ás reformas mais urgentes e palpitantes”.¹⁰³¹ Cumpre sublinhar, aliás, que, em 1855, data em que, segundo Alencar, teria sido Teixeira de Freitas contratado para elaborar o projeto de Código Civil,¹⁰³² foi o jurisconsulto baiano, em verdade, contratado para elaborar a *Consolidação das Leis Civis*,¹⁰³³ que correspondia exatamente a esta compilação que, para o autor de *A propriedade*, seria a única coisa que o País então comportaria em matéria de codificação civil. O contrato para elaboração do projeto de Código Civil, com efeito, só foi firmado a 10 de janeiro de 1859.¹⁰³⁴ No ano anterior, fora aprovada a *Consolidação das Leis Civis*, que, como escreveu Raoul de la Grassérie, “forma um verdadeiro

¹⁰²⁸ Cf. Jean-Louis HALPÉRIN, *French Legal Science in the 17th and 18th Centuries: to the Limits of the Theory of Law*, In VV.AA., *A Treatise of Legal Philosophy of Law in the Civil Law World, 1600-1900*, Dordrecht; Heildelberg, London, New York, Springer, 2009, p. 47.

¹⁰²⁹ Teixeira de Freitas, *o jurisconsulto do Império*, 2ª edição, Brasília, Cegraf, 1983, p. 351.

¹⁰³⁰ *Projecto de Codigo Civil brasileiro pelo Dr. A. T. de Freitas* (IV), in *Jornal do Commercio*, anno XVII, nº 223, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1860, p. 1.

¹⁰³¹ *Esboços Juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 133.

¹⁰³² Idem, loc. cit.

¹⁰³³ Cf. Sílvio MEIRA, *Teixeira de Freitas, o jurisconsulto do Império*, 2ª edição, Brasília, Cegraf, 1983, p. 94.

¹⁰³⁴ Idem, p. 185.

Código (...), muito embora não traga este título”,¹⁰³⁵ e que, ademais, foi usada, na prática, como um Código, “o nosso Código Civil do Império”, segundo a expressão de Sílvio Meira.¹⁰³⁶

Voltemos, porém, às considerações de José de Alencar a respeito da codificação civil. Havendo o autor de *Esboços jurídicos* aduzido, como há pouco observamos, que o País não comportaria senão uma compilação de leis civis, asseverou que o máximo que poderia ser feito, no Brasil, seria, como forma de estimular os estudos jurídicos, lançar entre os juristas a futura ideia de um código civil, abrindo concursos sobre os sistemas de codificação, os pontos doutrinários, em que o Direito pátrio reclamasse melhoramento e, por fim “sobre as aspirações da jurisprudência moderna”. No entender do jurisconsulto de Messejana, a atividade de diversos engenhos, que se desperdiçava no foro, desta forma provocada daria “os mais bellos fructos”, produzindo-se “um movimento fecundo da sciencia juridica”.¹⁰³⁷

Segundo Alencar, o Brasil representa, na América, “a civilização da raça latina”, à qual, em seu sentir, competiria, incontestavelmente, “a primazia intellectual”, do mesmo modo que, ainda em sua opinião, à “raça saxônia” competiria o primado da atividade industrial. Portanto, seria indigno de nosso País copiar o Código Civil francês, ou aquele prussiano, como vinham fazendo diversos países, nem para isso se careceria de “tanto rumor e apparato”.¹⁰³⁸

Adotada, contudo, a ideia de elaboração de um Código Civil brasileiro e concluído o projeto levado a cabo por Teixeira de Freitas, estava este, então, sendo discutido por uma comissão oficial, o que nos revela o fato de que Alencar escrevia em 1865. O País, contudo, de acordo com o autor de *O systema representativo*, desconhecia tal projeto, posto que “o esboço d'elle” não se encontrava à venda, “nem talvez estivesse ao alcance dos pobres”, e nem na imprensa nem em associações dele se

¹⁰³⁵ *Lois Civiles du Brésil*, Paris, V. Giard & E. Brière, 1897, p. 227.

¹⁰³⁶ Teixeira de Freitas, *o jurisconsulto do Império*, 2ª edição, Brasília, Cegraf, 1983, p. 106.

¹⁰³⁷ *Esboços Jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, pp. 133-134.

¹⁰³⁸ *Idem*, p. 134.

ocupavam profissionais da área jurídica. Em meio a semelhante silêncio, julgava Alencar que um trabalho sobre a codificação deveria ser acolhido com simpatia e nesta confiança iria o seu à estampa. Não o acompanhava, todavia, a mínima esperança de que fossem adotadas suas ideias de classificação, uma vez que sempre que, segundo o escritor e jurista, “uma inovação qualquer sahe a publico”, se estabelece contra ela uma “prevenção hostil”, que vem a ser a “resistencia do habito”. Só aos poucos, prosseguiu ele, “a verdade vai limando o costume”.¹⁰³⁹

Portanto, apresentar de surpresa, sem discussões ou estudos preliminares, um sistema, como o seu, não adotado em código ou obra científica, seria, no seu juízo, “immolar a idéa aos justos escrupulos dos espiritos prudentes”. Tal “sacrificio” não seria, contudo, de todo inútil, caso, como acreditava ele, gerasse, “no animo dos juristas a respeito do plano adoptado no projeto do Codigo Civil, as mesmas duvidas que o motivaram”.¹⁰⁴⁰

Ao proceder ao exame do projeto de Código Civil brasileiro, a primeira coisa que, segundo José de Alencar, o teria impressionado teria sido aquilo que o escritor cesarense considerou “o monstruoso systema adoptado naquelle trabalho”.¹⁰⁴¹

Ao concluir a introdução de seu ensaio sobre a codificação civil, escreveu o Conselheiro Alencar que aquele trabalho sobre o sistema das leis civis, bem como outro relativo à doutrina do Direito Civil, formariam um estudo geral a respeito da codificação civil e serviriam de base a uma futura discussão sobre o projeto de Código Civil apresentado.¹⁰⁴²

Como restou claro, José de Alencar não se propôs, no referido ensaio, a ser ele o autor do Código Civil, ainda que, também no livro *Esboços juridicos*, exista, como já afirmamos, um esboço incompleto de Código Civil, do qual trataremos adiante com um pouco mais de vagar.

---

¹⁰³⁹ Idem, loc. cit.

¹⁰⁴⁰ Idem, pp. 134-135.

¹⁰⁴¹ Idem, p. 135.

¹⁰⁴² Idem, p. 137.

Dentre outras críticas feitas por José de Alencar, em seu ensaio sobre a codificação civil, ao *Esboço* de Teixeira de Freitas, podemos destacar aquela da classificação geral, que, segundo o escritor e jurista cearense, era “completamente falsa”, sendo, em seu entender, funesta a aplicação de um tal sistema, que faria do Código Civil “um monstro semelhante ao projecto, capaz de tragar com os seus tres ou quatro mil dentes, em forma de artigos, todo o corpo da legislação”. Seria o projeto, de acordo com o autor, uma “verdadeira miscellanea juridica”, tratando de Direito Internacional, Diplomacia, Constituição, Direito Eclesiástico, Administração, Processo, enfim, de absolutamente “tudo”.¹⁰⁴³

Também no ensaio sobre a codificação civil ora em apreço, Alencar defendeu a autonomia do chamado Direito Comercial, ou Direito Mercantil,¹⁰⁴⁴ contra a qual mais tarde se insurgiria Teixeira de Freitas, sendo, aliás, na opinião de Orlando de Carvalho, a divergência entre os dois juristas nesta questão o principal motivo que teria levado o autor de *O guarani*, como Ministro da Justiça, a considerar rescindido o contrato com Freitas para a elaboração de um Código Civil.¹⁰⁴⁵

No entender de José de Alencar, o Direito Mercantil deveria ser denominado Direito Industrial, posto que, embora houvesse avançado primeiro no caminho do progresso a chamada “indústria mercantil”, não era esta a única indústria. O Direito Agrícola, com efeito, já principiava a se organizar e em breve nasceria o Direito Fabril, assim se formando “na realidade as divisões naturaes do direito industrial”.¹⁰⁴⁶

Anos mais tarde, quando Ministro da Justiça, Alencar, segundo Sílvio Meira, não teria levado ao conhecimento do Imperador Dom Pedro II o parecer da Seção de Justiça do Conselho de Estado, datado de 1º de junho de 1868 e assinado por Nabuco de Araújo, Torres Homem e o Visconde de Jequitinhonha, favorável à proposta de Teixeira de Freitas no sentido de unificar o Direito Privado no Brasil e não criar mais apenas um Código

---

¹⁰⁴³ Idem, p. 190.

¹⁰⁴⁴ Idem, p. 196.

¹⁰⁴⁵ Teixeira de Freitas e a unificação do Direito Privado, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, 1984, pp. 1-86.

¹⁰⁴⁶ *Esboços Juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 196.

Civil, mas também um Código Geral para o Brasil.¹⁰⁴⁷ Contudo, como adiante veremos, o autor de *o sertanejo* se referiu a tal parecer no *Relatorio* ministerial por ele apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1869, *Relatorio* do qual, aliás, passaremos a tratar a partir de agora.

Ao iniciar a parte de tal *Relatorio* referente à legislação civil, escreveu José de Alencar que “a codificação é uma necessidade capital da sociedade moderna, sobretudo em paizes representativos”.¹⁰⁴⁸ Segundo o então Ministro da Justiça, “quando o governo da nação pertence à nação”, a lei, sobretudo a lei política e civil, deveria estar “ao alcance de todos”, a fim de que “a opinião” pudesse se manifestar com segurança a respeito de assunto tão relevante. O Código seria, para Alencar, “a fôrma popular da legislação”, que romperia “o monopólio da sciencia” e concorreria “para vulgarisar o direito escripto”.¹⁰⁴⁹

A Constituição de 1824, que o Conselheiro José de Alencar qualificou de “sabia e prudente”, contém, como salientou este, no, § XVIII do artigo 179, a “recommendação muito expressa” de organizar o quanto antes os códigos Civil e Criminal do Império, recomendação que, como escreveu o Ministro da Justiça, foi prontamente atendida no que se refere à legislação criminal, em virtude de ser esta aquela que mais contrastava com a nova organização política brasileira, de inspiração liberal. Quanto à parte civil, somente “de longe em longe” tinham sido feitas alguma alterações na legislação portuguesa, adotada pelo Brasil.¹⁰⁵⁰

Em 1855, contudo, prosseguiu Alencar, Nabuco de Araújo, na qualidade de Ministro da Justiça, incumbiu ao Dr. Teixeira de Freitas os trabalhos de classificação das leis e consolidação da parte civil. O segundo de tais trabalhos, isto é, a *Consolidação das Leis Civis*, mereceu, então, os elogios de José de Alencar, para quem tal trabalho “muito abona a vasta erudição jurídica de seu autor”. Já a respeito do primeiro trabalho, segundo o autor de *Til*, não havia nenhuma informação na Secretaria de

¹⁰⁴⁷ Teixeira de Freitas, *o jurisconsulto do Império*, 2ª edição, Brasília, Cegraf, 1983, p. 358.

¹⁰⁴⁸ *Relatorio do Ministerio da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869, p. 112.

¹⁰⁴⁹ Idem, p. 113.

¹⁰⁵⁰ Idem, loc. cit.

Estado dos Negócios da Justiça e nem constava que houvesse sido publicado.¹⁰⁵¹ Como fez salientar Sílvio Meira, tal trabalho não foi presente ao governo, posto que seu autor teve por bem suspender sua impressão iniciada, a fim de se ocupar tão somente do projeto de Código Civil.¹⁰⁵²

Submetida a *Consolidação das Leis Civis* ao exame de uma comissão qualificada por Alencar de “muito competente” e constituída pelo Visconde do Uruguai, pelo Conselheiro Nabuco de Araújo e pelo Dr. Caetano Alberto Soares, foi ela aprovada por esta, com louvor, a 04 de dezembro de 1858.¹⁰⁵³

Em seguida, pelo Decreto nº 2.337, de 10 de janeiro de 1859, foi o mesmo Teixeira de Freitas encarregado de redigir o projeto de Código Civil, obrigando-se a entregá-lo no prazo de três anos. Posteriormente, pelo Decreto nº 3188, de 18 de novembro de 1863, se fixou o prêmio de tal trabalho em cem contos de réis, dos quais cinquenta seriam dados quando da conclusão do trabalho e o restante depois de ter sido ele adotado para submissão à Assembleia Geral. Por aviso do dia 19 de novembro do mesmo ano, declarou o governo a Freitas que o contrato ficaria prorrogado até o dia 30 de junho de 1864. Como consequência, nomeou o Governo a comissão que devia analisar o projeto de Código Civil. Tal comissão foi suspensa por aviso de 31 de agosto de 1865, em virtude de não estar concluído ainda o projeto de Código Civil, havendo, na ocasião, novamente sido recomendado ao jurisconsulto baiano que apresentasse o trabalho impresso o quanto antes fosse possível.¹⁰⁵⁴

A 20 de setembro de 1867, dirigiu “o ilustrado jurisconsulto” Teixeira de Freitas uma representação ao Ministério da Justiça em que pediu uma novação do contrato de 10 de janeiro de 1859, com o objetivo de apresentar obra mais perfeita, declarando-se disposto no caso de recusa a se

---

¹⁰⁵¹ Idem, loc. cit.

¹⁰⁵² *O drama da codificação civil no Império* (2), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 e 13 de novembro de 1978, 1º caderno, p. 11.

¹⁰⁵³ *Relatorio do Ministerio da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869, p. 113.

¹⁰⁵⁴ Idem, p. 114.

exonerar das primitivas obrigações, limitando-se a publicar o complemento do *Esboço*.¹⁰⁵⁵

A consulta de 1º de julho de 1868¹⁰⁵⁶ à Seção de Justiça do Conselho de Estado, mostrou-se favorável ao novo plano de codificação proposto por Freitas, concluindo pela conveniência de coadjuvar “o eminente jurisconsulto” desde que não adviesse daí maior ônus ao tesouro.¹⁰⁵⁷

Tal consulta, contudo, não foi resolvida em virtude de José de Alencar haver considerado rescindido o contrato pelo fato de não haver Teixeira de Freitas apresentado o projeto de Código Civil no dia 30 de junho de 1864. A revalidação, segundo o autor de *As minas de prata*, acarretaria ônus para o tesouro com a impressão dos dois novos Códigos, Geral e Especial, além de inutilizar a despesa já feita com a publicação do *Esboço*, com a gratificação ao seu autor e com os honorários da comissão que o analisou.¹⁰⁵⁸

Ademais, segundo Alencar, o plano de uma reforma geral não apenas na legislação do Império, como também no sistema adotado “pelas nações mais cultas”, seria objeto “de muita gravidade e transcendencia”, para que tomasse o governo a iniciativa “dessa mudança radical, de improviso e fóra do parlamento”, onde tal ato seria apreciado pelo legislador.¹⁰⁵⁹ Dirigindo-se a este, proclamou, então, Alencar:

A vossa razão esclarecida cabe resolver esta questão em que estão empenhados com o bem publico, o futuro da sociedade, e por ventura a gloria do paiz, si um jurisconsulto brasileiro ligar seu nome ao mais perfeito systema de codificação.¹⁰⁶⁰

Isto posto, manifestou José de Alencar sua opinião a respeito do *Esboço* e do “engenhoso e vasto plano” delineado por Teixeira de Freitas, salientando que ambos não passavam de “fructos muito prematuros”, a

---

¹⁰⁵⁵ Idem, pp. 114-115.

¹⁰⁵⁶ Segundo Sílvio Meira, a data de tal consulta, ou melhor, do parecer em resposta a tal consulta, é, como vimos, 1º de junho do mesmo ano (*Teixeira de Freitas, o jurisconsulto do Império*, 2ª edição, Brasília, Cegraf, 1983, p. 358).

¹⁰⁵⁷ Idem, p. 115.

¹⁰⁵⁸ Idem, loc. cit.

¹⁰⁵⁹ Idem, p. 116.

¹⁰⁶⁰ Idem, loc. cit.

despeito de, como trabalhos científicos, revelarem “as altas faculdades do author, e sua opulenta litteratura juridica”.¹⁰⁶¹

Em seguida, sustentando posições análogas àquelas da Escola Histórica alemã, afirmou José de Alencar que “um código civil não é a obra da sciencia e do talento unicamente”, mas, sobretudo, “a obra dos costumes, das tradições, em uma palavra da civilização brilhante ou modesta de um povo”. Assim, na frase de Alencar, “mudão-se de repente as instituições politicas de um paiz”, mas “a sociedade civil, não há revolução que a altere de um jacto”, modificando-se lentamente, “por uma transformação secular”.¹⁰⁶²

Ademais, segundo o autor de *Senhora*, não poderia o Brasil esperar, com os instrumentos deficientes de sua organização judiciária, “a applicação de uma lei civil, ao nível do mais alto desenvolvimento social”.¹⁰⁶³

Não eram, contudo, tanto os agentes para a execução do Código, ainda segundo a opinião de José de Alencar, que nos faltavam, “como a propria materia do código, a sociedade culta e opulenta que elle devia reger”. Se, ainda de acordo com o jurisconsulto cearense, no território de duzentas e noventa e sete mil léguas quadradas que então tinha o Brasil, somente um espaço de dez a vinte mil comportaria a boa execução da legislação então em vigor, não poderia tal País jamais aspirar a “códigos mais perfeitos do que o da França”.¹⁰⁶⁴

Na opinião de Alencar, para se satisfazer ao preceito constitucional há pouco referido, devia-se tomar por base a *Consolidação das Leis Civis*, de Teixeira de Freitas, completar tal trabalho com alguns desenvolvimentos indispensáveis, e rever o seu método. Destarte, “organisar-se-hia”, na expressão do Ministro da Justiça, “um projecto de código civil, adaptado ás nossas circumstancias”.¹⁰⁶⁵

---

¹⁰⁶¹ Idem, loc. cit.

¹⁰⁶² Idem, loc. cit.

¹⁰⁶³ Idem, p. 117.

¹⁰⁶⁴ Idem, loc. cit.

¹⁰⁶⁵ Idem, loc. cit.

A fim de “nutrir e estimular o gosto pelos solidos estudos da jurisprudencia”, julgava o então Ministro da Justiça serem convenientes antes “os concursos sobre o systema do codigo e diversas monographicas das principaes questões do direito civil”. Aí teriam Augusto Teixeira de Freitas e outros jurisconsultos brasileiros ensejo de exhibirem suas diferentes ideias “e de uma maneira mais fecunda, promovendo a discussão”.¹⁰⁶⁶

Eis, pois, a suma das críticas, jamais respondidas, de José de Alencar a Teixeira de Freitas. Em tais críticas, manifestou Alencar, como observamos na introdução deste trabalho, posição que é bastante diversa daquela dos autores posteriores. Estes, embora tendo em vista mais a *Consolidação das Leis Civis* do que o *Esboço*, viram o jurisconsulto baiano como, antes de tudo, um defensor dos costumes e tradições luso-brasileiras. Alencar, por seu turno, como acabamos de ver, reconheceu o valor da *Consolidação das Leis Civis*, chegando a propor que fosse esta a base do Código Civil brasileiro, mas criticou duramente o *Esboço*, o acusando, dentre outras coisas, de não refletir os costumes e as tradições nacionais, sendo, em última análise, um Código Civil mais apropriado à França do que ao Brasil.

Isto posto, tratemos, ainda que rapidamente, do esboço incompleto de Código Civil de José de Alencar, ressaltando, contudo, que, ao que tudo indica, pouco se dedicou a ele o autor de *Ubirajara*, que, pelo que tudo igualmente indica, ao contrário do que, como vimos, julgou Sílvio Meira, jamais realmente acalentou o “sonho” de ser o autor do Código Civil do Império brasileiro.

Tal esboço se encontra transcrito entre as páginas 85 e 121 de seus *Esboços juridicos*, com o título, em nosso sentir, equivocado, e dado, sem dúvida alguma, pelo editor, de *O estado civil*, correspondente, em verdade, ao título preliminar daquele trabalho, e é assim dividido:

TITULO PRELIMINAR – Do estado civil – Noção – Divisão.
Capitulo I – Da lei civil.
Capitulo II – Dos direitos civis.
Secção I. – Noções geraes.

---

¹⁰⁶⁶ Idem, loc. cit.

Secção II. – Das condições dos direitos.
 Capítulo III – Do registro civil.
 TITULO I – Das pessoas.
 Capítulo I – Do modo da existencia.
 Capítulo II – Do tempo da existencia.
 Capítulo III – Do lugar da existencia.
 TITULO II – Da liberdade.
 Capítulo I – Do modo.
 Capítulo II – Do tempo.
 Capítulo III – Do lugar.
 TITULO III – Da propriedade.
 Capítulo I – Dos modos da propriedade.
 Capítulo II – Do tempo da propriedade.
 Capítulo III – Do lugar da propriedade.¹⁰⁶⁷

Cumpre sublinhar que José de Alencar não admitiu, no projeto inacabado de Código Civil em apreço, a existência de direitos reais, considerando que não existe direito real, sendo, com efeito, todo direito pessoal, posto que todo ele recai sobre uma pessoa, ainda que tenha por objeto uma coisa (artigo 10 da seção I do Capítulo II do Título Preliminar).¹⁰⁶⁸

Quanto à pessoa, o autor a definiu, no artigo 1 do Capítulo I do Título I do aludido esboço de Código Civil, como “a reprodução civil dos direitos do homem”, sendo, segundo o artigo seguinte, “pessoa natural” o homem, o qual é considerado “pessoa actual”, desde o instante de seu nascimento até aquele de seu falecimento (inciso I); “pessoa futura”, a partir do momento da concepção até aquele do nascimento (inciso II); “pessoa posthuma”, após o falecimento (inciso III), e “pessoa provavel”, antes da concepção (inciso IV), havendo, ainda, as “pessoas privilegiadas”, a saber, o esposo da Imperatriz e a esposa do Imperador (inciso V). A “pessoa moral”, por sua vez, se constituiria, segundo o artigo 3 do mesmo capítulo, em “qualquer entidade creada ou autorizada por lei”, podendo ser pública (inciso I), ou privada (inciso II). As pessoas morais públicas, instituídas “pelo poder politico” e tendo em vista o “bem geral” (inciso I) da Nação, seriam, segundo o artigo 4, a Coroa, a Igreja, a Província e a Municipalidade, todas instituídas pela lei política, sendo, pois, sua formação estranha ao Direito Civil.¹⁰⁶⁹

¹⁰⁶⁷ *Esboços Juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, pp. 85-121.

¹⁰⁶⁸ *Idem*, p. 90.

¹⁰⁶⁹ *Idem*, pp. 95-96.

É isto, em nossa opinião, o que há de mais interessante no referido esboço, esboço, aliás, muito pouco desenvolvido pelo seu autor.

IV.3 A propriedade no pensamento alencarino.

No ano de 1883, foram publicados, postumamente, como mais de uma vez salientamos na presente dissertação, duas obras jurídicas de José de Alencar, que são *A propriedade* e *Esboços jurídicos*. O primeiro de tais livros não trata apenas da propriedade, pois, como escreveu o Conselheiro Antônio Joaquim Ribas, na *Prefação* daquela obra, nela não quis o autor se restringir a tratar apenas do domínio e dos direitos que dele podem ser destacados em favor de outros além daqueles em quem ele reside, sendo nela, pois, a propriedade empregada em seu mais amplo sentido, isto é, como sinônima de “*direito dos bens*”.¹⁰⁷⁰ Na segunda de tais obras, por sua vez, no já muitas vezes aqui citado ensaio sobre a codificação civil, igualmente dedicou o jurisconsulto cearense algumas páginas ao direito de propriedade.

Como já observamos, a liberdade é, para Alencar, um dos três “direitos essenciaes do homem”, ao lado da existência e da liberdade.¹⁰⁷¹ Segundo o jurista, seria esta a “sujeição de todas as cousas creadas, susceptíveis de apreensão”. O animal irracional usa as coisas conforme sua aptidão especial e seus instintos, enquanto o ente humano tem o poder de usar da totalidade das coisas apreensíveis. Em outras palavras, “o irracional recebe a coisa como a natureza lh’a dá”, sendo seu ato nada além de “simples uso”, ao passo que “a creatura intelligente exerce sobre a coisa uma fracção do poder creador que Deus depositou nelle, e inventa novas fórmulas do objecto”. É isto que constitui, na expressão do autor, “a propriedade natural”.¹⁰⁷²

---

¹⁰⁷⁰ “Prefação”, In José de ALENCAR, *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. VI. Grifos em itálico no original.

¹⁰⁷¹ *Esboços Jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 163.

¹⁰⁷² Idem, p. 163.

Como vimos, José de Alencar, que reputava que o trabalho, “força motora que impelle o homem ao cumprimento de sua missão”,¹⁰⁷³ se constituirá na “origem nobre e racional da propriedade”,¹⁰⁷⁴ propriedade esta que é um direito natural,¹⁰⁷⁵ já ao nascer trazendo os indivíduos aquilo a que o autor denominou “a faculdade proprietária”.¹⁰⁷⁶

Segundo Alencar, quando se interroga a legislação civil a fim de se saber o que é a propriedade, ela responde que é o direito de usar, gozar, dispor, “etc.”, de determinada coisa, isto é, o *jus utendi et abutendi*. Descarnando-se, contudo, o tecido social, observando-se “a organização viva do direito”, ver-se-á, segundo o autor de *O gaúcho*, que toda a legislação é o desmentido formal de tal noção da propriedade. Aquele que, com efeito, exerce a propriedade sobre uma soma de dinheiro adquirido pelo seu labor, e entende que pode usar, gozar e dispor de tal propriedade, a empresta a um terceiro, que tem o dever de restituí-la em determinado prazo, pensa, ainda de acordo com Alencar, que conserva a propriedade, apenas transferindo a posse de seu dinheiro. Está, porém, segundo o autor, enganado, pois perdeu a propriedade sobre seu próprio dinheiro, lhe restando apenas um direito pessoal, um direito sobre a pessoa de seu devedor, direito ao qual corresponde uma obrigação dele lhe restituir a coisa. Tal obrigação não é, contudo, o reconhecimento da sua propriedade, a necessidade moral de restituí-la, mas apenas um título de adquirir propriedade.¹⁰⁷⁷

Se tal pessoa encontrar “algum doutor”, ele lhe explicará que enquanto tinha seu dinheiro consigo, seu direito sobre ele era absoluto obrigando a todos, mas, entregando tal dinheiro a um terceiro, tornou-se ele relativo a este, só a este, pois, obrigando. Seria isto, para Alencar, um “extranho abuso da logica e da intelligencia”, ou, em outros termos, “a ousadia do sophisma levado ao cumulo”.¹⁰⁷⁸

---

¹⁰⁷³ Idem, p. 162.

¹⁰⁷⁴ *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 126.

¹⁰⁷⁵ Idem, p. 125.

¹⁰⁷⁶ *Esboços Juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 167.

¹⁰⁷⁷ Idem, pp. 175-176.

¹⁰⁷⁸ Idem, p. 177.

Segundo o autor das *Cartas de Erasmo*, a fim de “fomentar o progresso moderno”, foi necessário arrancar a parte da propriedade sobre a qual operavam as atividades mercantis, dando-lhes novas e diferentes formas, igualmente denominadas mercantis. A parte, porém, da propriedade que permaneceu sujeita à lei civil, esta, de acordo com Alencar, ainda vegetava.¹⁰⁷⁹

Tratando do comunismo, aduziu o Conselheiro Alencar que o século 19 assistiu “tristemente commovido” à “explosão das theorias” deste e que aqueles que tinham estudado tal fenômeno o haviam atribuído a causas diversas daquela que seria, segundo ele, sua verdadeira causa. Segundo o autor, com efeito, não fora a miséria, nem o “delirio politico” ou a “febre reformista” que tinham arrancado “das entranhas da sociedade” o “grito convulso e horripilante” da ideologia comunista, mas sim “a consciencia indignada por essa absurda organização da propriedade, que se exacerbou”, de modo que prorrompeu a indignação, “desvairando-se como toda a paixão possante”.¹⁰⁸⁰

Caso, na opinião do escritor e jurisconsulto patricio, conseguisse o comunismo “solapar a propriedade, esse direito sagrado do homem”, seria esta conquista do comunismo uma “conquista ephemera”, como, segundo ele, tinham sido aquelas da chamada revolução francesa, quando solapara a “segurança nacional” e aquela do despotismo, quando solapara a liberdade. Desta “ruína do edificio”, no dizer do autor, “surgiria a propriedade mais brilhante e mais solida”.¹⁰⁸¹

Era melhor, porém, no entender do autor de *Iracema*, “conjurar as revoluções, do que forçal-as, fechando-lhes as eclusas”. Não notando que a concepção de propriedade então dominante e que gerava toda a revolta de que ele falava era a concepção de propriedade do liberalismo, proclamou ele que a solução do problema da propriedade seria fazer uma “revolução” que introduzisse o liberalismo no regime de propriedade.¹⁰⁸² De qualquer modo, porém, ao combater a concepção de propriedade dominante em seu

---

¹⁰⁷⁹ Idem, p. 178.

¹⁰⁸⁰ Idem, pp. 178-179.

¹⁰⁸¹ Idem, p. 179.

¹⁰⁸² Idem, loc. cit.

tempo, sustentando a necessidade de transformação da propriedade pelo “espírito democrático”,¹⁰⁸³ pode José de Alencar ser considerado, como afirmamos no segundo capítulo desta dissertação, de certa forma, um dos precursores, no Brasil, do princípio da função social da propriedade.

A obra *A propriedade*, como igualmente observamos no segundo capítulo do presente trabalho, e como frisou o Conselheiro Ribas em sua *Prefação* a tal livro, tem como objetivo central a determinação dos pontos de divergência entre o Direito Positivo e o Direito Natural, segundo uma concepção racionalista deste, e definir as modificações pelas quais teria aquele de passar a fim de se colocar em harmonia com este.¹⁰⁸⁴

Segundo escreveu Alencar no capítulo de tal obra dedicado à formação histórica da propriedade, nosso Direito Civil deriva daquele romano, segundo ele dominado pelo materialismo e por um certo “espírito de conquista”,¹⁰⁸⁵ devendo ser alterado por meio de uma “revolução”, a que, em outro capítulo da mesma obra, denominou a “grande revolução do direito civil”.¹⁰⁸⁶ Após esta revolução, pouco restaria do Direito Civil tal como se apresentava desde a Antiguidade e que considerava revestido pelo materialismo, sofrendo, assim como toda a Sociedade, o que reputava “o jugo ignobil da propriedade”, e cuja legislação, segundo ele, “depravada pelo materialismo”, olvidava que “o fim do homem é a perfeição”, do mesmo modo que as faculdades jurídicas não são senão “instrumentos do progresso”.¹⁰⁸⁷

O mais saliente traço da legislação civil contemporânea, que, em seu sentir, logo feria a atenção do jurisconsulto e decorria da “indisputável tyrannia do materialismo”, era a “divisão ampla e radical, *summa divisio*, da matéria jurídica em duas grandes secções”. Na primeira de tais secções,

---

¹⁰⁸³ Idem, loc. cit.

¹⁰⁸⁴ *Prefação*, in José de ALENCAR, *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. VI.

¹⁰⁸⁵ *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 11.

¹⁰⁸⁶ Idem, p. 245.

¹⁰⁸⁷ Idem, pp. 21-22.

se coloca o direito real, ao passo que na segunda é colocado o direito pessoal.¹⁰⁸⁸

Tal divisão da lei civil é, contudo, no entender de José de Alencar, que nela via, em última análise, a preponderância da coisa sobre a pessoa, “arbitraria e fantástica”.¹⁰⁸⁹ Todos os direitos reais eram, para ele, em suma, exemplos daquilo a que denominou “tyrannia da materia sobre a razão”.¹⁰⁹⁰ Aliás, como salientamos há pouco, no esboço de Código Civil por ele iniciado há a afirmação de que não existem direitos reais, mas apenas pessoais, ainda que tenham por objeto uma coisa.¹⁰⁹¹

Antes de encerrar estas considerações a respeito da visão de Alencar sobre o direito de propriedade, não podemos deixar de ressaltar o fato de que foi o autor de *Esboços jurídicos* um dos primeiros defensores, no Brasil, dos denominados direitos imateriais. Tratando deste assunto, chegou a escrever Alencar, indignado, que o dono de esterco roubado “segue-o pela força de seu direito através do tempo e do espaço” e onde quer que seu esterco esteja ele lhe pertence, ao passo que o inventor “expoliado de seu unico bem, não terá mais do que uma acção contra o roubador”, e, caso este já tenha esbanjado o produto de seu crime e se encontrar na pobreza, será absolutamente impossível a reparação.¹⁰⁹²

---

¹⁰⁸⁸ Idem, p. 27.

¹⁰⁸⁹ Idem, p. 37.

¹⁰⁹⁰ Idem, p. 43.

¹⁰⁹¹ *Esboços Jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 90.

¹⁰⁹² *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 48.

CAPÍTULO V. JOSÉ DE ALENCAR E O DIREITO PENAL.

No presente capítulo, trataremos das principais ideias de José de Alencar a respeito do Direito Penal.

Cumprе assinalar, antes de tudo, que, como observou Adriano Ribeiro Paranhos, José de Alencar via o crime como uma perversão de ordem moral,¹⁰⁹³ posição com a qual, aliás, concordamos nós, que consideramos que a existência da liberdade implica a responsabilidade do criminoso, não podendo, ao contrário do que pregam os materialistas, ser a Sociedade culpada pela conduta dos criminosos.¹⁰⁹⁴

Partindo de tal pressuposto, em seu já aqui mencionado *Relatorio* ministerial apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1869, comentando o fato de que, em seus dezoito anos de funcionamento, recebera a penitenciária da Corte mais criminosos estrangeiros do que brasileiros, asseverou José de Alencar que tal fato depunha “em favor da boa indole e educação moral do nosso povo”.¹⁰⁹⁵

Isto posto, faz-se mister sublinhar que o autor de *As minas de prata* igualmente pensava na reabilitação moral dos prisioneiros, elogiando, por exemplo, no mesmo *Relatorio*, a penitenciária de São Paulo não apenas “por sua salubridade e asseio”, como também por ali se ministrarem “aulas de religião christã e primeiras letras” e existirem oficinas de ferreiro,

---

¹⁰⁹³ *Ideias jurídico-políticas de José de Alencar 1855-1877*, Niteroi, Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2013 (Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História Social), p. 93.

¹⁰⁹⁴ Cf. Heraldo BARBUY, *Psicología y Crimonología* (Resenha da obra deste nome de Miguel Herrera Figueroa), in *Revista Brasileira de Filosofia*, volume VII, nº 26, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, abril-junho de 1957, p. 264.

¹⁰⁹⁵ *Relatorio do Ministerio da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*, Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869, p. 65.

marceneiro, sapateiro, alfaiate, encadernação e chapeleiro, todas elas, com exceção das duas últimas, dirigidas pelos próprios presos.¹⁰⁹⁶

Ainda no aludido *Relatorio*, partindo do princípio de que era manifesta a decadência da “liberal instituição” do júri no Brasil, propôs Alencar a reforma de tal instituição, afirmando que todos os esforços do chamado Poder Legislativo no sentido de restaurá-la eram “devidos á causa da justiça e da humanidade”.¹⁰⁹⁷

Para o melhoramento do júri, sugeriu Alencar sua divisão em grande e pequeno conselho, sendo o primeiro composto por doze membros e reservado aos crimes inafiançáveis e o segundo composto por cinco ou sete membros e destinado aos crimes afiançáveis.¹⁰⁹⁸

Tratando, ainda no referido *Relatorio*, da legislação criminal, sustentou José de Alencar que “o desenvolvimento da sciencia criminal depois de 1830” tornara necessária “uma ligeira revisão” do Código Criminal do Império. Salientou, contudo, que muito abonava esta obra do legislador pátrio a “circumstancia notavel” de se encontrar ela ainda ao nível daquilo que o autor considerava ser “o maior progresso, quanto aos principios cardeaes”.¹⁰⁹⁹

A revisão deveria, no entender do Ministro da Justiça, recair em parte sobre a penalidade, assim como ao regime das prisões.¹¹⁰⁰

Uma “questão maxima”, contudo, se prendia ao assunto, questão esta cuja solução não era mais possível, segundo ele, protelar. Tal questão era a questão da pena de morte.¹¹⁰¹

Após afirmar que prescindiria de quaisquer ponderações de ordem filosófica, que reputava não serem muito apropriadas naquele momento, sustentou Alencar que o argumento legislativo para a abolição da pena de morte não seria tanto aquilo que considerava a condenação desta pela “sciencia”, quanto a reprovação desta, segundo ele, “pela opinião quasi

---

¹⁰⁹⁶ Idem, pp. 65-66.

¹⁰⁹⁷ Idem, p. 100.

¹⁰⁹⁸ Idem, p. 103.

¹⁰⁹⁹ Idem, p. 119.

¹¹⁰⁰ Idem, loc. cit.

¹¹⁰¹ Idem, loc. cit.

unanime do paiz”. Esta punição irreparável, segundo o autor de *Sonhos d’ouro*, inspirava repugnância em todos os estamentos da Sociedade, “desde a infima camada até a cupola social”. A despeito de, em suas palavras, só ser, pelo tempo em que escrevia, “raras vezes e só em casos excepcionaes” executada, suscitava ela, ainda de acordo com o Ministro da Justiça, até mesmo “nos povoados menos cultos” do Império, “um sentimento de vehemente repulsão”. Assim, uma vez que, em seu entendimento, a pena capital sofria, da parte da “opinião geral” do País, “vivo repudio”, e o “sentimento publico” tornaria tal pena mais odiosa do que qualquer crime, não seria prudente a resistência em favor dela.¹¹⁰²

Acreditava, pois, o Conselheiro Alencar, que era chegado o momento de riscar tal pena do Código Criminal brasileiro, substituindo-a pela de prisão, com tal reforma ganhando, segundo ele, “a repressão dos crimes e a civilização brasileira”.¹¹⁰³

Considerou Alencar também oportuna a tipificação do crime de incêndio, que, pela legislação então em vigor, ficava confundido na generalidade do crime de dano e, desta forma, sujeito a “uma penalidade mais do que insignificante”, embora fosse, no sentir do jurisconsulto, um crime bastante grave, que atacava “em vasta escala a propriedade” e ameaçava elevado número de vidas.¹¹⁰⁴ Do mesmo modo, julgou necessária uma revisão do crime de rapto (artigos 226 e 227 do Código Criminal), uma vez que, tal como previsto no referido diploma legal, tinha este crime esfera muito restrita, não abrangendo o ato violento não inspirado em fim libidinoso ou que não se chegasse a consumir nesta parte.¹¹⁰⁵

Reputou Alencar ser imperiosa, ademais, uma maior proteção à criança na legislação penal pátria, posto que, segundo ele, estava ela exposta, nos grandes centros urbanos do País, a todos os perigos de que a Sociedade deveria preservá-la. Para o jurisconsulto, a sedução de crianças para qualquer ato torpe, a subtração da criança ao pátrio poder, ainda que sem violência, e o ato de aceitá-la ou retê-la em seu poder, sem o

---

¹¹⁰² Idem, p. 120.

¹¹⁰³ Idem, loc. cit.

¹¹⁰⁴ Idem, loc. cit.

¹¹⁰⁵ Idem, pp. 120-121

consentimento da pessoa competente, eram crimes que atacavam a Sociedade do tempo então presente “no seu âmago, no seio da família”, corrompendo, “no germen, a sociedade futura”. A fim de prevenir tais males, arrematou o Ministro da Justiça, não bastava o artigo 254 do Código Criminal, que tipificava a conduta de se fingir a mulher de grávida e dar parto alheio como seu, ou, estando realmente prenhe, substituir sua criança por outra criança, assim como tipificava o furto de criança, sua ocultação ou troca por outra criança.

José de Alencar, para quem a lei penal compreendia um ramo criminal e outro disciplinar, no primeiro entrando as violações graves da lei, chamadas crimes, e no segundo as violações leves, tênues, denominadas contravenções,¹¹⁰⁶ considerava que, enquanto “a liberdade humana, exorbitando de sua legítima esfera, ataca o direito” tão somente na superfície, causando apenas um dano individual, a reparação de tal dano é uma indenização acessória pelo mal que pudesse advir. Quando, porém, a liberdade, exorbitando ainda mais de sua esfera legítima, ataca “o direito no seu âmago”, havendo não somente dano individual, mas também social, a lei, representante, segundo ele, da “personalidade geral” não é tão somente perturbada, “mas profanada na sua magestade”. Então, a Sociedade tem o direito de infligir ao violador da lei “certa soma de mal”, cujo fim é, de acordo com Alencar, evitar que o mesmo indivíduo reincida no crime e que outros o imitem. Tal é o fundamento da sanção no Direito, cujos elementos são, segundo o autor de *O guarani*, “a correção e o exemplo”.¹¹⁰⁷

No campo do Direito Criminal, a posição mais marcante de Alencar foi contra a pena de morte, que, segundo escreveu ele em *A propriedade*, estava, assim como a escravidão, condenada “pela sciencia e sem appello”.¹¹⁰⁸ Com efeito, não apenas defendeu o jurisconsulto patricio, como vimos no *Relatorio do Ministerio da Justiça*, dirigido à Assembleia Geral Legislativa do Império, a supressão absoluta de tal pena do ordenamento jurídico pátrio, como também, enquanto Diretor da Segunda

¹¹⁰⁶ *Esboços Juridicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier - Livreiro Editor, 1883, p. 148.

¹¹⁰⁷ *Idem*, p. 214.

¹¹⁰⁸ *A propriedade*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier – Livreiro-Editor, 1883, p. 19.

Seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, entre fevereiro de 1859 e setembro de 1860, assim como enquanto Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, entre setembro de 1861 e abril de 1868, quando foi tal cargo extinto, jamais deu, conforme assinalou Agenor Ribeiro, parecer a favor da pena capital.¹¹⁰⁹ Conforme enfatizou Luís Cruz de Vasconcelos, Alencar, sempre, em seus pareceres, revelou o seu “espírito humanitário”,¹¹¹⁰ pedindo, em todos os casos referentes a condenados à pena capital, a comutação desta em galés perpétuas.

Mesmo em um caso como o de um réu condenado à pena última por assassinar com um machado, na vila paulista de Limeira, uma mulher na frente da filha pequena desta, e, em seguida, satisfazer no cadáver seus desejos libidinosos, pediu Alencar a comutação da pena naquela de galés perpétuas.¹¹¹¹ Comentando tal caso, asseverou Luís Cruz de Vasconcelos que, diante de fato “tão execrando e impressionante”, pouquíssimos seriam aqueles que vacilariam em opinar pela execução do apontado criminoso, mas Alencar, mostrando-se “o humanitário de sempre” e profundamente “moderado”, encontrou argumentos para dar parecer favorável, como acabamos de assinalar, à comutação da pena em um caso no qual houvera duas condenações unânimes do júri, confirmadas por Acórdão do Tribunal da Relação da Corte.¹¹¹² Tais argumentos se basearam, sobretudo, no fato de o réu haver sido condenado com base no depoimento de uma criança e de o “machado gotejante de sangue” não haver deixado vestígios pelo caminho que teria sido seguido pelo suposto criminoso.¹¹¹³

Em praticamente todos os casos de condenação à morte, encontrou Alencar argumentos em falhas do processo ou em apreciação defeituosa da causa para justificar seu parecer no sentido de comutação da pena capital em galés perpétuas. Em um caso, porém, no qual não encontrou falhas

---

¹¹⁰⁹ José de Alencar – o jurista, in *Revista da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas*, Ano XVII, nº 9, Rio de Janeiro, 2002, p. 35.

¹¹¹⁰ *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960, p. 168, nota 57.

¹¹¹¹ *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960, p. 190.

¹¹¹² *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960, p. 190, nota 95.

¹¹¹³ Cf. José de ALENCAR, *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960, pp. 189-190.

processuais ou defeitos na apreciação da causa, atendendo, segundo Cruz de Vasconcelos, “aos seus implusos liberais”,¹¹¹⁴ deu ele parecer favorável à comutação da pena de morte em galés perpétuas com base na irreparabilidade daquela.¹¹¹⁵

---

¹¹¹⁴ *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960, p. 216, nota 120.

¹¹¹⁵ *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960, p. 216.

CONCLUSÃO.

Já vai bem distante o tempo em que era José de Alencar, indisputadamente, o escritor mais lido, amado e admirado de todo este vasto Império de nome Brasil¹¹¹⁶ e em que se contavam às várias centenas de milhares os brasileiros batizados com nomes de heróis e heroínas do autor de *As minas de prata*, que também davam nome a inúmeros produtos industriais e artesanais e, no dizer de Cláudio De Cicco, eram patrimônio não apenas dos conhecedores da Literatura, ou, no caso daqueles de *O guarani*, graças a Carlos Gomes, também de Ópera, mas de todo o povo brasileiro.¹¹¹⁷ Embora esteja bem longe, em uma palavra, o tempo em que se formou uma verdadeira “voga nacional”¹¹¹⁸ e mesmo um “culto”¹¹¹⁹ igualmente nacional em torno do bardo dos “verdes mares bravios” de sua “terra natal”, que, na frase de Machado de Assis, teve “em mais alto grau a alma brasileira” do que qualquer outro homem de letras do País,¹¹²⁰ continua ele a ser, em nossos dias, um dos autores pátrios mais lidos e respeitados. Em uma palavra, não se apagou, no seio da Nação brasileira, a chama da popularidade de José de Alencar; não passou a fama do criador de Peri sobre a terra brasileira por ele tão amada e de que foi o pintor por excelência, assim como o foi dos seus igualmente muito amados costumes e tradições, nas páginas vibrantes, estuantes e transbordantes de Brasilidade de suas obras literárias.

---

¹¹¹⁶ Entendemos, como João Mendes Júnior (*A idéia de Império*, in *Revista da Faculdade de Direito*, volume XIX, São Paulo, 1911, pp. 153-156) e Goffredo Telles Júnior (*A Democracia e o Brasil: uma doutrina para a Revolução de Março*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965, pp. 30-31), dentre outros, que o Brasil é um Império desde a chegada de Dom João VI, havendo permanecido enquanto tal depois de se separar de Portugal e mesmo após o advento da República.

¹¹¹⁷ *Direito: Tradição e Modernidade*, São Paulo, Ícone, 1993, p. 91.

¹¹¹⁸ Cf. Gilberto FREYRE, *Ordem e Progresso*, 6ª edição, São Paulo, Global Editora, 2004, p. 172.

¹¹¹⁹ *Idem*, p. 483

¹¹²⁰ *Páginas recolhidas*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 283.

O esplendor de tais obras, porém, acabou ofuscando, eclipsando, como é até natural, o brilho, menor, é certo, mas também considerável, das obras jurídicas do polígrafo cearense e brasileiro, que se, enquanto jurisconsulto, está abaixo do político, do jornalista, do teatrólogo, do polemista e, sobretudo, do romancista e poeta em prosa, não deixa de figurar na galeria dos primeiros jurisconsultos do Império brasileiro, autor de obra rica e fecunda.

Esperando haver dado, na presente dissertação, ao menos um pálido esboço da obra jurídica alencarina, encerramos estas linhas ressaltando, uma vez mais, a importância das ideias jurídicas do autor de *O systema representativo*, de *A propriedade* e de *Esboços jurídicos*, cuja opulência assinalamos, ainda que não concordemos com muitas delas, particularmente aquelas correspondentes ao “idealismo utópico” de que nos falou Oliveira Vianna,¹¹²¹ tal como este se apresentava em seu tempo, e que, em seu pensamento, se combinavam, ecleticamente, com ideias orgânicas e realistas, nas quais se revelou o escritor, homem de Estado e jurisconsulto patricio um autêntico expoente do “idealismo orgânico” de que igualmente nos falou o autor de *Instituições políticas brasileiras*.

---

¹¹²¹ *O idealismo da Constituição*, 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.

BIBLIOGRAFIA.

ABBAGNANO, Nicola, *Dicionário de Filosofia*, Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi, Revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti, 5ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2007;

ABREU, José Capistrano, *Ensaio e estudos (Crítica e História)*, 3ª série, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1938;

AFONSO CELSO de Assis Figueiredo Júnior (Conde de Afonso Celso), *Filosofia do Direito: novo epítome do assunto – a ética é a base e a substância do Direito*, in SERRANO, Jônatas, *Filosofia do Direito*, 3ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. – Editores, 1942, p. 8;

_____, *Oito anos de Parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981;

AGOSTINHO, Santo, *O livre-arbítrio*, Tradução, organização, introdução e notas de Nair Assis Oliveira; revisão de Honório Dalbosco, São Paulo, Paulus, 1995;

AHRENS, Henri (Heinrich), *Curso de Direito Natural ou de Philosophia do Direito, segundo o estado actual da sciencia em Allemanha*, tradução de Francisco Candido de Mendonça e Mello, Lisboa, Typographia da Viuva Rodrigues, 1844, volume 2;

ALENCAR, José Martiniano de, *O systema representativo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1868;

_____, *A Propriedade*, Prefácio de Antônio Joaquim Ribas. Rio de Janeiro, B. L. Garnier-Livreiro Editor, 1883;

_____, *A propriedade*, 2ª edição, Prefácio de Carlos Alberto Menezes Direito, Edição fac-similar, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, Superior Tribunal de Justiça, 2004;

_____, *Esboços jurídicos*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1883;

_____, *Pareceres de José de Alencar*, Introdução de Fran Martins, Notas de Fran Martins e Luís Cruz de Vasconcelos, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960;

_____, *Uma these constitucional: A Princeza Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Livraria Popular, 1867;

_____, *Questão de Habeas-Corpus*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1868;

_____, *Cartas de Erasmo*, Organização de José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009;

_____, *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Obra comemorativa do centenário de morte de José de Alencar, Apresentação de Marco Maciel, Introdução de Rachel de Queiroz, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977;

_____, *Como e porque sou romancista*, Adaptação ortográfica de Carlos de Aquino Pereira, Campinas, SP, Pontes, 1990;

_____, *Iracema: lenda do Ceará*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia de Vianna & Filhos, 1865;

_____, *Ao correr da pena*, São Paulo, Instituto de Divulgação Cultural, s/d;

_____, *Benção paterna*, In *Sonhos d'ouro: romance brasileiro*, Prefácio de Nelson Werneck Sodré, Ilustrações de Santa Rosa,

Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, volume XII, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957;

_____, *O pajem negro*, in *Obra completa*, 1ª edição, Introdução geral de M. Cavalcanti Proença, volume III, Romance histórico, lendas indianistas, romance regionalista e fragmentos, Introdução geral de José Veríssimo, Notas preliminares de Araripe Júnior, Machado de Assis, Augusto Meyer e Lúcio de Mendonça, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda., 1958, pp. 1261-1278;

_____, [sob o pseudônimo de Ig] *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*, Rio de Janeiro, Empresa Typographia Nacional do Diário, 1856;

_____, *O Marquez de Paraná – traços biographicos*, Rio de Janeiro, Empresa Typographia Nacional do Diário, 1856;

_____, *O Marquez de Caxias*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1867;

_____, *Ao Imperador: Novas cartas politicas de Erasmo*, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Cia., 1868;

_____, *Cartas a favor da escravidão*, Organização e introdução de Tâmis Parron, São Paulo, Hedra, 2008;

_____, *Iracema: lenda do Ceará*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia de Vianna & Filhos, 1865;

_____, *Pagina da actualidade: os partidos*, Rio de Janeiro, Typographia Quirino & Irmão, 1866;

_____, *José Martiniano de Alencar*, in Sébastien Auguste SISSON (Organizador e editor), *Galeria dos brasileiros ilustres*, volume 1, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1999, pp. 249-255;

_____, *O voto*, in Letícia Bicalho CANÊDO (Organizadora), *O sufrágio universal e a invenção democrática*, São Paulo, Estação Liberdade, 2005, pp. 65-104;

ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de, *O Codigo Civil visto por alto; ou reparos criticos de doutrina a varias de suas disposições mostrando o*

modo como foram tratadas no Código as diferentes matérias de que se ocupa o Direito Civil, Rio de Janeiro, J. Ribeiro dos Santos, 1921;

ALMEIDA, José, *Atualidade das ideias econômicas do Visconde de Cairu*, In José da Silva LISBOA (Visconde de Cairu), *Estudos do Bem Comum e Economia Política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do Estado*, 2ª edição, Introdução de José Almeida, Rio de Janeiro, IPEA, INPES, 1975, pp. 3-48;

ALVES, Antonio Castro, Carta a Augusto Álvares Guimarães, de 08 de abril de 1868, In ALMEIDA, Norlândio Meirelles de, *São Paulo de Castro Alves*, Apresentação de Adolfo Vasconcelos Noronha, Prefácio de Oliveira Ribeiro Neto, Guarulhos, SP, SOGE, 1997, pp. 143-144;

_____, *Espumas flutuantes*, Edição do 120º aniversário da morte do autor, 2ª edição fac-similar da edição príncipe, com dedicatória do autor a José de Alencar e depoimentos manuscritos de Ronald de Carvalho e Afrânio Peixoto, São Paulo, Edições GRD, 1991;

ALVES, José Carlos Moreira, *O papel de Teixeira de Freitas na formação do Direito Brasileiro*, in *Revista Brasileira de Direito Comparado*, nº 34, 1º semestre de 2008, Rio de Janeiro, Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, 2010, pp. 141-152;

AMEAL, João, *História de Portugal: das origens até 1940*, 3ª edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1949;

AMEAL, João e CAVALHEIRO, Rodrigues, *Erratas à História de Portugal: De D. João V a D. Miguel*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1939;

AMORIM, Deolindo, *José de Alencar e o Tribunal de Contas*, in *Digesto Económico*, nº 56, ano V, São Paulo, julho de 1949, pp. 98-102;

AMPARO, Flávia, *Mário de Alencar* (Série essencial – cadeira 21, ocupante 2), Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2011;

AQUINO, Santo Tomás de, *Suma Teológica*, 1ª parte da 2ª parte, Questões 71-114, Tradução de Alexandre Corrêa, Organização e direção de Rovílio Costa e Luís Alberto de Boni, volume IV, 2ª edição, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980;

_____, *Suma Teológica*, 2ª parte da 2ª parte, Questões 57-79, Tradução de Alexandre Corrêa, 1ª edição. vol. XIV. São Paulo, Livraria Editora Odeon, 1937;

_____, *Do governo dos príncipes ao Rei de Cipro*, Tradução de Arlindo Veiga dos Santos, 3ª edição, in Arlindo Veiga dos SANTOS (Organizador), *Filosofia Política de Santo Tomás de Aquino*, São Paulo, José Bushatsky, Editor, 1955, pp. 21-185;

_____, *Tratado dos dous preceitos da Caridade e dos Dez Mandamentos da Lei de Deos*, Tradução de Braz Florentino Henriques de Souza, 1ª edição, Pernambuco, Typographia Academica de Miranda & Vasconcellos, 1858;

_____, *Commento all'Etica Nicomachea*, volume I, Tradução italiana de Lorenzo Perotto, Bologna, Edizioni Studio Domenicano, 1998;

ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar, *Perfil literário de José de Alencar*, in *Luizinha; Perfil literário de José de Alencar*, Organização, Atualização ortográfica e notas por Otacílio Colares, Introdução crítica de Pedro Paulo Montenegro, Rio de Janeiro, José Olympio Editora; Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1980, pp. 125-238;

ARAÚJO, Telga de, *Função social da propriedade*, in FRANÇA, Rubens Limongi (Coordenador), *Enciclopédia Saraiva do Direito*, Volume 39, São Paulo, Saraiva, s/d, pp. 1-16;

_____, *Direito agrário – II*, in FRANÇA, Rubens Limongi (Coordenador), *Enciclopédia Saraiva do Direito*, volume 25. São Paulo, Saraiva, s/d., pp. 197-207;

ARIAS, Gino, *Manual de Economía Política*, Buenos Aires. L. Lajouane & Cia. - Editores, 1942;

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini, 3ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2009;

_____, *Retórica*, Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini, 1ª edição, BAURU, SP, EDIPRO, 2011;

_____, *A política*, Tradução de Nestor Silveira Chaves, 2ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2009;

ASSIS, José Maria Machado de, *José de Alencar: 'O guarani'*, in *Obra completa*, Organizada por Afrânio Coutinho, volume III, 5ª edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, pp. 922-926;

_____, *A crítica teatral: José de Alencar: "Mãe"*, in *Obra completa*, Organizada por Afrânio Coutinho, volume III, 5ª edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, pp. 837-841;

_____, *Páginas recolhidas*, Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre, W. M. Jackson Inc. Editores, 1957;

_____, *José de Alencar: "Iracema"*, in *Obra completa*, Organizada por Afrânio Coutinho, volume III, 5ª edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, pp. 848-852;

ASSUF, Maurício, *O Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Guavira, 1979;

_____, *O teatro de José de Alencar*, in *Obra completa*, volume III, Quinta edição ilustrada, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 1986, pp. 869-879;

ATHAYDE, Tristão de (Alceu Amoroso Lima), *Problema da burguezia*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1932;

_____, *Catholicismo burguez*, in *A Ordem*, nº 62 (nova série), Rio de Janeiro, abril de 1935, pp. 257-266;

_____, *Três ensaios sobre Machado de Assis*, Belo Horizonte, P. Bluhme, 1941;

_____, *Época, vida e obra de Cairu*, in José da Silva LISBOA (Visconde de Cairu), *Princípios de Economia Política*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1956, pp. 15-43;

_____, *Introdução ao Direito Moderno*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1978;

AULETE, Francisco Júlio de Caldas *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*, 5ª edição (2ª edição brasileira em 5 volumes novamente revista, atualizada e aumentada pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo registro dos vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices por Hamílcar de Garcia, Com um breve estudo sobre a Origem e Evolução da Língua Portuguêsa, sua Expansão no Brasil, e uma exposição da Pronúncia Normal Brasileira por Antenor Nascentes), volume III, Rio de Janeiro, Editôra Delta S. A., 1970;

AZEVEDO, Aroldo de, *Cochranes do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965;

BANDEIRA FILHO, Antonio Herculano de Souza, *Rosmini e a sociedade brasileira*, in *Revista Brasileira*, segundo anno, tomo VIII, abril a junho de 1881, pp. 26-49;

BAPTISTA, Francisco de Paula, *Compendio de theoria e pratica do Processo Civil para uso das faculdades de Direito do Imperio*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1855;

BARBUY, Heraldo, *Não se fabrica uma Sociedade*, in *Reconquista*, ano I, número 12, maio de 1953, p. 1.

_____, *A Nação e o Romantismo*, in *O problema do ser e outros ensaios*, São Paulo, Convívio, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1984, pp. 259-291;

_____, *A mobilização do solo e a instabilidade social*. In *Revista do Arquivo Municipal*. ano XVI, vol. CXXXII, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, março de 1950, pp. 13-32;

_____, *Sumo bem e suma riqueza*, Separata do *Anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae"*, da Universidade Católica de São Paulo, 1953;

_____, *O mito do progresso*, in *O problema do ser e outros ensaios*, São Paulo, Convívio, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1984, pp. 101-118;

_____, *Psicología y Crimonología* (Resenha da obra deste nome de Miguel Herrera Figueroa), in *Revista Brasileira de Filosofia*, volume VII, nº 26, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, abril-junho de 1957, pp. 260-264;

BARBUY, Victor Emanuel Vilela, *Justiça e Bem Comum*, in Marcelo Roland ZOVICO (Organizador), *Filosofia do Direito: Estudos em homenagem a Willis Santiago Guerra Filho*, São Paulo, Editora Clássica, 2012, p. 316-342;

_____, *Aspectos do Direito na obra de Santo Tomás de Aquino*, In *Revista da Faculdade de Direito*, volume 106/107, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011/2012, pp. 631-651;

BARRETO, Tobias, *O romance no Brasil*, in *Estudos alemães*, in *Obras Completas*, volume VIII, Aracaju, Edição do Estado de Sergipe, 1926, pp. 315-324;

_____, *Fatos do espírito humano*, in *Estudos de Filosofia*, 2ª edição, São Paulo, Editorial Grijalbo; Brasília, INL, 1977, pp. 63-74;

_____, *O atraso da Filosofia entre nós (1872)*, in *Estudos de Filosofia*. 2ª ed. São Paulo, Editorial Grijalbo; Brasília, INL, 1977, pp. 159-179;

_____, *Estudos de Direito e Política*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1962;

BARRETTO, Vicente, *Introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira*, in Silvestre Pinheiro FERREIRA, *Idéias políticas*, Rio de Janeiro, PUC, Conselho Federal de Cultura, Editora Documentário, 1976, pp. 11-19;

_____, *Primórdios e ciclo imperial do liberalismo*, in Vicente BARRETTO e Antonio PAIM (Organizadores), *Evolução do pensamento brasileiro*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1989, pp. 19-98;

BARROS, Roque Spencer Maciel de, *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP); Editorial Grijalbo, 1973;

BARROSO, Gustavo Dodt da Cunha, *Terra de Sol: natureza e costumes do Norte*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Benjamin de Aguiar - Editor, 1912;

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares, *Cartas do Solitário*, 3ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938;

BELLOC, Hilaire, *La crisis de nuestra civilización*, Tradução castelhana de Carlos María Reyles, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1979;

_____, *An Essay on the Restoration of Property*, Norfolk, HIS Press, 2002;

BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e, *Elementos de Philosophia do Direito Privado*, São Paulo, Typographia União do Largo São Francisco, 1884;

_____, *Philosophia elementar do Direito Publico interno, temporal e universal*, São Paulo, Baruel e Paupério, 1887;

BERDIAEFF Nikolai, *De l'esprit bourgeois*, Tradução francesa de Elisabeth Bellençon, Paris, Delachaux et Niestlé S. A, 1949;

BEVILÁQUA, Clóvis, *Conferência do Sr. Clóvis Bevilacqua*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano XX, nº 89, Rio de Janeiro, maio de 1929, pp. 59-69;

_____, *História da Faculdade de Direito do Recife*, 2ª edição, Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), Conselho Federal de Cultura, 1977;

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento, *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, volumes primeiro e quinto, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883 e 1899;

BLÁZQUEZ MARTÍN, Diego, *La recuperación de la idea de “bien común” em la teoria jurídica Del siglo XX: el institucionalismo y el neotomismo*, in VV.AA., *Estudios en Homenaje al Profesor Gregorio Peces-Barba*, Madrid, Dykinson, 2008, volume II, pp. 183-200;

BLOY, Léon, *L'Invendable*, Paris, Mercure de France, 1919;

_____, *Exégèse des lieux-communs*, Paris, Mercure de France, 1926;

BOLÍVAR, Simón, *Escritos políticos*, seleção e introdução de Graciela Soriano, Madrid, Alianza Editorial, S.A., 7ª edição, 1983;

BRAGA, Luís de Almeida, *Prefácio*, In Frei João dos PRAZERES, *Abecedário Real*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. I-XXXVIII;

BRAGUE, Rémi, *A Lei de Deus: História filosófica de uma aliança*, Tradução de Armando Pereira da Silva, Lisboa, Instituto Piaget, 2008;

BRANCO, Vitorino Prata Castelo, *Um esteio da liberdade na Corte do Segundo Império: a vida e a obra de José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*, São Paulo, Sugestões Literárias, 1973;

BRANDES, Georg Morris Cohen, *Ferdinand Lassale*, Tradução inglesa, New York, Bernard G. Richards, 1925;

BROCA, José Brito, *José de Alencar – folhetinista*, in José de ALENCAR, *Obra completa*, 1ª edição, volume IV, Romance histórico, lendas indianistas, romance regionalista e fragmentos, Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda., 1960, pp. 631-635;

BRUNO, Ernani Silva, *História e tradições da cidade de São Paulo*, Prefácio de Gilberto Freyre, Bicos de pena de Clóvis Graciano, 3ª edição, volume II, *Burgo de estudantes (1828-1872)*, São Paulo, Editora Hucitec, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1984;

BUENO, José Antonio Pimenta (Marquês de São Vicente), *Direito Publico Brasileiro, e Analyse da Constituição do Imperio*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1857;

_____, *Marquês de São Vicente*. Organização e introdução de Eduardo Kugelmas. São Paulo, Editora 34, 2002;

BURKE, Edmund, *Reflexões sobre a Revolução em França*, Tradução de Renato Assumpção Faria, Denis de Souza Pinto e Carmem Lidia, Brasília, UNB, 1982;

CAENEGEM, Raoul van, *Juízes, legisladores e professores*, Tradução de Luís Carlos Borges, Rio de Janeiro, Elsevier, CAMPUS Jurídico, 2010;

CALDERÓN BOUCHET, Rubén, *El espíritu del capitalismo*, 1ª edição, Buenos Aires, Nueva Hispanidad, 2008;

CALMON, Pedro, *História do Ministério da Justiça*, Rio de Janeiro, Publicação do Ministério da Justiça, 1972;

CAMPOS, Fernando Arruda, *Tomismo no Brasil*, São Paulo, Paulus, 1998;

CARDIM, Elmano, *Justiniano José da Rocha*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964;

CARDOSO, Vicente Licínio, *À margem da História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933;

CARVALHO, José Maurício de, *Domingos Gonçalves de Magalhães*, in *Contribuição contemporânea à história da filosofia brasileira*, Londrina, Editora UEL, 1998. pp. 55-63;

_____, Apresentação da obra *A alma e o cérebro*, in Domingos José Gonçalves de MAGALHÃES (Visconde do Araguaia), *A Alma e o cérebro: estudos de psicologia e de fisiologia*, 2ª edição, Londrina, Editora UEL, 2001, pp. IX-XLV;

CARVALHO, José Murilo de, *Apresentação*, in ALENCAR, José de, *Cartas de Erasmo*. Organização de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro, ABL, 2009, pp. VI-XXVIII;

_____, *Entre a Autoridade e a Liberdade*, in Paulino José Soares de SOUSA, Visconde do Uruguai, *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 11-47;

_____, *Introdução*, in Bernardo Pereira de VASCONCELOS, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Organização de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 1999, pp. 9-34;

_____, *D. Pedro II*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007;

_____, *Escravidão e Razão Nacional*, in *Pontos e bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, pp. 35-64;

CARVALHO, Orlando de, *Teixeira de Freitas e a unificação do Direito Privado*, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, 1984, pp. 1-86;

CASCUDO, Luís da Câmara, *O Folclore na obra de José de Alencar*, in ALENCAR, José de, *Lucíola: um perfil de mulher/Diva: perfil de mulher*, Prefácio de Luís da Câmara Cascudo, Ilustrações de Santa Rosa, Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, volume IV, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1953, pp. 11-18;

_____, *Unidade nacional e política administrativa*, in *Panorama*, anno I, nº 8, São Paulo, 1936, pp. 26-28;

José Aderaldo CASTELO, *Introdução*, in Gonçalves de MAGALHÃES, *Gonçalves de Magalhães* (antologia), São Paulo, Editora Assunção Limitada, s/d;

CASTRO, José da Gama e, *O Novo Príncipe ou O Espírito dos Governos Monarchicos*, Segunda edição, revista e consideravelmente aumentada

pelo Auctor, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1841;

CATALANO, Pierangelo, *Tribunado, Censura, Dictadura: conceptos constitucionales bolivarianos y continuidad romana em America*, Tradução de J. Ledesma Uribe, Xalapa, México Romano, 1978;

CENTELHAS, Frei Firmino de, *Compendio de Philosophia Catholico-Racional*, São Paulo, Typografia Allemã de Henrique Schroeder, 1864;

CENTRO LIBERAL, *Manifesto do Centro Liberal*, in Paulo BONAVIDES e Roberto AMARAL (Organizadores), *Textos políticos da História do Brasil*, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, volume II [Império – Segundo Reinado (1840-1889)], pp. 456-470;

CHATEAUBRIAND, François-René de, *Congrès de Vérone-Guerre d'Espagne. Négociations: colonies espagnoles*, 2ª edição, Paris, Delloye, 1838;

CÍCERO, Marco Túlio, *Da República*, Tradução de Amador Cisneiros, São Paulo, Editora Escala, s/d;

_____, *De Legibus*, Livro I. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/leg1.shtml#16>. Acesso em 15 de julho de 2013;

_____, *De Legibus*, Livro II. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/leg2.shtml>. Acesso em 13 de julho de 2013;

_____, *De Inventione*, Livro II, Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/invention2.shtml>. Acesso em 15 de julho de 2013;

CLERMONT-TONNERRE, Stanislas Marie de, *Analyse raisonnée de la Constitution Française*, in *Oeuvres Complètes*, tomo IV, Paris, Chez Letellier, Libraire, 1794;

CONSIDERANT, Victor Prosper, *Principes du socialisme: Manifeste de la démocratie au XIXe siècle*, Paris, Librairie Phalanstérienne, 1847;

Benjamin CONSTANT, *Cours de politique constitutionnelle*, tomo I, Paris, Librairie de Guillaumin et Cie, 1861;

CORRÊA, Alexandre, *Há um Direito Natural? Qual o seu conteúdo?* (1914), in *Ensaio políticos e filosóficos*, Prefácio de Ubiratan de Macedo, São Paulo, Editora Convívio, EDUSP, 1984, pp. 5-43;

_____, *A concepção histórica do Direito e do Estado*, 3ª edição, in *Ensaio políticos e filosóficos*, São Paulo, Editora Convívio, EDUSP, 1984, pp. 45-140;

_____, *Concepção tomista do Direito Natural*, in *Ensaio políticos e filosóficos*, São Paulo, Editora Convívio, EDUSP, 1984, pp. 141-250;

COSTA, Emília Viotti da, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1ª edição, São Paulo Editorial Grijalbo, 1977;

COUSIN, Victor, *Du Vrai, du Beau et du Bien*, 5ª edição, Paris, Didier, Libraire-Éditeur, 1856;

_____, *Philosophia popular, seguida da primeira parte da profissão de fé do Vigário Saboiano de Rousseau*, tradução de Manuel Maria de Moraes e VALLE, Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1849;

_____, *Curso da Historia da Philosophia*, tradução de Antônio Pedro de Figueiredo, Recife, Typographia de M. F. de Faria, 1843-1844(III volumes);

_____, *Histoire de la Philosophie du dix-huitieme siècle*, tomo I, Bruxelas, 1836, Louis Hauman & Compe;

COUTINHO, Afrânio, *A filosofia de Machado de Assis e outros ensaios*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959;

_____, (Organizador) *A polêmica Alencar-Nabuco*, Organização e introdução de Afrânio Coutinho, 1ª edição, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965;

CRULS, Gastão, *Aparência do Rio de Janeiro*, 1ª edição, volume II, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1949;

CRUZ, Guilherme Braga da, *Formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro*, Braga, Editorial SCIENTIA & ARS Editorial, s/d;

CUNHA, Euclides Rodrigues da, *Os Sertões: campanha de Canudos*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert, 1902;

Dom Miguel I, *Manifesto de Sua Magestade Fidelissima, o Senhor Dom Miguel Primeiro, rei de Portugal e dos Algarves e seus dominios*, Lisboa, Imprensa Regia, 1832;

DE CICCIO, Cláudio, *Direito: Tradição e Modernidade*, São Paulo, Ícone, 1993;

DELGADO, Jaime, *Suramerica, alta tensión*, Barcelona, Sayma, 1962;

DEPLOIGE, Simon, *Le conflit de la morale et de la sociologie*, 2ª edição, Louvain, Institut Supérieur de Philosophie; Paris, Librairie Félix Alcan;

DIEZ DEL CORRAL, Luis, *El liberalismo doctrinario*, Madrid, Instituto de Estudios Politicos, 1945;

DIREITO, Carlos Alberto Menezes, *Prefácio*, in José de Alencar, *A propriedade*, 2ª edição (Edição fac-similar), Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial; Superior Tribunal de Justiça, 2004, pp. XII-XVI.

DONATO, Hernâni, *José de Alencar*, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d;

DONOSO CORTÉS, Juan, *A civilização católica e os erros modernos*, Introdução e tradução de José Pedro Galvão de Sousa, Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1960;

DUARTE I, *Leal Conselheiro*, Lisboa, Bertrand, 1942;

DUGUIT, Léon, *Traité de droit constitutionnel*, 3ª edição tomo I. Paris, E. de Boccard, 1927;

_____, *Manuel de droit constitutionnel*, 2ª edição, Paris, De Boccard, 1911;

ELÍAS DE TEJADA Y SPÍNOLA, Francisco, *La Monarquía Tradicional*, Madrid, Ediciones Rialp, 1954;

_____, *La Tradición portuguesa: los Orígenes (1140-1521)*, Madrid, Fundación Francisco Elías de Tejada y Erasmo Pèrcopo y Editorial ACTAS, s.l., 1999;

_____, *Derecho Político*, in VV.AA., *Nueva Enciclopedia Jurídica*, Barcelona, Francisco Seix, 1950, p. 875;

_____, *Las doctrinas políticas de Jeronimo Osorio*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1945;

_____, *El hegelismo jurídico español*, Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, 1944;

_____, *La lección política de Navarra*, in *Reconquista* (revista bilíngue de cultura), volume I, número 2, São Paulo, 1950, pp. 115-127;

ELLIS JÚNIOR, Alfredo, *Raça de Gigantes: a civilização no planalto paulista*, 1ª edição, São Paulo, Editora Hélios Limitada, 1926;

ENDARA, Julio, *José Ingenieros y el porvenir de la filosofía*, Buenos Aires, General Librería;

ERASMO, Desidério, *A educação de um príncipe cristão*, in VV.AA., *Conselhos aos governantes*, Brasília, Senado Federal, 2000, pp. 267-426;

FARIA, Octavio de, *O retrato da morte (Tragédia Burguesa-IX)*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1961;

FERRATER MORA, José, *Diccionario de Filosofía*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 4ª edição, 1958;

FERREIRA, Silvestre Pinheiro, *Manual do cidadão em um governo representativo*, volume 1, tomo 1, Introdução de Antonio Paim, Edição fac-similar, Brasília, Senado Federal, 1998;

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, *Pimenta Bueno, o constitucionalista do Império*, in *Revista da Faculdade de Direito*, 72(2), São Paulo, 1977, pp. 123-131;

FRANCA S.J., Padre Leonel, *Noções de História da Filosofia*, 15ª edição, Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1957;

FRANÇA, Eduardo Ferreira, *Investigações de Psicologia*, 2ª edição, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1973;

FREITAS, Affonso Antônio de, *A imprensa periodica de São Paulo*, in *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, volume XIX, 1914, São Paulo, Typographia do “Diario Official”, 1915;

FREITAS, Raimundo Teixeira de, *Consolidação das Leis Civis*, 3ª edição, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1876;

FREYRE, Gilberto, *Oliveira Lima, Don Quixote gordo*, in *Perfil de Euclides e outros perfis*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1944, pp. 67-87;

_____, *Ordem e Progresso*, 6ª edição, São Paulo, Global Editora, 2004;

_____, *José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1952;

_____, Pronunciamento na reunião do Conselho Federal de Cultura em homenagem aos 70 anos de Octavio de Faria. Disponível em:

http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_cientificos/homenagem_70_anos.html. Acesso em 07 de outubro de 2013;

_____, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1964;

GAMBRA CIUDAD, Rafael, *La Monarquía social y representativa en el pensamiento tracional*, Madrid, Ediciones Rialp, 1954;

_____, *Pequena História da Filosofia*, tradução de Leonor Aires de Campos, Porto, Livraria Tavares Martins, 1968;

ORTEGA Y GASSET, José, *La rebelión de las masas*, 11ª edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1951;

GIL ROBLES, Enrique, *Tratado de Derecho Político según los principios de la Filosofía y el Derecho Cristianos*, tomo I, 3ª edição, Nota preliminar de José María Gil Robles, Madrid, Afrodisio Aguado, S.A. Editores-Libreros, 1961;

GOMES, José Pinharanda, *João de Santo Tomás na filosofia do século XVII*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1985;

GRASSÉRIE, Raoul de Lla, *Lois Civiles du Brésil*, Paris, V. Giard & E. Brière, 1897;

GRIECO, Agrippino, *Alencar*, in ALENCAR, José de, *O gaúcho*, Prefácio de Agrippino Grieco, Ilustrações de Santa Rosa, Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, volume IX, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957, pp. 11-16; GUÉNON, René. *Il Regno della Quantità e i Segni dei Tempi*, Trad. italiana de Tullio Masera e Pietro Nutrizio, Milano, Gli Adelphi, 2009;

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes, *O ecletismo de Gonçalves de Magalhães*, in *Convivim*, São Paulo, volume 25, nº 4, jul./ago. de 1982, pp. 324-334;

GUIMARÃES, Bernardo, *Rosaura, a enjeitada*, 1º volume, São Paulo, Coleção Saraiva, s/d;

GURVITCH, Georges, *L'Idée du Droit Social: Notion et système du Droit Social. Histoire Doctrinale depuis le XVII siècle jusqu'à la fin du XIX siècle*, Paris, Scientia Verlag Aalen, 1972;

HALPÉRIN, Jean-Louis, *French Legal Science in the 17th and 18th Centuries: to the Limits of the Theory of Law*, In VV.AA., *A Treatise of Legal Philosophy of Law in the Civil Law World, 1600-1900*, Dordrecht; Heildelberg, London, New York, Springer, 2009;

HARE, Thomas, *A treatise on the election of representatives, parliamentary and municipal*, London, Longman, Brown, Green, Longmans, & Roberts, 1859;

_____, *The machinery of representation*, London, Law Bookseller and Publisher, 1857;

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *A filosofia de Machado de Assis*, in *O espírito e a letra* (Estudos de crítica literária I, 1920-1947), São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 305-312;

INGENIEROS, José, *O homem medíocre*, Tradução não assinada, São Paulo, Cultura Moderna, 1936;

ITAPARICA, Frei Antonio da Virgem Maria, *Compendio de Philosophia Elementar*, Bahia, Typographia de Epiphanio Pedroza, 1852;

ISIDORO DE SEVILHA, Santo, *Etymologiarum sive Originum*, Livro V. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/isidore/5.shtml>. Acesso em 16 de julho de 2013;

JAIME, Jorge (Jorge Jaime de Souza Mendes), *História da Filosofia no Brasil*, Volume 1, 2ª edição, Petrópolis, Vozes; São Paulo, Salesianas, 1998;

JANET, Paul Alexandre René, *Tratado Elementar de Philosophia*, vertido ao vernáculo, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1885;

JIMÉNEZ GARCÍA, Antonio, *El krausismo y la Institución Libre de Enseñanza*, Madrid, Cincel, 1985;

JOBIT, Pierre, *Les Éducateurs de l'Espagne Contemporaine I: Les Krausistes*, Paris, E. de Boccard; Bordeaux, Féret et fils, 1936;

JOUFFROY, Theodore Simon, *Cours de Droit Naturel*, tomo I, 3ª edição, Paris, Librairie de L. Hachette et Cie, 1858;

KANT, Immanuel, *Éléments métaphysiques de la doctrine du droit (première partie de la Métaphysique des mœurs)*, Tradução francesa de Jules Barni, Paris, Auguste Durand, Libraire, 1853;

KUGELMAS, Eduardo, *Pimenta Bueno, o jurista da coroa*, in BUENO, José Antônio Pimenta (Marquês de São Vicente), *Marquês de São Vicente*, Organização e introdução de Eduardo Kugelmas. São Paulo, Ed. 34, 2002, pp. 19-49;

LA TOUR DU PIN, François René de, Marquês de Chambly de La Charce, *Vers un ordre social chrétien: jalons de route 1882-1907*, 3ª edição, Paris, Nouvelle Librairie nationale, s/d ;

LEÃO, Múcio, *José de Alencar: ensaio bio-bibliográfico*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1955;

LEÃO XIII, Encíclica *Aeterni Patris*, in *Documentos de Leão XIII*, Tradução de Honório Dalbosco e Lourenço Costa, São Paulo, Paulus, 2005, p. 85. Encíclica também disponível (em italiano) em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris_it.html. Acesso em 10 de julho de 2012;

_____, Encíclica *Rerum Novarum* (dada em Roma a 15 de maio de 1891), parágrafo 7, in *Documentos de Leão XIII*, Tradução de Honório Dalbosco e Lourenço Costa, São Paulo, Paulus, 2005, pp. 419-461. Encíclica também disponível (em português) em:

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em 12 de julho de 2013;

LIMA FILHO, Acacio Vaz de, *A censura na República Romana – aspectos históricos, jurídicos e filosóficos*, São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012 (Tese para a obtenção do título de Livre-docente em Direito Civil – Subárea de História do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo);

LIMA, Manuel de Oliveira, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Top Books; São Paulo, Publifolha, 2000;

_____, *Dom Pedro e Dom Miguel: a querela da sucessão (1826-1828)*, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925;

_____, *O Império brasileiro (1821-1889)*, 3ª edição, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d;

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa, *Introdução*, in Braz Florentino Henriques de SOUZA, *Do poder moderador: ensaio de Direito Constitucional*, 2ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978, pp. 3-18;

LIPPARONI, Gregorio, *A Philosophia conforme a Mente de S. Thomaz de Aquino, exposta por Antonio Rosmini, em harmonia com a sciencia e a religião*, Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Ferreira Dias, 1880;

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu), *Estudos do Bem Comum e Economia Política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do Estado*, 2ª edição, Rio de Janeiro, IPEA, INPES, 1975;

LOCKE, John, *An essay concerning human understanding*, 27ª edição, London, T. Tegg and Son; Glasgow, Griffin and Co.; Dublin, Tegg, Wise and Co., 1836;

LOPES, José Reinaldo de Lima, *O Oráculo de Delfos: O Conselho de Estado no Brasil-Império*, São Paulo, Saraiva, 2010;

LÓPEZ MORILLAS, Juan, *El krausismo español: Perfil de una aventura intelectual*, Ciudad de México, Fondo de Cultura Economica, 1956;

LYRA, Augusto Tavares de, *O Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934;

LYRA, Heitor, *História de D. Pedro II (1825-1891)*, volume III (*Declínio*), 2ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1977;

MACEDO, Ubiratan Borges de, *O Visconde de Uruguai e o liberalismo doutrinário no Império*, in CRIPPA, Adolpho (Coordenador), *As idéias políticas no Brasil*, Volume I, São Paulo, Convívio, 1979, pp. 193-232;

_____, *A liberdade no Império: o pensamento sobre a liberdade no Império brasileiro*, São Paulo, Convívio, 1977;

_____, *Liberalismo e justiça social*, São Paulo, IBRASA, 1995;

MACHADO, Antônio de Alcântara, *Gonçalves de Magalhães*, São Paulo, Livraria Acadêmica Saraiva & CIA, 1936;

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de, *Factos do espírito humano*, 1ª edição, Paris, Livraria de Auguste Fontaine, 1858;

_____, *Faits de l'esprit humain*, Paris, Librairie D'Auguste Fontaine, 1859;

_____, *A alma e o cérebro: estudos de psychologia e de physiologia*, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1876 (Obras de D. J. G. de Magalhães, tomo IX);

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo, *José de Alencar e sua época*, 2ª edição, corrigida e aumentada, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), 1977;

_____, *Três panfletários do Segundo Reinado*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956;

MARÍAS AGUILERA, Julián, *História da Filosofia*, Tradução de Claudia Berliner, São Paulo, Martins Fontes, 2004;

MARITAIN, Jacques, *Carta-Prefácio*, in AMEAL, João, *São Tomaz de Aquino – Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*, 3ª edição, Porto, Livraria Tavares Martins, 1947, pp. VII-VIII;

MARTÍNEZ, Pedro Soares, *Economia Política*, 8ª edição, revista, Coimbra, Livraria Almedina, 1998;

MARTINS, Fran, *José de Alencar, jurista*, in ALENCAR, José de, *Pareceres de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1960, pp. 9-41;

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *Portugal contemporâneo*, 3ª edição (posthuma) e com as alterações e os additamentos deixados pelo auctor, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira – Editor, 1895;

MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*, Volume III (1855-1877), São Paulo, Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1977;

MARX, Karl Heinrich, *Marx-Engels Collected Works*, Volume 38, New York, International Publishers, 1975;

_____, e ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Vitória, 1963;

MATOS, João Theodoro Xavier des, *Theoria transcendental do Direito*, São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1876;

MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*, 5ª edição, São Paulo, Editora Hucitec, 2004;

MEINECKE, Friedrich, *El historicismo y su genesis*, Tradução castelhana de José Mingarro y San Martín e Tomás Muñoz Molina, México, Fondo de Cultura Economica, 1943;

MEINVIELLE, Julio, *Concepción católica de la Economía*. Disponível em: http://www.institutosapientia.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=1273:obras-raras-de-filosofia&catid=98:geral. Acesso em 12 de julho de 2013.

MEIRA, Sílvio, *Teixeira de Freitas, o jurisconsulto do Império*, 2ª edição, Brasília, Cegraf, 1983;

_____, *O drama da codificação civil no Império* (2), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 e 13 de novembro de 1978, 1º caderno, p. 11;

_____, *O drama da codificação civil no Império* (3.1), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 e 20 de novembro de 1978, 2º caderno, p. 8;

_____, *O drama da codificação civil no Império* (3.2), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 e 11 de dezembro de 1978, 2º caderno, p. 8;

_____, *O drama da codificação civil no Império* (5), in *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 e 11 de dezembro de 1978, 1º caderno, p. 10;

MELO, Gladstone Chaves de, *Para servir de prefácio*, in ALENCAR, José de, *Senhora: perfil de mulher*, Introdução de Gladstone Chaves de Melo, Ilustrações de Santa Rosa, Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, Volume XV, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957, pp. 13-88;

MELLO, Américo Brasilense de Almeida e, *Os programas dos partidos e o 2º Imperio*, São Paulo, Typographia de Jorge Seckler;

MENDES JÚNIOR, João, *A idéia de Império*, in *Revista da Faculdade de Direito*, volume XIX, São Paulo, 1911, pp. 153-156;

MENEZES, Djacir, *O jurista José de Alencar*, in *Carta Mensal*, volume 40, número 476, Rio de Janeiro, novembro de 1994, pp.13-23;

_____, *José de Alencar, o jurista*, in *Suplemento Cultural de O Estado de S. Paulo*, 11/12/1977, pp. 10-12;

MENEZES, Raimundo de, *José de Alencar: literato e político*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977;

_____, *Histórias da História de São Paulo*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1954;

MERCADANTE, Paulo, *A consciência conservadora no Brasil*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1965;

MILL, John Stuart, *Thoughts on parliamentary reform*, London, John W. Parker and Son, West Strand, 1859;

_____, *Considerations on representative government*, London, Parker, Son, and Bourn, West Strand, 1861;

MONCADA, Luís Cabral de, *Um “iluminista” português do século XVIII – Luiz António Verney*, São Paulo, Livraria Académica Saraiva & CIA – Editores, 1941;

_____, *O liberalismo de Vicente Ferrer Neto Paiva*, in *Estudos de História do Direito*, volume II, Coimbra, Atlântida, 1949, pp. 277-389;

_____, *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1938;

MONTE ALVERNE, Frei Francisco do, *Compendio de Philosophia*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1859;

MONTELLO, Josué, *Alencar e o primeiro HC preventivo*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI114789,51045->

Jose+de+Alencar+e+o+primeiro+HC+preventivo. Acesso em 05 de julho de

2012. Trabalho originariamente publicado na *Revista Cultura*, do Rio de Janeiro, na edição de outubro de 1967.

MONTESQUIEU, Barão de (Charles-Louis de Secondat), *Do espírito das leis*, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2004;

_____, *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence*, Capítulo XIV, in *Œuvres complètes*, volume II, Paris, Gallimard, 1951;

MOTTA, Arthur, *José de Alencar (o escriptor e o político): sua vida e sua obra*, Rio de Janeiro, F. Briguiet & C.IA – Editores, 1921;

_____, *José Martiniano de Alencar (Perfis acadêmicos, cadeira nº 23)*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº 146, Rio de Janeiro, fevereiro de 1934, pp. 149-182;

_____, *Domingos José Gonçalves de Magalhães*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, volume 26, nº 77, maio de 1928;

NABUCO, Joaquim, *Balmaceda*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A., 1937;

_____, *Um estadista do Imperio: Nabuco de Araujo: Sua vida, suas opiniões, sua época*, 1ª edição, Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, tomo III (1866-1878), s/d [1899];

_____, *O abolicionismo*, Brasília, Editora UNB, 2003;

ORICO, Osvaldo, *José de Alencar: Patriarca do romance brasileiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977;

OSÓRIO, Jerónimo, *Da instituição real e sua disciplina*, Tradução de António Jotta da Cruz Figueiredo, Lisboa, Pro Domo, 1944;

PAIM, Antonio, *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*, 2ª edição (revista e ampliada), São Paulo, Convívio, 1985;

_____, *Gonçalves de Magalhães e o apogeu do ecletismo brasileiro*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, volume 32, nº 127, jul./set. de 1982, pp. 253-267;

_____, *O ecletismo de Antonio Pedro de Figueiredo*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, volume 16, número 61, São Paulo, janº/mar. de 1966, pp. 7-26;

_____, *Cairu e o liberalismo político*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968;

_____, *O krausismo brasileiro*, 2ª edição, Londrina, Edições CEFIL, 1999;

_____, *História das idéias filosóficas no Brasil*, 3ª edição, São Paulo, Convívio; Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro) e Fundação Nacional Pró-Memória, 1984;

_____, *Introdução*, in Silvestre Pinheiro FERREIRA, *Manual do cidadão em um governo representativo*, volume 1, tomo 1, edição fac-similar, Brasília, Senado Federal, 1998, pp. III-XX;

PARANHOS, Adriano Ribeiro, *Ideias jurídico-políticas de José de Alencar 1855-1877*, Niteroi, Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2013 (Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em História Social);

PARRON, Tâmis, *Introdução*, in José de ALENCAR, *Cartas a favor da escravidão*, Organização e introdução de Tâmis Parron, São Paulo, Hedra, 2008, pp. 9-36;

PASSOS, Carlos de, *D. Pedro IV e D. Miguel I: 1826-1834*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1936;

PAUPÉRIO, Arthur Machado, *Introdução à Ciência do Direito*, 3ª edição, 5ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 2001

PEDRO, Infante Dom, e VERBA, Frei João, *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994;

PEIXOTO, Afrânio, *José de Alencar*, in ALENCAR, José Martiniano de, *Guerra dos Mascates: Crônica dos tempos coloniais*, Prefácio de Afrânio Peixoto, Ilustrações de Santa Rosa, Coleção *Obras de ficção de José de Alencar*, volume XIV, 4ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957, pp. 11-26;

_____, *Mário de Alencar*, in *Revista Brasileira*, fase VII, ano XIII, número 53, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, outubro-novembro-dezembro de 2007, pp. 345-354;

PIO XI, Encíclica *Quadragesimo Anno* (dada em Roma a 15 de maio de 1931), in *Documentos de Pio XI*, Tradução de Darci Marin, São Paulo, Paulus, 2004, pp. 272-335. Encíclica também disponível (em português) em:

http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html. Acesso em 10 de julho de 2012;

PIO XII, *Radiomessaggio ai popoli del Mondo intero*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale_it.html. Acesso em 15 de junho de 2013.

PLATÃO, *As Leis* (incluindo *Epinomis*), Tradução, notas e introdução de Edson Bini, Prefácio de Dalmo de Abreu Dallari, 2ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2010;

_____, *Minos*, in *Diálogos VII* (Suspeitos e apócrifos), Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2011;

_____, *Timeu*, in *Diálogos V*, Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2010;

_____, *A República*, Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado, 1ª edição, 2ª tiragem, São Paulo, Martins Fontes, 2009;

_____, *Górgias*, in *Diálogos I*, Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2007;

_____, *Protágoras*, in *Diálogos I*, Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2007;

PLUTARCO, *Conselhos aos políticos para bem governar*, seguido de *A um dirigente sem educação*, Tradução portuguesa de P. E. A., Lisboa, Publicações Europa-América, 2009;

POLÍBIOS, *História*, Tradução de Mário da Gama Kury, 2ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996;

PORTO, Walter Costa, *Dicionário do voto*, 2ª edição, Brasília, UNB, 2000;

POUSADA, Estevan Lo Ré, *A obra de Augusto Teixeira de Freitas e a conformação de um Direito Civil tipicamente brasileiro – sua genialidade compreendida como conciliação entre inovação sistemática e acuidade histórica*, In Revista da Faculdade de Direito, USP, São Paulo, Volume 102, 2007, pp. 89-98;

_____, *Preservação da tradição jurídica luso-brasileira: Teixeira de Freitas e a introdução à consolidação das leis civis*, Dissertação de mestrado defendida em 05 de abril de 2006 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;

PRADO, Eduardo, *A ilusão americana*, 2ª edição, Prefácio de Augusto Frederico Schmidt, Rio de Janeiro, Livraria Civilização Brasileira S.A., 1933;

POVEDA VELASCO, Ignacio, *Três vultos da cultura jurídica brasileira: Augusto Teixeira de Freitas, Tobias Barreto de Menezes e Clóvis Beviláqua*, in Eduardo C. B. BITTAR (Organizador), *História do Direito Brasileiro: leituras da Ordem Jurídica Nacional*, 2ª edição, São Paulo, Editora Atlas S.A., 2010, pp. 12-19;

PRAZERES, Frei João dos, *Abecedário real e régia instituição de príncipes lusitanos*, Prefácio de Luís de Almeida Braga Lisboa, Edições Gama, 1943;

PROUDHON, Pierre-Joseph, *Contradictions politiques: théorie du mouvement constitutionnel au XIXe siècle (L'Empire parlementaire et l'Opposition légale)*, Paris, Librairie Internationale, A. Lacroix, Verboeckhoven et cie, 1870;

QUEIROZ, Paulo Edmur de Sousa, *Prefácio*, in João de SCANTIMBURGO, *O Poder Moderador*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Secretaria de Estado da Cultura, 1980;

QUEIROZ, Rachel de, *Alencar e a tentação política*, in José de ALENCAR, *Discursos parlamentares de José de Alencar*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977;

RAMUS, Pierre (Organizador), *Die Urheberschaft des Kommunistischen Manifest*, Berlin, Freier Arbeiter-Verlag, 1906;

REALE, Giovanni, *Estoicismo, ceticismo e ecletismo* (História da Filosofia Grega e Romana, Volume VI), Tradução de Marcelo Perine, 2ª edição, São Paulo, Loyola, 2011, p. Giovanni REALE e Dario ANTISERI, *História da REALE*, Giovanni, e ANTISERI, Dario, *Filosofia*, volume I (Antiguidade e Idade Média), Tradutor não identificado, 10ª edição, São Paulo, Paulus, 2007;

REALE, Miguel, *Momentos olvidados do pensamento brasileiro*, in *Filosofia em São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959, pp. 9-39;

_____, *A doutrina de Kant no Brasil*, in *Revista da Faculdade de Direito*, Volume XLII, São Paulo, 1947, pp. 51-96;

_____, *A doutrina de Kant no Brasil* (Estudo apresentado na II Semana Internacional de Filosofia, realizada em Petrópolis pela Sociedade Brasileira dos Filósofos Católicos), in Adolpho CRIPPA (Coordenador), *As idéias filosóficas no Brasil*, volume 1 (séculos XVIII e XIX), São Paulo, Convívio, 1978, pp. 225-238;

_____, *Avelar Brotero ou a ideologia sob as Arcadas*, in *Horizontes do Direito e da História*, 1ª ed., São Paulo, Saraiva, 1956, pp. 195-224;

_____, *Pimenta Bueno, o consolidador constitucional do Império*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Editora Siciliano, 1994, pp. 45-50;

_____, *Pimenta Bueno, o esquecido*, in *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, nº 34, Rio de Janeiro, 1979, pp. 85-94;

_____, *Cem anos de Ciência do Direito no Brasil*, in *Horizontes do Direito e da História*, 3ª edição, revista e aumentada, 3ª tiragem, São Paulo, Saraiva, 2010, pp. 183-211;

_____, *A Filosofia na obra de Machado de Assis*, 1ª edição, São Paulo, Pioneira, 1982;

_____, *O krausismo em São Paulo: o 'socialismo filantrópico' de João Teodoro e as lições de Galvão Bueno*, in *Filosofia em São Paulo*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959, pp. 25-33;

_____, *Arcaísmo e modernidade em Gonçalves de Magalhães*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, pp. 19-34;

_____, *Teixeira de Freitas e o sentido social do Direito*, in *Figuras da inteligência brasileira*, 2ª edição, São Paulo, Siciliano, 1994, pp. 35-44;

_____, *O capitalismo internacional: introdução à Economia Nova*. 1ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1935;

_____, *Atualidades de um Mundo Antigo*, 2ª edição, in *Obras políticas* (1ª fase-1931-1937), tomo I, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983;

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de, *Minhas recordações*, 2ª edição, Prefácio de Octávio Tarquínio de Souza, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1987;

RIBEIRO, Agenor, *José de Alencar – o jurista*, in *Revista da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas*, ano XVII, número 9, Rio de Janeiro, 2002, pp. 31-36;

RIZZO, Ricardo Martins, *Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo);

ROCHA, Justiniano José da, *Acção, reacção, transacção: duas palavras acerca da actualidade política do Brasil*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1855.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado do século XIX*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001;

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *O Contrato Social (princípios de Direito Político)*, Tradução de Antonio de Pádua Danesi, 3ª edição, 3ª tiragem, São Paulo, Martins Fontes, 1999;

RUAS, Henrique Barrilaro, *A Liberdade e o Rei*, Lisboa: qp, 1971;

SABOIA, Visconde de (Vicente Cândido Figueira de Saboia), *A vida psychica do homem: ensaio sobre o materialismo e o espiritualismo*, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., Editores, 1903;

SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai*, Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes, 1ª edição, São Paulo, Livraria Martins, 1940;

SAINT-PIERRE, Jacques-Henri Bernardin de, *Vouex d' un solitaire pour servir de suite aux études de la nature*, in *Oeuvres complètes*, Paris, Armand-Aubrée, Éditeur, 1834;

SALGADO, Plínio, *Nosso Brasil*, 4ª edição (em verdade 5ª), São Paulo, Voz do Oeste, Secretaria de Estado da Cultura, 1981;

_____, *Espírito da burguesia*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1951;

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *A teoria da democracia proporcional de José de Alencar*, in Idem (Organizador), *Dois escritos democráticos de José de Alencar: O sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1991, pp. 9-50;

SARAIVA, Antonio Ribeiro, *Eu não sou hum rebelde ou A questão de Portugal em toda a sua simplicidade: offerecida aos políticos imparciaes e aos homens de boa fe' por Antonio Ribeiro Saraiva, emigrado portuguez.*

Trad. de *Hum amigo do Throno, e do Altar*, Lisboa, Nova Impressão Silviana, 1828;

_____, *Memorandum d'une conférence de A. R. Saraiva avec Lord Grey, le 20 decembre, 1833, sur le meilleur moyen de pacifier le Portugal, d'y mettre fin a la guerre civile, d'y retablir un vrai gouvernement constitutionnel. En outre Un projet pour assurer la pacification du Portugal, adressé quelque temps après, Aux portugais de tous les partis; suivi de Une lettre a S. A. M. le prince d'Esterhazy*, London, Simpkins, 1847;

SARAIVA, Mário, *Impressões e memória*, Lisboa, Universitária Editora, 1998;

SARDINHA, António, *A Teoria das Cortes Gerais* (introdução às *Memórias e alguns documentos para a História e Teoria das Cortes Gerais*, do segundo Visconde de Santarém), 2ª Ed, Lisboa: qp, 1975;

_____, *Processo dum rei*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1937;

_____, *Da hera nas colunas: novos estudos*, Coimbra, "Atlântida" Livraria Editora, 1928;

SCANTIMBURGO, João de, *A Filosofia na obra de Machado de Assis*, in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXXII, nº 129, janº/mar. de 1983, pp. 79-81;

_____, *O Poder Moderador*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Secretaria de Estado da Cultura, 1980;

SCHMITT, Carl, *O guardião da Constituição*, Tradução de Geraldo de Carvalho, Belo Horizonte, Del Rey, 2007;

_____, *Il custode della Costituzione*, Tradução italiana de Antonio Caracciolo, Milano, Giuffrè Editore, 1981;

SEIXAS, Dom Romualdo Antonio de, *Collecção das Obras do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Romualdo de Seixas*, Pernambuco, Typographia de Santos & CIA, 1839-1859 (VI tomos);

SCHELER, Max, *Vom Umsturz der Werte*, Bern, Francke, 1955;

SILVA, João Manuel Pereira da, *Memórias do meu tempo*, 1ª edição, Rio de Janeiro, H. Garnier, 1895, volume I;

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *As idéias políticas de Silvestre Pinheiro Ferreira*, in Adolpho CRIPPA (Coordenador), *As idéias políticas no Brasil*, volume I, São Paulo, Convívio, 1979, pp. 93-129;

SILVEIRA, Alarico, *Enciclopédia Brasileira*, tomo I, Rio de Janeiro, INL, 1958;

SISSON, Sébastien Auguste (Organizador), *Galeria dos brasileiros ilustres*, volume 1, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1999;

SOMBART, Werner, *El burguês: contribución a la historia moral e intelectual del hombre economico moderno*, Tradução castelhana de Víctor Bernardo, Buenos Aires, Oresme, 1953;

SOUSA, José Antonio Soares de, *A vida do Visconde do Uruguai (1807-1866)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944;

SOUSA, José Pedro Galvão de, *Raízes históricas da crise política brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1965;

_____, *Perspectivas históricas e sociológicas do Direito Brasileiro*, São Paulo, Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1961;

_____, *El Derecho Natural en el Mundo Lusitano del siglo XX*, in Francisco PUY (Organizador), *El Derecho Natural Hispanico: Actas de las "Primeras Hispánicas de Derecho Natural"*, Madrid, Escelicer, 1973;

_____, *História do Direito Político Brasileiro*, 2ª edição, São Paulo, Edição Saraiva, 1962;

_____,; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de, *Dicionário de Política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1998;

SOUSA, Octávio Tarquínio de, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988;

SOUZA, Braz Florentino Henriques de, *Do Poder Moderador*, Introdução de Barbosa Lima Sobrinho, 2ª edição, Brasília, UNB, 1978;

SOUZA, Francisco Belisário Soares de, *Condições e garantias do exercício do voto*, in Letícia Bicalho CANÊDO (Organizadora), *O sufrágio universal e a invenção democrática*, São Paulo, Estação Liberdade, 2005, pp. 105-113.

SOUZA, José Cavalcante de (Organizador), *Os pré-socráticos* (Coleção *Os pensadores*, volume I), 1ª edição, São Paulo, 1973

SOUZA, José Soriano de, *Elementos de Filosofia do Direito*, Recife, Typographia Central, 1880;

_____, *Compendio de Philosophia ordenado segundo os principios e methodo do Doutor Angelico, S. Thomaz d'Aquino*, Recife, Typographia da Esperança, 1867;

_____, *Lições de philosophia elementar, racional e moral*, Pernambuco, Livraria Academica de João Walfredo de Medeiros, Livreiro-Editor, 1871;

_____, *Principios Geraes de Direito Publico e Constitucional*. Recife: Casa Editora Empreza d'A Provincia, 1893;

SOUZA, Paulino José Soares de (Visconde do Uruguai), *Ensaio sobre o Direito Administrativo com referencia ao Estado e instituições peculiares do Brasil*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1862;

_____, *Visconde do Uruguai*, Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo, Ed.34, 2002 (Coleção Formadores do Brasil);

STUDART, Guilherme (Barão de Studart), *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*, volume segundo, Fortaleza, Typo-Litographia a Vapor, 1913;

TAPARELLI, Luigi, *Saggio teoretico di Dritto Naturale appoggiato sul fatto*, Livorno, Vincenzo Mansi Editora, 1843.

TAUNAY, Visconde de, *Reminiscencias*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves & C., 1908;

TEIXEIRA, António Braz, *O pensamento filosófico de Gonçalves de Magalhães*, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994;

_____, *O pensamento filosófico-jurídico português*, 1ª edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação e Cultura, 1983;

TELLES JUNIOR, Goffredo, *A Democracia e o Brasil: uma doutrina para a Revolução de Março*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965;

TOCQUEVILLE, Alexis-Charles-Henri Clérel de, *A Democracia na América, Leis e costumes (De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático)*, Tradução de Eduardo Brandão, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2005;

TORRES, Dom José Affonso de Moraes *Compendio de Philosophia Racional*, Pará, Typographia de Mattos, 1852;

TORRES, João Camillo de Oliveira, *A Democracia Coroada: teoria política do Império do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957

_____, *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968;

_____, *O Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1965;

TRUC, Gonzague, *História da Filosofia*, Tradução de Ruy Flores Lopes e Leonel Vallandro, Porto Alegre, Editora Globo, 1958;

UM PROFESSOR DE PHILOSOPHIA, *As sombras de Descartes, Kant e Jouffroy a Mr. Cousin*, Tradução de Frei Mariano de Santa Rosa de Lima, Bahia, Typographia de Epiphania Pedroza, 1846;

VV.AA, *Alencar 100 anos depois*, Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1977;

VV.AA, *Centenário de José de Alencar*, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Anno XX, volume XXX, nº 89, Rio de Janeiro, maio de 1929;

VV.AA., *O pensamento de Domingos Gonçalves de Magalhães* (Actas do II Colóquio Tobias Barreto), Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1994;

VALADÃO, Alfredo, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 207, Rio de Janeiro, abril-junho de 1950, pp. 159-191;

VALLE, Manuel Maria de Moraes e, *Elementos de Philosophia: compendio apropriado à nova forma de exames da Escola de Medicina do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Typographia do Diario, 1851;

VAMPRÉ, Spencer, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, Volume I, São Paulo, Livraria Acadêmica; Saraiva & C.IA – Editores, 1924;

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de, *Carta aos senhores eleitores da Provincia de Minas Geraes*, São João D’El Rey, Typographia do Astro de Minas, 1828;

_____, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Organização de José Murilo de Carvalho, 1ª edição, São Paulo, Editora 34, 1999;

_____, *O Sete de Abril*, Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1835, pp. 1-2.

VASCONCELOS, Salomão de, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte, s/e, 1953;

VASCONCELOS, Zacarias de Góes e, *Natureza e limites do Poder Moderador*, 3ª edição, Brasília, Senado Federal, 1978;

VÁZQUEZ DE MELLA, Juan, *La cuestión social* (1903). Disponível em: <http://hispanismo.org/politica-y-sociedad/2839-ante-el-1-de-mayo-textos-del-pensamiento-social-carlista.html>. Acesso em 12 de julho de 2013.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo, *Um precursor do pensamento estratégico luso-brasileiro: Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)*. Disponível em:

<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/RVSPF.pdf>. Acesso em 08 de outubro de 2013;

VIANA FILHO, Luís, *A vida de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979;

VIANNA, Francisco José de Oliveira, *O idealismo da Constituição*, 2ª edição, aumentada, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939;

_____, *O occaso do Imperio*, 1ª edição, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925;

_____, *Instituições políticas brasileiras*, Primeiro volume, *Fundamentos sociais do Estado (Direito Público e Cultura)*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1955;

Instituições políticas brasileiras, Segundo volume, *Metodologia do Direito Público (Os problemas brasileiros da Ciência Política)*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1955;

VIANNA, Hélio, *Formação brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1935;

VIEIRA, Hermes, *Princesa Isabel, uma vida de luzes e sombras*, 2ª edição, São Paulo, Edições GRD, 1989;

XENOFONTE, *Ditos e feitos memoráveis de Sócrates*, Tradução de Edson Bini, 1ª edição, Bauru, SP, EDIPRO, 2006;

WOLFF, Christian, *Institutiones juris naturae et gentium in quibus ex ipsa hominis natura continuo nexu omnes obligationes et jura omnia deducuntur*, Livro I, § 41, Halle, Rengeriana, 1754;

ZALUAR, Augusto Emílio, *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-61)*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.

Fontes impressas.

ALENCAR, José Martiniano de, *O Manifesto Liberal*, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 05 71003;

BRASIL, *Annaes do Senado do Imperio do Brasil*, Segunda sessão em 1870 da décima quarta legislatura, volume II, Rio de Janeiro, Typographia do “Diario do Rio de Janeiro”, 1870;

_____, *Annaes do Parlamento brasileiro*, Camara dos Srs. Deputados, sessão de 1869, tomo 2, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1869;

_____, *Annaes do Parlamento brasileiro*, Camara dos Srs. Deputados, sessão de 1869, tomo 6, Apendice, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia, 1869;

_____, *Relatorio do Ministerio da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima quarta Legislatura*. Rio de Janeiro, Typographia Progresso, 1869;

Ensaaios Litterarios, São Paulo, 1847-1850;

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 1854-1855 e 1860;

Diario do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1855-1858;

Dezeseis de Julho, Rio de Janeiro, 1869-1870;

O protesto, Rio de Janeiro, 1877;

Fontes manuscritas.

Religião, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004;

O Poder Moderador, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 05 71003;

A Nova Missão, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004;

Politica completa, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 06 71004;

Baze para a reorganisação do partido conservador, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 05 71004;

Restauradora política, Museu Histórico Nacional, Seção Arquivo Histórico, Notação: JRpi 065 71003;